



CARTA EDUCATIVA

MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAINHA

FICHA TÉCNICA

Título

Carta Educativa do concelho de Caldas da Rainha

Coordenação

António Manuel Rochette Cordeiro
Cristina Barros
Mafalda Frias

Equipa técnica

Djime Dourado
André Fonte

Equipa técnica | Autarquia

Dra Lígia Belizário (Chefe da Unidade de Educação)
Dra. Isilda Silva (Gabinete de Educação)
Eng. Rogério Santos (Chefe de Unidade de Edifícios Municipais, em regime de substituição)

Parceiros

CFAE Centro-Oeste - Centro de Formação de Associação de Escolas dos Concelhos do Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche
Grupo de Investigação “Território e Educação” da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Edição e design gráfico

Cristina Barros

Caldas da Rainha | 2022

MENSAGENS

A Carta Educativa, politicamente, assume-se como um documento basilar e estratégico para a afirmação de uma oferta educativa no Município das Caldas da Rainha que, na nossa perspetiva política, vai muito para além de um documento orientador e gestor da rede escolar concelhia.

Com efeito, a definição de uma rede escolar municipal de qualidade deve considerar como desígnios de uma boa gestão prospetiva da qualidade do ensino no concelho, os princípios que orientam a nossa visão estratégica para a oferta e construção de resposta formativas de excelência, nomeadamente a promoção da educação básica de qualidade para todos, o estímulo à implementação de programas educacionais que promovam o conhecimento e as aprendizagens potenciadoras do desenvolvimento integral dos alunos e os preparem para a vida ativa enquanto cidadãos, mas também enquanto documento estratégico promotor de uma consciencialização ativa e participativa sobre a importância decisiva da educação para as comunidades locais.

Não olhamos para as competências do município com uma visão política meramente administrativa ou gestionária, mas antes como um instrumento de construção do futuro, pelo que, a Carta Educativa municipal deve comportar um plano estratégico, exigente, prospetivo e catalizador de desenvolvimento do Município e contribuir para a formação de futuros cidadãos conscientes, informados e intervenientes na vida política, social, cultural e económica do nosso país.

Tal ambição será conseguida se garantirmos o acesso universal à Educação a todos os munícipes, se conseguirmos assegurar a todos os cidadãos o direito inalienável à educação, combatendo a exclusão social, a pobreza e a discriminação, através de um ensino de qualidade para todos.

Compete-nos também a nós, estimular a aprendizagem aplicada, promover mecanismos inovadores que encorajem e desenvolvam competências criativas, capacidades de liderança e conhecimentos práticos aplicáveis para um mundo em rápida e constante mudança, que requer um olhar ancorado no pensamento crítico e na capacidade de agir em equipa.

Por último, importa também afirmar que uma rede de infraestruturas física e digital de excelência criará um ecossistema tecnológico que permitirá a inclusão proativa do uso de tecnologias mecânicas e digitais em todos os níveis da educação, aspeto determinante para a plena capacitação e sucesso pessoal e profissional dos alunos do nosso concelho.



Vítor Marques
Presidente da Câmara Municipal
de Caldas da Rainha

A existência de instrumentos de planeamento estratégico para o desenho e aplicação de políticas públicas reveste-se de especial relevância, porque, a um tempo, confere consistência e sentido aos processos deliberativos e assegura a necessária e desejável participação dos cidadãos em processos que lhes dizem respeito, dando assim corpo à democracia participativa.

Pode, por conseguinte, afirmar-se que decisões no âmbito das políticas públicas assentes em instrumentos de planeamento estratégico são, não só mais bem delineadas e sólidas do ponto de vista técnico, mas também mais democráticas.

Sendo a Carta Educativa o instrumento de planeamento estratégico que visa o ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, com base em critérios de eficácia e eficiência, racionalização e complementaridade, ao nível dos recursos, mas também das ofertas educativas, é com grande satisfação que contamos agora com este documento de apoio à construção de um modelo de rede municipal de equipamentos de ensino, na ótica dos atuais desafios demográficos, tecnológicos e organizacionais decorrentes do processo de descentralizações e atribuição de competências.

O Concelho de Caldas da Rainha, com base na carta educativa, está agora apto a elaborar o plano estratégico educativo municipal – documento fundamental que definirá as linhas gerais de ação, as respetivas metas e os indicadores de melhoria de desempenho educativo, conferindo assim sentido próprio à política educativa municipal.



Conceição Henriques
Vereadora da Educação

ÍNDICE

Acrónimos e Siglas.....	11
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Âmbito, natureza e objetivos.....	17
1.2. Metodologia	21
2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	23
2.1. Enquadramento administrativo e caracterização física	25
2.2. Rede de acessibilidades	30
3. CARATERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA.....	33
3.1. Enquadramento das Caldas da Rainha no contexto regional.....	35
3.2. Evolução e distribuição da população.....	36
3.3. Fatores da dinâmica demográfica.....	40
3.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência.....	45
3.5. Projeções demográficas - 2021-2041	49
3.5.1. Cenários	52
3.5.2. População residente	52
3.5.3. Natalidade.....	55
3.5.4. Estrutura etária, Envelhecimento e Dependência	57
Síntese	62
4. CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA	63
4.1. Famílias.....	65
4.2. Condições de vida e Saúde	67
4.3. Educação e qualificação.....	70
4.4. Dinâmica económica e mercado de trabalho	72
4.4.1. Empresas e território.....	72
4.4.2. Atividade e desemprego.....	74
Síntese	79
5. OFERTA EDUCATIVA	81
5.1. Rede escolar	83
5.1.1. Agrupamentos de escolas	90
5.1.2. Estabelecimentos encerrados	92
5.1.3. Salas de atividade/aula	92
5.1.4. Estado de conservação	95
5.1.5. Barreiras arquitetónicas	97
5.1.5. Taxas de ocupação	98
5.2. Estabelecimentos de Ensino Superior.....	102
Síntese	103

6. PROCURA EDUCATIVA	105
6.1. Educação e formação de jovens	107
6.1.1. Educação pré-escolar	110
6.1.2. 1º CEB	118
6.1.3. 2º e 3º CEB.....	125
6.1.4. Ensino Secundário	128
6.1.4. Ensino Superior.....	133
6.2. Mobilidade da população escolar	133
6.2.1. Educação pré-escolar	134
6.2.2. 1º CEB	139
6.2.3. 2º e 3º CEB.....	144
6.2.4. Ensino secundário.....	147
6.3. Educação e formação de adultos.....	149
6.4. Projeção da população escolar	151
6.4.1. Educação pré-escolar	153
6.4.2. 1º CEB	153
6.4.3. 2º e 3º CEB.....	154
6.4.4. Ensino secundário.....	155
Síntese.....	156
7. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	157
7.1. Rede pública	160
7.1.1. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.....	160
7.1.2. Recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem	161
7.1.3. Mobilização de planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão.....	162
7.2. Rede solidária e particular	163
7.2.1. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.....	163
7.2.2. Recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem	164
7.2.3. Mobilização de planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão.....	165
Síntese.....	166
8. SUCESSO EDUCATIVO.....	167
8.1. Escolarização, Retenção e Desistência.....	170
8.2. Resultados escolares	173
8.2.1. Exames nacionais.....	173
8.2.2. Provas de aferição	175
8.2.2.1. 2º ano	176
8.2.2.2. 5º ano	176
8.2.2.2. 8º ano	177
8.3. Indicadores de Empregabilidade.....	178
Síntese.....	179
9. DOMÍNIOS EDUCATIVOS COMPLEMENTARES	181
9.1. Ação social escolar.....	183
9.2. Transporte escolar.....	185
9.3. Atividades de Animação e de Apoio à Família.....	186
9.4. Atividades de Enriquecimento Curricular e Atividades Extracurriculares.....	186
9.5. Desporto escolar.....	187
9.6. Recursos humanos.....	188
9.6.1. Pessoal docente.....	188

9.6.2. Pessoal não docente.....	190
Síntese	191
10. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	193
10.1. Síntese estratégica.....	195
10.2. Matriz SWOT	196
10.3. Política Educativa Municipal	196
10.3.1. Carta Educativa.....	197
10.3.2. Projetos municipais na Educação.....	198
10.3.3. A Educação no Plano Diretor Municipal.....	200
11. PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR	203
11.1. Estratégia de intervenção	209
11.1.1. Agrupamento de Escolas D. João II	211
11.1.2. Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro.....	214
11.1.3. Agrupamento de Escolas Raúl Proença.....	217
11.2. Investimento na Rede Escolar.....	220
11.2.1. Fichas dos Projetos programados	222
11.3. Monitorização	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
BIBLIOGRAFIA.....	231
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	235
ANEXOS.....	243
ANEXO I - Fichas equipamentos educativos.....	243

ACRÓNIMOS E SIGLAS

- AAAF** - Atividades de Animação e de Apoio à Família
- AEC** - Atividades de Enriquecimento Curricular
- ASE** - Ação Social Escolar
- CAE** - Classificação das Atividades Económicas
- CEB** - Ciclo do Ensino Básico
- CME** - Conselho Municipal de Educação
- DGEEC** – Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
- DGEstE** - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
- EMAEI** - Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
- EB** - Escola Básica
- EPCC** – Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio
- ES** - Escola Secundária
- Ha** - Hectare
- hab/km²** - Habitantes por km²
- IC** - Itinerário Complementar
- IEFP** - Instituto do Emprego e Formação Profissional
- JI** - Jardim de Infância
- INE** - Instituto Nacional de Estatística
- ME** - Ministério da Educação
- NUT** - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- PDM** - Plano Diretor Municipal
- PIT** - Plano Individual de Transição
- RTP** - Relatório Técnico-Pedagógico
- UF** - União de Freguesias

1 | introdução



A forma como tem sido encarada a educação tem sofrido grandes alterações no último século e meio, mas só a partir da 2.ª Guerra Mundial passou a ser consagrada como um direito fundamental à vida humana. De acordo com Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, “toda a pessoa tem direito à instrução”.

Se, de início, a educação tinha como grande objetivo garantir o progresso das nações, a partir da 2.ª Guerra Mundial os objetivos passam a ser mais instrumentais, ou seja, mais pragmáticos e mais concretos, seguindo duas direções. Uma economicista, em que a educação é vista como um contributo fundamental para o crescimento económico das empresas, em particular, e do país, em geral, e uma social, que mostra a importância da educação no combate ao desemprego, às disparidades sociais e à exclusão social.

Apesar dos esforços realizados por países de todo o mundo para assegurar o direito à instrução, passados mais de 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos persistem ainda vários problemas, tendo sido o direito à educação reforçado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1990.

Num momento em que se assiste à criação de uma sociedade cognitiva, onde a capacidade de produzir, trocar e gerir conhecimento é determinante, a educação assume um papel decisivo. Neste sentido, de acordo com a UNESCO, a educação deve transmitir, cada vez mais, saberes e saber-fazer adaptados à sociedade cognitiva, designadamente:

- a) Aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão;
- b) Aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente;
- c) Aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas;
- d) Aprender a ser pessoa, contribuindo, assim, para o desenvolvimento total do indivíduo.

A educação é o “passaporte para a vida” que visa fornecer aos seres humanos, através de instrumentos e conteúdos educativos adaptados, os meios de que estes necessitam para desenvolver as suas faculdades, adquirir uma capacidade crítica, decidir e agir de forma esclarecida, viver e trabalhar com dignidade, exercer uma liberdade responsável, participar no desenvolvimento e na construção de um futuro coletivo e melhorar a qualidade da sua existência.

O desafio da educação é, assim, através de todos os meios ao seu alcance e com a colaboração dos pais ou encarregados de educação e da sociedade, a formação de cidadãos conscientes, interventivos, criativos e inovadores e a criação de uma comunidade mais aberta e informada, que compreenda e respeite o meio social em que cada indivíduo se insere, apreciando e potenciando a pluralidade de concepções, estilos e padrões de vida existentes.

Deste modo, o desenvolvimento da atual sociedade exige cada vez mais que a educação contribua para a valorização dos indivíduos e para o progresso dos grupos humanos. Se, por um lado, deve procurar consciencializar o indivíduo para as suas raízes, a fim de o dotar de

referências que lhe permitam situar-se no mundo, com vista à edificação de uma cultura pessoal estruturada e solidária, por outro lado, ao procurar ter em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos, deve ser, também, um fator de coesão, contribuindo para a eliminação de todas as formas de exclusão social.

Trata-se, portanto, de fazer da escola um modelo de prática democrática que leve as crianças e jovens a conhecer quais são os seus direitos e deveres e a desenvolver atitudes de empatia e de solidariedade. A educação para a compreensão e tolerância, condição necessária à democracia, deve ser considerada como uma tarefa permanente, devendo a escola criar as condições necessárias para a sua prática quotidiana.

O funcionamento eficaz desta sociedade democrática exige a elevação do nível educacional de toda a população, só possível através da universalização do acesso a uma educação de qualidade, alicerce da formação integral das crianças e jovens e da sua integração social.

Para que as crianças e jovens apresentem uma atitude mais favorável em relação à escola, correndo menos riscos de a abandonar precocemente, a iniciação à socialização deve ocorrer desde cedo, na educação pré-escolar. Porém, não deve ser esquecido que é, primeiramente, no seio da família que se forjam as atitudes perante a aprendizagem que durarão ao longo de toda a vida.

Nos tempos atuais não parece ser possível assegurar uma verdadeira democratização a uma educação de qualidade sem, simultaneamente, construir a qualidade das aprendizagens e investir na mobilização das sinergias disponíveis, procurando centrar objetivos com diferentes parceiros, em projetos descentralizados. Para tal, torna-se absolutamente necessário considerar os jovens enquanto alunos “concretos” e não os alunos ideais, considerar a especificidade dos estabelecimentos de ensino e não o abstrato sistema educativo.

O sucesso da escolarização depende, assim, em larga medida, do valor que a sociedade atribui à educação, algo que, no caso do concelho de Caldas da Rainha, foi assumido como uma das peças essenciais no processo de desenvolvimento sustentado do território. A educação é, deste modo, apreciada e ativamente procurada, sendo assim a missão e os objetivos da escola partilhados e apoiados por toda a comunidade.

Por tudo isto importa abrir as instituições educativas às necessidades da sociedade, uma vez que associar os diferentes atores sociais à tomada de decisões constitui um dos principais objetivos de aperfeiçoamento dos sistemas educativos, sublinhando-se, assim, a importância das medidas de descentralização em matéria educativa e a necessidade de aumentar o sentido de responsabilidade das pessoas e das coletividades, de modo a estimular a participação de todos.

Aliás, uma das formas de participação da comunidade, por exemplo, passa pela utilização ou criação de centros comunitários - Centro Cívico-Educativos -, onde pode ser organizado um vasto leque de ações, nomeadamente, a título de exemplo, a educação dos pais ou encarregados de educação. Porém, o papel do Estado mantém-se, com a tutela a definir, globalmente, as orientações e as metas a atingir, regular ações e apoiar iniciativas, garantindo o cumprimento

do papel da educação, enquanto bem individual e coletivo, ao serviço de cada um, de todos e da sociedade, no sentido de aumentar a qualidade do sistema educativo, nomeadamente no que respeita ao processo de ensino e de aprendizagem e aos instrumentos e materiais pedagógicos.

Ao nível da rede educativa a carta educativa é, à escala municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo, que visa a sua distribuição e dimensionamento adequado, de modo a responder com elevados níveis de eficácia e eficiência às carências e problemáticas existentes e a criar espaços territorialmente coesos.

1.1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJETIVOS

Com a implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, a administração central estabelece o quadro geral do sistema educativo, consagrando a premência do planeamento, particularmente da rede educativa, o que, numa fase inicial, passava pela elaboração de um documento base, a carta escolar.

No entanto, nos últimos anos, e particularmente a partir de 2003, com a publicação do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, tem-se assistido a uma mudança na política educativa, a qual envolve o próprio conceito de “escola”, tendo sido enunciada a carta educativa.

Longe vão os tempos em que o conceito de “escola” passava pela sua identificação enquanto edifício isolado saído do “Plano dos Centenários” que o Estado Novo implementou nas décadas de 40 e 50. Este é, manifestamente, o primeiro momento de um verdadeiro planeamento de rede do “ensino primário” (atual 1º ciclo do ensino básico - CEB). Nesse momento, o Governo assumiu o compromisso de desenvolver uma agenda bem planeada de edificação de escolas, iniciando-se o “Plano dos Centenários”. Procurava então o Governo de Portugal, pela primeira vez, enfrentar a necessidade de edificar um parque escolar adequado à população e às características demográficas e geográficas do país.

As atuais conceções privilegiam uma perspetiva de escola enquanto parte integrante de uma rede de espaços diferenciados de educação, formação e, mais recentemente, sociais, cuja integração deve ser assumida numa clara interligação entre a comunidade escolar e as populações. Passou a ser destacada a conceção de “escola-organização”, que articula as diversas unidades de educação e formação com os serviços e equipamentos sociais, possibilitando, deste modo, uma programação de equipamentos subordinada a princípios estratégicos que consagrem a diversidade, flexibilidade e versatilidade de soluções e a complementaridade na utilização e gestão dos recursos e apoios.

Assiste-se, assim, à transição de uma noção de “vida escolar” para uma noção mais complexa e enredada de “vida socioeducativa”, que enquadra a escola no seu meio envolvente.

Num primeiro momento, no quadro da LBSE, a carta escolar era entendida como uma simples caracterização do sistema educativo, onde seria levantada a totalidade dos estabelecimentos de ensino de um município, tendo como referência um determinado ano letivo. Era pensada como um diagnóstico inventariativo e não prospetivo, que se assumia como uma simples “foto instantânea” de um determinado momento e não como um documento de planeamento.

Num segundo momento, no quadro do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a carta educativa passa a ser entendida como um documento dinâmico, cujos conceitos de base, parâmetros e metodologia têm como objetivo o planeamento do sistema educativo, particularmente da rede educativa. Para além de caracterizar e diagnosticar o momento atual, deverá incluir diferentes projeções com vista à aferição das necessidades educativas futuras.

A recente legislação relativamente à transferência para os municípios de competências em matéria de educação, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, altera o regime jurídico das Cartas Educativas (e revoga o Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro), reforçando a necessidade de os municípios atualizarem estes instrumentos, além de passarem a ser documentos obrigatórios que acompanham a revisão dos Planos Diretores Municipais.

De acordo com o decreto-lei acima referido, *a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município*, tendo como **objetivos**:

- assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente.
- refletir, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação.
- promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis.
- incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.
- garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Relativamente ao **objeto** (DL 21/2019, de 30 de janeiro), a Carta Educativa:

- identifica, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescolar.

- incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária.
- reflete a estratégia municipal para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo.
- deve prever os termos da prossecução, pelo município, de ações na área das atividades complementares de ação educativa e do desenvolvimento do desporto escolar.

Nos termos das **competências**, o DL 21/2019, de 30 de janeiro (art. 14), refere o seguinte:

- A elaboração da carta educativa é da competência da câmara municipal, sendo aprovada pela assembleia municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria.
- O apoio técnico necessário à elaboração da carta educativa é assegurado pelo departamento governamental com competência na matéria, que disponibiliza toda a informação necessária, bem como a prestação dos serviços adequados.
- Na elaboração da carta educativa, os municípios e o departamento governamental com competência na matéria devem articular estreitamente as suas intervenções, de forma a garantir os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuídos no presente decreto-lei quanto ao ordenamento da rede educativa, bem como a eficácia dos programas e projetos intermunicipais ou de interesse supramunicipal.
- A câmara municipal envia a carta educativa para o departamento governamental com competência na matéria, que, no prazo de 30 dias, se pronuncia sobre eventuais desconformidades da carta com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos estatuídos no presente decreto-lei, nomeadamente o disposto no artigo 8.º, ou com outros instrumentos aplicáveis à elaboração da carta.
- Caso o departamento governamental com competência na matéria identifique eventuais desconformidades entre a carta educativa e os princípios, objetivos e parâmetros técnicos a que a elaboração da mesma está sujeita, nos termos do número anterior, devolve-a à câmara municipal, a fim de esta proceder à sua correção.
- O departamento governamental com competência em matéria de educação não está vinculado à carta educativa aprovada pela assembleia municipal sem que tenham sido corrigidas desconformidades com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos a que a sua elaboração está sujeita, nos termos do número anterior.
- A carta educativa integra o plano diretor municipal respetivo.
- Podem os municípios articular entre si, nomeadamente através das respetivas entidades intermunicipais, e com o departamento governamental com competência na matéria, o desenvolvimento de instrumentos de planeamento e ordenamento da rede educativa de nível supramunicipal.

Sendo a carta educativa, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, a sua revisão é obrigatória sempre que a rede educativa de um município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa.

Revestem a forma de **revisão da carta educativa** as alterações da mesma que se reflitam significativamente no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado, designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino.

Cabe ao Ministério da Educação (ME) e às Câmaras Municipais a obrigatoriedade de reavaliar de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da carta educativa, aplicando-se os procedimentos previstos para a respetiva aprovação. A carta educativa é obrigatoriamente revista de 10 em 10 anos (art. 14 do DL 21/2019, de 30 de janeiro).

Tendo já decorrido mais de 10 anos letivos após a elaboração da 1ª carta educativa do concelho de Caldas da Rainha (2005), impõe-se, naturalmente, um processo de revisão, que não colocando em causa a reorganização da rede educativa proposta, já revista e aprovada, considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas e no sistema educativo municipal, decorridas após o ano letivo 2005/2006, momento a que se referem os dados constantes da versão em vigor, colmate as insuficiências encontradas e respeite as orientações definidas pela administração central apresentadas posteriormente.

Mais do que uma simples atualização do diagnóstico, o presente estudo pretende que a carta educativa do concelho de Caldas da Rainha possa ser verdadeiramente um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município.

Nesse sentido, será equacionada toda a dinâmica demográfica, importando não só efetuar a avaliação presente dos quantitativos e das características da população e do povoamento, mas sobretudo determinar os seus quantitativos e as suas características futuras, com o objetivo de definir cenários para as diversas atividades públicas e privadas.

Por tudo isto impõe-se um processo de reorganização do parque escolar que o torne consentâneo não só com a realidade atual, mas fundamentalmente com a prevista pelo menos para a próxima década, mas também que não ignore as diferentes características físicas e dinâmicas humanas observadas nas diversas freguesias que integram o território municipal.

A carta educativa do concelho de Caldas da Rainha pretende fazer deste território um espaço territorialmente coeso, dispondo de uma rede educativa adequadamente dimensionada e distribuída, que permita responder com elevados níveis de eficácia e eficiência às carências e problemas existentes.

1.2. METODOLOGIA

A realização da revisão da Carta Educativa de 2.ª Geração do concelho de Caldas da Rainha envolveu um processo metodológico que pode ser estruturado em 4 fases de trabalho distintas:

PRIMEIRA FASE: Incluiu a definição da informação a levantar e do método de levantamento e envolveu a colaboração entre a equipa técnica da Câmara Municipal das Caldas da Rainha e CFAE Centro-Oeste - Centro de Formação de Associação de Escolas dos Concelhos do Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche.

SEGUNDA FASE: abrangeu o levantamento da informação junto de cada agrupamento de escolas e estabelecimento de educação e ensino da rede privada solidária e privada lucrativa, bem como da Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha), da Escola Técnica Empresarial do Oeste, do Conservatório das Caldas da Rainha - Lugar da Música, da Escola de Dança das Caldas da Rainha e da Escola Superior de Artes e Design, tarefa coordenada e executada pela equipa da Educação da Câmara Municipal de Caldas da Rainha. Este levantamento decorreu entre os meses de maio e setembro de 2022.

TERCEIRA FASE: consistiu na elaboração do relatório técnico e compreendeu três etapas principais:

- uma primeira etapa centrada numa caracterização demográfica e socioeconómica que se apresenta como uma radiografia das diferentes componentes do território concelhio;
- uma segunda etapa focada no diagnóstico do sistema educativo, que inclui a caracterização da oferta e procura educativa e a realização das projeções da população escolar por nível de ensino, mas também a educação especial, as atividades complementares de ação educativa (AAAF, CAF, AEC e desporto escolar), os resultados escolares, a ação social escolar e transporte escolar e os recursos humanos (pessoal docente e não docente);
- e ainda uma terceira direcionada para a definição da estratégia educativa para o concelho de Caldas da Rainha, que se subdivide em dois momentos, um primeiro sustentado nos critérios de programação que concorrem para delinear o programa de atuação; um segundo direcionado para a elaboração das propostas de reorganização da rede escolar, discutida em conjunto com os diversos agentes educativos abrangidos, em especial com os decisores políticos e serviços técnicos competentes municipais, as Juntas de Freguesia, a direção do agrupamento de escolas e dos estabelecimentos de educação e ensino da rede privada.

O **relatório** que se apresenta assume a seguinte **organização**:

- no capítulo 2, apresenta-se o enquadramento territorial do concelho de Caldas da Rainha, compreendendo o seu posicionamento estratégico, a morfologia do território e a rede de acessibilidades.
- no capítulo 3 apresenta-se uma análise ao nível da população, com o objetivo de se perceber a evolução ocorrida nos últimos anos, e compreender os principais fatores que influenciam a dinâmica demográfica.
- no capítulo 4 são apresentados indicadores relativos à dinâmica socioeconómica, focando-se aspetos relacionados com as Famílias, as Condições de Vida e a Saúde, a Educação e qualificação, a Dinâmica Económica, o Emprego e o Desemprego.
- no capítulo 5 faz-se a caracterização da oferta educativa do município, na qual se inclui o estado de conservação e as barreiras arquitetónicas dos equipamentos.
- no capítulo 6 procede-se a análise da procura educativa, analisando os quantitativos escolares, a mobilidade da população escolar e as projeções escolares por nível de ensino.
- no capítulo 7 são apresentados alguns dados sobre a situação da educação inclusiva no ano letivo de 2021/22.
- no capítulo 8 são analisados os resultados escolares, tanto ao nível dos indicadores estatísticos base, como os resultados dos exames nacionais e provas de aferição.
- no capítulo 9 procede-se à compilação dos domínios educativos complementares, designadamente a ação social escolar, o transporte escolar, as atividades de apoio à família e de enriquecimento curricular, o desporto escolar e por último, os recursos humanos.
- No capítulo 10 apresenta-se uma síntese do diagnóstico, uma análise swot e, em jeito de balanço, a matriz da política educativa municipal.
- Por último, no capítulo 11 elabora-se a proposta de reorganização da rede escolar, tendo em consideração os princípios orientadores, a estratégia de intervenção e os investimentos a concretizar.

2| enquadramento territorial



2.1. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E CARATERIZAÇÃO FÍSICA

O município das Caldas da Rainha integra a Comunidade Intermunicipal do Oeste da NUTII “Região Centro”, pertencendo administrativamente ao Distrito de Leiria. Possui “fronteira” com 5 municípios e com o oceano Atlântico (Figura 1). A nordeste, o limite é efetuado com o município de Alcobaça, a leste com o de Rio Maior, a sul com o Cadaval, a oeste e sudoeste pelos municípios de Bombarral e Óbidos, enquanto a noroeste a delimitação é efetuada com o oceano Atlântico.^{m2}

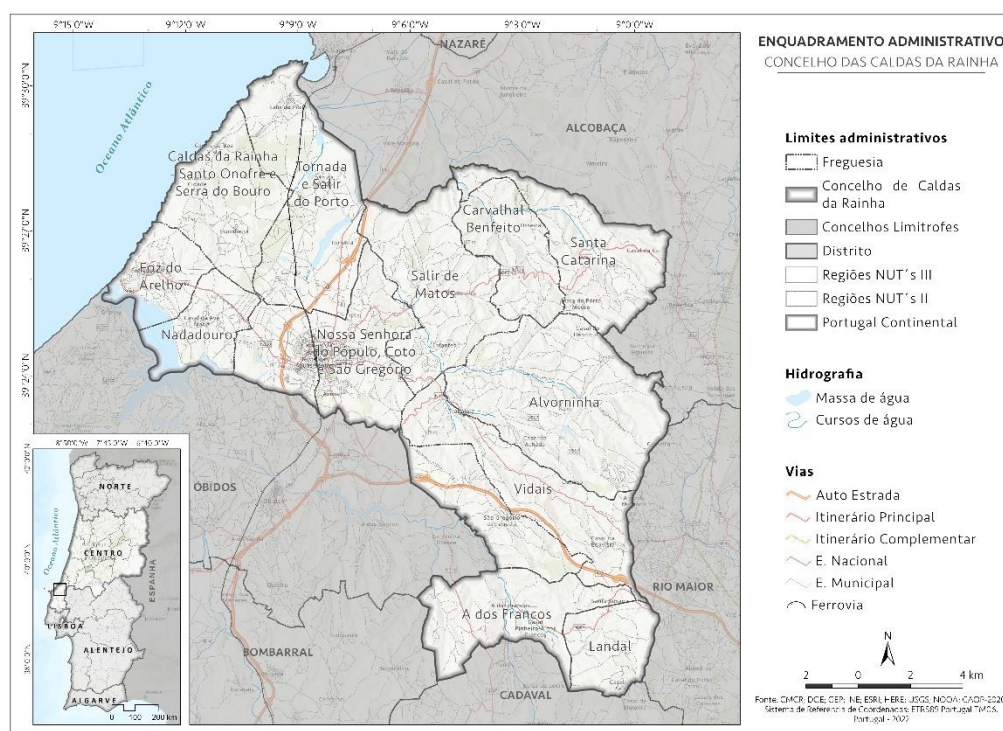


FIGURA 1 | Enquadramento administrativo.

O concelho de Caldas da Rainha, território que ocupa uma área de cerca de 256 Km², é presentemente constituída por as 12 freguesias¹. Desde modo, e salientando as alterações neste processo de reorganização, as freguesias de Tornada e Salir do Porto deram origem à “União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto”, as freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro agregaram-se como “União de Freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro”, enquanto que as freguesias de N.º Sr.ª do Pópulo, Coto e São Gregório deram origem à “União de Freguesias de N.º Sr.ª do Pópulo, Coto e São Gregório”. As restantes nove freguesias - A-dos-Santos, Alvorninha,

¹ Com a reorganização administrativa das freguesias em Portugal (Lei nº 11-A/2013), o município que era constituído por dezasseis freguesias, passou no ano de 2013 a integrar apenas 12 freguesias e Uniãos de Freguesia.

Carvalho Benfeito, Foz do Arelho, Landal, Nadadouro, Salir de Matos, Santa Catarina, e Vidais - mantiveram-se sem qualquer alteração.

As marcas do povoamento e do uso do solo refletem de forma inequívoca o posicionamento do concelho de Caldas da Rainha na designada Orla Mezoceno-zóica Ocidental Portuguesa, sendo que a sua complexidade geológica e morfológica resulta da constituição e evolução desta mesma unidade morfoestrutural do território português (RIBEIRO *et al.* 1979; FERREIRA, 1981).

É na Orla Mezoceno-zóica Ocidental Portuguesa que se desenvolve o vale diapírico das Caldas da Rainha, o qual se caracteriza pela diversidade litológica (Figura 2). A formação de Montejunto corresponde ao conjunto tradicionalmente referido como “Camadas de Montejunto” (CHOFFAT, 1893), que aflora na zona de Sobral da Lagoa, e para S-SW, no Planalto da Cesareda, é constituída por alternância de calcários, margas e calcários margosos (ZBYSZEWSKI e ALMEIDA, 1960; RUGET-PERROT, 1961). Porém, neste contexto litológico, o substrato das Caldas da Rainha é dominado por rochas sedimentares, particularmente por arenitos e argilas (correspondem a cerca de 64,1% do território), encontrando-se estes, fundamentalmente, no setor a leste do diapiro. No entanto, o afloramento de areias, arenitos, argilosos, lignitos e diatomitos recobrem uma parte significativa do diapiro. As formações de natureza predominantemente calcária possuem uma menor expressão territorial, encontrando-se presentes em ambos os flancos do diapiro de Caldas da Rainha, ao longo de faixas com direção NNE-SSW ²(HENRIQUES, 2009).

O vale tifónico das Caldas da Rainha é a expressão geomorfológica de um anticlinal (uma dobra convexa das camadas geológicas), apresentando um núcleo central formado por materiais geológicos moldáveis, materiais pertencentes à unidade conhecida como “Margas de Dagorda” (composta essencialmente por margas e argilas - DINIS, 2013).

Destacam-se neste setor, estruturas horizontais - planaltos e planícies estruturais - e monoclinais, local onde ainda se faz sentir alguma influência da Serra de Montejunto, não excedendo, porém, a altitude o valor de 260 metros, sendo o marco geodésico de maior altitude do concelho o existente em Achada (Freguesia de Landal) o qual apresenta uma altitude de 255 metros. As superfícies existentes, compostas por areias e arenitos, observam vestígios da erosão fluvial, apresentando desse modo vertentes e declives com algum significado (Figura 3).

² Zbyszewski & Andrade (1957) quando realizaram o trabalho sobre as ocorrências diversificadas de rochas ígneas no vale tifónico de Caldas da Rainha, no essencial em direção sul, observando-se rochas vulcânicas já muito erodidas, visíveis em colinas que são vestígios de chaminés vulcânicas associadas ao diapirismo.

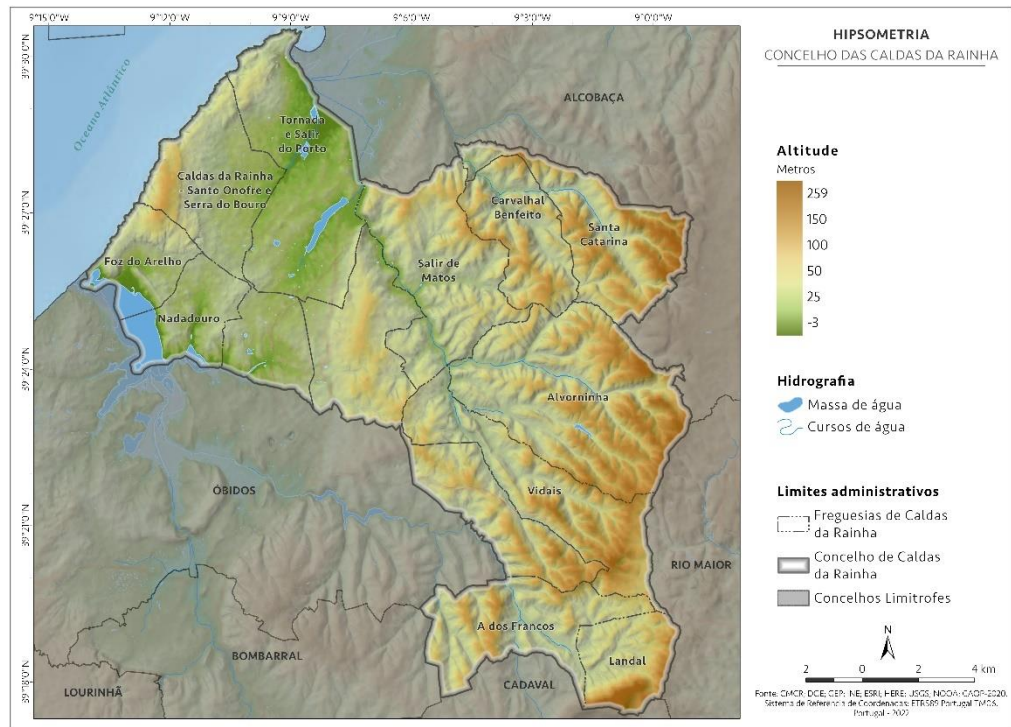


FIGURA 2 | Hipsometria do concelho de Caldas da Rainha.

No território das Caldas da Rainha desenvolvem-se duas pequenas bacias hidrográficas - a Bacia do Rio da Cal e a do Rio de Tornada. A bacia do rio do Cal está integrada no ecossistema da Lagoa de Óbidos, tal como o rio Arnóia, que desagua na Lagoa de Óbidos. Esta, possui um percurso de cerca de 6 km no município das Caldas da Rainha, com direção NNW/SSE. Por seu turno, o rio da Sanguinheira é um afluente da margem direita do Arnóia, possuindo um percurso com cerca de 6 km. O Rio Tornada, cuja génese se encontra na Serra dos Candeeiros, desagua na Baía de São Martinho do Porto, a qual pode funcionar como o leito de inundação deste curso de água. Ao longo do seu trajeto, associam-se-lhe a ribeira de Alfeizerão e que tem como afluente da margem direita, a ribeira de Santa Catarina (SILVA, 2014). Por seu turno, a ribeira da Moita possui diversos afluentes, sendo que após um percurso de cerca de 4,8 km, passa a designar-se como rio da Fanadia. Este tem como afluente da margem direita a ribeira de Alvorninha, que no seu trajeto recebe como afluentes da margem esquerda a ribeira da Vila Nova (PMDFCI, 2009).

No que concerne à hidrografia, os principais aparelhos fluviais, os quais se encontram relacionados nos seus sectores terminais com a Lagoa de Óbidos, são constituídos pelo Rio da Calambos e pelo Rio Arnóia (e seus afluentes) que penetram no município junto a A-dos-Francos, situados na bacia hidrográfica de Óbidos, e o Rio Tornada e Ribeira de Alfeizerão, ambos drenados para a Baía de S. Martinho do Porto, e que percorrem o concelho no sentido NW/SE (PMDFCI, 2009).

Por fim, a lagoa de Óbidos encontra-se parcialmente inserida no município de Caldas da Rainha, abrangendo cerca de 1,5% do território concelhio. Esta lagoa possui uma herança

geomorfológica de enorme valor. Com a subida do nível do oceano, as águas do mar penetraram no continente através dos vales inundando, desta forma, as áreas mais baixas da depressão diapírica, originando lagunas ou estuários confinados (HENRIQUES, 2009).

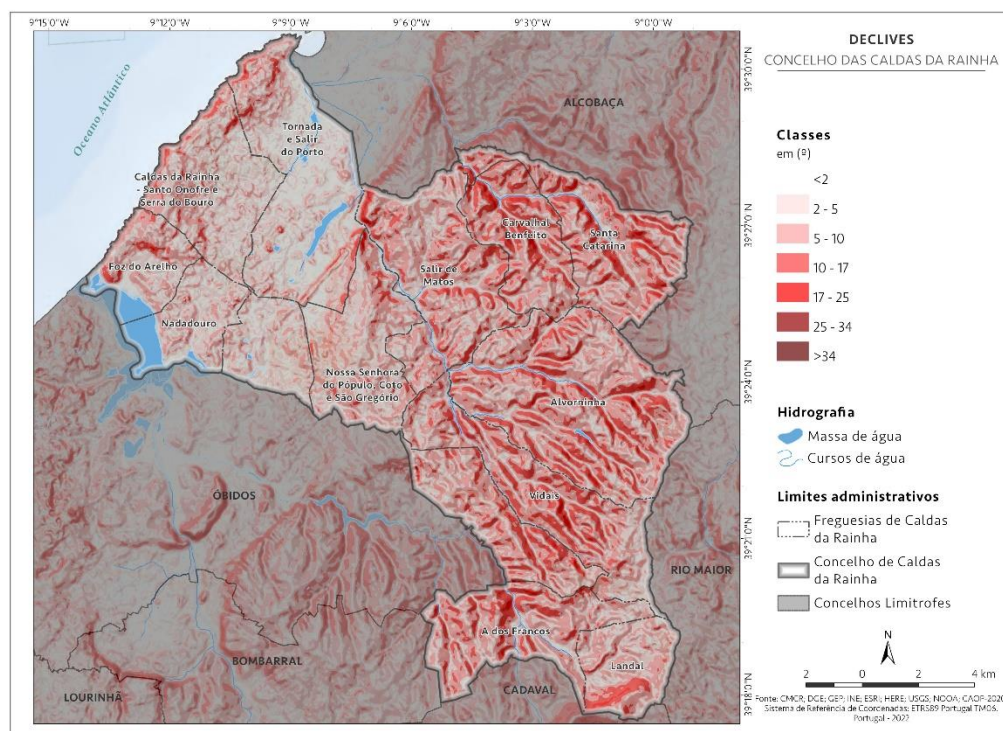


FIGURA 3 | Declives.

Do ponto de vista biogeográfico, Caldas da Rainha encontra-se situado na região biogeográfica mediterrânica, província Lusitano-Andaluza Litoral, Subprovíncia Divisório Portuguesa-Sadense, Sector Divisório-Português, Subsector Divisório-Português Setentrional, e distrito Estremenho Litoral (NETO *et al.*, 2008). Na análise do uso e ocupação do solo do município, baseando-se na Carta de Ocupação do Solo de 2015, destaca-se a importância das áreas florestais e meios naturais e seminaturais (50,8%), pois embora as áreas classificadas como espaços florestais (42,4%) apresentem um maior peso no que respeita às áreas de uso e ocupação do solo, contudo as áreas de florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (7,2%) também contribuem para este domínio das áreas naturais (Figura 4). Os sectores ligados às explorações agrícolas e agroflorestais (34,1%) assumem uma importância destacada neste território. Os tipos de culturas mais utilizados na região são sobretudo as culturas permanentes (14,9%), e as áreas agrícolas heterogêneas (11,4%). Embora com valores muito menos significativos que os apresentados anteriormente, também existem outro tipo de uso no plano das áreas agrícolas e agroflorestais, como sendo as culturas temporárias (7,6%) e as pastagens permanentes (0,19%) (Carta de Ocupação do Solo, 2015).

Relativamente às áreas artificializadas (12,1%) estas apresentam uma composição significativa, atendendo ao contexto urbano em que o município de encontra. Assim sendo, é possível afirmar

que as áreas artificializadas que compõe o território, sobretudo o tecido urbano (6,8%) na sua maioria encontra-se no sector onde se verifica a maior concentração populacional. Também as restantes áreas que a classe de territórios artificializados compreende encontram uma distribuição geográfica em concordância com os tecidos urbanos, embora com uma representatividade muito menos significativa, sendo respetivamente, a áreas de indústria, comércio e transportes (4,74%), áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção (0,39%) e os espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas (0,25%) (Carta de Ocupação do Solo, 2015).

O território municipal é ainda composto por uma pequena porção (2,9%) de espaços que englobam as zonas húmidas e os corpos de água. Os primeiros representam espaços como pauis e turfeiras, e os corpos de água por sua vez encontram-se subdivididos entre águas interiores, como os cursos de água, e águas costeiras, associadas às zonas de praia a importância da Lagoa de Óbidos (Carta de Ocupação do Solo, 2015).

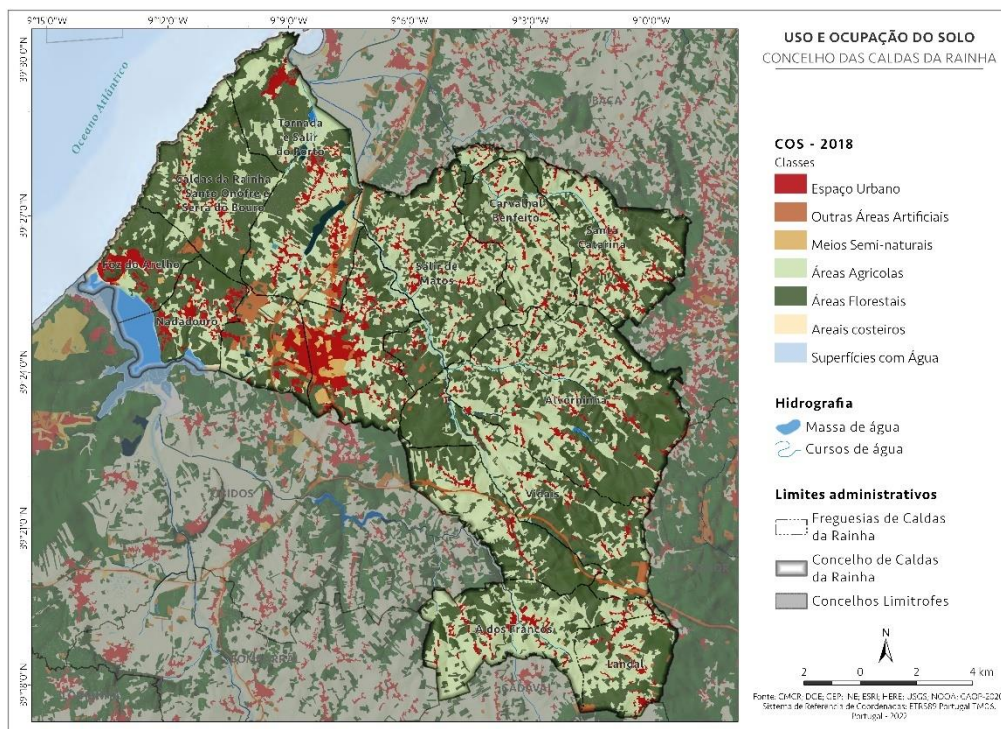


FIGURA 4 | Uso do solo.

Quanto às características climáticas de Caldas da Rainha, estas são essencialmente explicadas pela influência atlântica, determinando as principais características do clima do município. Esta influência origina verões relativamente frescos e a invernos suaves com elevados valores mensais de precipitação (RIBEIRO *et al.*, 1988). Baseando-se no índice xerotérmico de Gaussen, Caldas da Rainha encontra-se posicionado numa zona climática mesomediterrânica atenuada, possuindo cerca de 80 a 100 dias biologicamente secos (PMDFCI, 2009), enquanto nos principais

tipos climáticos Suzanne Daveau *et al.* (1985) o integra no “litoral oeste” e Denise Brum Ferreira (2005) refere-se a um domínio climático atlântico (ou de fachada oceânica).

2.2. REDE DE ACESSIBILIDADES

O município das Caldas da Rainha possui uma localização estratégica no âmbito de um espaço de articulação entre distritos do centro litoral sul - Leiria, Santarém e Lisboa -, comunidades intermunicipais - CIM Oeste, CIM leiria, CIM Lezíria do Tejo e AML -, e excecionais acessibilidades que se traduzem pelos atravessamentos de duas autoestradas - a A8 e a A15, bem como o fácil acesso à A1 e ao IC2. Existem fatores que favorecem a centralidade territorial e a afirmação regional, criando, deste modo, um grande potencial de desenvolvimento das Caldas da Rainha como uma cidade intermediária a diversos níveis, sobretudo ao nível social, cultural e económico (Figura 5).

Está associado a Caldas da Rainha um sistema de transportes multimodal que inclui os transportes rodoviários (terminal rodoviário) e ferroviários (linha do Oeste com duas estações no território do município), embora algo comprometido pela fraca relevância do sistema ferroviário que o serve (PEDCR 2030, 2017).

Atualmente, no município das Caldas da Rainha possui um sistema de mobilidade que permite o acesso às principais infraestruturas estratégicas nacionais e internacionais, caso do aeroporto internacional de Lisboa (86 km ou 1h10m de distância) ou aos portos de Lisboa (90 km ou 1h23m) e da Figueira da Foz (106 km ou 1h13m).

Relativamente à rede rodoviária, esta é constituída por vários eixos, cuja relevância é realizada em função da hierarquia (nacional e regional) resultante da Rede Rodoviária Nacional.

As já referidas autoestradas - A8 e A15 - permitem verificar dois tipos de articulação entre o litoral e o interior da região, tal como a região da Grande Lisboa e a região de Leiria (e a sua continuação para norte). A A8 é uma autoestrada que liga Lisboa a Leiria, atravessando estes dois distritos, bem como toda a região Oeste, sendo que a A8 possui uma ligação também à A15 nas Caldas da Rainha, e que a liga a Santarém (A1). A A8 apresenta continuidade com a grande área metropolitana do Porto através das A17 e A29.

Por sua vez, a EN8 – “Estrada da Estremadura” atravessa Caldas da Rainha de sul para norte ligando Óbidos, Bombarral e Torres Vedras a sul, a norte ligando Alcobaça e Leiria. Quanto à EN361, que integra a rede nacional de estradas de Portugal, esta liga Lourinhã a Cadaval, e qual atravessa o sudoeste do município, ligando-se este ao Cadaval e a Rio Maior. Por seu turno, a EN114 passa no centro e sudeste do município das Caldas da Rainha estabelecendo também a ligação a Rio Maior. Já a via EN114-1 atravessa o centro e este do município ligando-se à EN114. A EN115 possui um troço que percorre a fronteira sul e sudoeste das Caldas da Rainha ligando-se ao concelho do Cadaval.

Já no contexto das ciclovias, a “Estrada Atlântica”³, que é a maior do país e que permite estabelecer relações entre a vocação lúdica e turística da zona costeira da região Oeste, o município é atravessado em 8 Km, tendo início na Foz do Arelho e culmina em Salir do Porto.

Quanto à rede ferroviária, a linha ferroviária do Oeste permite consolidar uma ligação segura, confortável e eficiente entre Lisboa e Caldas da Rainha. Desta forma, beneficia o complexo termal e as zonas de veraneio costeiras, através das duas estações: Caldas da Rainha e Salir do Porto.

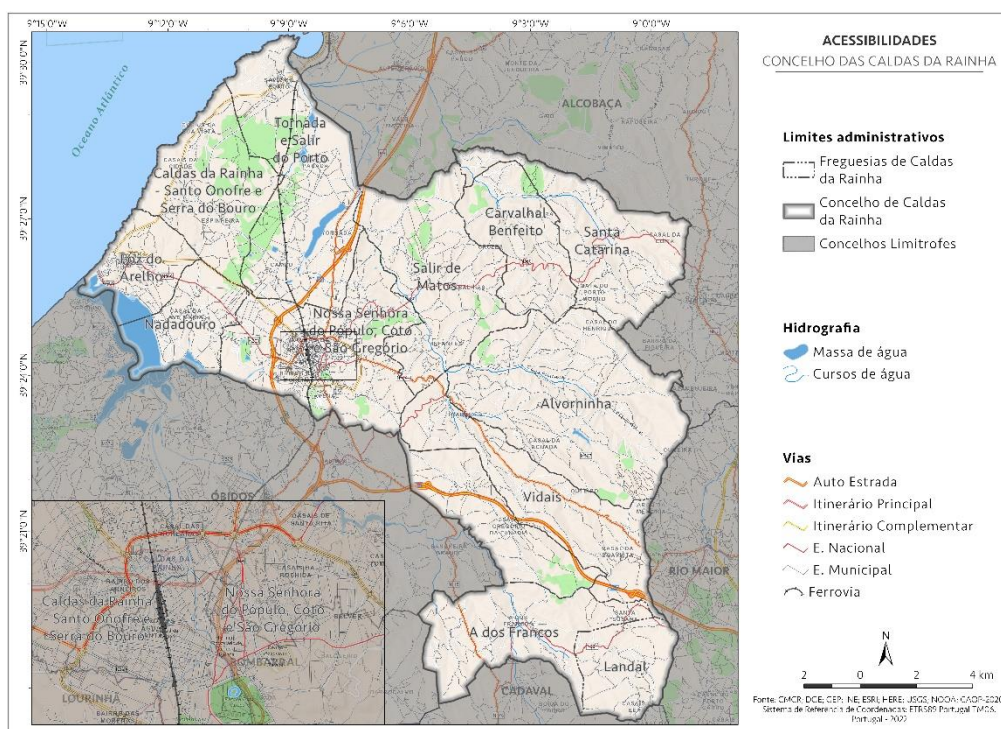


FIGURA 5 | Rede de acessibilidades.

³ Percorre a costa da região de Leiria, com cerca de 62 Km, interrelaciona 6 municípios entre Pombal e Caldas da Rainha.

3| caraterização demográfica



3.1. ENQUADRAMENTO DAS CALDAS DA RAINHA NO CONTEXTO REGIONAL

O concelho de Caldas da Rainha, localiza-se na Região Centro de Portugal (NUT II), distrito de Leiria, integrando a Comunidade Intermunicipal do Oeste (NUT III). Encontra-se limitado a nordeste pelo município de Alcobaça, a leste com o de Rio Maior, a sul com o Cadaval, a oeste e sudoeste pelos municípios de Bombarral e Óbidos, sendo que a noroeste a delimitação é efetuada com o oceano Atlântico.

Caldas da Rainha, com os seus 50.910 habitantes em 2021, apresentava-se como sendo o terceiro concelho mais populoso no contexto da sub-região, representando 14% do total populacional da Comunidade Intermunicipal do Oeste. Era apenas ultrapassada em termos populacionais pelos concelhos de Torres Vedras (83.072 habitantes) e Alcobaça (54.965 habitantes) (Quadro 1).

Na última década (2011-2021) a evolução foi negativa, registando um decréscimo de -1,6% da população residente (-819 indivíduos). No contexto da região do Oeste apenas mais 5 concelhos registaram uma perda de população residente (Alcobaça, Bombarral, Cadaval, Nazaré e Peniche), sendo que os restantes concelhos apresentaram uma evolução positiva. De salientar que o decréscimo observado pelas Caldas da Rainha foi inferior ao observado em termos nacionais (-2,1%) e da região Centro (-4,3%).

Com uma superfície territorial de 255,7 Km² e uma população de 50.910 habitantes, Caldas da Rainha apresentava-se como sendo um território bastante povoado (199,1 hab./km²), registando uma densidade populacional acima da média nacional (112,2 hab./km²), da Região Centro (78,9 hab./km²) e do Oeste (177,2 hab./km²), assumindo o quarto lugar no contexto dos concelhos que constituem o Oeste, logo a seguir ao concelho de Peniche (340,8 hab./km²), de Torres Vedras (204 hab./km²) e de Sobral de Monte Agraço (202,3 hab./km²).

O concelho de Caldas da Rainha apresentava um índice de envelhecimento de 212,3, sendo este superior à média nacional (182,1) e da sub-região Oeste (185,5), mas inferior à média da região Centro (228,6). Comparativamente com os restantes concelhos, as Caldas da Rainha apresentavam o quinto índice de envelhecimento mais elevado. De salientar ainda que o município de Cadaval apresentava o maior índice de envelhecimento da região do Oeste (262,5).

Paralelamente, no que diz respeito ao índice de dependência, o concelho apresentava um valor superior (60,8) ao verificado no Oeste (59,7) e no País (57). Ou seja, em cada 100 ativos existiam 60 não ativos no concelho.

No que se refere ao peso da população com menos de 14 anos, as Caldas da Rainha apresentavam uma proporção de jovens de 12,1%, sendo ligeiramente inferior ao valor da região Oeste (13,1%) e de Portugal (12,9%). Por outro lado, a proporção de população com 65 e mais anos (25,7%) assumia-se superior à média nacional (23,4%) e da região do Oeste (24,3%).

A taxa de natalidade apresentava-se ligeiramente inferior nas Caldas da Rainha (6,4‰), comparativamente à média da região do Oeste (7,6‰), da região Centro (6,7‰) e do País (7,7‰). De referir que o concelho de Caldas da Rainha apresentava uma das taxas de natalidade mais baixas desta região, sendo que apenas o concelho do Cadaval (5,9‰) apresentava um valor mais baixo. Por último, era superior a proporção de população estrangeira residente nas Caldas da Rainha (7,3%), comparativamente aos restantes concelhos do Oeste.

QUADRO 1 | Caraterização global das dinâmicas demográficas no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	População residente	Varição populacional	Densidade populacional	Índice de envelhecimento	Índice de dependência	Taxa de natalidade	População com menos de 14 anos	População com 65 anos ou mais	Proporção de população estrangeira
	2021	2011-2021	2021	2021			2021		
	nº	%	hab/km²	nº		‰	%		
Alcobaça	54 965	-3,0	131,7	221,7	60,4	6,6	11,7	26,0	4,7
Alenquer	44 442	2,7	147,0	134,9	54,4	9,0	15,0	20,2	7,1
Arruda dos Vinhos	13 992	4,5	202,3	118,4	55,7	7,6	16,4	19,4	5,2
Bombarral	12 746	-3,4	138,9	222,5	66,3	8,0	12,4	27,5	5,2
Cadaval	13 372	-6,0	78,5	262,5	71,3	5,9	11,5	30,1	4,0
Lourinhã	26 240	2,0	177,9	189,7	63,4	7,8	13,4	25,4	5,4
Nazaré	14 881	-1,8	173,0	209,2	63,2	8,3	12,5	26,2	5,5
Óbidos	11 922	1,3	84,9	217,3	64,1	7,5	12,3	26,7	6,8
Peniche	26 429	-4,8	344,4	195,5	65,0	7,9	13,3	26,1	4,1
Sobral de Monte Agraço	10 540	3,8	207,9	136,2	55,5	7,1	15,1	20,6	4,7
Torres Vedras	83 072	4,5	194,7	172,1	56,3	8,4	13,2	22,8	6,0
Caldas da Rainha	50 910	-1,6	205,2	212,3	60,8	6,4	12,1	25,7	7,2
Oeste	363 511	0,3	163,8	185,5	59,7	7,6	13,1	24,3	5,8
Região Centro	2 227 239	-4,3	79,0	228,6	63,6	6,7	11,8	27,0	3,8
Portugal	10 343 066	-2,1	112,2	182,1	57,0	7,7	12,9	23,4	5,2

Fonte: INE - Recenseamentos da População e Habitação, Censos 2021.

3.2. EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

O concelho de Caldas da Rainha é composto por 12 freguesias, designadamente: A dos Francos, Alvorninha, Carvalhal Benfeito, Foz do Arelho, Landal, Nadadouro, Santa Catarina, União de Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto, São Gregório, União de Freguesias das Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra do Bouro, União de Freguesias Tornada e Salir do Porto e Vidais, perfazendo uma área total de 255,7km² e com uma população residente de cerca de 50.917 indivíduos, tal como já foi referido.

Tendo por base a tipologia das áreas urbanas do INE, observa-se que apenas 3 freguesias pertencem ao grupo das áreas predominantemente urbanas: Foz do Arelho, união das freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório e união das freguesias das Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra do Bouro. Já no grupo das freguesias mediantemente urbanas incluem-se as freguesias de Nadadouro, Santa Catarina, união das freguesias de

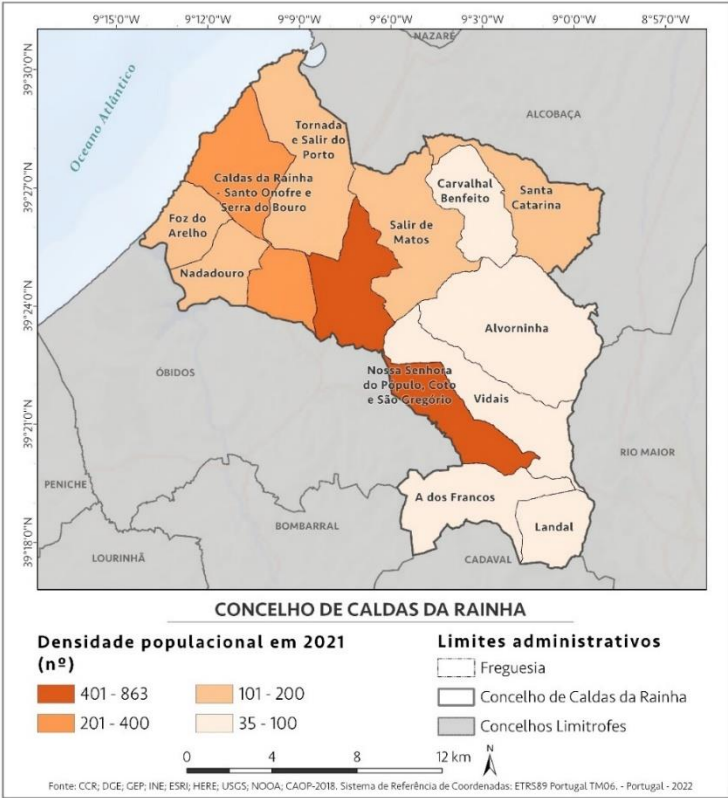
Tornada e Salir do Porto. Deste modo cerca de 80,4% da população residente se concentra em espaço urbano ou mediantemente urbano. As restantes freguesias apresentam características predominantemente rurais (Quadro 2 e Figura 6).

QUADRO 2 | Tipologia das freguesias, área e densidade populacional.

Unidade territorial	Tipologia	Área (km²)	Densidade populacional (hab/km²)
			2021
A dos Francos	APR	18,9	86,2
Alvorninha	APR	37,6	70,4
Carvalhal Benfeito	APR	14,0	81,8
Foz do Arelho	APU	9,6	145,5
Landal	APR	10,2	91,9
Nadadouro	AMU	10,6	185,1
Salir de Matos	APR	24,6	105,0
Santa Catarina	AMU	20,0	134,7
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	APU	21,5	862,7
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	APU	31,7	375,6
UF Tornada e Salir do Porto	AMU	27,5	161,2
Vidais	APR	29,5	35,2
Caldas da Rainha	-	255,7	199,1
Oeste	-	2051,6	163,7
Região Centro	-	34171,4	78,9
Portugal	-	92225,2	112,2

Fonte: INE - Recenseamentos da População e Habitação, Censos 2021; DGTerritório, CAOP 2015.

A consideração para o concelho de Caldas da Rainha dos valores de população residente desde os anos cinquenta do século XX permite uma leitura em termos evolutivos, ao mesmo tempo que possibilita algumas reflexões sobre as características do território (Quadro 3 e Figura 7). Efetivamente, entre 1950 e 2021 o concelho registou um aumento de 13.745 habitantes (37%). No entanto, este aumento não se faz sentir de forma contínua. Entre 1950 e 1960 ocorreu um ligeiro acréscimo de residentes (315 habitantes, correspondendo a 0,8%). Entre 1960 e 1970, em virtude dos movimentos migratórios da década a tendência foi no sentido de um decréscimo de população residente (-1895 habitantes, correspondendo a -5,1%). Na década seguinte, a tendência foi invertida, observando-se um extraordinário acréscimo populacional de 15,3% (5433 habitantes). A partir desta década a tendência foi sempre no sentido do acréscimo populacional, sendo que entre 1970 e 2011 o município registou um aumento de 16.144 habitantes (45,37%). Contudo, a tendência inverte-se na última década, em 2021 registou-se um decréscimo de -819 habitantes (-1,6%).

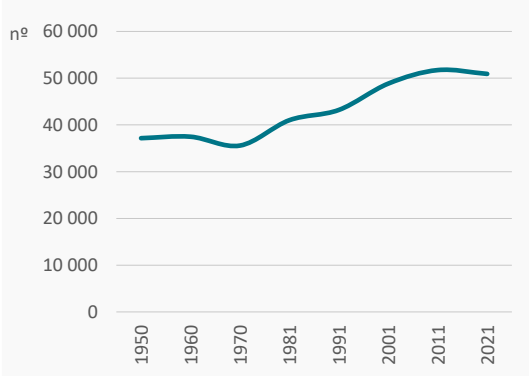


Fonte: INE, Censos 2021.
FIGURA 6 | Densidade populacional em 2021.

QUADRO 3 | Evolução da população residente e variação populacional, de 1950 a 2021.

Anos	População residente (nº)	Variação populacional (%)
1950	37 165	—
1960	37 480	0,8
1970	35 585	-5,1
1981	41 018	15,3
1991	43 205	5,3
2001	48 846	13,1
2011	51 729	5,9
2021	50 9107	-1,6

Fonte: INE - Recenseamentos da População e Habitação, Censos 2021.



Fonte: INE - Recenseamentos da População e Habitação, Censos 2021.

FIGURA 7 | Evolução da população residente, de 1950 a 2021.

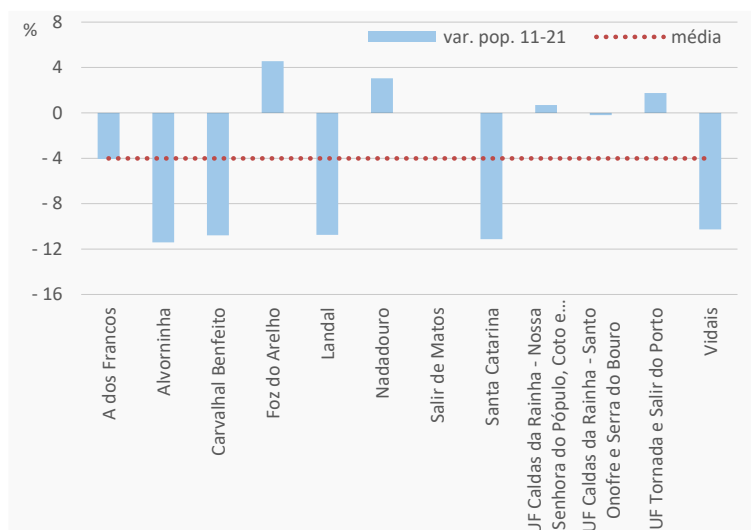
A análise da distribuição dos valores de população residente nas doze freguesias que integram na atualidade o concelho de Caldas da Rainha permite distinguir grupos de freguesias que apresentam comportamentos demográficos semelhantes nos dez anos mais recentes (Quadro 4 e Figuras 8 e 9). A União de Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório e a União de Freguesias das Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra de Bouro assumiam-se como as mais populosas, ao longo do período em análise. Com efeito, estas totalizavam cerca de 18.540 habitantes (36,4%) e 11.902 habitantes (23,4%), respetivamente, no ano de 2021. Estas freguesias assumiam um lugar de centralidade, constituindo a cidade das Caldas da Rainha.

QUADRO 4 | População residente e variação, de 2001 a 2021.

Unidade territorial	2001		2011		2021		Variação da população			
							2011-2021		2001-2021	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
A dos Francos	1 797	3,7	1 701	3,3	1 632	3,2	-69	-4,1	-165	-9,2
Alvorninha	3 123	6,4	2 987	5,9	2 646	5,2	-341	-11,4	-477	-15,3
Carvalhal Benfeito	1 339	2,7	1 279	2,5	1 141	2,2	-138	-10,8	-198	-14,8
Foz do Arelho	1 223	2,5	1 339	2,6	1 400	2,8	61	4,6	177	14,5
Landal	1 144	2,3	1 051	2,1	938	1,8	-113	-10,8	-206	-18,0
Nadadouro	1 422	2,9	1 904	3,7	1 962	3,9	58	3,0	540	38,0
Salir de Matos	2 428	5,0	2 583	5,1	2 583	5,1	0	0,0	155	6,4
Santa Catarina	3 282	6,7	3 029	5,9	2 692	5,3	-337	-11,1	-590	-18,0
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	16 495	33,8	18 413	36,2	18 540	36,4	127	0,7	2 045	12,4
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	11 495	23,5	11 926	23,4	11 902	23,4	-24	-0,2	407	3,5
UF Tornada e Salir do Porto	3 920	8,0	4 358	8,6	4 434	8,7	76	1,7	514	13,1
Vidais	1 178	2,4	1 159	2,3	1 040	2,0	-119	-10,3	-138	-11,7
Caldas da Rainha	48 846	100	51 729	100	50 910	100	-819	-1,6	2 064	4,2
Oeste	338 711	-	362 311	-	363 511	-	1 200	0,3	24 800	7,3
Região Centro	2 348 397	-	2 316 169	-	2 227 239	-	-88 930	-3,8	-121 158	-5,2
Portugal	10 356 117	-	10 542 398	-	10 343 066	-	-199 332	-1,9	-13 051	-0,1

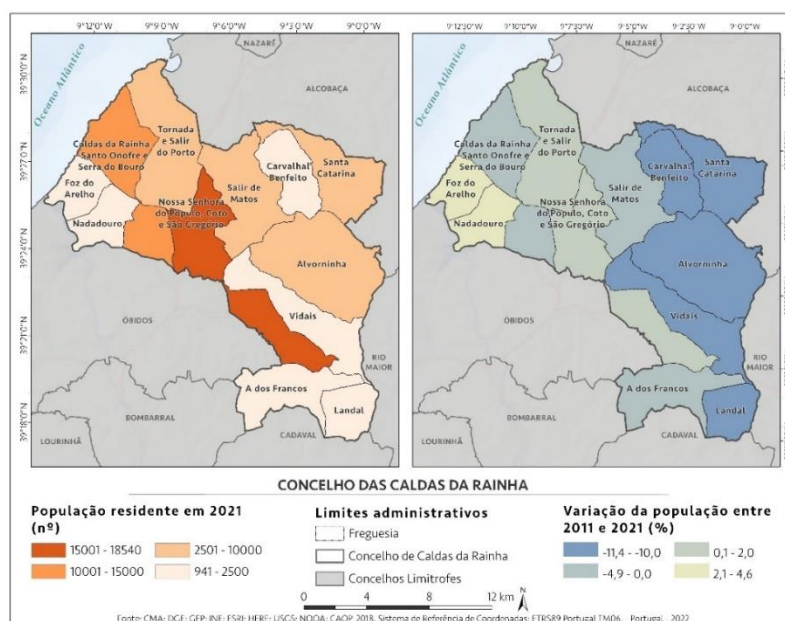
Fonte: INE - Recenseamentos da População e Habitação, Censos 2021.

Através do último período intercensitário, é perceptível que apenas quatro freguesias registaram um acréscimo populacional, nomeadamente a freguesia de Foz do Arelho (61 habitantes, correspondendo a 4,6%), a freguesia de Nadadouro (58 habitantes, correspondendo a 3,1%), a união de freguesias de Tornada e Salir do Porto (76 habitantes, correspondendo a 1,7%) e a união de freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (127 habitantes, correspondendo a 0,7%). As restantes freguesias que constituem o concelho apresentaram, na última década, dinâmicas demográficas semelhantes, verificando-se uma evolução negativa, com exceção da freguesia de Salir de Matos que manteve o seu número de habitantes, entre 2011 e 2021.



Fonte: INE - Recenseamentos da População e Habitação, Censos 2021.

FIGURA 8 | Variação da população entre 2011 e 2021.



Fonte: INE - Recenseamentos da População e Habitação, Censos 2021.

FIGURA 9 | População residente em 2021 e variação populacional entre 2011 e 2021.

3.3. FATORES DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA

As variações observadas na população do concelho e das freguesias que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais: por um lado, o crescimento natural, cuja relação com o próprio planeamento de equipamentos educativos se torna elemento fundamental e, por outro, o saldo migratório, que no contexto da atual conjuntura se assume como um fator também decisivo, mas cuja análise se torna particularmente difícil dada a dificuldade em prever a sua evolução.

A análise dos valores do crescimento efetivo sublinha uma evolução negativa ao longo do período de referência, variando entre -0,1‰, em 2011, e os 10,9‰, em 2020.

O comportamento do crescimento efetivo resulta, neste caso específico, de forma geral, da variação e conjugação, de duas variáveis preponderantes. Por um lado, o saldo migratório que demonstra uma tendência de entrada da população, fundamentalmente nos anos mais recentes (11,3‰ em 2019 e 9,1‰ em 2020). Por outro lado, o crescimento natural, que resulta do balanço entre a natalidade e mortalidade, tem sido sempre negativo, sendo que no ano de 2020 chegou a ser de -7,7‰. A diminuição da natalidade e o aumento da mortalidade são os fatores que mais condicionam a variação da população no concelho.

A natalidade no concelho de Caldas da Rainha, a par do observado na generalidade dos concelhos portugueses, destacou-se como um dos indicadores que sofreram maiores alterações nas últimas décadas. A análise da evolução dos valores da natalidade entre 2001 e 2021 para o município das Caldas da Rainha revelou um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos (Quadro 5).

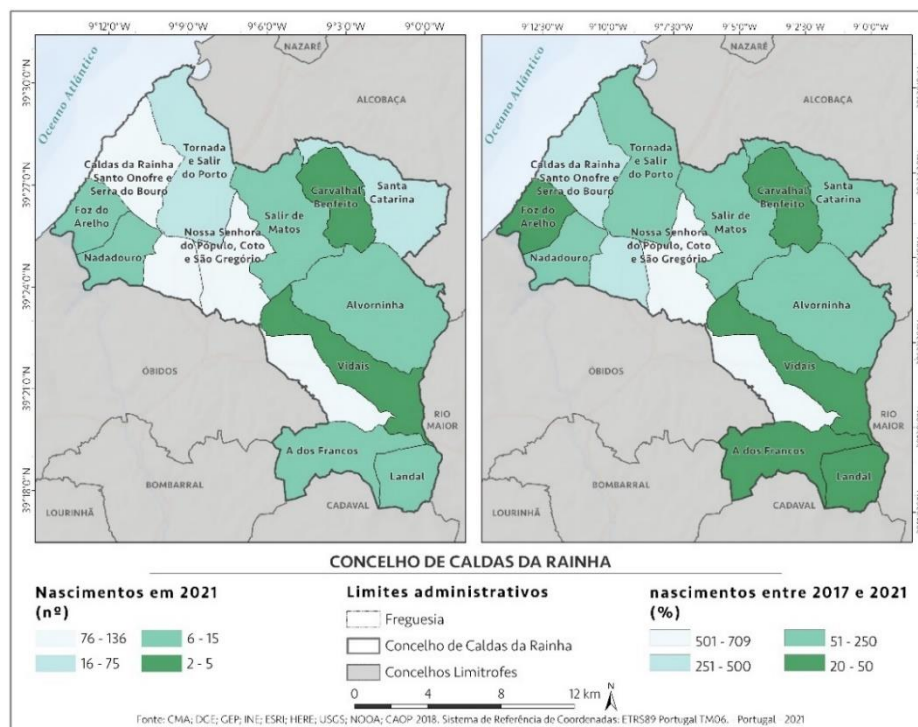
A consideração do número de nados-vivos mostra, no entanto, uma tendência geral que se expressa num número de nascimentos anual entre as quatro e as cinco centenas até ao ano de 2012. A partir desse ano a tendência foi no sentido da diminuição no número de nascimentos até ao ano de 2017, com exceção no ano de 2016 que ocorreu um ligeiro aumento, passando de 357 nascimentos em 2015 para 388 nascimentos em 2016. Em 2018 e 2019 observou-se um aumento no número de nascimentos (350 e 364 nascimentos, respetivamente). Contudo, nos dois últimos anos em análise a tendência no sentido da diminuição do número de nascimentos volta a ser visível, sendo que, em 2021, neste concelho ocorreram 327 nascimentos.

São naturalmente as freguesias mais populosas aquelas que apresentam um maior número de nascimentos (Figura 10). Deste modo, e considerando o ano de 2021, observa-se que a união das freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório registou um maior número de nascimentos (152).

QUADRO 5 | Nados-vivos, de 2001 a 2021.

Unidade territorial	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
A dos Francos	11	17	17	14	8	13	12	20	13	15	26	18	10	9	15	9	8	13	10	3	8
Alvorninha	30	24	41	25	24	25	15	25	18	19	18	19	19	14	17	18	12	20	15	15	8
Carvalhal Benfeito	8	12	10	11	12	7	8	8	12	11	5	4	7	7	6	12	4	3	3	10	4
Foz do Arelho	14	17	8	14	15	12	8	17	8	10	14	6	10	5	8	10	7	4	9	10	8
Landal	9	6	11	10	9	10	11	14	5	9	6	7	7	7	6	6	9	4	5	3	9
Nadadouro	17	19	13	22	22	13	23	22	12	20	9	10	13	12	7	6	13	12	13	15	8
Salir de Matos	25	22	24	26	29	33	23	23	15	24	25	22	12	10	11	20	14	18	14	11	14
Santa Catarina	45	28	37	33	34	25	29	24	18	17	12	28	12	20	14	16	14	14	13	18	17
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	138	208	210	183	169	187	170	172	131	180	146	185	144	143	136	165	131	142	148	152	136
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	156	172	154	157	161	136	130	139	162	122	132	100	120	105	101	94	101	92	100	89	83
UF Tornada e Salir do Porto	41	24	34	43	47	38	47	37	33	27	23	47	26	20	31	23	30	24	27	26	30
Vidais	4	9	9	8	8	9	7	5	5	10	3	4	2	5	5	9	3	4	7	4	2
Caldas da Rainha	498	558	568	546	538	508	483	506	432	464	419	450	382	357	357	388	346	350	364	356	327

Fonte: INE - Estatísticas demográficas.



Fonte: INE - Estatísticas demográficas.

FIGURA 10 | Nascimentos em 2021, e entre 2017 e 2021.

No que diz respeito à taxa de fecundidade, no ano de 2001 nasceram cerca de 41 crianças por 1000 mulheres em idade fértil e no ano de 2011 nasceram 34,1 crianças (Figura 11). Para o ano mais recente de 2021, como já era esperado ocorre uma diminuição desta taxa passando a ser apenas 31 nascimentos por 1000 mulheres em idade fértil, refletindo as transformações relacionadas com a diminuição do número de filhos por mulher, o aumento da idade média da fecundidade, e a elevação da idade média ao nascimento do primeiro filho. De salientar que o concelho de Caldas da Rainha apresenta valores da taxa de fecundidade significativamente mais baixos do que a sub-região Oeste (36%) e do que Portugal (36%).

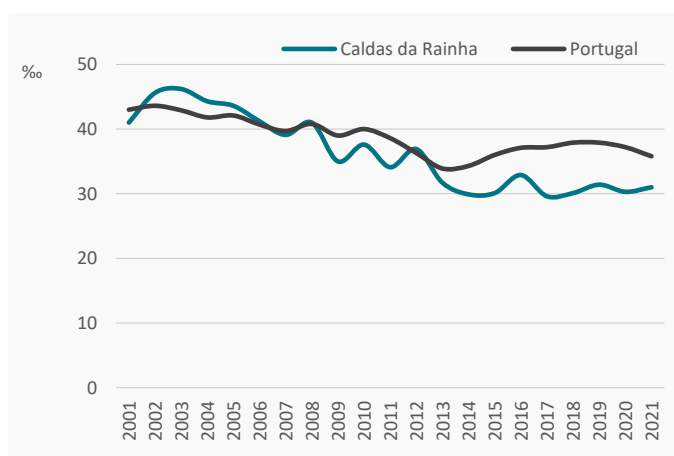


FIGURA 11 | Evolução da taxa de fecundidade geral entre 2001 e 2021.

A análise da evolução no mesmo período de tempo do número de óbitos destaca, igualmente, um comportamento irregular, sendo que os valores oscilaram sempre entre as quatro e as cinco centenas (Quadro 6). Fundamentalmente a partir de 2010 observa-se um acréscimo nos valores da taxa de mortalidade, atingindo, em 2015, um total de 609 óbitos no município. A partir de 2015 a tendência visível é para o crescimento do número de óbitos, com exceção dos anos 2017 e 2019, alcançando, em 2020, os 717 óbitos no município.

QUADRO 6 | Óbitos, de 2001 a 2021.

Unidade territorial	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
A dos Francos	20	14	19	15	27	13	25	26	29	28	29	25	23	29	38	40	36	40	30	23	37
Alvorninha	41	49	38	43	47	29	35	38	36	40	41	35	38	37	42	46	34	33	38	32	43
Carvalho Benfeito	16	8	13	8	6	18	13	13	10	8	7	19	8	17	23	19	18	16	12	19	14
Foz do Arelho	16	21	9	10	14	11	19	16	15	15	16	10	25	19	20	28	16	16	13	17	18
Landal	17	22	12	14	10	12	18	15	16	14	17	15	16	17	14	13	12	11	17	31	20
Nadadouro	18	12	14	16	18	14	14	15	17	19	12	19	32	11	17	21	15	18	13	23	28
Salir de Matos	22	23	33	27	21	22	24	31	41	25	31	32	23	36	33	31	31	37	38	42	37
Santa Catarina	38	24	31	38	34	39	38	29	28	33	29	39	36	41	32	34	37	35	34	36	35
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	176	171	206	198	207	182	192	202	219	205	205	230	219	198	220	219	204	219	222	255	272
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	79	92	84	99	87	95	91	112	89	95	109	95	95	112	111	107	111	115	101	127	132
UF Tornada e Salir do Porto	48	42	42	33	45	43	51	51	43	44	47	52	53	42	44	46	64	62	47	59	63
Vidais	21	16	21	17	28	19	11	18	15	16	17	19	20	23	15	11	16	21	14	25	18
Caldas da Rainha	512	494	522	518	544	497	531	566	558	542	560	590	588	582	609	615	594	623	579	689	717

Fonte: INE - Estatísticas demográficas.

A consideração para o concelho de Caldas da Rainha dos valores de população residente desde os anos cinquenta do século XX permite uma leitura em termos evolutivos, ao mesmo tempo que possibilita algumas reflexões sobre as características do território. Efetivamente, entre 1950 e 2021 o concelho registou um aumento de 13.752 habitantes (37%). No entanto, este aumento não se faz sentir de forma contínua. Entre 1950 e 1960 ocorreu um ligeiro acréscimo de residentes (315 habitantes, correspondendo a 0,8%). Entre 1960 e 1970, em virtude dos movimentos migratórios da década a tendência foi no sentido de um decréscimo de população residente (-1895 habitantes, correspondendo a -5,1%). Na década seguinte, a tendência foi invertida, observando-se um extraordinário acréscimo populacional de 15,3% (5433 habitantes). A partir desta década a tendência foi sempre no sentido do acréscimo populacional, sendo que entre 1970 e 2011 o município registou um aumento de 16.144 habitantes (45,37%). Contudo, a tendência inverte-se na última década, em 2021 registou-se um decréscimo de -812 habitantes (-1,6%).

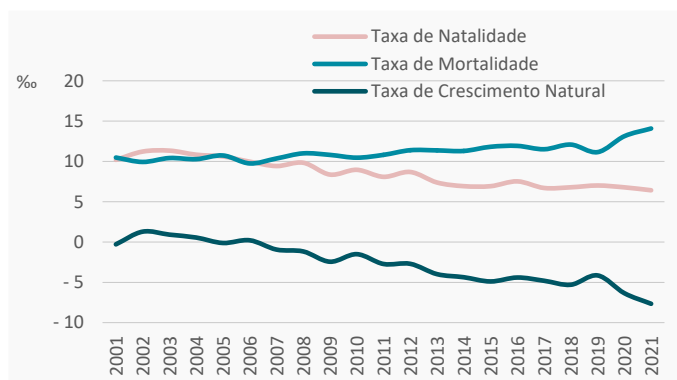
Importa sublinhar a relevância do saldo migratório positivo nos últimos anos como elemento que atenua a dinâmica natural negativa. Em 2019 e 2020 o crescimento efetivo passou para 7,2% e 10,8%, como resultado da forte dinâmica migratória observada (Quadro 7 e Figura 12).

Efetivamente, a população estrangeira deverá ser visto como elemento central para a inversão da tendência de decréscimo de efetivos em idade ativa. Sem o contributo das migrações será muito difícil resolver o problema de decréscimo e envelhecimento populacional.

QUADRO 7 | Dinâmica natural, de 2001 a 2021.

Anos	Natalidade	Taxa de Natalidade	Mortalidade	Taxa de Mortalidade	Crescimento Natural	Taxa de Crescimento Natural	Saldo Migratório	Taxa de crescimento migratório	Taxa de Crescimento Efetivo
	n.º	‰	n.º	‰	n.º	‰	n.º	‰	‰
2001	498	10,2	512	10,5	-14	-0,3	491	10,0	9,7
2002	558	11,2	494	9,9	64	1,3	420	8,5	9,8
2003	568	11,3	522	10,4	46	0,9	329	6,6	7,5
2004	546	10,8	518	10,3	28	0,6	275	5,5	6,1
2005	538	10,6	544	10,7	-6	-0,1	280	5,5	5,4
2006	508	10,0	497	9,8	11	0,2	287	5,6	5,8
2007	483	9,4	531	10,4	-48	-0,9	316	6,2	5,3
2008	506	9,8	566	11,0	-60	-1,2	276	5,4	4,2
2009	432	8,4	558	10,8	-126	-2,4	300	5,8	3,4
2010	464	9,0	542	10,5	-78	-1,5	254	4,9	3,4
2011	419	8,1	560	10,8	-141	-2,7	134	2,6	-0,1
2012	450	8,7	590	11,4	-140	-2,7	142	2,7	0,0
2013	382	7,4	588	11,4	-206	-4,0	140	2,7	-1,3
2014	357	6,9	582	11,3	-225	-4,4	5	0,1	-4,3
2015	357	6,9	609	11,8	-252	-4,9	287	5,6	0,7
2016	388	7,5	615	11,9	-227	-4,4	242	4,7	0,3
2017	346	6,7	594	11,5	-248	-4,8	296	5,7	0,9
2018	350	6,8	623	12,1	-273	-5,3	208	4,0	-1,3
2019	364	7,0	579	11,2	-215	-4,1	587	11,3	7,2
2020	356	6,8	689	13,1	-333	-6,3	898	17,2	10,9
2021	327	6,4	717	14,1	-390	-7,7			

Fonte: INE - Estatísticas demográficas.



Fonte: INE - Estatísticas demográficas.

FIGURA 12 | Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural, de 2001 a 2021.

A análise anteriormente realizada da evolução demográfica no concelho de Caldas da Rainha indicava estas tendências ao nível da dinâmica natural da população, ao mesmo tempo que permite também pensar que algumas freguesias terão comportamentos diferentes que traduzirão algum poder de atração sobre populações exógenas (Quadro 8). Assim, considerando numa outra escala espacial de análise sublinha-se para o ano de 2021, o crescimento natural negativo em todas as freguesias do concelho de Caldas da Rainha. As freguesias de A dos Francos

e Vidais registaram uma taxa de crescimento natural negativa com maior expressividade (-17,8‰ e -15,4‰, respetivamente).

QUADRO 8 | Dinâmica natural, em 2021.

Unidade territorial	Natalidade	Taxa de natalidade	Mortalidade	Taxa de mortalidade	Crescimento natural	Taxa de crescimento natural
	nº	‰	nº	‰	nº	‰
A dos Francos	8	4,9	37	22,7	-29	-17,8
Alvorninha	8	3,0	43	16,3	-35	-13,2
Carvalhal Benfeito	4	3,5	14	12,3	-10	-8,8
Foz do Arelho	8	5,7	18	12,9	-10	-7,1
Landal	9	9,6	20	21,3	-11	-11,7
Nadadouro	8	4,1	28	14,3	-20	-10,2
Salir de Matos	14	5,4	37	14,3	-23	-8,9
Santa Catarina	17	6,3	35	13,0	-18	-6,7
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	136	7,3	272	14,7	-136	-7,3
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	83	7,0	132	11,1	-49	-4,1
UF Tornada e Salir do Porto	30	6,8	63	14,2	-33	-7,4
Vidais	2	1,9	18	17,3	-16	-15,4
Caldas da Rainha	327	6,4	717	14,1	-390	-7,7
Oeste	2 776	7,6	4 994	13,7	-2 218	-6,1
Região Centro	14 891	6,7	31 555	14,2	-16 664	-7,5
Portugal	79 582	7,7	124 802	12,1	-45 220	-4,4

Fonte: INE - Estatísticas demográficas.

3.4. ESTRUTURA ETÁRIA, ENVELHECIMENTO E DEPENDÊNCIA

Uma das conclusões a retirar da análise dos valores da população por escalão etário parece ser a crescente diminuição das classes mais jovens, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que espelha, de modo bastante claro, a crescente tendência para o envelhecimento da população.

A estrutura da população das Caldas da Rainha sofreu alterações consideráveis ao longo dos últimos 40 anos (Figura 13). Entre 1981 e 2021 verificou-se que no concelho a população adulta (25-64 anos) sofreu um ligeiro aumento desde 1981 (passando de 49% para 51,7%), assim como a população idosa (mais de 65 anos), que também apresentou um aumento, mas mais significativo do que a população adulta (passando de 12,4% para 25,7%). Por outro lado, a população jovem (0-14 anos) e a população adulta (15-24 anos) apresentaram um decréscimo, no mesmo período, passando de 22,9% para 12,1% e de 15,7% para 10,5%, respetivamente.

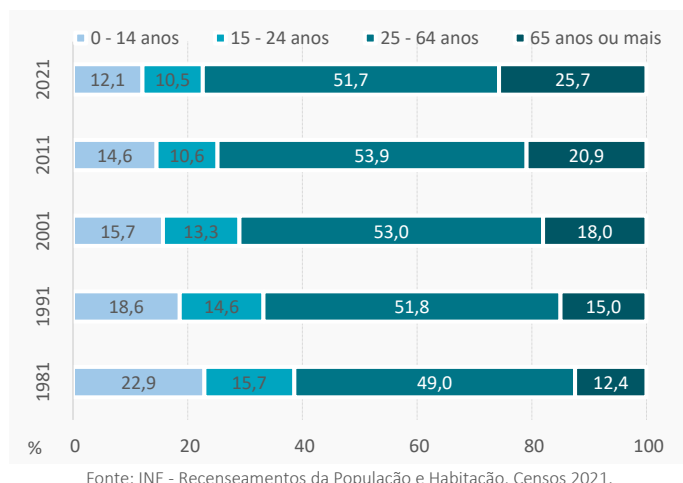


FIGURA 13 | População residente, segundo os grandes grupos etários, de 1981 a 2021.

A análise dos resultados da estrutura etária nas Caldas da Rainha sublinha, para a última década, uma evolução demográfica no sentido do rápido envelhecimento da população, tendência que deve motivar uma séria reflexão.

A análise da pirâmide etária do concelho de Caldas da Rainha para o ano de 2011 reflete, comparativamente ao ano de 2001, um envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide (Figura 14). Ao decréscimo da população pertencente às classes etárias jovens corresponde, naturalmente, um aumento da população adulta e idosa. Os grupos etários até aos 29 anos registaram um decréscimo populacional neste período, o que pode estar associado à diminuição dos nascimentos, ao progressivo envelhecimento populacional e ao período de crise económica e financeira que assolou o país após 2008. A tendência prossegue na década seguinte (2011-2020), sendo de sublinhar sobretudo o aumento de idosos nas classes etárias superiores (Figura 15).

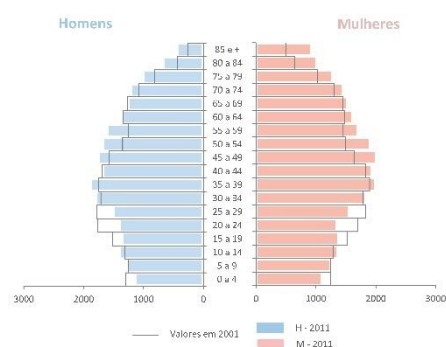


FIGURA 14 | Pirâmide etária da população residente entre 2001 e 2011.

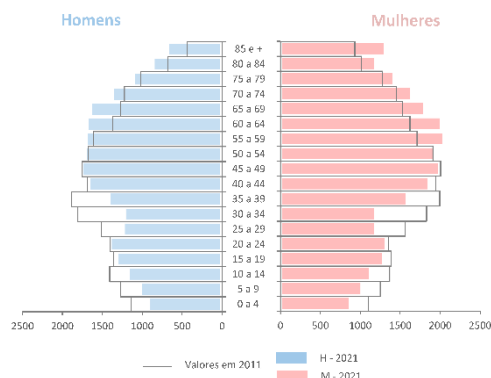


FIGURA 15 | Pirâmide etária da população residente entre 2011 e 2021.

A evolução do índice de envelhecimento (rácio entre o número de idosos e o número de jovens) entre 2011 e 2021 evidencia o ritmo a que esta transformação tem ocorrido, passando de 143,5 idosos por cada 100 jovens em 2011 para uma relação de 212,3 idosos por cada 100 jovens em 2021. Tendo em conta o contexto nacional, trata-se de valores igualmente

expressivos, já que esta relação em Portugal era de 127,8 em 2011 evoluindo para 182,1 em 2021. Por outro lado, importa referir que todas as freguesias registaram um acréscimo no índice de envelhecimento entre 2011 e 2021, salientando-se a freguesia de Santa Catarina que registou o aumento mais significativo passando de 146 idosos por cada 100 jovens em 2011 para 279,2 idosos por cada 100 jovens em 2021.

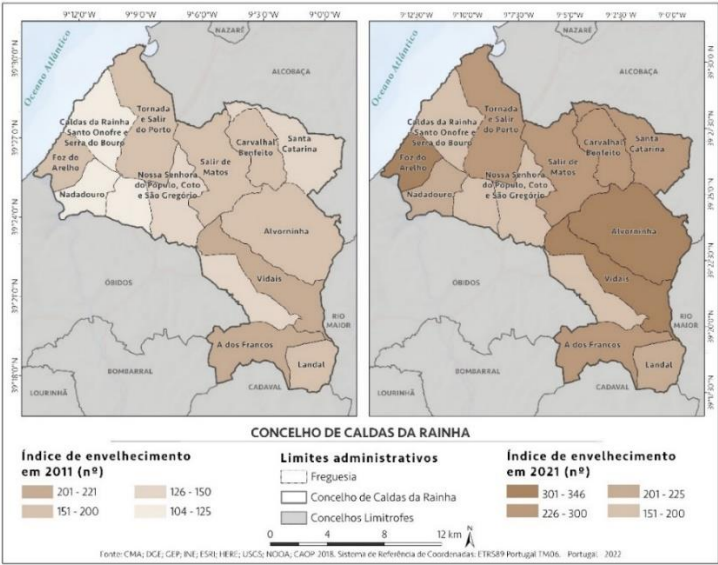
A leitura dos resultados do índice de dependência ajuda, também, a refletir sobre a necessidade de definir políticas ativas no que diz respeito à população. Para o concelho de Caldas da Rainha ocorreu um aumento do valor deste índice entre 2011 e 2021, de 55% para 60,8%. Considerando os valores das freguesias, para o ano mais recente, a freguesia de A de Francos e de Foz do Arelho eram as que apresentavam um valor no índice de dependência total mais significativo (83% e 70,5%, respetivamente). Por outro lado, a UF Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra de Bouro era a freguesia com menor índice de dependência (52,4%) (Quadro 9 e Figura 16).

As populações de idades mais avançadas ou, pelo contrário, mais jovens, constituem populações dependentes, na medida em que não contribuem diretamente para a produção de riqueza do País. Em relação ao índice de dependência de idosos verificou-se um acréscimo entre 2011 e 2021 (de 32,4 para 42,4). Este acréscimo apresentou resultados mais expressivos na UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (de 28,1 para 44,5).

QUADRO 9 | Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária, em 2011 e 2021.

Unidade territorial	Índice de envelhecimento (%)		Índice de dependência Total (%)		Estrutura Etária (%)					
					0 a 14		15 a 64		65 e +	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
A dos Francos	221,2	283,4	66,8	83,0	12,5	11,8	60,0	54,7	27,6	33,5
Alvorninha	176,6	318,5	65,7	69,8	14,3	9,8	60,4	58,9	25,3	31,3
Carvalhal Benfeito	172,2	262,6	56,2	64,2	13,2	10,8	64,0	60,9	22,8	28,3
Foz do Arelho	191,7	316,5	58,3	70,5	12,6	9,9	63,2	58,6	24,2	31,4
Landal	188,3	221,4	60,2	62,3	13,0	11,9	62,4	61,6	24,5	26,4
Nadadouro	109,1	222,2	53,9	64,6	16,8	12,2	65,0	60,8	18,3	27,1
Salir de Matos	154,2	261,7	60,2	68,4	14,8	11,2	62,4	59,4	22,8	29,4
Santa Catarina	146,0	279,2	56,2	59,2	14,6	9,8	64,0	62,8	21,4	27,4
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	146,5	199,4	54,0	59,0	14,2	12,4	64,9	62,9	20,8	24,7
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	104,3	151,2	47,4	52,4	15,7	13,7	67,9	65,6	16,4	20,7
UF Tornada e Salir do Porto	161,5	248,9	61,4	70,0	14,5	11,8	62,0	58,8	23,5	29,4
Vidais	214,9	345,8	67,2	69,9	12,8	9,2	59,8	58,8	27,4	31,9
Caldas da Rainha	143,5	212,3	55,0	60,8	14,6	12,1	64,5	62,2	20,9	25,7
Oeste	132,6	185,5	54,5	59,7	15,2	13,1	64,7	62,6	20,1	24,3
Região Centro	163,4	228,6	56,6	63,6	13,7	11,8	63,9	61,1	22,4	27,0
Portugal	127,8	182,1	51,3	57,0	14,9	12,9	66,1	63,7	19,0	23,4

Fonte: INE - Recenseamentos da População e Habitação, Censos 2021.



Fonte: INE - Recenseamentos da População e Habitação, Censos 2021.

FIGURA 16 | Índice de envelhecimento em 2011 e 2021.

Numa referência ao índice de dependência de jovens, verificou-se uma diminuição da dependência do número de jovens entre 2011 e 2021 (de 22,6 para 19,5), ou seja, são cada vez menos os jovens neste território (Quadro10). Este facto parece mostrar uma intensa correlação com a diminuição do número de indivíduos em idade ativa, sobretudo dos escalões mais jovens – uma tendência que, presumivelmente, se deverá ter agravado após 2011 durante o período mais intenso da crise económica e social.

QUADRO 10 | Índice de dependência (jovens, idosos e total) em 2011 e 2021.

Unidade territorial	Índice de dependência					
	Jovens		Idosos		Total	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Foz do Arelho	20,8	21,6	46,0	61,3	66,8	83,0
Carvalhal Benfeito	23,7	16,7	41,9	53,1	65,7	69,8
A dos Francos	20,6	17,7	35,5	46,5	56,2	64,2
Landal	20,0	16,9	38,3	53,6	58,3	70,5
Vidais	20,9	19,4	39,3	42,9	60,2	62,3
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	25,8	20,1	28,1	44,5	53,9	64,6
Santa Catarina	23,7	18,9	36,5	49,5	60,2	68,4
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	22,8	15,6	33,4	43,6	56,2	59,2
UF Tornado e Salir do Porto	21,9	19,7	32,1	39,3	54,0	59,0
Salir de Matos	23,2	20,9	24,2	31,6	47,4	52,4
Alvorninha	23,5	20,0	37,9	49,9	61,4	70,0
Nadadouro	21,4	15,7	45,9	54,2	67,2	69,9
Caldas da Rainha	22,6	19,5	32,4	41,4	55,0	60,8
Oeste	23,4	20,9	31,0	38,8	54,5	59,7
Região Centro	21,5	19,3	35,1	44,2	56,6	63,6
Portugal	22,5	20,2	28,8	36,8	51,3	57,0

Fonte: INE - Recenseamentos da População e Habitação, Censos 2021.

3.5. PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS - 2021-2041

As projeções demográficas, para além de procurarem explicar a dinâmica populacional e os fatores que a podem influenciar, possibilitam informação de enorme relevância em processos de tomada de decisão a nível social, económico, ambiental e de planeamento territorial e de recursos, como é o caso do planeamento da oferta educativa e de equipamentos escolares. De facto, a programação de equipamentos e o desenvolvimento de ações de promoção, tanto ao nível do investimento público como privado, melhoram significativamente quando se baseiam em projeções demográficas (Rodrigues, 2012).

Tendo em atenção as dinâmicas populacionais descritas e as principais implicações do ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território importa, no quadro dos objetivos desta análise, tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal para as próximas duas décadas. Nesta projeção, realizada para as diversas freguesias do concelho, considerou-se a população, por grupos etários relativa ao ano de 2021, para se projetar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2026; 2026-2031; 2031-2036 e 2036-2041.

Utilizou-se o método das componentes por *coortes* como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos etários). Este método de projeção, cuja eficácia é manifestamente reconhecida (Haub, C., 1987; Carrilho, 2005; Rodrigues, L., 2012), permite a elaboração de diferentes cenários demográficos, baseados em diferentes evoluções das componentes fecundidade, mortalidade e migrações.

A metodologia prospetiva utilizada para o conhecimento da população no futuro baseia-se em projeção, considerando os cenários balizados pela assunção do conhecimento atual da população, da evolução das componentes de mortalidade e natalidade no passado recente e respetivas tendências. Este conhecimento, as opções associadas às componentes e a utilização do método das componentes por *coortes* possibilita a obtenção de valores de população, por sexo e escalão etário, num horizonte das próximas décadas (2031-2041), para o concelho e freguesias correspondentes.

Neste método, a população inicial ou de partida é agrupada por sexo e por *coortes*, definidas pelo ano de nascimento, e continuamente atualizada de acordo com os cenários resultantes de diferentes combinações de hipóteses de evolução alternativas sobre os níveis futuros das componentes de variação demográfica – fecundidade, mortalidade e migrações – e pelo natural envelhecimento anual, até se atingir o último ano do período de projeção (2031).

Este método parte de 4 premissas:

1. **População residente:** Conhecemos a população atual, as suas características e comportamentos. Uma parte da população que existirá no futuro é a atual, mas com mais anos, mais velha;
2. **Fecundidade:** Outro elemento de base para procurar antecipar o futuro depende dos nascimentos que entretanto ocorrerão e que constituirão os novos jovens. Os

nascimentos são o resultado dos níveis de fecundidade e da estrutura etária da população feminina em idade fértil, ou seja, do número médio de filhos por mulher (Índice Sintético de Fecundidade – ISF) e da existência de mais ou menos mulheres nas idades férteis (15-49 anos), e, em particular, nas idades mais férteis (20-34 anos);

3. **Mortalidade:** O terceiro eixo a considerar tem a ver com os óbitos que irão ocorrer. A dinâmica da mortalidade relaciona-se com as probabilidades de morte nas várias idades, ou seja, nos valores da esperança de vida, e com a estrutura etária da população;
4. **Migrações:** Por fim, a causa de mais difícil antecipação, os fluxos migratórios de entrada (imigrantes) e saída (emigrantes) de pessoas da população em análise. Quer os dados existentes, a dificuldade em medir o fenómeno, quer a inconstância dos movimentos muito dependentes dos contextos, políticos, económicos e culturais fazem com que a consideração desta dinâmica se revista de grande complexidade ao realizar exercícios que procuram antecipar as tendências no futuro. As taxas de migração utilizadas, foram as obtidas na década anterior (2011-2021), mas aplicadas, logicamente, à população projetado, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na próxima década, o saldo migratório iria ser o mesmo).

Utilizaram-se os seguintes dados oficiais do INE:

- População residente por freguesia, por sexo e idade, para o ano de 2021;
- Nados-vivos por freguesia, sexo e idade da mãe, entre os anos de 2019 e 2021;
- Óbitos por freguesia, sexo e idade, para o ano de 2021.

As projeções da população segundo o método *cohort*⁴ *survival* são calculadas em três fases fundamentais. Na primeira são calculados os sobreviventes no início de cada ano, por sexo e idade, com base nas probabilidades de sobrevivência. Na segunda etapa é determinado o número de nascimentos, a sua distribuição por sexo, e o número dos nascimentos sobreviventes até ao início do período seguinte. Nesta projeção, o calendário da fecundidade segue o comportamento observado na população feminina em idade fértil no concelho de Caldas da Rainha. Na terceira etapa, considera-se o saldo migratório definido para o período em análise, por sexo e idade⁵.

Utilizaram-se tábuas de mortalidade por sexo e escalão etário, assim como se realizou a projeção da fecundidade a partir dos valores passados. A função de probabilidade de sobrevivência entre dois anos completos ou entre dois grupos de anos completos, a fecundidade, os nascimentos e o princípio de que a evolução da população no futuro depende da que existe na atualidade, serviram de base para projetar a população.

⁴ Cohort (cohorte ou coorte) define-se “como um conjunto de indivíduos que viveram o mesmo acontecimento demográfico durante um dado período” (Torres, 1996).

⁵ Face à inexistência de dados estatísticos com esta desagregação, optou-se por não considerar esta dimensão.

Optou-se por realizar três cenários, utilizando apenas a fecundidade e a esperança de vida pelas razões apontadas.

1. O **cenário “central”** considera que entre 2011 e 2031 se manterão as premissas de base inalteráveis do concelho e das freguesias – fecundidade e número médio de filhos por mulher (1,3 no concelho) e uma esperança de vida à nascença que em termos médios é de 79 anos para os homens e 84 anos para as mulheres. O comportamento registado pelos concelhos nas últimas décadas faz pensar que este será o cenário mais provável, mesmo admitindo que o contexto atual, de incerteza e mudanças constantes e em aceleração, poderá ter consequências nos valores projetados;
2. O **cenário “otimista”** assume que os níveis de fecundidade terão uma evolução moderadamente mais favorável, mantendo-se a esperança média de vida em média de 79 anos para os homens e de 84 anos para as mulheres. Os seja, teríamos alguma recuperação dos nascimentos e, por consequência, dos jovens, ao mesmo tempo que se manteriam os valores dos anos vividos. Utilizámos, para os diferentes concelhos e freguesias que os integram, os valores de fecundidade de 1,6 filhos em 2031 e 2041, mantendo os mesmos valores de esperança média de vida calculados em 2021. Mesmo admitindo que poderão existir ganhos de anos de vida tendo em atenção a atual evolução e contexto económico, tecnológico, social e cultural da humanidade, os valores mais elevados do concelho fazem pensar que os ganhos tenderão a ser pouco expressivos. Este cenário é plausível, mas pouco provável tendo em conta a evolução populacional mais recente e a tendência para o progressivo declínio da fecundidade.
3. O **cenário “desejável”** assenta em níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos em 2031 e 2041), mantendo-se os mesmos valores de esperança média de vida observados em 2021. O comportamento que a demografia portuguesa tem mostrado nas últimas décadas e o contexto pós-crise 2008 e pós-Covid 2019 fazem pensar que Portugal não terá nas próximas décadas condições para atingir níveis de fecundidade como o que se registou, pela última vez, em 1981 (2,13 filhos).

Os resultados da aplicação deste método a populações particulares dão informações sobre o volume e a composição (segundo o sexo e as idades) da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excecional (catástrofes, guerras, epidemias, etc.). Os resultados projetados para o futuro traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospetivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios).

3.5.1. Cenários

Os resultados das projeções são apresentados com base em três cenários, resultado de diferentes combinações possíveis das variantes consideradas em cada uma das componentes de evolução. O cenário central conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos. Contudo, face à incerteza associada ao comportamento demográfico futuro, para além deste cenário, estabeleceram-se três cenários alternativos, um cenário otimista e um cenário desejável, em que as hipóteses de evolução para as componentes de fecundidade se assumem mais favoráveis.

Deste modo, a população do concelho de Caldas da Rainha em 2031, poderá situar-se entre os 47.089 e os 49.165 habitantes. Considerando o cenário central, que assume os mesmos comportamentos demográficos observados na última década, projeta-se uma quebra populacional de 7,5% (-3821 residentes face a 2021). Num cenário otimista que pressuponha uma inversão nas tendências atuais, prevê-se uma quebra de 6%, correspondendo a -3071 residentes. Já num cenário desejável teríamos um decréscimo de 3,4%, correspondendo a uma diminuição de 1745 residentes (Quadro 11).

Importa reter os principais resultados e indicadores demográficos consoante os três cenários apresentados, sendo que os mesmos serão apresentados detalhadamente em seguida. Os resultados apresentados ao nível das freguesias dizem respeito apenas ao cenário central, uma vez que será o mais provável de acontecer.

QUADRO 11 | Cenários das projeções demográficas -2021-2041 principais indicadores.

Indicadores		Cenário central				Cenário otimista			Cenário desejável		
		2021	2031	2041	var. 21-31 (%; pp)	2031	2041	var. 21-31 (%; pp)	2031	2041	var. 21-31 (%; pp)
População total (nº)		50910	47089	42812	-7,5	47839	44260	-6,0	49165	46835	-3,4
Grupos etários (%)	0-14 anos	12,1	10,9	11,2	-1,2	12,4	13,4	0,3	14,8	16,7	2,7
	15-24 anos	10,5	9,2	8,1	-1,3	9,1	8,8	-1,4	8,9	9,8	-1,7
	25-64 anos	51,7	50,3	48,0	-1,3	49,5	46,4	-2,1	48,2	43,9	-3,5
	65 e mais anos	25,7	29,5	32,7	3,8	29,0	31,4	3,2	28,2	29,7	2,5
Nados vivos (nº)		327	329	306	0,7	406	377	24,2	536	500	63,9
Taxa de natalidade (‰)		6,4	7,0	7,1	0,6	8,5	8,5	2,1	10,9	10,7	4,5
Índice de envelhecimento (nº)		212,3	270,7	292,1	58,4	233,2	235,4	20,9	190,6	178,2	-21,7
Índice de dependência total (nº)		60,8	67,9	78,3	7,1	70,6	81,1	9,7	75,3	86,5	14,5
Índice de dependência jovens (nº)		19,5	18,3	20,0	-1,2	21,2	24,2	1,7	25,9	31,1	6,4
Índice de dependência idosos (nº)		41,4	49,6	58,3	8,2	49,4	56,9	8,0	49,4	55,4	8,0
Índice Sintético de Fecundidade (nº)		1,3	1,3	1,3	-	1,6	1,6	-	2,1	2,1	-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

3.5.2. População residente

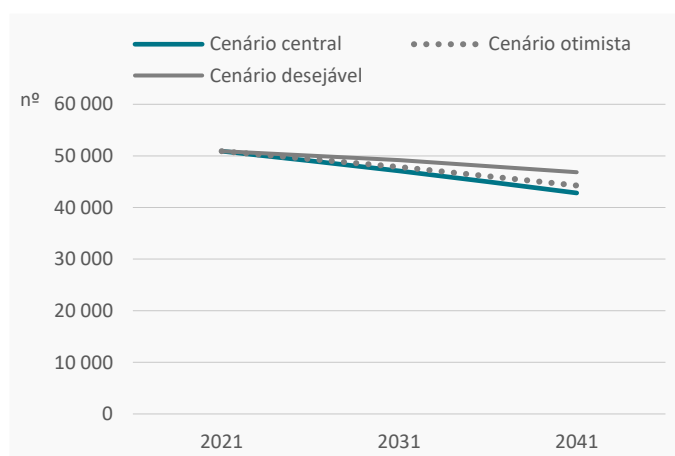
A análise realizada sobre a evolução da estrutura populacional demonstra, uma tendência para o envelhecimento populacional, em larga medida impulsionado pelo aumento da

longevidade e quebra sistemática da fecundidade e natalidade. Tal facto terá influência na evolução futura da população residente no concelho. Deste modo, estima-se que a tendência de decréscimo populacional observada na última década se acentue, em virtude da quebra progressiva da natalidade e aumento da população idosa na estrutura demográfica.

De acordo com os resultados obtidos no cenário central, a população residente em Caldas da Rainha deverá diminuir até 2031, ano em que se prevê que a população ronde os 47.089 indivíduos (-7,5% face a 2021) (Figura). Para o ano de 2041 estima-se um decréscimo de 8.098 residentes (-15,9% face a 2021).

Por sua vez, o cenário otimista projeta uma população de 47.839 em 2031 e de 44.260 em 2041 o que se traduz num decréscimo de 6% entre 2021 e 2031 e de 7,5% entre 2031 e 2041.

Mesmo acontecendo um cenário hipotético de aumento da fecundidade para 2,1, a tendência de decréscimo populacional afigura-se irreversível. No cenário desejável poderia ocorrer um decréscimo de 3,4% entre 2021 e 2031 (-1745 residentes) e de -4,7% entre 2031 e 2041 (-2329 residentes).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

FIGURA 17 | Provável evolução da população residente entre 2021 e 2041.

A análise por freguesia, considerando o cenário central, sublinha uma tendência de decréscimo de população residente em todas as freguesias. Entre 2021 e 2031 projetam-se os maiores decréscimos nas freguesias de A dos Francos, Alvorninha, Carvalhal Benfeito, Landal e Vidais, com perdas relativas que poderão ultrapassar os 10%.

Considerando o período 2021-2041 espera-se um decréscimo em todas as freguesias. Neste horizonte temporal estima-se que as maiores perdas possam ocorrer nas freguesias de Vidais (-25,6%), A dos Francos (-25,5%) e Carvalhal Benfeito (-21,9%). As freguesias urbanas com maiores quantitativos populacionais serão aquelas que em termos relativos perderão menos população. Ainda assim, sublinha-se a diminuição de 4.081 residentes entre 2021 e 2041 nas freguesias que constituem a cidade das Caldas da Rainha.

QUADRO 12 | Projeções da população residente por freguesia entre 2021 e 2041.

Freguesia	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2021-2041	
						nº	%	nº	%
A dos Francos	1632	1504	1397	1300	1216	-235	-14,4	-416	-25,5
Alvorninha	2646	2498	2362	2230	2083	-284	-10,7	-563	-21,3
Carvalhal Benfeito	1141	1085	1023	957	891	-118	-10,4	-250	-21,9
Foz do Arelho	1400	1353	1297	1234	1166	-103	-7,4	-234	-16,7
Landal	938	882	839	802	765	-99	-10,5	-173	-18,5
Nadadouro	1962	1892	1818	1735	1646	-144	-7,3	-316	-16,1
Salir de Matos	2583	2461	2337	2207	2066	-246	-9,5	-517	-20,0
Santa Catarina	2692	2590	2489	2382	2256	-203	-7,5	-436	-16,2
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	18540	17912	17284	16638	15933	-1256	-6,8	-2607	-14,1
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bourro	11902	11634	11292	10889	10427	-610	-5,1	-1475	-12,4
UF Tornada e Salir do Porto	4434	4248	4044	3820	3589	-390	-8,8	-845	-19,1
Vidais	1040	972	906	841	774	-134	-12,9	-266	-25,6
Total	50910	49030	47089	45037	42812	-3821	-7,5	-8098	-15,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

Se atendermos à dinâmica migratória e admitindo como cenário que nas próximas décadas se manterá o saldo migratório positivo registado entre 2011 e 2021 (1831 residentes), significa que a tendência de decréscimo poderá não ser tão expressiva em virtude do saldo migratório apresentar valores positivos para grande parte das freguesias (Quadro 13). Neste contexto, com a consideração do saldo migratório, poderá assistir-se a um decréscimo da população entre 2021 e 2031 (-3,9%, correspondendo a 1990 residentes). Neste cenário estima-se um acréscimo populacional nas freguesias de Nadadouro e Foz do Arelho e Salir de Matos (+65 e +5 residentes, respetivamente). As restantes freguesias evidenciam um cenário de perda populacional, mesmo considerando as migrações.

As freguesias de Alvorninha e Carvalhal Benfeito e poderão perder cerca de 14,4% e 13,1%, correspondendo a -381 e -149 habitantes, respetivamente. Este cenário evidencia a fraca capacidade de atração que estas freguesias têm conhecido nas últimas décadas. Na década seguinte, regista-se uma evolução diferente, sendo que entre 2031 e 2041 se projeta um decréscimo populacional em todas as freguesias.

Globalmente, considerando a evolução 2021-2041, estima-se que o concelho perca 6.267 habitantes (-12,3%). Considerando apenas o cenário central, sem migrações, a evolução poderá ser ainda mais desfavorável (-15,9%, correspondendo a -8.098 indivíduos).

QUADRO 13 | Projeções da população residente por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.

Freguesia	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2021-2041	
						nº	%	nº	%
A dos Francos	1632	1656	1549	1452	1368	-83	-5,1	-264	-16,2
Alvorninha	2646	2401	2265	2133	1986	-381	-14,4	-660	-25,0
Carvalhal Benfeito	1141	1054	992	926	860	-149	-13,1	-281	-24,7
Foz do Arelho	1400	1521	1465	1402	1334	65	4,6	-66	-4,7
Landal	938	883	840	803	766	-98	-10,4	-172	-18,3
Nadadouro	1962	2041	1967	1884	1795	5	0,3	-167	-8,5
Salir de Matos	2583	2661	2537	2407	2266	-46	-1,8	-317	-12,3
Santa Catarina	2692	2463	2362	2255	2129	-330	-12,2	-563	-20,9
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	18540	18874	18246	17600	16895	-294	-1,6	-1645	-8,9
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	11902	11708	11366	10963	10501	-536	-4,5	-1401	-11,8
UF Tornada e Salir do Porto	4434	4596	4392	4168	3937	-42	-0,9	-497	-11,2
Vidais	1040	1004	938	873	806	-102	-9,8	-234	-22,5
Total	50910	50861	48920	46868	44643	-1990	-3,9	-6267	-12,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

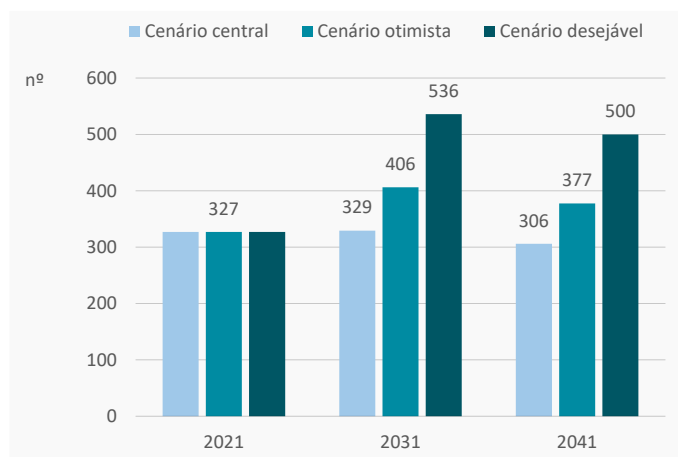
3.5.3. Natalidade

No contexto da reorganização da rede de equipamentos educativos é importante analisar como irá evoluir a natalidade. A consideração do comportamento desta variável é fundamental para que se possa prospetivar quais serão os volumes de população para os diferentes escalões de idades. A redução do número de filhos por mulher, seguida de uma estabilização desses valores em níveis muito baixos, é a característica essencial da fecundidade em Portugal (Valente Rosa *et al.*, 2010).

Os resultados obtidos em cada um dos cenários estão dependentes da evolução da fecundidade. No cenário central, para o qual não se supõe alterações no ISF, prevê-se uma certa estabilização nos nascimentos em 2031 (de 327 em 2021 para 329 em 2031). Na década seguinte deverá ocorrer um decréscimo muito evidente nos nascimentos (306 em 2041). Ou seja, em 2041 poderão nascer menos 21 crianças do que em 2021 (-6,5%).

No cenário otimista, a consideração da recuperação do ISF para 1,6 traria importantes diferenças (406 nascimentos em 2031 e 377 nascimentos em 2041). Considerando o período 2021-2041 isto significaria um aumento de 50 nascimentos (15,4%) (Figura 18).

Considerando o cenário desejável, com a passagem para 2,1 no ISF, os impactos no número de nascimentos seriam ainda maiores. Embora desejável, este cenário apenas ilustra os ganhos evidentes que um hipotético aumento da fecundidade traria a este território.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

FIGURA 18 | Provável evolução dos nascimentos entre 2021 e 2041.

Uma vez que os cenários otimista e desejável são cenários considerados como mais improváveis, a análise seguinte centra-se no cenário central. Deste modo, a evolução do número nascimentos entre 2021 e 2031 poderá trazer alguns acréscimos em certas freguesias. Já entre 2021 e 2041 o cenário poderá ser contrastado, com a diminuição de nascimentos em grande parte das freguesias (Quadro 14).

QUADRO 14 | Nados-vivos por freguesia entre 2021 e 2041.

Freguesia	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2021-2041	
						nº	%	nº	%
A dos Francos	8	9	9	10	10	1	18,1	2	21,7
Alvorninha	8	14	15	15	14	7	87,0	6	71,0
Carvalho Benfeito	4	3	3	3	3	-1	-33,8	-1	-12,9
Foz do Arelho	8	9	9	8	7	1	10,1	-1	-7,7
Landal	9	5	6	6	7	-3	-38,1	-2	-27,7
Nadadouro	8	12	13	15	14	5	66,6	6	77,3
Salir de Matos	14	12	12	13	13	-2	-14,0	-1	-8,1
Santa Catarina	17	17	18	19	16	1	6,7	-1	-4,0
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	136	139	133	128	120	-3	-2,5	-16	-11,8
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	83	87	81	78	73	-2	-1,8	-10	-12,5
UF Tornada e Salir do Porto	30	27	26	26	25	-4	-13,8	-5	-15,4
Vidais	2	4	5	4	4	3	125,6	2	85,2
Total	327	339	329	324	306	2	0,7	-21	-6,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

A evolução projetada, ainda que não seja muito dramática (comparativamente a grande parte dos concelhos portugueses), reflete a mudança de comportamentos na sociedade atual que faz adiar o nascimento do primeiro filho, considerando quer o aumento do nível de escolaridade das mulheres, a entrada mais tardia no mundo do trabalho (desemprego jovem), a precariedade do emprego (contrato a prazo), a incerteza que o futuro reserva, a ligação à família e o contexto e expectativas sobretudo dos jovens na atual sociedade em aceleração crescente.

3.5.4. Estrutura etária, Envelhecimento e Dependência

Para além do volume populacional, os nascimentos, os diferentes saldos naturais e o processo acelerado de envelhecimento populacional traduzir-se-á em diferentes estruturas etárias da população consoante o cenário demográfico.

Os resultados do cenário central dão conta de uma diminuição de quase 17% da população com menos de 14 anos. Com efeito, se no ano de 2021 existiam 6.166 jovens, no ano de 2031, espera-se que sejam 5.138 (-1028). No grupo etário dos 15 aos 24 anos a tendência será também de decréscimo (-18,7%, correspondendo a -1.002 jovens). Para o grupo etário dos 25 aos 64 anos o decréscimo poderá ser na ordem dos 9,9% (de 26.298 para 23.690 indivíduos). Por outro lado, o grupo etário dos idosos poderá ter um aumento de cerca de 6,2% nos seus efetivos (de 13.091 para 13.907 indivíduos) (Quadro 15).

QUADRO 15 | População residente e variação populacional por escalão etário entre 2021 e 2041 nas Caldas da Rainha (cenário central).

Estrutura Etária	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2021-2041		Tendência
						nº	%	nº	%	
0 a 4	1798	1693	1647	1619	1529	-151	-8,4	-269	-15,0	↓
5 a 9	2054	1798	1693	1647	1619	-361	-17,6	-435	-21,2	↓
10 a 14	2314	2054	1798	1693	1647	-516	-22,3	-667	-28,8	↓
15 a 19	2618	2310	2050	1794	1690	-568	-21,7	-928	-35,5	↓
20 a 24	2737	2610	2303	2044	1789	-434	-15,8	-948	-34,6	↑
25 a 29	2440	2735	2608	2301	2042	168	6,9	-398	-16,3	↓
30 a 34	2420	2440	2735	2608	2301	315	13,0	-119	-4,9	↓
35 a 39	3013	2418	2438	2733	2606	-575	-19,1	-407	-13,5	↓
40 a 44	3535	2999	2406	2427	2721	-1129	-31,9	-814	-23,0	↓
45 a 49	3752	3492	2963	2375	2396	-789	-21,0	-1356	-36,2	↓
50 a 54	3659	3697	3442	2920	2338	-217	-5,9	-1321	-36,1	↓
55 a 59	3761	3586	3624	3375	2862	-137	-3,6	-899	-23,9	↓
60 a 64	3718	3646	3474	3510	3268	-244	-6,6	-450	-12,1	↓
65 a 69	3467	3582	3514	3345	3379	47	1,4	-88	-2,5	↓
70 a 74	3025	3245	3357	3295	3133	332	11,0	108	3,6	↑
75 a 79	2542	2685	2879	2979	2924	337	13,3	382	15,0	↑
80 a 84	2057	2028	2143	2297	2379	86	4,2	322	15,7	↑
85 e +	2000	2013	2014	2076	2188	14	0,7	188	9,4	↑
Total	50910	49030	47089	45037	42812	-3821	-7,5	-8098	-15,9	↓

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

Examinando a proporção de indivíduos de acordo com os grupos funcionais, perspectiva-se um decréscimo pronunciado no grupo etário correspondente à população jovem. De facto, se em 1950 a população jovem representava 26,87%, no ano de 2021 correspondia a apenas 12,1%, perspectivando-se um decréscimo em 2031, para 10,9% (Figura 21).

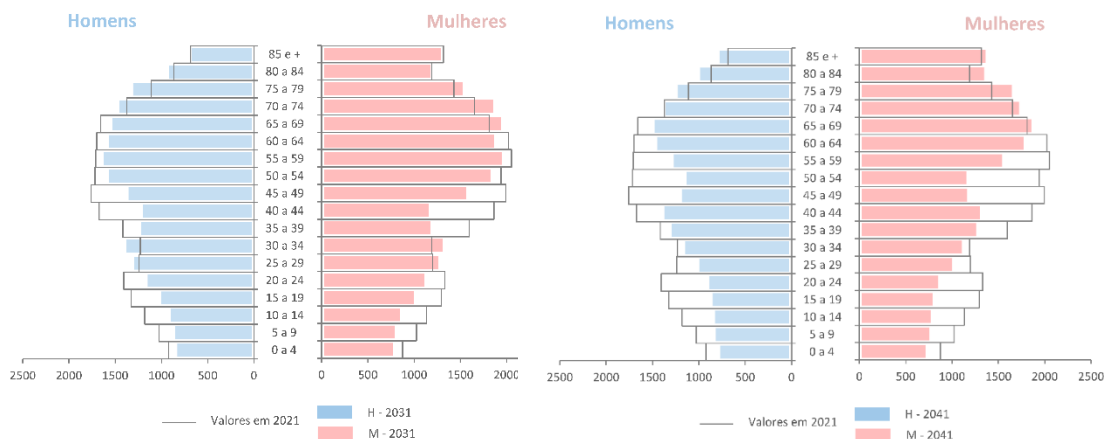
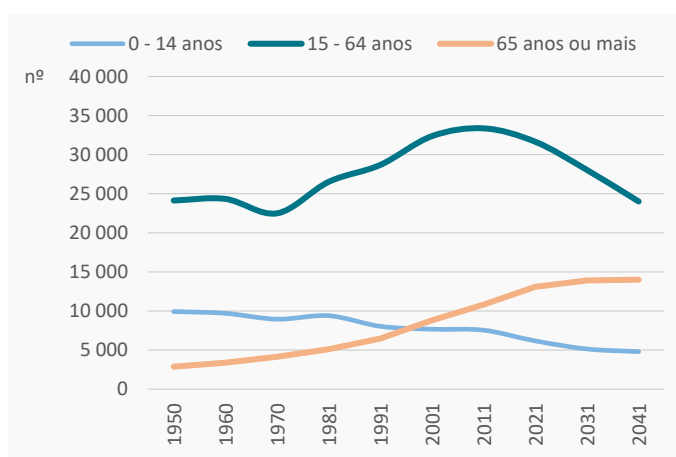


FIGURA 19 | Pirâmide etária da população residente entre 2021 e 2031 nas Caldas da Rainha (cenário central).

FIGURA 20 | Pirâmide etária da população residente entre 2021 e 2041 nas Caldas da Rainha (cenário central).



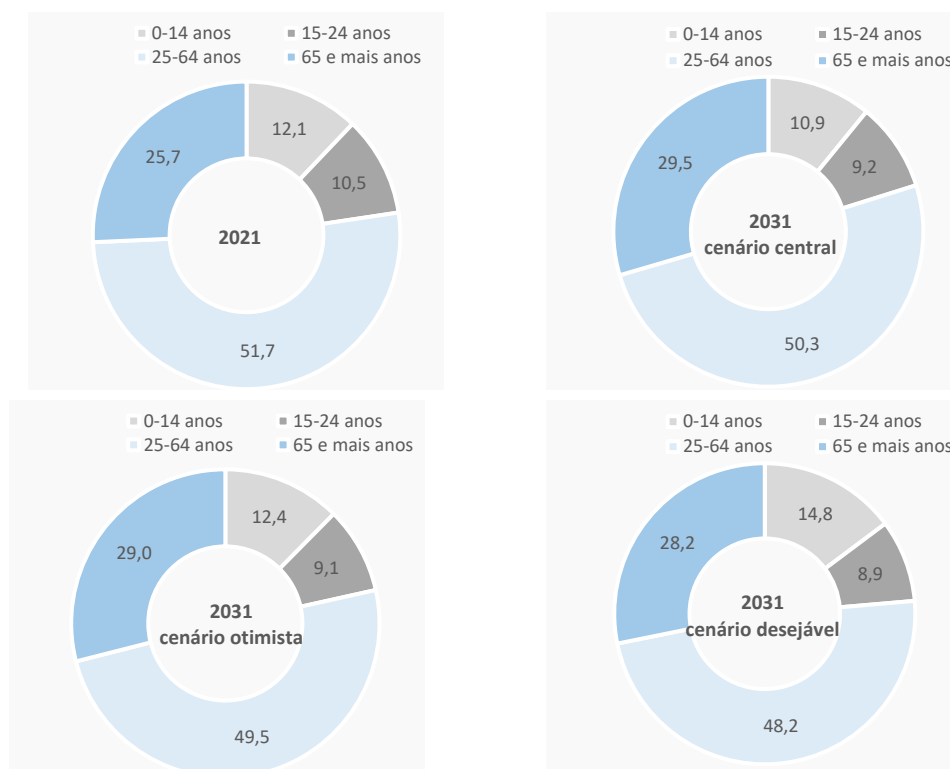
Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

FIGURA 21 | Evolução da população jovem, ativa e idosa, entre 1950 e 2041.

Por outro lado, a população em idade ativa (15-64 anos) entre 1950 e 2021 passou de 65,3% para 62,2%, estimando-se que até 2031 passe a representar 59,6%, e em 2041 cerca de 56,1%. Apresentando uma tendência completamente oposta, tal como observado, a população idosa passou de 7,8% em 1950 para 25,7% em 2021, perspetivando-se um acréscimo até ao ano de 2031, passando a representar 29,5%. Em 2041 espera-se que a população idosa corresponda a 32,7%.

Numa análise aos diferentes cenários, poder-se-á dizer que o cenário otimista traria uma certa recuperação da população jovem e jovem adulta (até aos 24 anos) no concelho, que passaria a representar 12,4% e 9,1% em 2031. Embora com valores menos relevantes, a população idosa continuaria a aumentar (passando a representar 29% em 2031, quando em 2021 representava 25,7%) (Figura 22).

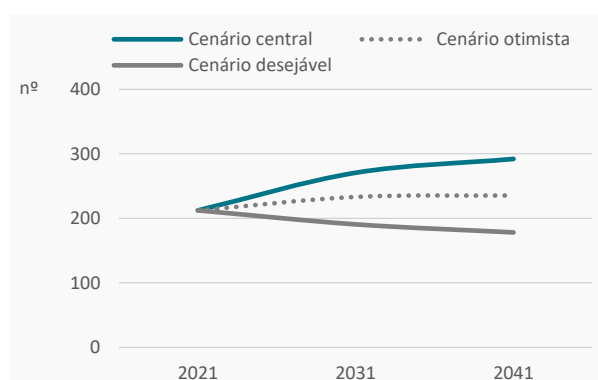
No cenário desejável também se projeta um aumento da proporção da população jovem para 2031 (14,4%), valor muito superior ao cenário central (10,9%).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

FIGURA 22 | População residente por escalão etário entre 2021 e 2041.

Tal como foi referido, a população com 65 ou mais anos de idade residente nas Caldas da Rainha poderá passar de 13.091 em 2021, para 13.907 em 2031 e para 14.004 em 2041, no cenário central. Os resultados do índice de envelhecimento para o concelho de Caldas da Rainha espelham um aumento desde índice. De facto, se em 2021 o índice de envelhecimento era de 212,3 (212 idosos para cada 100 jovens), em 2031 poderá ser de 270 e em 2041 de 292. Isto significa que em 2041, por cada 100 jovens no concelho de Caldas da Rainha, haverá cerca de 292 idosos (Figura 23). O progressivo envelhecimento populacional pode ser atenuado considerando os cenários otimista (233 e 235 idosos para cada 100 jovens em 2031 e 2041) e desejável (190 e 178 idosos para cada 100 jovens em 2031 e 2041).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

FIGURA 23 | Provável evolução do índice de envelhecimento, entre 2021 e 2041.

Relativamente às freguesias merece destaque o aumento esperado do índice de envelhecimento para as freguesias de Carvalhal Benfeito e Vidais. Sendo estas freguesias de reduzida dimensão, será onde o fenómeno do envelhecimento tenderá a ser mais pronunciado (774 e 513 idosos para cada 100 jovens em 2041). Por outro lado, e à semelhança do observado na atualidade, a UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório apresentará o menor valor neste indicador em 2031 e 2041 (238 e 264 idosos para cada 100 jovens), ainda assim muito acima do registado em 2021 (151 idosos para cada 100 jovens) (Quadro 16).

QUADRO 16 | Índice de envelhecimento por freguesia entre 2021 e 2041.

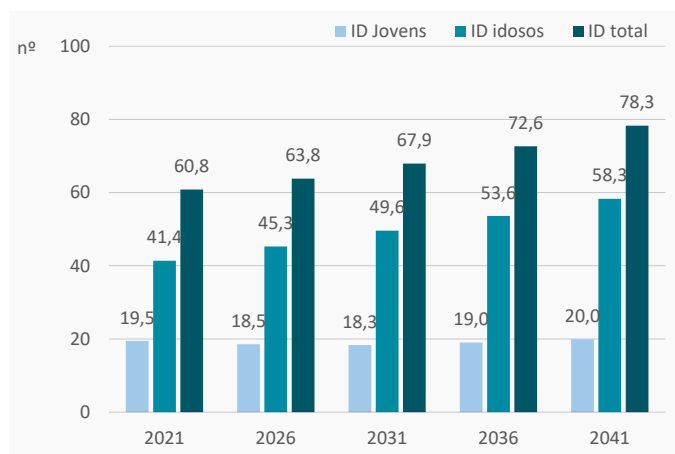
Freguesia	2021	2026	2031	2036	2041
A dos Francos	283,4	288,6	305,9	295,8	274,5
Alvorninha	318,5	363,0	395,0	378,3	355,5
Carvalhal Benfeito	262,6	401,4	579,8	845,2	774,8
Foz do Arelho	316,5	351,0	339,8	366,8	391,0
Landal	221,4	269,0	326,3	303,5	265,8
Nadadouro	222,2	280,4	301,1	303,9	275,4
Salir de Matos	261,7	343,9	444,1	433,4	419,8
Santa Catarina	279,2	326,3	339,6	317,6	307,2
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	199,4	215,9	233,8	241,6	258,7
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	151,2	184,6	212,6	238,5	264,9
UF Tornada e Salir do Porto	248,9	281,9	308,4	327,4	327,2
Vidais	345,8	428,7	466,6	512,5	513,7
Total	212,3	244,4	270,7	282,1	292,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

Relativamente ao índice de dependência total, e considerando o cenário central, projeta-se um acréscimo nos valores deste índice (de 60,8 em 2021 para 67,9 em 2031). Ou seja, em 2031 haverá cerca de 67 não ativos para cada 100 ativos. Em 2041 a situação poderá ser agravada, para cerca de 78 não ativos para cada 100 ativos.

Este aumento do índice de dependência total deve-se ao acréscimo do índice de dependência de idosos, como resultado do progressivo envelhecimento da população. O índice de dependência de idosos poderá passar de 41,4 em 2021 para 49,6 em 2031. Quer isto dizer que em 2031 serão cerca de 50 os idosos para cada 100 indivíduos em idade ativa. Em 2041 poderão ser 58 os idosos para cada 100 indivíduos em idade ativa, o que colocará graves constrangimentos em termos da sustentabilidade do Estado Social e do aumento das despesas em saúde relativas a uma população cada vez mais envelhecida.

Por outro lado, o índice de dependência de jovens terá oscilações menos significativas, mantendo-se em cerca de 20 o número de jovens para cada 100 ativos (Figura 24).



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

FIGURA 24 | Provável evolução do índice de dependência de jovens, idosos e total, entre 2021 e 2041.

Sendo um indicador que permite uma perceção sobre o esforço que a sociedade exerce sobre a população ativa, as projeções realizadas dão conta de que haverá um aumento da “pressão” da sociedade sobre a população ativa (Quadro 17). A menos que se verifique uma inversão da diminuição da natalidade, este indicador tenderá a agravar-se. Estes resultados refletem o perfil demográfico do município das Caldas da Rainha, tal como do resto do país, caracterizado por um aumento da população mais idosa, em virtude do aumento da esperança média de vida e pela diminuição da população mais jovem, motivado sobretudo pela diminuição da natalidade.

QUADRO 17 | Índice de dependência total, entre 2021 e 2041.

Freguesia	2021	2026	2031	2036	2041
A dos Francos	83,0	75,7	75,5	76,3	80,7
Alvorninha	69,8	74,7	83,8	86,9	90,7
Carvalhal Benfeito	64,2	64,1	71,6	74,6	83,1
Foz do Arelho	70,5	84,3	95,7	96,9	101,8
Landal	62,3	60,7	64,5	74,8	77,3
Nadadouro	64,6	71,9	77,3	87,9	92,6
Salir de Matos	68,4	73,8	76,8	80,9	89,7
Santa Catarina	59,2	66,8	77,3	87,9	91,8
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	59,0	61,5	64,9	69,7	75,0
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	52,4	54,5	57,6	61,9	68,1
UF Tornada e Salir do Porto	70,0	73,2	75,0	78,5	85,4
Vídeais	69,9	73,3	86,8	91,9	98,5
Total	60,8	63,8	67,9	72,6	78,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e cálculos próprios.

Síntese

- O concelho de Caldas da Rainha, localiza-se na Região Centro de Portugal (NUT II), distrito de Leiria, integrando a Comunidade Intermunicipal do Oeste (NUT III). Com 50 910 habitantes, apresentava-se, em 2021, como sendo o terceiro concelho mais populoso no contexto desta região.
- Na última década (2011-2021) a evolução foi negativa, registando um decréscimo de -1,6% da população residente (-819 indivíduos), num contexto em que a região do Oeste teve um crescimento de 0,3%.
- A UF Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório e a UF Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra de Bouro assumiam-se como as mais populosas com cerca de 18.540 habitantes (36,4%) e 11.902 habitantes (23,4%), respetivamente.
- Considerando o período 2011-2021, verificou-se uma diminuição do número de nascimentos, correspondendo a -22% (-92 nascimentos) e um acréscimo de 157 óbitos, correspondendo a um aumento de cerca 28%.
- No ano de 2021, verificou-se um crescimento natural negativo em todas as freguesias do concelho de Caldas da Rainha, pois os valores da taxa de natalidade foram sempre inferiores aos da taxa de mortalidade.
- Destaca-se uma elevada atratividade deste concelho, devido aos fluxos migratórios registados, sobretudo em 2019 e 2020.
- A diminuição das classes mais jovens e o progressivo aumento das classes mais idosas, demonstra, claramente, a tendência para o envelhecimento da população. Em 2021 existiam 212 idosos para cada 100 jovens (a nível nacional eram 182).
- As projeções realizadas para o período 2021-2041 indiciam uma tendência evidente de perda populacional. Em 2031, a população das Caldas da Rainha poderá oscilar entre os 47.089 e os 49.165 habitantes. Considerando o cenário central, que assume os mesmos comportamentos demográficos observados na última década, projeta-se uma quebra populacional de 7,5% (-3821 residentes face a 2021). Mesmo nos cenários considerados otimista e desejável, e no cenário com migrações, a população continuará a decrescer, embora com valores menos expressivos.
- No que diz respeito aos nascimentos, poderá existir uma certa estabilização até 2031, prevendo-se uma diminuição relevante na década seguinte.
- A população continuará a envelhecer, projetando-se que em 2031 existam 270 idosos para cada 100 jovens, e na década seguinte um aumento para cerca de 292 idosos para cada 100 jovens (em 2021 a relação era de 212 idosos para cada 100 jovens).

4| caraterização socioeconómica



4.1. FAMÍLIAS

As famílias apresentam um papel central e estruturante na vida da sociedade, funcionando como um veículo de transmissão dos modelos sociais e um instrumento de socialização pelo qual os indivíduos se inserem no meio que os rodeia.

Em virtude das mudanças sociais, culturais e económicas que se impõem na atualidade, os conceitos de família têm vindo a sofrer profundas alterações no que diz respeito aos seus valores, modelos e funções. De facto, o aparecimento de novos cenários e contextos familiares mais flexíveis, justifica-se pelo crescente aumento das uniões de facto, o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, o aumento das famílias monoparentais, recompostas e unipessoais, a diminuição da taxa de nupcialidade, o aumento dos divórcios e a redução da taxa de natalidade.

Neste contexto, importa conhecer o perfil das famílias do concelho de Caldas da Rainha, em termos do seu volume, composição e transformação nas últimas décadas. Relativamente ao tipo de famílias existentes no concelho, assumem predominância as famílias clássicas, ou seja, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, que têm relações de parentesco entre si e que ocupam a totalidade ou parte do alojamento.

Em 2021 existiam cerca de 15.446 núcleos familiares no concelho. A leitura da evolução do número de famílias, no período 2011-2021, permite concluir que o concelho de Caldas da Rainha registou um decréscimo de núcleos familiares (-2,7%). Em termos comparativos a região do Oeste registou um decréscimo inferior (-1,1%) (Quadro 18).

A consideração conjunta da evolução da população, por um lado, e do número de famílias, por outro, permite concluir uma tendência para a redução da dimensão média das famílias. Como resultado das transformações sociais e dinâmicas demográficas, verifica-se que a dimensão média das famílias no concelho de Caldas da Rainha era de 2,3 em 2021.

As famílias de casais com filhos tendem a diminuir progressivamente, sendo que no ano de 2021, apenas 51,5% dos casais das Caldas da Rainha tinham filhos, valor inferior à média da região do Oeste (54,3%) e do País (55,6%). A proporção de núcleos familiares monoparentais nas Caldas da Rainha era de 18,9% em 2021, valor superior às unidades territoriais de referência.

A família portuguesa, apesar de manter traços tradicionais, tem mudado a sua configuração ao nível da sua estrutura e da forma como se estabelecem as relações, assumindo-se atualmente como uma família diferente. O aumento acentuado dos divórcios nas últimas décadas torna comum a formação de uma nova família, através de um novo casamento ou de uma coabitação com um novo companheiro, onde existem, frequentemente, filhos de uniões anteriores, de ambos os cônjuges/companheiros, ou de apenas de um deles, juntando-se os filhos da atual relação conjugal. São as denominadas famílias reconstituídas ou recompostas. Nas Caldas da Rainha, cerca de 12,4% dos núcleos familiares diziam respeito a núcleos familiares recompostos ou reconstituídos, tratando-se de um valor acima da média do País (8,8%).

As famílias clássicas unipessoais, estão também cada vez mais presentes na nossa sociedade, fruto das mudanças ocorridas, ao longo dos anos. O aumento acentuado do divórcio, o aumento do nível de escolaridade e a independência financeira dos jovens são alguns dos principais fatores para o qual este tipo de características familiares aumentem. Nas Caldas da Rainha, cerca de 27,3% dos núcleos familiares correspondiam a famílias clássicas unipessoais, valor inferior à média da região Centro (25,2%) e do País (24,8%). Ainda neste contexto, era visível que as famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos, neste concelho, correspondiam a 13,8% dos núcleos familiares, valor acima da média nacional (12,5%).

QUADRO 18 | Caraterização global das famílias no contexto regional e nacional.

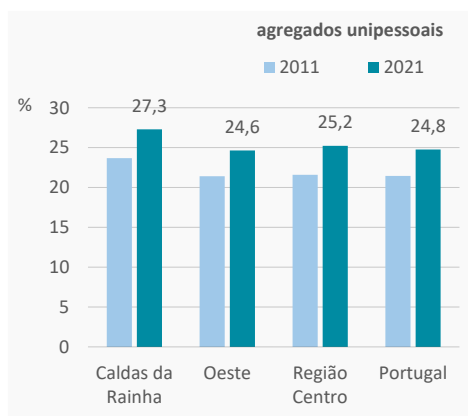
Indicador			Caldas da Rainha	Oeste	Região Centro	Portugal
Núcleos familiares	2011	n.º	15 871	112 158	720 204	3 226 371
	2021	n.º	15 446	110 886	682 791	3 127 714
	var. 11-21	(%)	-2,7	-1,1	-5,2	-3,1
Dimensão média dos agregados domésticos		n.º	2,3	2,4	2,4	2,5
Proporção de casais com filhos			51,5	54,3	52,2	55,6
Proporção de núcleos monoparentais	2021		18,9	16,9	15,7	18,5
Núcleos familiares reconstituídos		%	12,4	11,1	8,1	8,8
Agregados domésticos unipessoais			27,3	24,6	25,2	24,8
Agregados domésticos unipessoais de pessoas com 65 ou + anos			13,8	12,9	13,9	12,5

Fonte: INE., Censos 2011; Censos 2021.

Uma das transformações na estrutura das famílias está relacionada com o crescimento da autonomia residencial dos indivíduos, com mais pessoas a viver sós, em todas as idades e em diferentes fases da vida (solteiros, separados e divorciados, viúvos).

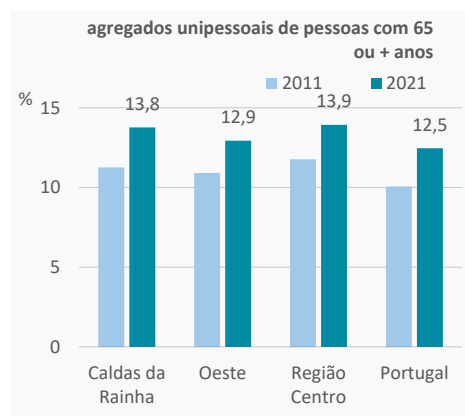
As famílias com uma só pessoa apresentavam uma proporção pouco significativa no contexto familiar das Caldas da Rainha, com um valor de 27,3%. Importa ainda salientar o acréscimo muito relevante deste tipo de famílias em todas as unidades territoriais consideradas, sendo que para as Caldas da Rainha ocorreu um aumento de 3,6 pontos percentuais entre 2011 e 2021 (Figura 25).

Esta situação merece um especial destaque se se considerar a proporção de famílias clássicas unipessoais com pessoas com 65 ou mais anos de idade. O concelho de Caldas da Rainha registava em 2021 uma percentagem deste tipo de famílias de 13,8% (em 2011 era de 11,3%), valor superior ao registado em termos nacionais (12,5%), o que vem corroborar a tendência acentuada para o envelhecimento populacional verificada neste território (Figura 26).



Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021.

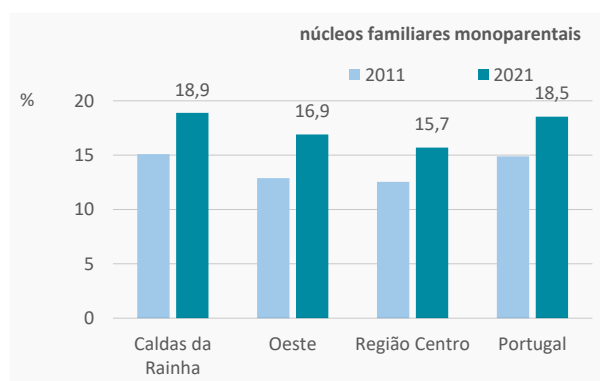
FIGURA 25 | Proporção de agregados domésticos unipessoais.



Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021.

FIGURA 26 | Proporção de agregados domésticos de pessoas com 65 ou mais anos de idade.

A temática da monoparentalidade merece também aqui um destaque. Os núcleos familiares monoparentais (conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai, ou mãe com filho(s), avó ou avô com neto(s) não casado (s), registavam no concelho de Caldas da Rainha em 2021 uma proporção de 18,9%, valor acima dos 15,1% registados em 2011 (Figura 27). Deste modo, tal como já foi referido, as mudanças na estrutura familiar estão relacionadas com a crescente independência dos indivíduos em todas as idades (solteiros, separados, divorciados e viúvos) sendo compreensível o aumento verificado em todas as unidades territoriais em análise.



Fonte: INE, Censos 2011 e Censos 2021.

FIGURA 27 | Proporção de núcleos familiares monoparentais, em 2011 e 2021.

4.2. CONDIÇÕES DE VIDA E SAÚDE

As mudanças registadas na sociedade devem ser analisadas ponderando as variáveis que caracterizam quantitativamente e qualitativamente as habitações dos residentes, a utilização dos meios de transporte, as dificuldades dos residentes, a inserção no mercado de trabalho, e as situações de exclusão social, quer por via do desemprego, quer por via de outros subsídios de sobrevivência.

É neste quadro que é efetuada uma análise mais detalhada dos principais aspetos das condições de vida, destacando-se as situações mais problemáticas do ponto de vista social e da política de suporte que é necessário desenvolver. Esta dinâmica, sob o ponto de vista económico e social, tem tradução naturalmente no posicionamento que os territórios revelam em termos de nível de vida (poder de compra).

Em 2021 os encargos médios mensais por aquisição de habitação rondavam os 337 euros e o valor médio mensal das rendas rondavam os 325 euros. Nos dois casos tratava-se de valores inferiores ao registado na média do País, em que os gastos relacionados com habitação eram em termos médios superiores.

As dificuldades em realizar uma determinada tarefa são mais comuns entre a população com idades mais avançadas. Em virtude do aumento do envelhecimento nas Caldas da Rainha, a proporção de população residente com 5 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade apresenta-se relevante (45,2%), valor superior ao observado para o Oeste (44,9%) (Quadro 19).

QUADRO 19 | Caracterização global das condições de vida no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	Encargos médios mensais por aquisição de habitação	Valor médio mensal das rendas dos alojamentos arrendados	População residente (+5 anos) com pelo menos uma dificuldade	Agregados domésticos com todos os membros desempregados
	2021			
	€	€	%	%
Alcobaça	329,0	288,4	47,7	1,9
Alenquer	350,0	334,6	43,0	2,6
Arruda dos Vinhos	402,0	336,0	39,6	1,7
Bombarral	320,5	263,7	46,0	2,3
Cadaval	331,6	272,0	48,0	2,0
Lourinhã	356,8	292,8	46,5	2,2
Nazaré	355,6	266,5	44,0	2,8
Óbidos	360,1	328,1	46,3	2,1
Peniche	319,9	258,5	45,3	2,4
Sobral de Monte Agraço	389,9	319,7	43,6	1,6
Torres Vedras	373,4	353,3	43,5	2,3
Caldas da Rainha	337,2	325,6	45,2	2,7
Oeste	351,4	314,0	44,9	2,3
Região Centro	337,9	298,5	46,8	2,1
Portugal	360,5	334,2	43,7	3,0

Fonte: INE., Censos 2021.

Embora o desemprego não conduza necessariamente a situações de pobreza e exclusão social devido ao seu caráter temporário, na realidade os dados estatísticos têm vindo a confirmar que o período de desemprego tende a atingir horizontes temporais mais alargados, estando os desempregados mais sujeitos a entrar em situações de maior desfavorecimento económico e social. Nas Caldas da Rainha cerca de 2,7% dos agregados domésticos tinham todos os membros desempregados, sendo esta uma média superior à média da região do Oeste (2,3%).

No ano de 2020, contabiliza-se aproximadamente um total de 42,3 beneficiários do subsídio de desemprego por 1000 habitantes, valor superior ao observado na região do Oeste (39,5) e na região Centro (34,1).

Tendo em atenção ainda os dados de 2020, existiam apenas 10 beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes no concelho de Caldas da Rainha. Este valor é muito inferior ao observado nas unidades territoriais de referência. Destes beneficiários, cerca de 37,8% apresentavam menos de 25 anos.

Por último, o indicador per capita do poder de compra, que pretende traduzir o poder de compra que é manifestado quotidianamente, por habitante. De acordo com os dados para 2020, as Caldas da Rainha apresentavam um indicador per capita de 98,1, sendo um valor acima da média do Oeste (89,8) e da região Centro (88,7) (Quadro 20).

QUADRO 20 | Caraterização global das condições de vida no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	Beneficiários subsídio de desemprego por 1000 hab	Beneficiários RSI por 1000 hab	Beneficiários RSI com menos de 25 anos	Poder de Compra (Indicador per capita)
	2020			
	nº/1000 hab.	nº/1000 hab.	%	PT = 100
Alcobaça	32,4	11,4	42,7	87,4
Alenquer	49,2	14,5	41,3	89,0
Arruda dos Vinhos	30,4	11,6	51,3	93,7
Bombarral	42,4	8,5	25,3	82,0
Cadaval	42,3	12,7	40,5	72,4
Lourinhã	35,5	20,4	39,8	79,8
Nazaré	49,3	13,6	39,5	86,4
Óbidos	34,3	6,9	23,6	75,9
Peniche	64,1	14,0	43,9	85,5
Sobral de Monte Agraço	26,5	11,4	35,2	97,0
Torres Vedras	32,1	15,5	41,0	96,4
Caldas da Rainha	42,3	10,4	37,8	98,1
Oeste	39,5	13,3	40,5	89,8
Região Centro	34,1	19,8	38,2	88,7
Portugal	42,0	29,0	41,1	100,0

Fonte: INE, INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio 2020.

Analisando alguns indicadores relacionados com a **saúde** (Quadro 21), no que concerne ao número de médicos por 1000 habitantes, as Caldas da Rainha apresentavam uma posição desfavorável (4,1) possuindo um valor inferior ao observado na região Centro (5,2) e no País (5,5). O mesmo se verifica no valor de enfermeiros por 1000 habitantes, apresentando o concelho um valor inferior (6,2) relativamente à região Centro e ao País.

QUADRO 21 | Caracterização global dos indicadores de saúde no contexto regional e nacional.

Unidade territorial	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2015/2019)	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2015/2019)	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa de mortalidade por tumores malignos
	nº			‰			
	2020			2019			
Caldas da Rainha	6,2	4,1	0,3	2,8	2,2	3,2	2,4
Oeste	3,6	2,3	0,3	2,4	1,9	3,7	2,7
Região Centro	7,7	5,3	0,4	2,5	1,8	3,8	3,0
Portugal	7,5	5,5	0,3	3,0	2,0	3,2	2,8

Fonte: INE.

No que concerne à observação de alguns indicadores relacionados com diferentes taxas de mortalidade, as Caldas da Rainha apresentavam uma taxa quinquenal de mortalidade infantil (2,8‰) e neonatal (2,2‰), superior à verificada para a sub-região do Oeste e para a região Centro.

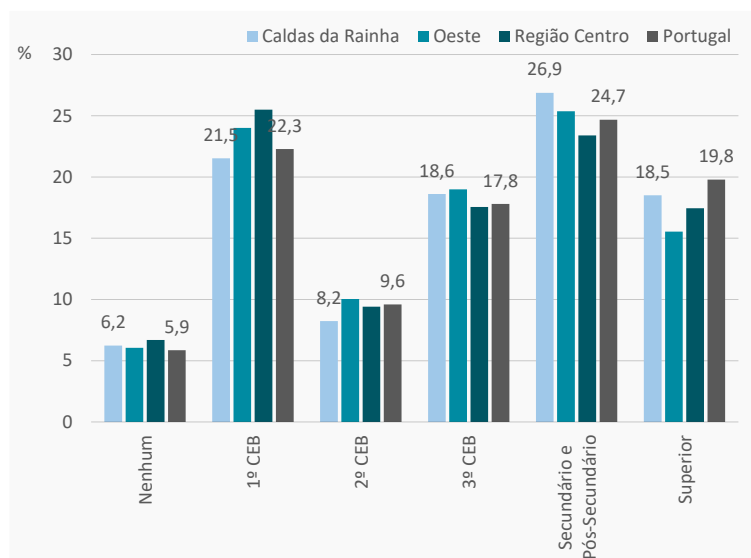
Em contrapartida, relativamente à taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, Caldas da Rainha apresentava valores significativamente mais reduzidos (3,2‰) do que as restantes unidades territoriais analisadas. Por fim, a taxa de mortalidade por tumores malignos apresentava, também, valores inferiores nas Caldas da Rainha (2,4‰), quando comparado à região do Oeste (2,7‰), à região Centro (3‰) e ao território nacional (2,8‰).

4.3. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

No que diz respeito ao nível de qualificação da população residente, o concelho de Caldas da Rainha tem registado um progresso assinalável nas últimas décadas.

Anda assim, e relativamente ao nível de ensino atingido pelos residentes, cerca de 21,5% da população residente com 15 ou mais anos apenas possuía habilitação ao nível do 1º ciclo, (Figura 28). A percentagem de população que não atingiu qualquer nível de ensino correspondia a 6,2% dos residentes (2.791 habitantes). No ano censitário de 2021, 3.687 pessoas detinham o segundo ciclo de escolaridade (8,2%) e 8.328 pessoas finalizaram o terceiro ciclo (18,6%).

Importa referir que a percentagem de pessoas com o ensino secundário e pós-secundário (26,9%), era superior aos que concluíram o terceiro ciclo. Relativamente à população detentora de habilitação superior, no concelho de Caldas da Rainha existiam 8.281 indivíduos com este tipo de habilitação, correspondendo a 18,5% do total de residentes (Quadro 22).



Fonte: INE, Censos 2021.

FIGURA 28 | População residente com 15 ou mais anos, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.

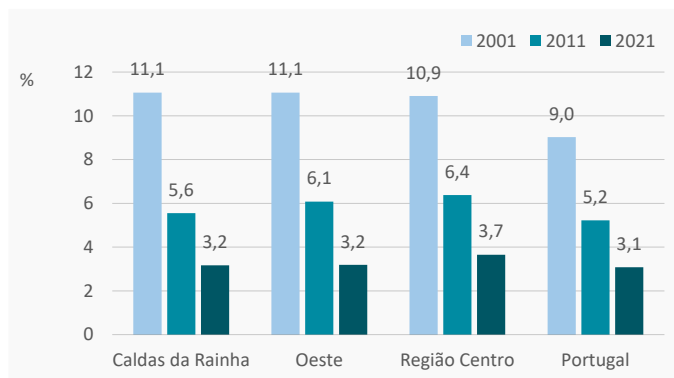
Deste modo, é conveniente afirmar que a população residente das Caldas da Rainha era relativamente mais escolarizada do que a população do Oeste na sua globalidade. Para esta afirmação contribui a análise da população em dois níveis extremos considerados. Por um lado, a população residente nas Caldas da Rainha com apenas o 1º CEB (21,5%) era inferior à média do Oeste (24%). Por outro lado, a população que atinge níveis de escolaridade superiores (ensino superior) era superior (18,5%) à média do Oeste (15,5%), sendo, no entanto, inferior à média nacional (19,8%).

QUADRO 22 | População residente com 15 ou mais anos segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.

Unidade territorial	Nenhum		Básico								Secundário e Pós-Secundário		Superior	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
A dos Francos	138	9,6	463	32,2	161	11,2	247	17,2	871	60,5	300	20,8	130	9,0
Alvorninha	250	10,5	800	33,5	233	9,8	429	18,0	1 462	61,3	461	19,3	213	8,9
Carvalho Benfeito	105	10,3	359	35,3	95	9,3	165	16,2	619	60,8	199	19,5	95	9,3
Foz do Arelho	90	7,1	244	19,3	100	7,9	221	17,5	565	44,8	347	27,5	259	20,5
Landal	84	10,2	247	29,9	74	9,0	165	20,0	486	58,8	175	21,2	81	9,8
Nadadouro	135	7,8	339	19,7	124	7,2	274	15,9	737	42,8	479	27,8	372	21,6
Salir de Matos	231	10,1	680	29,7	205	8,9	408	17,8	1 293	56,4	484	21,1	285	12,4
Santa Catarina	172	7,1	767	31,6	261	10,7	466	19,2	1 494	61,5	520	21,4	242	10,0
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	705	4,3	2 635	16,2	1 145	7,0	3 029	18,6	6 809	41,9	4 578	28,2	4 151	25,6
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	498	4,8	1 879	18,3	852	8,3	2 047	19,9	4 778	46,5	3 225	31,4	1 771	17,2
UF Tornada e Salir do Porto	297	7,6	916	23,4	335	8,6	703	18,0	1 954	50,0	1 064	27,2	596	15,2

Fonte: INE, Censos 2021.

Uma variável que permite analisar o grau de escolarização é a taxa de analfabetismo. Em 2021, as Caldas da Rainha apresentavam uma taxa de analfabetismo de 3,2%, sendo semelhante à observada na região do Oeste (3,2%) e no País (3,1%). Importa sublinhar a evolução registada, uma vez que este concelho passou de uma taxa de analfabetismo de 11,1% em 2001 para 3,2% em 2021, à semelhança do observado na generalidade dos territórios portugueses. (Figura 29).



Fonte: INE, Censos 2001, 2011 e 2021.

FIGURA 29 | Taxa de analfabetismo, entre 2001 e 2021.

4.4. DINÂMICA ECONÓMICA E MERCADO DE TRABALHO

4.4.1. Empresas e território

No ano de 2020 existiam cerca de 6.881 empresas no concelho de Caldas da Rainha, sendo que entre 2009 e 2020 ocorreu um acréscimo no número de empresas na ordem dos 4%, correspondendo a 285 empresas (Quadro 23). Este aumento segue a tendência de acréscimo verificada para a região do Oeste, que apresentou um acréscimo de 5,2%.

A dinâmica do emprego nas Caldas da Rainha pode ser caracterizada pelo pessoal ao serviço que no ano de 2020 apresentava um total de 17.963 indivíduos, destacando-se um ligeiro acréscimo observado entre 2009 e 2020. Em termos comparativos, as unidades de referência registaram igualmente um acréscimo do pessoal ao serviço, mas com valores mais acentuados.

Acompanhando a tendência de acréscimo do número de empresas, ocorreu um forte acréscimo nos valores do volume de negócios (6,2%), sendo um valor inferior ao observado tanto pelo Oeste (18,3%), como pelo País (11,1%).

No que diz respeito ao valor acrescentado bruto (VAB), observa-se um cenário idêntico ao observado no volume de negócios. Entre 2009 e 2020 ocorreu um acréscimo de 20,1% no concelho, sendo que para a região do Oeste, os valores foram idênticos (21,9%).

QUADRO 23 | Dinâmica económica no contexto regional e nacional.

Indicadores			Caldas da Rainha	Oeste	Região Centro	Portugal
Número de empresas	2020	n.º	6 881	46 412	266 185	1 301 000
	var 09-20	%	4,3	5,2	3,3	8,4
Pessoal ao serviço	2020	n.º	17 963	126 750	744 728	4 140 136
	var 09-20	%	0,1	5,7	5,4	8,0
Volume de negócios (milhões de euros)	2019	€	1 214 966	10 223 186	63 779 175	371 475 656
	var 08-19	%	6,2	18,3	21,5	11,1
Volume de negócios por empresa (milhares de euros)	2019	€	1 214 966	10 223 186	63 779 175	371 475 656
Valor acrescentado bruto (milhões de euros)	2020		312 511	2 473 566	16 030 550	94 186 512
	var 09-20		20,1	21,9	20,9	11,8
Taxa de cobertura das importações pelas exportações	2021	%	93,6	84,0	111,1	76,9
Poder de Compra per capita	2020	PT=100	98,1	89,8	88,7	100

Fonte: INE., Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Numa outra dimensão que se prende com a internacionalização das empresas, observa-se uma taxa de cobertura de 93,6% nas Caldas da Rainha, o que evidencia um maior volume (em euros) de importações relativamente às exportações. Em termos comparativos, esta relação assume-se inferior no País (76,9%), bem como no Oeste (84%).

Ainda no ano de 2020, o INE divulgou o Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC⁶), que integra informação estatística reportada ao ano de 2017. Neste estudo é possível verificar que o poder de compra *per capita* no concelho de Caldas da Rainha era de 98,1%, ou seja, era cerca de 1,9% inferior à média nacional. Este indicador traduz o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes concelhos ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

A dinâmica empresarial das Caldas da Rainha assenta sobretudo na importância que as atividades ligadas ao setor terciário têm no concelho. Segundo os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (Quadro 24), no ano de 2020 existiam cerca de 6.881 empresas sedeadas nas Caldas da Rainha. As atividades de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos contabilizavam um maior número de empresas (1.273 empresas, correspondendo a 18,5% do total), seguindo-se as atividades administrativas e dos serviços de apoio (878 empresas, correspondendo a 12,8%) e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, com 677 empresas. Interessa destacar também a importância das atividades relacionadas com a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (646 empresas, correspondendo a 9,4% do total de empresas) e a 7,5% do pessoal ao serviço.

⁶ O EPCC tem como objetivo caracterizar os concelhos portugueses relativamente ao poder de compra numa aceção ampla de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis.

QUADRO 24 | Empresas e pessoal ao serviço no concelho de Caldas da Rainha em 2020.

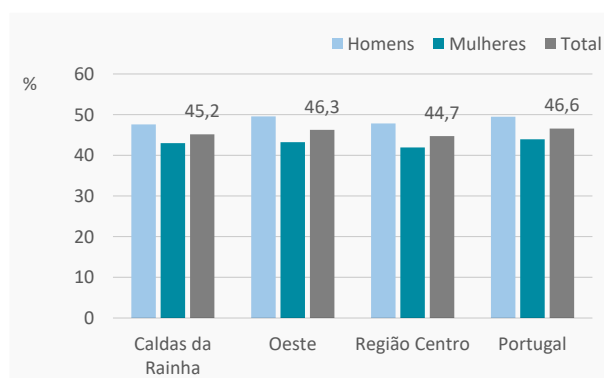
Ramo de atividade económica	Empresas		Pessoal ao serviço	
	nº	%	nº	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	646	9,4	1 346	7,5
Indústrias extrativas	3	0,0	8	0,0
Indústrias transformadoras	350	5,1	2 306	12,8
Elettricidade, gás, (...)	20	0,3	20	0,1
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	5	0,1	195	1,1
Construção	558	8,1	1 696	9,4
Comércio por grosso e a retalho (...)	1 273	18,5	3 911	21,8
Transportes e armazenagem	110	1,6	964	5,4
Alojamento, restauração e similares	591	8,6	1 478	8,2
Atividades de informação e de comunicação	103	1,5	409	2,3
Atividades imobiliárias	283	4,1	434	2,4
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	677	9,8	1 082	6,0
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	878	12,8	1 818	10,1
Educação	344	5,0	604	3,4
Atividades de saúde humana e apoio social	472	6,9	944	5,3
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	194	2,8	240	1,3
Outras atividades de serviços	374	5,4	508	2,8
Total	6 881	100	17 963	100

Fonte: INE., Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

4.4.2. Atividade e desemprego

O mercado de trabalho em Portugal tem sofrido grandes transformações decorrentes da grave crise económica que se iniciou em 2008 e que afetou negativamente a economia mundial, e em maior grau o nosso país. No entanto, a partir do ano de 2013, a economia portuguesa começou a evidenciar os primeiros sinais de recuperação económica.

A taxa de atividade refere-se à razão entre a população ativa e a população residente com 15 e mais anos. A taxa de atividade no concelho era de 45,2% em 2021, valor ligeiramente inferior ao registado em 2011 (47,3%) (Figura 30). O sexo masculino apresentava uma taxa de atividade superior (47,6%), comparativamente ao sexo feminino (43%).



Fonte: INE., Censos 2021.

FIGURA 30 | Taxa de atividade, por sexo, em 2021.

A população empregada correspondia a 21.278 indivíduos em 2021, sobressaindo os grupos etários entre os 40 e 54 anos (41,2%) e entre os 25 e 39 anos (29,4%).

Relativamente ao grupo etário dos 15 aos 24 anos, estavam empregados cerca de 1.329 indivíduos no concelho, correspondendo a apenas 6,2% e no grupo etário com idades superiores a 55 anos estavam empregados 4.941 indivíduos, correspondendo a 23,2%. Em termos comparativos, este grupo etário representava 14,8% em 2011, o que evidencia o claro envelhecimento da população ativa (Quadro 25).

QUADRO 25 | População empregada, por grupo etário, em 2021.

Unidade territorial	15 - 24 anos		25 - 39 anos		40 - 54 anos		55 e + anos		Total
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º
Caldas da Rainha	1 329	6,2	6 251	29,4	8 757	41,2	4 941	23,2	21 278
Oeste	9 978	6,3	47 294	30,0	66 301	42,1	33 842	21,5	157 415
Região Centro	54 240	5,8	277 606	29,6	389 585	41,6	215 138	23,0	936 569
Portugal	264 253	6,0	1 388 982	31,4	1 828 773	41,3	944 453	21,3	4 426 461

Fonte: INE., Censos 2021.

A análise da repartição da população ativa empregada por setor de atividade económica sublinha a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no concelho, uma vez que este setor representava no ano de 2021 cerca de 73,4% dos ativos (Quadro 26). No contexto do setor terciário é manifestamente superior a importância do terciário económico (43,4%), comparativamente ao terciário social (30%). Já o setor secundário representava 22,7% e o setor primário apenas 4,7%.

QUADRO 26 | População empregada segundo o setor de atividade económica, em 2021.

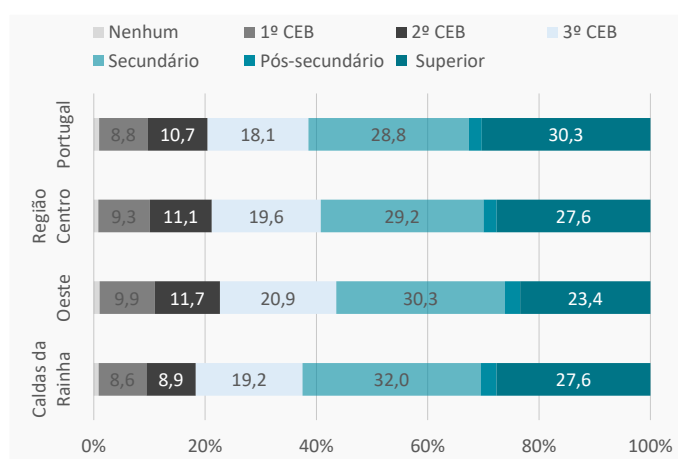
Unidade territorial	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário (social)		Setor terciário (económico)		Total
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º
A dos Francos	78	12,5	186	29,9	136	21,8	205	32,9	605
Alvorninha	100	9,0	339	30,6	222	20,1	368	33,2	1 029
Carvalhal Benfeito	75	12,0	152	24,4	99	15,9	153	24,6	479
Foz do Arelho	18	3,6	87	17,4	144	28,7	270	53,9	519
Landal	64	14,6	98	22,3	77	17,5	146	33,3	385
Nadadouro	24	3,1	187	24,5	218	28,5	305	39,9	734
Salir de Matos	70	6,7	275	26,4	255	24,4	415	39,8	1 015
Santa Catarina	74	5,9	478	38,1	224	17,9	386	30,8	1 162
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	249	3,3	1 352	17,7	2 824	37,0	3 520	46,1	7 945
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	136	2,6	1 133	22,1	1 560	30,4	2 442	47,6	5 271
UF Tornada e Salir do Porto	56	3,4	411	25,2	473	29,0	787	48,3	1 727
Vidais	48	11,1	100	23,1	91	21,0	168	38,8	407
Caldas da Rainha	992	4,7	4 798	22,7	6 323	30,0	9 165	43,4	21 278
Oeste	9 750	6,4	40 379	26,5	40 867	26,9	66 419	43,6	157 415
Região Centro	33 247	3,5	274 285	29,2	283 838	30,2	345 199	36,7	936 569
Portugal	130 145	3,0	1 096 498	25,1	1 331 035	30,5	1 868 783	42,9	4 426 461

Fonte: INE., Censos 2021.

A caracterização da população empregada em função das habilitações literárias é um aspeto importante na medida em que o grau de qualificação condiciona o desenvolvimento e competitividade dos territórios. Maiores níveis de qualificação proporcionam melhores desempenhos pelo que a promoção da educação e formação ao longo da vida devem ser objetivo das diversas políticas de índole municipal.

Comparativamente com a média do País, a população empregada nas Caldas da Rainha é um pouco mais qualificada. Com efeito, tendo em atenção a repartição dos empregados pelos diversos ciclos de ensino, verifica-se que naqueles com maiores habilitações, isto é, que completaram o ensino secundário ou pós-secundário e o ensino superior, os valores do concelho (que totalizavam 62,5%) eram superiores à média nacional (61,4%). No entanto, importa salientar que cerca de 27,6% tinham o ensino superior, valor um pouco abaixo do observado a nível nacional (30,3%) (Figura 31).

Já nos níveis de ensino menos elevados, como o 1º, 2º ou 3º ciclo do ensino básico, o seu número era proporcionalmente inferior nas Caldas da Rainha (36,6%), comparativamente ao País (37,6%). A este nível torna-se ainda muito expressiva a percentagem de empregados com apenas o 1º CEB no concelho (8,6%), sendo um valor semelhante ao observado no País (8,8%).



Fonte: INE., Censos 2021.

FIGURA 31 | População empregada segundo o nível de escolaridade, em 2021.

Já no que diz respeito aos níveis de qualificação e profissões (Quadro 27), predominava o grupo dos trabalhadores nas profissões não manuais altamente qualificadas (32,8%, correspondendo a 6.978 indivíduos). Deste grupo destacavam-se os Especialistas das atividades intelectuais e científicas (16,7%). Em seguida surgiam as profissões não manuais qualificadas (28,9%, correspondendo a 6.155 indivíduos), seguindo-se as profissões manuais qualificadas, que correspondiam a 22% (4.682 indivíduos).

QUADRO 27 | População empregada segundo os níveis de qualificação e profissões, em 2021.

Níveis de qualificação	Profissão	Caldas da Rainha		Oeste		Região Centro		Portugal	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Profissões não manuais altamente qualificadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	1 316	6,2	9 077	5,8	50 025	5,3	268 144	6,1
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	3 546	16,7	21 489	13,7	155 240	16,6	806 691	18,2
	Técnicos e profissões de nível intermédio	2 116	9,9	15 452	9,8	89 888	9,6	469 787	10,6
subtotal		6 978	32,8	46 018	29,2	295 153	31,5	1 544 622	34,9
Profissões não manuais qualificadas	Pessoal administrativo	1 926	9,1	15 460	9,8	81 572	8,7	425 704	9,6
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	4 229	19,9	27 992	17,8	169 332	18,1	815 650	18,4
subtotal		6 155	28,9	43 452	27,6	250 904	26,8	1 241 354	28,0
Profissões manuais qualificadas	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	681	3,2	6 407	4,1	24 547	2,6	97 453	2,2
	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artesãos	2 905	13,7	23 516	14,9	139 731	14,9	604 029	13,6
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1 096	5,2	10 063	6,4	57 142	6,1	232 985	5,3
subtotal		4 682	22,0	39 986	25,4	221 420	23,6	934 467	21,1
Profissões elementares	Trabalhadores não qualificados	3 321	15,6	27 004	17,2	164 478	17,6	683 250	15,4
Outras Profissões	Profissões das Forças Armadas	142	0,7	955	0,6	4 614	0,5	22 768	0,5
Total		21 278	100	157 415	100	936 569	100	4 426 461	100

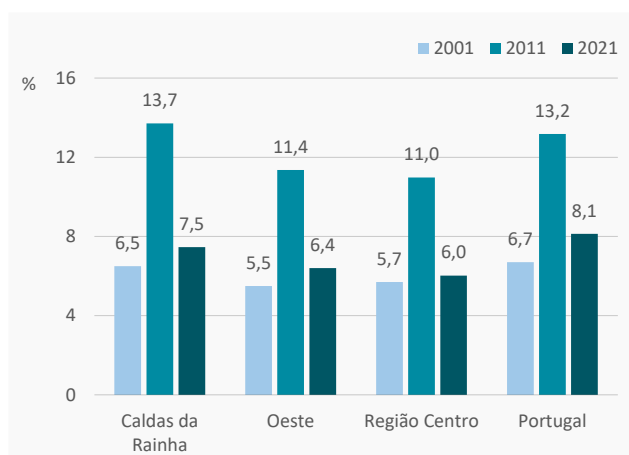
Fonte: INE., Censos 2021.

A pobreza e a exclusão social tornam-se fatores estruturantes numa sociedade cada vez mais seletiva, apresentando-se concentradas em territórios concretos, que por isso, se vão constituindo como multiplicadores da privação, entrando-se num ciclo de pobreza. O desemprego constitui-se aqui como um problema, fundamentalmente pela diminuição dos rendimentos familiares, que contribuirão para o decréscimo do nível e qualidade de vida. Aqui, como população mais vulnerável destaca-se o grupo das mulheres, com uma taxa de desemprego superior. No entanto, os casos mais graves são aqueles em que mais do que um elemento do agregado familiar se encontra desempregado, devendo ser para aqui canalizadas as prioridades na intervenção.

Deste modo, a caracterização da problemática do desemprego assume-se como fundamental para a compreensão das dificuldades económicas e financeiras com que o país, em geral, e os concelhos, em particular, se debatem na atualidade, sendo esse entendimento que irá permitir a criação de estratégias para minorar os impactos que a crise financeira e social tem tido ao nível do mercado de trabalho.

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento da taxa de desemprego no concelho de Caldas da Rainha (de 6,5% para 13,7%), acompanhando a tendência generalizada observada nas restantes unidades territoriais referenciadas (Figura 32). Na década seguinte, e em virtude da superação da

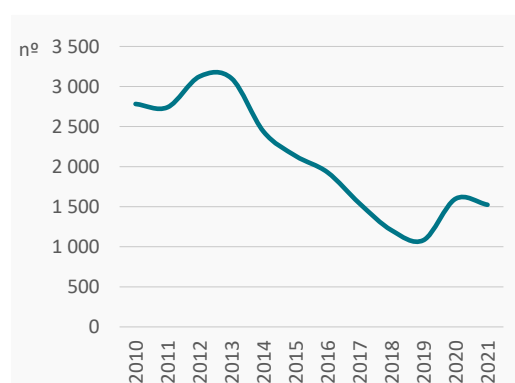
crise económica, observou-se um decréscimo da taxa de desemprego para 7,5%. Por outro lado, a taxa de desemprego nas Caldas da Rainha apresentava-se ligeiramente superior à média do Oeste (6,4%), mas inferior à média do País (8,1%).



Fonte: INE, PORDATA.

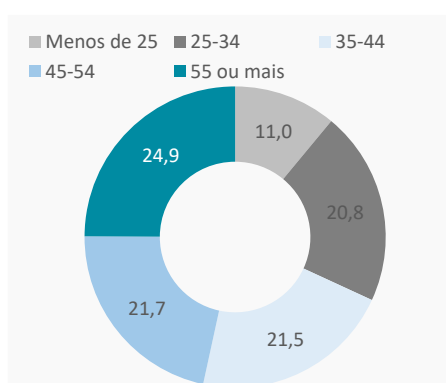
FIGURA 32 | Taxa de desemprego entre 2001 e 2021.

Por outro lado, e tendo por base as estatísticas do IEFP para o período 2010-2021, verifica-se uma evolução expressa em acréscimos e diminuições no número de desempregados (Figura 33). De facto, no período considerado verificou-se um acréscimo no número de desempregados de 2011 para 2012 (+343 indivíduos). A partir desse ano a tendência foi no sentido da diminuição do número de desempregados até ao ano de 2019. Entre 2019 e 2020 observou-se um aumento muito expressivo de desempregados, situação que se deve essencialmente à crise motivada pelo Covid-19. Entre 2020-2021 verificam-se sinais de diminuição no número de desempregados (de 1.598 para 1.524 indivíduos).



Fonte: IEFP/MTSSS, PORDATA.

FIGURA 33 | Evolução do número de desempregados no concelho de Caldas da Rainha, entre 2010 e 2021.



Fonte: IEFP/MTSSS, PORDATA.

FIGURA 34 | População desempregada nas Caldas da Rainha, por grupo etário, em 2021.

Tendo em consideração o ano mais recente de 2021, importa referir que a faixa etária dos 55 ou mais anos é aquela que assume maior representatividade no número de desempregados nas Caldas da Rainha (24,9%, correspondendo a 380 indivíduos), seguindo-se o grupo dos 45 aos 54 anos (21,7%, correspondendo a 330 indivíduos) (Figura 34). Por último, os desempregados com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos e com idade inferior a 25 anos, representam um peso de 20,8% e 11% no total de desempregados do concelho, correspondendo a 318 e 168 indivíduos, respetivamente. De salientar ainda que o peso de desempregados mais jovens é inferior nas Caldas da Rainha (11%), comparativamente à região Centro (12,3%).

Síntese

- No período 2011-2021, o concelho de Caldas da Rainha registou um decréscimo dos núcleos familiares em cerca de 2,7%;
- No ano de 2021, 51,5% dos casais das Caldas da Rainha tinham filhos, valor inferior à média da região do Oeste (54,3%) e do País (55,6%);
- O aparecimento de novas configurações de famílias é uma realidade que tem vindo a aumentar no concelho de Caldas da Rainha. Em 2021, 18,9% dos núcleos familiares eram monoparentais (15,1% em 2011) e 12,4% correspondiam a núcleos reconstituídos (9,7% em 2011);
- Cerca de 45,2% da população residente com mais de 5 anos apresentava em 2021 pelo menos uma dificuldade em realizar uma determinada tarefa, como consequência do acelerar no processo de envelhecimento neste território;
- No ano de 2020, contabilizava-se aproximadamente um total de 42 beneficiários do subsídio de desemprego por 1000 habitantes e, cerca de 10 beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes;
- Caldas da Rainha apresentava, em 2020, um poder de compra per capita de 98,1, sendo no contexto da região do Oeste, o concelho com o valor mais elevado;
- A população residente com 15 ou mais anos apresentava uma baixa qualificação escolar (em 2021, 54,6% não tinham mais do que o 3º ciclo do ensino básico);
- Em 2021 cerca de 18,5% da população residente tinha o ensino superior. Em 2011 eram 16,5%.
- Entre 2008 e 2019 ocorreu um acréscimo no número de empresas na ordem dos 4%, correspondendo a um aumento de 285 empresas, acompanhado pelo acréscimo do valor acrescentado bruto (20,1%);
- Em 2020, as atividades de Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, contabilizavam um maior número de empresas (1.273 empresas, correspondendo a 18,5%) e um maior número de pessoal ao serviço (3.911, correspondendo a 21,8%);
- A análise da repartição da população ativa empregada por setor de atividade económica sublinha a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário tinham no concelho, uma vez que este setor representava no ano de 2021 cerca de 73,4% do emprego;
- Comparativamente com a média do País, a população empregada nas Caldas da Rainha era um pouco mais qualificada.
- Relativamente aos níveis de qualificação e profissões, predominava o grupo dos trabalhadores nas profissões não manuais altamente qualificadas (32,8%, correspondendo a 6.978 indivíduos);
- Entre 2010 e 2021 observou-se um decréscimo muito relevante no número de desempregados (-45,2%, com a passagem dos 2.782 aos 1.524);
- A faixa etária dos 55 ou mais anos era aquela que assumia maior representatividade no número de desempregados nas Caldas da Rainha em 2021 (24,9%, correspondendo a 380 indivíduos), seguindo-se o grupo dos 45 aos 54 anos (21,7%, correspondendo a 330 indivíduos).

5| oferta educativa



5.1. REDE ESCOLAR

No ano letivo 2021/2022 a rede escolar do concelho de Caldas da Rainha abrangia a educação pré-escolar e todos os níveis de ensino da escolaridade obrigatória (ensino básico e secundário), bem como o ensino profissional, artístico e superior, garantidos por um parque escolar constituído por um total de 54 equipamentos educativos (39 da rede pública e 15 da rede privada solidária⁷ e privada lucrativa⁸) (Quadros 28 e 29).

Os estabelecimentos de ensino do concelho de Caldas da Rainha integravam as tipologias de Jardim de Infância (JI) Escola Básica do 1º Ciclo (EB1), Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância (EB1/JI), Escola Básica 2º e 3º CEB (EB2,3), Escola Básica Integrada do 1º ao 3º CEB (EBI), Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EBI/JI), Escola Secundária com 3º CEB (ES/3), Escola Profissional (EP) e Estabelecimento de Ensino Superior (Sup).

Naturalmente, estas escolas concentram-se nos níveis de ensino de base local e de proximidade - EB1/JI (13 da rede pública e 3 da rede privada), JI (10 da rede pública e 7 da rede privada), EB1 (9 da rede pública) - que, no conjunto, representavam 77,7% da oferta escolar total, e encontravam-se em menor número nos restantes níveis de ensino - ES/3 (2 da rede pública), EBI (1 da rede pública), EBI/JI (1 da rede pública), EB2,3 (1 da rede pública e 1 da rede privada), EP (1 da rede pública e 1 da rede privada), EA (2 da rede privada) e EBI/JI/S (1 da rede privada) a que acrescia uma escola de ensino superior (Quadros 30 e 31).

Por nível de ensino, este conjunto de 54 equipamentos apresentavam oferta educativa ao nível da educação pré-escolar (24 da rede pública e 11 da rede privada), 1º CEB (24 da rede pública e 4 da rede privada), 2º e 3º CEB (4 da rede pública e 2 da rede privada), ensino secundário (2 da rede pública e 2 da rede privada), ensino artístico (2 da rede privada) e, ainda, 1 equipamento afeto ao ensino superior (Figura 35 e Quadro 32).

Nos termos do Decreto-Lei n.º 299/2007, a denominação dos estabelecimentos de educação públicos deve integrar o nome do concelho onde está localizado. No entanto, e uma vez que se estão a analisar apenas os equipamentos das Caldas da Rainha, optou-se por retirar a referência do concelho em cada equipamento. De igual forma, optou-se por recorrer à antiga tipologia de estabelecimentos, no sentido de facilitar a leitura.

⁷ Inclui instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou outras instituições sem fins lucrativos. A rede privada solidária funciona em complementaridade aos estabelecimentos da rede pública na componente da oferta de educação pré-escolar, inserindo-se no objetivo de expansão e desenvolvimento da rede concelhia, de acordo com os objetivos enunciados na legislação em vigor.

⁸ Inclui entidades com fins lucrativos.

QUADRO 28 | Equipamentos educativos da rede pública no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento de Ensino	Freguesia	Tipologia	Nível de ensino
AE D. João II	Jardim de Infância do Campo	UF Tornada e Salir do Porto	Jl	Pré-escolar
	Jardim de Infância do Casal Celão	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	Jl	Pré-escolar
	Jardim de Infância do Coto	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Jl	Pré-escolar
	Escola Básica de Avenal	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica do Campo	UF Tornada e Salir do Porto	EB1	1º CEB
	Escola Básica de Chão da Parada	UF Tornada e Salir do Porto	EB1	1º CEB
	Escola Básica do Coto	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	EB1	1º CEB
	Escola Básica da Encosta do Sol	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	EB1	1º CEB
	Escola Básica da Lagoa Parceira	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica de Reguengo da Parada	UF Tornada e Salir do Porto	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica de Salir de Matos	Salir de Matos	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica de Salir do Porto	UF Tornada e Salir do Porto	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica da Tornada	UF Tornada e Salir do Porto	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
AE Rafael Bordalo Pinheiro	Escola Básica D. João II	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	EB2,3	2º e 3º CEB
	Jardim de Infância Carvalhal Benfeito	Carvalhal Benfeito	Jl	Pré-escolar
	Jardim de Infância Santa Catarina	Santa Catarina	Jl	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Santa Susana	A dos Francos	Jl	Pré-escolar
	Escola Básica de A-dos-Francos	A dos Francos	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica de Alvorninha	Alvorninha	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica do Carvalhal Benfeito	Carvalhal Benfeito	EB1	1º CEB
	Escola Básica de Casais da Serra	Landal	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica de Relvas	Santa Catarina	EB1	1º CEB
	Escola Básica de São Gregório	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
AE Raúl Proença	Escola Básica de Santa Catarina	Santa Catarina	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	ES/3	3º CEB e Secundário
	Jardim de Infância do Bairro das Morenas	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	Jl	Pré-escolar
	Jardim de Infância da Foz do Arelho	Foz do Arelho	Jl	Pré-escolar
	Jardim de Infância do Nadadouro	Nadadouro	Jl	Pré-escolar
	Jardim de Infância de São Cristóvão	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Jl	Pré-escolar
	Escola Básica do Bairro da Ponte	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	EB1	1º CEB
	Escola Básica do Bairro dos Arneiros	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica da Foz do Arelho	Foz do Arelho	EB1	1º CEB
	Escola Básica Nº1 de Santo Onofre	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB
	Escola Básica do Nadadouro	Nadadouro	EB1	1º CEB
	Escola Básica de Santo Onofre	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	EB1	1º, 2º e 3º CEB
não agrupado	Escola Secundária Raúl Proença	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	ES/3	3º CEB e Secundário
	Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha)	União das freguesias de Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	EP	Secundário
	Escola Superior de Artes e Design	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Sup	Superior

QUADRO 29 | Equipamentos educativos da rede privada solidária e privada lucrativa no ano letivo 2021/2022.

Freguesia	Estabelecimento de Ensino	Tipologia	Nível de ensino	Natureza jurídica
A-dos-Francos	Colégio Frei Cristóvão	EB2,3	2º e 3º CEB	Lucrativa
Salir de Matos	ASESM - Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos	Jl	Pré-escolar	Solidaria
Santa Catarina	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	Jl	Pré-escolar	Solidaria
UF Caldas da Rainha- Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Koalas	Jl	Pré-escolar	Lucrativa
	Vila Kula	Jl	Pré-escolar	Lucrativa
	Centro Social Paroquial Caldas da Rainha	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB	Solidaria
	Conservatório das Caldas da Rainha - Lugar da Música	EA	-	Lucrativa
UF Caldas da Rainha- Santo Onofre e Serra do Bouro	Dr. Leonel Sotto Mayor (Santa Casa da Misericórdia)	Jl	Pré-escolar	Solidaria
	Infancoop	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB	Solidaria
	Colégio Rainha D. Leonor	EB1/S/Jl	Pré-escolar, 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário	Lucrativa
	Escola Técnica Empresarial do Oeste	EP	Ensino Profissional	Solidaria
	Escola de Dança das Caldas da Rainha	EA	-	Lucrativa
UF Tornada e Salir do Porto	Associação Social e Cultural Paradense	Jl	Pré-escolar	Solidaria
	Nuclisol Jean Piaget	Jl	Pré-escolar	Solidaria
Vidais	Colégio "O Brinquinho"	EB1/Jl	Pré-escolar e 1º CEB	Lucrativa

QUADRO 30 | Oferta educativa pública por tipologia e freguesia no ano letivo 2021/2022.

Freguesia	Jl	EB1	EB1/Jl	EBI	EBI/Jl	EB2,3	ES/3	EP	Sup	Total
A dos Francos	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Alvorninha	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Carvalhal Benfeito	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Foz do Arelho	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Landal	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Nadadouro	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Salir de Matos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Santa Catarina	1	1	-	-	1	-	-	-	-	3
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	2	2	4	-	-	1	1	-	1	11
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	2	1	2	1	-	-	1	1	-	8
UF Tornada e Salir do Porto	1	2	3	-	-	-	-	-	-	6
Vidais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Total	10	9	13	1	1	1	2	1	1	39

QUADRO 31 | Oferta educativa privada solidária e privada lucrativa por tipologia e freguesia no ano letivo 2021/2022.

Freguesia	Jl			EB1/Jl			EBI/Jl/S	EB2,3	EP	EA	Total		
	Solidária	Lucrativa	Total	Solidária	Lucrativa	Total	Lucrativa	Lucrativa	Solidária	Lucrativa	Solidária	Lucrativa	Total
A dos Francos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Alvorninha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Carvalhal Benfeito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Foz do Arelho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Landal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nadadouro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Salir de Matos	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Santa Catarina	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	0	2	2	1	0	1	0	0	0	1	1	3	4
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	3	2	5
UF Tornada e Salir do Porto	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Vidais	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1
Total	5	2	7	2	1	3	1	1	1	2	8	7	15

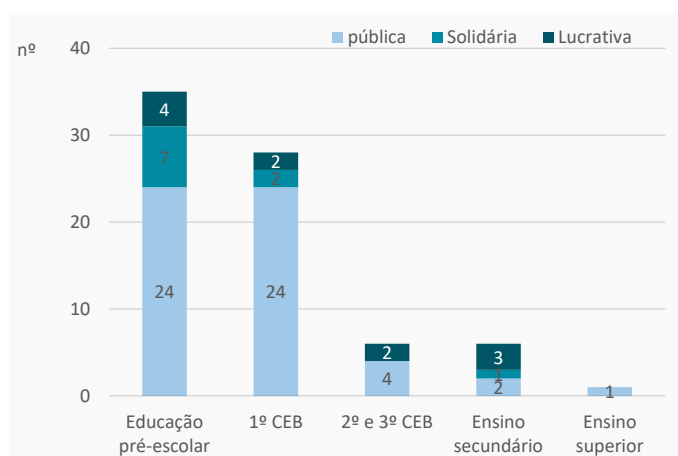


FIGURA 35 | Oferta educativa, por natureza jurídica, no ano letivo 2021/2022.

QUADRO 32 | Oferta educativa por nível de ensino, natureza jurídica e freguesia no ano letivo 2021/2022.

Freguesia	Educação pré-escolar				1º CEB				2º e 3º CEB			Ensino secundário				Ensino superior	Total			
	pública	Solidária	Lucrativa	Total	pública	Solidária	Lucrativa	Total	pública	Lucrativa	Total	pública	Solidária	Lucrativa	Total	pública	pública	Solidária	Lucrativa	Total
A dos Francos	2	-	-	2	1	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	3	0	1	4
Alvorninha	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	0	2
Carvalhal Benfeito	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	0	2
Foz do Arelho	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	0	2
Landal	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	0	2
Nadadouro	1	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	0	2
Salir de Matos	1	1	-	2	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	0	3
Santa Catarina	2	1	-	3	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	0	5
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	6	1	2	9	6	1	-	7	2	-	2	1	-	1	1	1	16	2	3	21
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	4	2	1	7	4	1	1	6	2	1	3	1	1	2	3	-	11	4	5	20
UF Tornada e Salir do Porto	4	2	-	6	5	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	9	2	0	11
Vidais	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	2	2
Total	24	7	4	35	24	2	2	28	4	2	6	2	1	3	4	1	55	10	11	76

Em termos de distribuição territorial, a rede escolar do concelho de Caldas da Rainha reflete o padrão de distribuição populacional, de forma a assegurar uma cobertura capaz de satisfazer a procura escolar e possibilitar o seu usufruto por parte de todos os seus potenciais utilizadores (Figura 36). Deste modo, os edifícios escolares estão concentrados na faixa mais densamente ocupada, correspondendo à UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (14) e à UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro (14).

A par das razões históricas que explicam o elevado número de estabelecimentos de educação e ensino nesta zona, a concentração da oferta escolar nesta área relaciona-se com a necessidade de responder não somente à população local, mas beneficiar igualmente as famílias

que, diariamente, se deslocam para estes setores do território municipal. Em contrapartida, o menor número de equipamentos é observado nas freguesias de Alvorninha (1) Landal (1) e Salir de Matos (2). Paralelamente, na freguesia de Vidais não observa qualquer equipamento da rede pública, existindo apenas um equipamento da rede privada. Nas restantes freguesias os valores oscilam entre os 8 estabelecimentos de ensino da UF Tornada e Salir do Porto e os 2 equipamentos localizados nas freguesias de Carvalhal Benfeito, Foz do Arelho e Nadadouro.

Em termos de distribuição territorial, o comportamento das redes privada solidária e privada lucrativa é em tudo idêntico ao da rede escolar pública, refletindo o padrão de distribuição populacional. Assim sendo, descendo à escala da freguesia, observa-se, no somatório da rede escolar privada solidária e privada lucrativa, que existe uma maior concentração de equipamentos educativos na UF Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra do Bouro (5) e na UF Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (4) e as quais, conjuntamente, integram cerca de 60% dos estabelecimentos de educação e ensino existentes. Em sentido inverso, os quantitativos mais reduzidos são observados nas freguesias de A dos Francos (1), Salir de Matos (1), Santa Catarina (1), UF Tornada e Salir do Porto (2) e Vidais (1).

O parque escolar afeto à rede escolar privada solidária e privada lucrativa vai de encontro à tendência nacional, onde os equipamentos estão maioritariamente associados à educação pré-escolar e aos ensinos profissional e artístico.

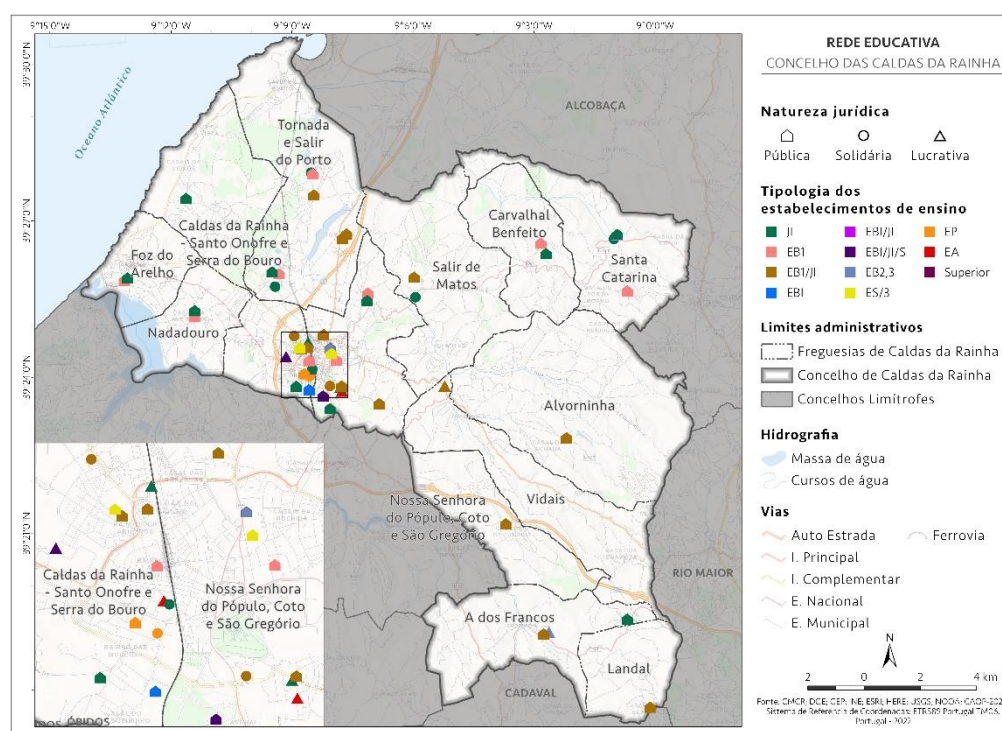


FIGURA 36 | Rede educativa total no ano letivo 2021/2022.

Fazendo agora uma análise da repartição espacial do parque escolar público do concelho de Caldas da Rainha por nível de ensino é possível observar que enquanto os estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1º CEB, por serem em maior número, se disseminam de forma mais uniforme pelo território municipal, os estabelecimentos de 2º e 3º CEB e de ensino secundário, por serem em menor número, apresentam um carácter fortemente polarizado, situando-se estrategicamente nos principais núcleos populacionais e funcionando como polos de organização urbana do território (Figuras 37, 38, 39 e 40). Isto acontece porque, devido aos grupos etários envolvidos, as distâncias a percorrer são um fator decisivo na localização dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1º CEB, enquanto no caso dos estabelecimentos do 2º e 3º CEB e do ensino secundário esta não é uma questão prioritária, uma vez que o 2º e 3º CEB é planeado em função da área de influência do agrupamento de escolas e o ensino secundário tem uma abrangência municipal.

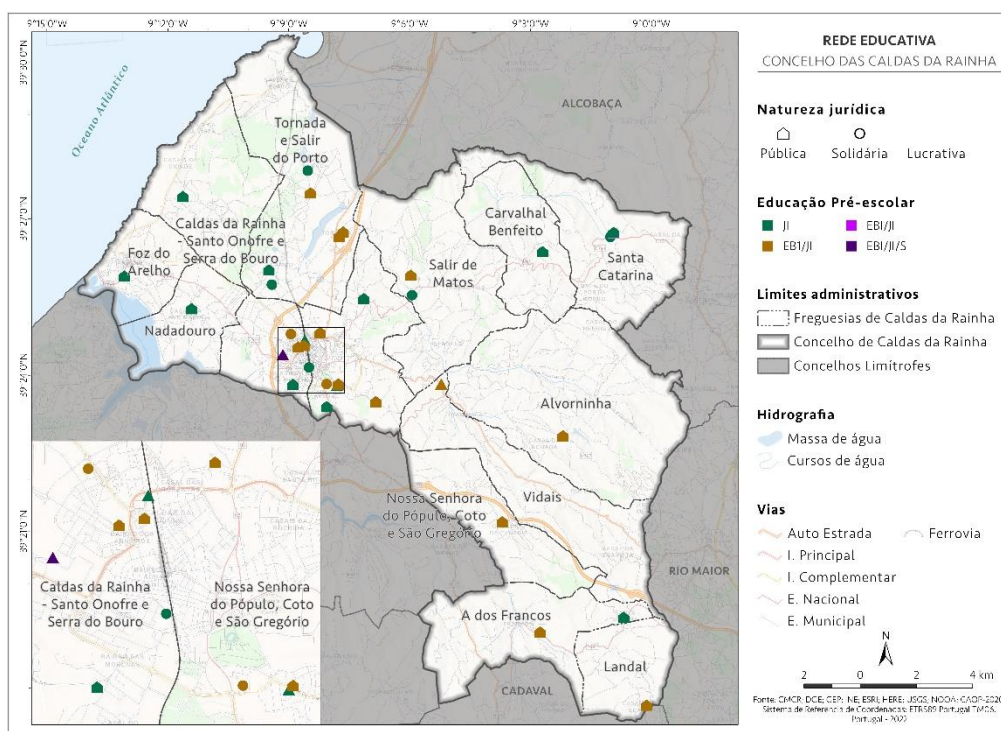


FIGURA 37 | Rede educativa da educação pré-escolar no ano letivo 2021/2022.

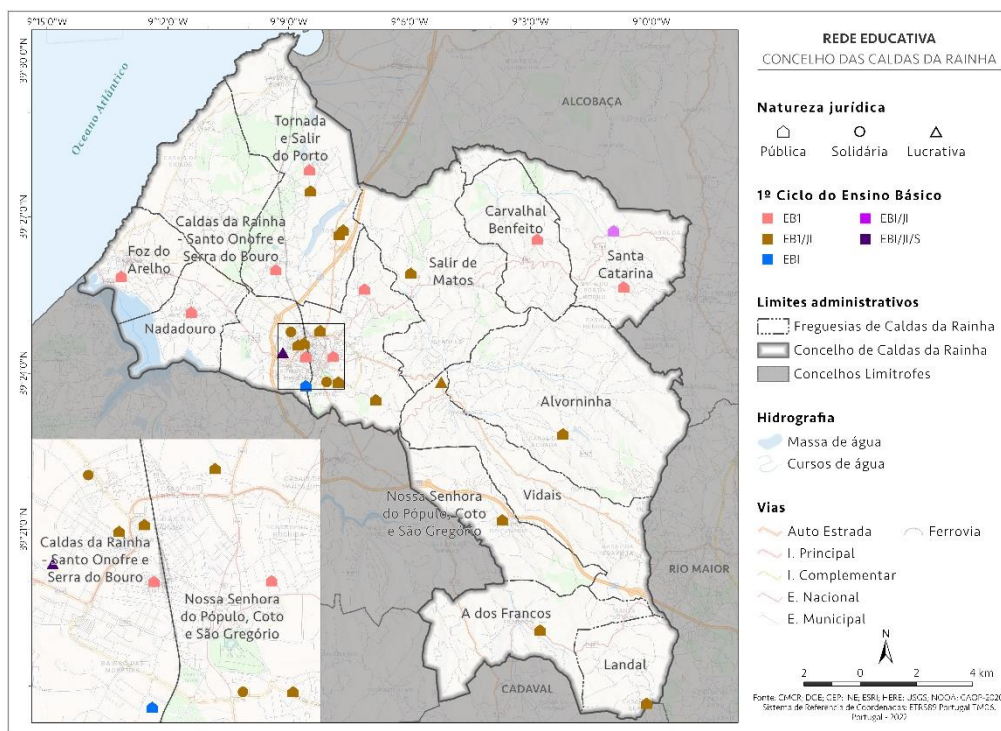


FIGURA 38 | Rede educativa do 1º CEB no ano letivo 2021/2022.

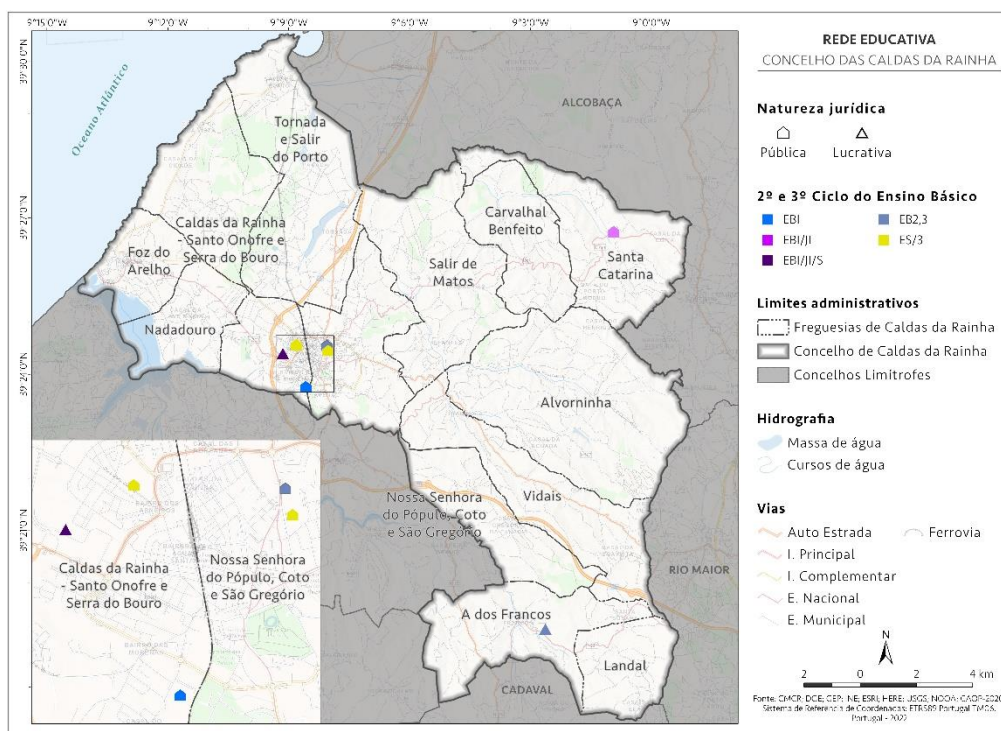


FIGURA 39 | Rede educativa do 2º e 3º CEB no ano letivo 2021/2022.

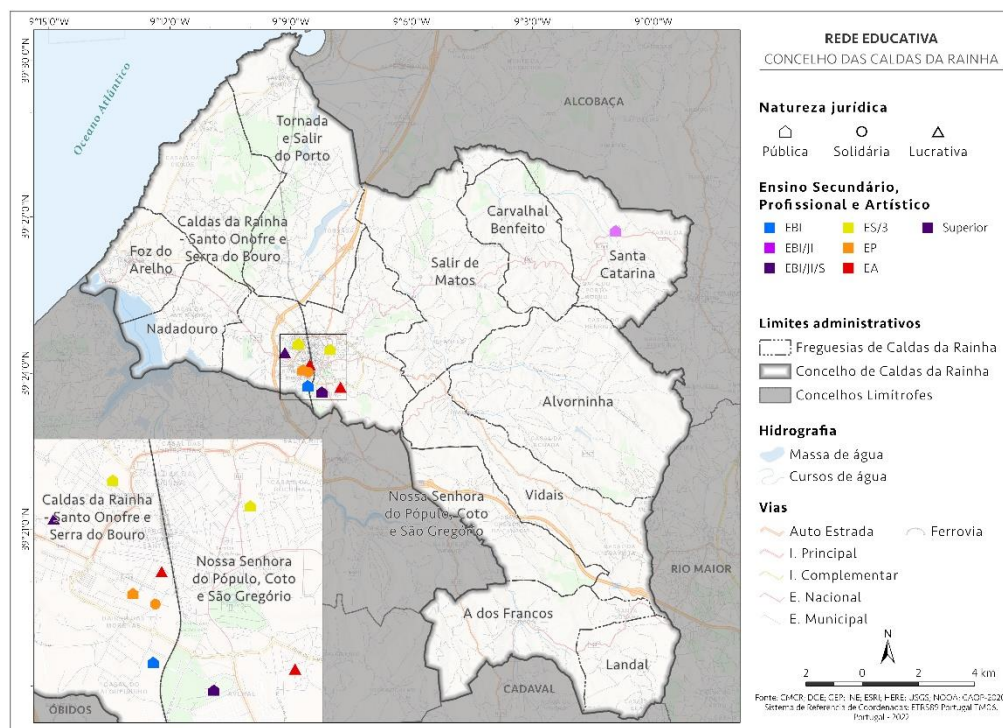


FIGURA 40 | Rede educativa do ensino secundário, profissional e superior no ano letivo 2021/2022.

5.1.1. Agrupamentos de escolas

Em termos de estrutura de gestão, no ano letivo 2021/2022 a rede escolar pública do concelho de Caldas da Rainha encontrava-se organizada em 3 Agrupamentos de Escolas (AE) - D. João II, Rafael Bordalo Pinheiro e Raúl Proença -, uma escola profissional - Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha) - e uma escola superior - Escola Superior de Artes e Design (Quadro 33 e Figura 41).

QUADRO 33 | Oferta educativa pública por tipologia e agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas	Jl	EB1	EB1/Jl	EBI	EBI/Jl	EB2,3	ES/3	EP	Sup	Total
D. João II	3	4	7	-	-	1	-	-	-	15
Rafael Bordalo Pinheiro	3	2	4	-	1	-	1	-	-	11
Raúl Proença	4	3	2	1	-	-	1	-	-	11
Não agrupado	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Total	10	9	13	1	1	1	2	1	1	39

A distribuição dos equipamentos por tipologia apresenta uma relativa homogeneidade, na medida em que as diferenças entre agrupamentos são pouco significativas, com os maiores valores a serem registados no Agrupamento de Escolas D. João II (15) e os menores no Agrupamento de Escolas Raúl Proença (11), a par do AE Rafael Bordalo Pinheiro (11 escolas). Tal como referido anteriormente, em todos os agrupamentos é dada primazia às tipologias de

proximidade, designadamente JI, EB1 e EB1/JI, enquanto nas restantes tipologias os valores são, claramente, inferiores (Quadro 34).

Por outro lado, e no que se refere à análise por nível de ensino destaca-se a presença de estabelecimentos de educação pré-escolar e dos níveis básicos em todos os agrupamentos. Apenas o Agrupamento de Escolas D. João II não apresenta qualquer equipamento afeto ao ensino secundário. O maior número de equipamentos associados à educação pré-escolar surge nos agrupamentos D. João II (10 estabelecimentos de ensino), seguindo-se o AE Rafael Bordalo Pinheiro, com 8 estabelecimentos de ensino. O 1º CEB apresenta valores mais elevados no Agrupamento de Escolas D. João II, com 11 equipamentos. Relativamente ao 2º e 3º CEB a oferta é existente no Agrupamento de Escolas D. João II (1 estabelecimento), no AE Rafael Bordalo Pinheiro (1 estabelecimento com 3º CEB) e no AE Raúl Proença (1 estabelecimento com 2º e 3º CEB e 1 estabelecimento com 3º CEB).

QUADRO 34 | Oferta educativa pública por tipologia e agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas	Educação pré-escolar	1º CEB	2º e 3º CEB	Ensino secundário	Ensino superior	Total
D. João II	10	11	1	-	-	22
Rafael Bordalo Pinheiro	8	7	1	1	-	17
Raúl Proença	6	6	2	1	-	15
Não agrupado	-	-	-	-	1	1
Total	24	24	4	2	1	55

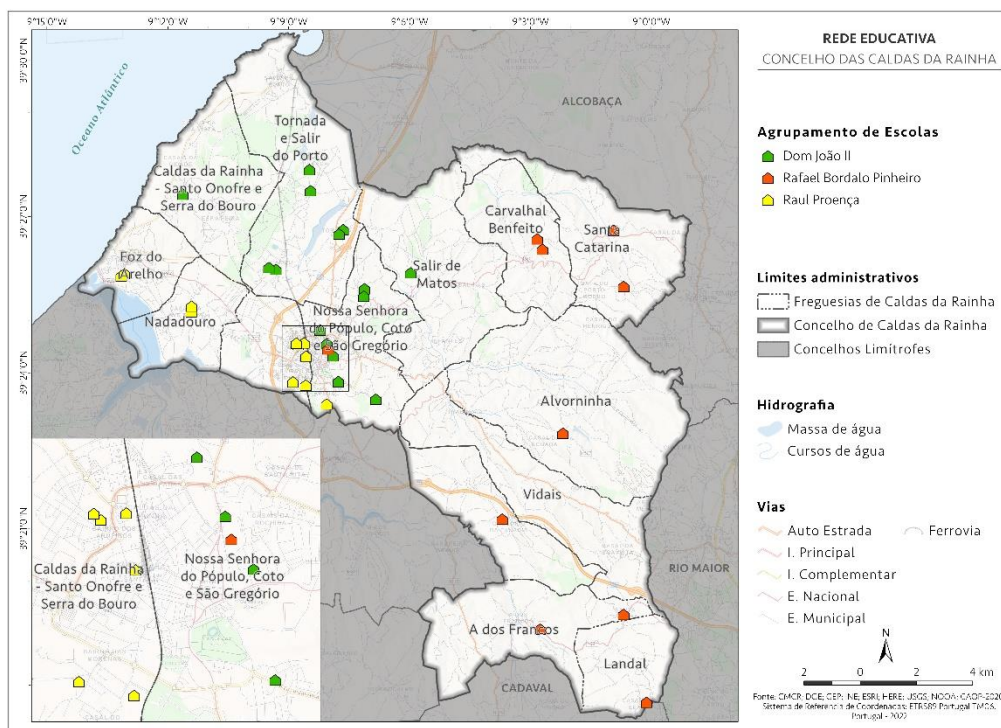


FIGURA 41 | Agrupamentos de escolas no ano letivo 2021/2022.

5.1.2. Estabelecimentos encerrados

Relativamente aos estabelecimentos de ensino encerrados, após a Carta Educativa das Caldas da Rainha (2005), foram suspensos os seguintes equipamentos (Quadro 35). O território correspondente ao AE Rafael Bordalo Pinheiro foi o que registou um maior encerramento de escolas (18 escolas), na maioria escolas básicas com 1º CEB. No caso do AE D. João II foram 8 os equipamentos encerrados após 2005 e no AE Raúl Proença apenas se observou o encerramento de uma escola, no ano letivo 2018/2019.

QUADRO 35 | Estabelecimentos de ensino encerrados após aprovação da Carta Educativa (2005).

Agrupamento de Escolas	Freguesia	Estabelecimento de Ensino	Tipologia	Ano encerramento	Estabelecimento de Ensino de Acolhimento
Rafael Bordalo Pinheiro	A-dos-Francos	EB/ JI Carreiros	EB/JI	2011/2012	EB/JI A-dos-Francos
	A-dos-Francos	EB/JI Santo António	EB/JI	2013/2014	EB/JI A-dos-Francos
	A-dos-Francos	Escola Básica de Santa Susana	EB	2020/2021	EB/JI A-dos-Francos
	Alvorninha	Jardim de Infância de Ramalhosa	JI	2010/2011	EB/JI Alvorninha
	Alvorninha	Escola Básica Ramalhosa	EB	2010/2011	EB/JI Alvorninha
	Alvorninha	EB/JI Moita	EB/JI	2010/2011	EB/JI Alvorninha
	Alvorninha	EB/JI S. Clemente	EB/JI	2010/2011	EB/JI Alvorninha
	Alvorninha	EB Ribeira dos Amiais	EB	2007/2008	EB Alvorninha
	Alvorninha	EB Zambujal	EB	2009/2010	EB Alvorninha
	Vidaís	Jardim Infância Rabaceira	JI	2013/2014	EB/JI Alvorninha
	Vidaís	Escola Básica Vidaís	EB	2013/2014	EB/JI Alvorninha
	Santa Catarina	Escola Básica Casal da Marinha	EB	2010/2011	EB Santa Catarina
	Santa Catarina	Escola Básica Casal das Freiras	EB	2008/2009	EB Santa Catarina
	Santa Catarina	Escola Básica Cumeira	EB	2010/2011	EB Santa Catarina
	Santa Catarina	EB Mata Porto Mouro	EB	2010/2011	EB Santa Catarina
	Santa Catarina	Escola Básica Peso	EB	2012/2013	EB Relvas
	Carvalhal Benfeito	EB Mestras	EB	2010/2011	EB/JI Carvalhal Benfeito
	Carvalhal Benfeito	EB/JI Antas	EB/JI	2009/2010	EB/JI Carvalhal Benfeito
D. João II	Salir de Matos	Jardim de Infância Casal da Areia	EB/JI	2009/2010	EB/JI Salir de Matos
	Salir de Matos	Escola Básica Casal da Areia	EB/JI	2007/2008	EB Salir de Matos
	Salir de Matos	Jardim de Infância Cruzes	JI	2009/2010	EB/JI Salir de Matos
	Salir de Matos	Escola Básica Cabreiros	EB	2009/2010	EB/JI Salir de Matos
	Salir de Matos	Escola Básica Rostos	EB	2009/2010	EB/JI Salir de Matos
	Salir de Matos	Escola Básica Guisado	EB	2010/2011	EB/JI Salir de Matos
	Salir de Matos	Escola Básica Trabalhais	EB	2009/2010	EB/JI Salir de Matos
Raúl Proença	Serra do Bouro	Escola Básica Espinheira	EB/JI	2010/2011	EB Campo
	UF Caldas da Rainha- Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Escola Básica de Parque	EB	2018/2019	EB Santo Onofre

Fonte: CM Caldas da Rainha.

5.1.3. Salas de atividade/aula

A análise dos estabelecimentos de ensino que constituíam o parque escolar da rede pública do concelho de Caldas da Rainha revela a existência de um total de 343 salas de atividade/aula, que se distribuíam pela educação pré-escolar, com 45 salas de atividade, pelo 1º CEB, com 100 salas de aula, e pelos 2º e 3º CEB e pelo ensino secundário que, conjuntamente, totalizavam 198 espaços letivos em 2021/22 (Quadro 36).

Uma análise mais aprofundada do número de salas de atividade/aula por agrupamento de escolas permite aferir que o AE Raúl Proença apresentava um maior número de espaços letivos (128), seguindo-se o AE Rafael Bordalo Pinheiro, com 115 salas, e por fim, o AE D. João II, com 100 salas.

QUADRO 36 | Número de salas de atividade/aula por nível de ensino e estabelecimento de ensino da rede pública no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento de Ensino	Nº de salas			Total
		Educação Pré-Escolar	1º CEB	2º e 3º CEB / Ensino Secundário	
D. João II	Jardim de Infância Campo	2	0	0	2
	Jardim de Infância Casal Celão	1	0	0	1
	Jardim de Infância Coto	2	0	0	2
	Escola Básica Avenal	4	8	0	12
	Escola Básica Campo	0	2	0	2
	Escola Básica Chão da Parada	0	2	0	2
	Escola Básica Coto	0	2	0	2
	Escola Básica Encosta do Sol	1	4	0	5
	Escola Básica Lagoa Parceira	1	1	0	2
	Escola Básica Nossa Senhora do Pópulo	3	8	0	11
	Escola Básica Reguengo da Parada	1	2	0	3
	Escola Básica Salir de Matos	3	8	0	11
	Escola Básica Salir do Porto	1	2	0	3
	Escola Básica Tornada	1	2	0	3
	Escola Básica D. João II	0	0	39	39
Subtotal		20	41	39	100
Rafael Bordalo Pinheiro	Jardim de Infância Carvalhal Benfeito	2	0	0	2
	Jardim de Infância Santa Catarina	1	0	0	1
	Jardim de Infância Santa Susana	1	0	0	1
	Escola Básica A-dos-Francos	1	3	0	4
	Escola Básica Alvorninha	3	8	0	11
	Escola Básica Carvalhal Benfeito	0	2	0	2
	Escola Básica Casais da Serra	1	2	0	3
	Escola Básica Relvas	0	2	0	2
	Escola Básica São Gregório	1	2	0	3
	Escola Básica Santa Catarina	1	4	20	25
	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	0	0	61	61
Subtotal		11	23	81	115
Raúl Proença	Jardim de Infância Bairro das Morenas	2	0	0	2
	Jardim de Infância Foz do Arelho	1	0	0	1
	Jardim de Infância Nadadouro	2	0	0	2
	Jardim de Infância São Cristóvão	2	0	0	2
	Escola Básica Bairro da Ponte	0	8	0	8
	Escola Básica Bairro dos Arneiros	4	8	0	12
	Escola Básica Foz do Arelho	0	2	0	2
	Escola Básica n.º 1 de Santo Onofre	3	8	0	11
	Escola Básica Nadadouro	0	2	0	2
	Escola Básica Santo Onofre	0	8	28	36
	Escola Secundária Raúl Proença	0	0	50	50
Subtotal		14	36	78	128
Total		45	100	198	343

Fonte: CM Caldas da Rainha.

Particularizando a análise, no caso do AE Rafael Bordalo Pinheiro é possível observar uma diferença bastante significativa entre o número de salas por nível de ensino, com 81 salas afetas

ao 2º e 3º CEB e ensino secundário, 23 salas vocacionadas para o 1º CEB e 11 para a educação pré-escolar. No AE Raúl Proença essa diferença é esbatida, com 78 salas afetas ao 2º e 3º CEB e ensino secundário, 36 salas ao 1º CEB e 14 salas vocacionadas para a educação pré-escolar. Relativamente ao AE D. João II é possível observar que o 1º CEB apresenta o valor mais expressivo de salas (41), os 2º e 3º CEB e ensino secundário apresentam 39 salas, enquanto a educação pré-escolar apresenta o valor mais elevado, comparativamente aos restantes agrupamentos, nomeadamente 20 salas.

No caso do 1º CEB é de destacar a existência de 14 estabelecimentos de ensino que apresentam menos de 4 salas de aula e que, por essa razão, não garantem uma sala e um professor por ano de escolaridade (Quadro 37 e Figura 42).

Ao nível das freguesias verifica-se que é na UF Tornada e Salir do Porto que se encontram o maior número de estabelecimentos com menos de 4 salas, com cinco estabelecimentos de ensino nesta circunstância, bem como na UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório, com três estabelecimentos de ensino nesta situação.

QUADRO 37 | Estabelecimentos de ensino do 1º CEB da rede pública com menos de 4 salas no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de Escolas	Freguesia	Estabelecimento de Ensino	Nº salas 1º CEB
D. João II	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Escola Básica Coto	2
		Escola Básica Lagoa Parceira	1
	UF Tornada e Salir do Porto	Escola Básica Campo	2
		Escola Básica Chão da Parada	2
		Escola Básica Reguengo da Parada	2
		Escola Básica Salir do Porto	2
		Escola Básica Tornada	2
		Subtotal	13
Rafael Bordalo Pinheiro	A dos Francos	Escola Básica A-dos-Francos	3
	Carvalhal Benfeito	Escola Básica Carvalhal Benfeito	2
	Landal	Escola Básica Casais da Serra	2
	Santa Catarina	Escola Básica Relvas	2
	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Escola Básica São Gregório	2
	Subtotal	11	
Raúl Proença	Foz do Arelho	Escola Básica Foz do Arelho	2
	Nadadouro	Escola Básica Nadadouro	2
	Subtotal	4	
Total			28

Fonte: CM Caldas da Rainha.

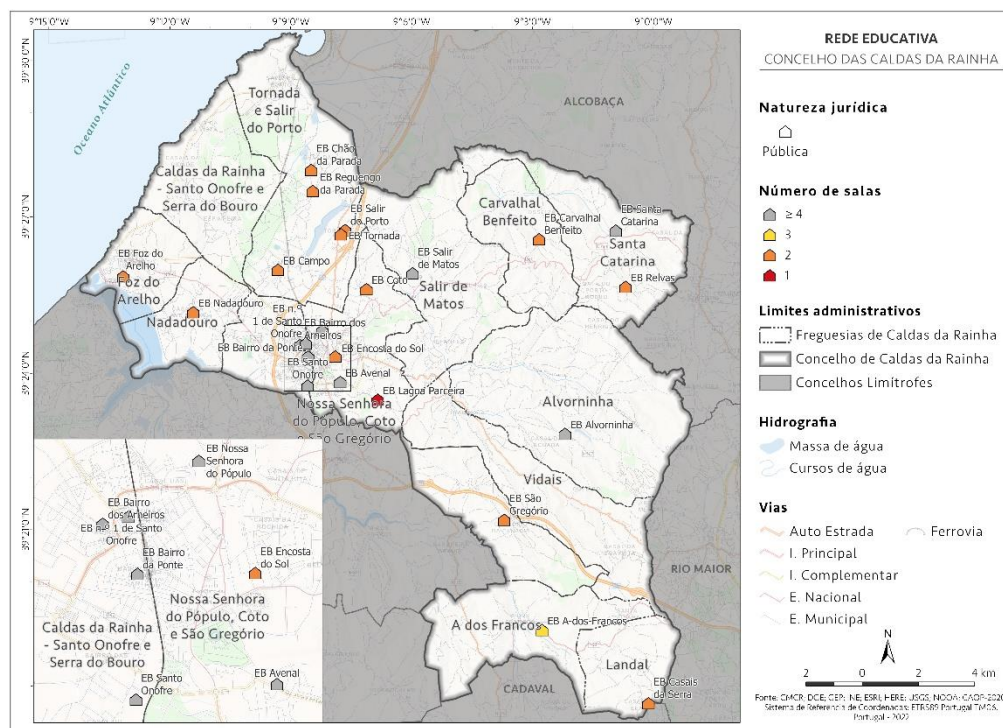


FIGURA 42 | Estabelecimentos de ensino do 1º CEB com menos de 4 salas no ano letivo 2021/2022.

5.1.4. Estado de conservação

Em relação ao estado de conservação exterior verifica-se que a maioria dos equipamentos apresenta um “bom estado” de conservação (19), sendo de referir que os três agrupamentos apresentam valores idênticos, enquanto valores ligeiramente inferiores podem ser observados ao nível dos edifícios que apresentam uma degradação ligeira (10), com um maior número de equipamentos nesta condição observados no AE D. João II (5). Valores francamente mais reduzidos podem ser registados nos equipamentos com “degradação importante” (6) e “mau estado” (2), sendo de referir que o agrupamento de escolas Raúl Proença apresenta os dois estabelecimentos considerados em mau estado, designadamente, a Escola Básica Bairro da Ponte e a Escola Secundária Raul Proença (Quadro 38)⁹.

Já no que diz respeito à conservação interior será de destacar o elevado número de equipamentos que apresentam um “bom estado” geral de conservação, designadamente 18 edifícios escolares, sendo que os valores mais elevados são registados nos AE Rafael Bordalo Pinheiro (7) e Raul Proença (6). Seguidamente, de referir os 12 equipamentos cuja degradação foi classificada como ligeira, sendo que os valores mais elevados voltam a ser registados no AE D. João II, com 7 equipamentos nesta situação. Os valores mais reduzidos são, uma vez mais, observados nas categorias de “degradação importante” e “mau estado” com 6 e 1

⁹ Nos pontos respeitantes ao estado de conservação e às barreiras arquitetónicas os dados apresentados resultam da perceção dos diretores (ou quem delegado pelos mesmos), carecendo de avaliação e validação por parte dos serviços técnicos competentes municipais.

equipamentos, respetivamente, sendo também possível observar, tal como anteriormente, o equipamento em “mau estado” diz respeito à Escola Básica Bairro da Ponte.

QUADRO 38 | Estado de conservação exterior e interior dos edifícios escolares por estabelecimento de ensino da rede pública no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento de Ensino	Estado de Conservação							
		Exterior				Interior			
		Mau Estado	Degradação Importante	Degradação Ligeira	Bom Estado	Mau Estado	Degradação Importante	Degradação Ligeira	Bom Estado
D. João II	Jardim de Infância Campo				X				X
	Jardim de Infância Casal Celão				X				X
	Jardim de Infância Coto				X			X	
	Escola Básica Avenal			X				X	
	Escola Básica Campo		X				X		
	Escola Básica Chão da Parada				X				X
	Escola Básica Coto			X				X	
	Escola Básica Encosta do Sol				X				X
	Escola Básica Lagoa Parceira		X				X		
	Escola Básica Nossa Senhora do Pópulo			X				X	
	Escola Básica Reguengo da Parada				X			X	
	Escola Básica Salir de Matos			X				X	
	Escola Básica Salir do Porto		X				X		
	Escola Básica Tornada				X				X
	Escola Básica D. João II		X	X			X	X	
Subtotal		0	4	5	7	0	4	7	5
Rafael Bordalo Pinheiro	Jardim de Infância Carvalhal Benfeito				X				X
	Jardim de Infância Santa Catarina				X				X
	Jardim de Infância Santa Susana			X				X	
	Escola Básica A-dos-Francos								
	Escola Básica Alvorninha				X				X
	Escola Básica Carvalhal Benfeito				X				X
	Escola Básica Casais da Serra				X				X
	Escola Básica Relvas			X				X	
	Escola Básica São Gregório				X				X
	Escola Básica Santa Catarina		X				X		
	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro				X				X
Subtotal		0	1	2	7	0	1	2	7
Raúl Proença	Jardim de Infância Bairro das Morenas			X					X
	Jardim de Infância Foz do Arelho			X				X	
	Jardim de Infância Nadadouro				X				X
	Jardim de Infância São Cristóvão				X				X
	Escola Básica Bairro da Ponte	X				X			
	Escola Básica Bairro dos Arneiros				X				X
	Escola Básica Foz do Arelho		X					X	
	Escola Básica n.º 1 de Santo Onofre				X				X
	Escola Básica Nadadouro				X				X
	Escola Básica Santo Onofre			X				X	
	Escola Secundária Raúl Proença	X					X		
Subtotal		2	1	3	5	1	1	3	6
Total		2	6	10	19	1	6	12	18

Fonte: CM Caldas da Rainha.

5.1.5. Barreiras arquitetônicas

Relativamente às barreiras arquitetônicas exteriores é possível observar que no conjunto dos estabelecimentos que integram este território municipal, um número significativo ainda apresenta barreiras, designadamente 14 equipamentos, enquanto em 19 estabelecimentos de ensino não se verifica a existência de qualquer barreira exterior, sendo ainda de referir o caso de 3 equipamentos onde estas foram adaptadas (Quadro 39).

QUADRO 39 | Barreiras arquitetônicas exteriores e interiores nos estabelecimentos de ensino da rede pública no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de Escolas	Estabelecimento de Ensino	Barreiras Arquitetônicas					
		Exteriores			Interiores		
		Sim	Não	Adaptadas	Sim	Não	Adaptadas
D. João II	Jardim de Infância Campo		X			X	
	Jardim de Infância Casal Celão			X		X	
	Jardim de Infância Coto		X		X		
	Escola Básica Avenal	X			X		
	Escola Básica Campo	X			X		
	Escola Básica Chão da Parada	X				X	
	Escola Básica Coto	X			X		
	Escola Básica Encosta do Sol		X			X	
	Escola Básica Lagoa Parceira			X	X		
	Escola Básica Nossa Senhora do Pópulo		X			X	
	Escola Básica Reguengo da Parada		X		X		
	Escola Básica Salir de Matos		X			X	
	Escola Básica Salir do Porto	X			X		
	Escola Básica Tornada		X			X	
	Escola Básica D. João II	X					X
Subtotal		6	7	2	7	7	1
Rafael Bordalo Pinheiro	Jardim de Infância Carvalho Benfeito		X			X	
	Jardim de Infância Santa Catarina		X			X	
	Jardim de Infância Santa Susana	X			X		
	Escola Básica A-dos-Francos						
	Escola Básica Alvorninha		X			X	
	Escola Básica Carvalho Benfeito		X			X	
	Escola Básica Casais da Serra	X				X	
	Escola Básica Relvas	X				X	
	Escola Básica São Gregório		X			X	
	Escola Básica Santa Catarina	X					X
	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro		X			X	X
Subtotal		4	6	0	1	8	2
Raúl Proença	Jardim de Infância Bairro das Morenas		X			X	
	Jardim de Infância Foz do Arelho			X			X
	Jardim de Infância Nadadouro		X			X	
	Jardim de Infância São Cristóvão		X			X	
	Escola Básica Bairro da Ponte	X			X		
	Escola Básica Bairro dos Arneiros		X			X	
	Escola Básica Foz do Arelho	X			X		
	Escola Básica n.º 1 de Santo Onofre		X			X	
	Escola Básica Nadadouro	X			X		
	Escola Básica Santo Onofre		X			X	
	Escola Secundária Raul Proença	X			X		
Subtotal		4	6	1	4	6	1
Total		14	19	3	12	21	4

Fonte: CM Caldas da Rainha.

No que diz respeito às barreiras arquitetónicas existentes no interior dos edifícios destaca-se 12 casos em que estas ainda permanecem, enquanto em 32 edifícios não se observa a presença de qualquer barreira. Destaca-se que em apenas 4 edifícios se observou a adaptação destes constrangimentos à mobilidade.

Numa análise mais aprofundada, é possível observar que o Agrupamento de Escolas D. João II apresenta uma maior proporção de estabelecimentos com barreiras arquitetónicas exteriores (40%, correspondendo a 6 equipamentos). Nos restantes agrupamentos, a percentagem é idêntica (36%, correspondendo a 4 equipamentos nestas circunstâncias em cada um dos agrupamentos).

Já no que se refere às barreiras arquitetónicas interiores a situação é idêntica, sobressaindo o Agrupamento de Escolas D. João II, com um maior número de estabelecimentos com barreiras arquitetónicas (7, correspondendo a 46,7%).

Por outro lado, não se regista qualquer agrupamento de escolas onde o valor associado à adaptação das barreiras interiores seja superior às restantes variáveis em análise.

5.1.5. Taxas de ocupação

A taxa de ocupação permite avaliar a capacidade de resposta dos equipamentos educativos relativamente ao número de alunos matriculados. Com uma variação em cada ano letivo, a taxa de ocupação depende de inúmeros fatores, como as idades da população escolar residente, as opções de matrícula em determinado estabelecimento de ensino, os fluxos laborais dos pais, entre outros.

Em termos de capacidade determina-se um total de 25 crianças na educação pré-escolar, 25 alunos no 1º CEB, 28 alunos no 2º e 3º CEB e Ensino Secundário, de acordo com o Despacho Normativo nº 16/2019 de 04 de junho. Naturalmente, a constituição de grupos e turmas deverá variar em função das características específicas da população escolar. Nas turmas que integram alunos com necessidades de saúde especiais, o limite deverá ser de 20 alunos, não podendo incluir mais do que 2 alunos nestas condições.

Analizando a rede pública com oferta de **educação pré-escolar**, a capacidade máxima das salas de atividades correspondia a 25 crianças, o que totalizava uma capacidade 1.175 crianças distribuídas pelas 45 salas (20 no AE D. João II, 11 no AE Rafael Bordalo Pinheiro e 14 no AE Raúl Proença) (Quadro 40).

No ano letivo de 2021/22 apenas a Escola Básica de A-dos-Francos revelava uma taxa de ocupação de 100%, destacando-se também os estabelecimentos com taxas superiores a 90%: Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo (92%) e Escola Básica n.º 1 de Santo Onofre (93,3%). Por outro lado, os seguintes equipamentos apresentavam baixas taxas de ocupação, inferiores a 35%: Jardim de Infância de Santa Susana (32%), Jardim de Infância do Carvalhal Benfeito (26%) e Jardim de Infância da Foz do Arelho (28%).

QUADRO 40 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino com educação pré-escolar da rede pública, no ano letivo 2021/22.

Agrupamento de escolas	Estabelecimento de ensino	Número de salas	Capacidade	Número de alunos	Taxa de ocupação 2021-2022 (%)	
					com 20 alunos/sala	com 25 alunos/sala
D. João II	Jardim de Infância do Campo	2	50	29	72,5	58,0
	Jardim de Infância do Casal Celão	1	25	11	55,0	44,0
	Jardim de Infância do Coto	2	50	40	100,0	80,0
	Escola Básica de Salir de Matos	3	75	19	31,7	25,3
	Escola Básica da Encosta do Sol	1	25	20	100,0	80,0
	Escola Básica da Lagoa Parceira	1	25	15	75,0	60,0
	Escola Básica de Avenal	4	88	88	110,0	100,0
	Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo	3	75	69	115,0	92,0
	Escola Básica de Reguengo da Parada	1	25	14	70,0	56,0
	Escola Básica de Salir do Porto	1	25	13	65,0	52,0
	Escola Básica da Tornada	1	25	20	100,0	80,0
subtotal		20	488	338	84,5	69,3
Rafael Bordalo Pinheiro	Jardim de Infância de Santa Susana	1	25	8	40,0	32,0
	Jardim de Infância do Carvalhal Benfeito	2	50	13	32,5	26,0
	Jardim de Infância de Santa Catarina	1	25	21	105,0	84,0
	Escola Básica de A-dos-Francos	1	25	25	125,0	100,0
	Escola Básica de Alvorninha	3	75	40	66,7	53,3
	Escola Básica de Casais da Serra	1	25	10	50,0	40,0
	Escola Básica de São Gregório	1	25	15	75,0	60,0
	Escola Básica de Santa Catarina	1	25	0	0	0
subtotal		11	275	132	60,0	48,0
Raúl Proença	Jardim de Infância da Foz do Arelho	1	25	7	35,0	28,0
	Jardim de Infância do Nadadouro	2	50	26	65,0	52,0
	Jardim de Infância São Cristóvão	2	50	41	102,5	82,0
	Jardim de Infância do Bairro das Morenas	2	50	44	110,0	88,0
	Escola Básica do Bairro dos Arneiros	4	100	84	105,0	84,0
	Escola Básica n.º 1 de Santo Onofre	3	75	70	116,7	93,3
subtotal		14	350	272	97,1	77,7
Total		45	1113	742	82,4	66,7

Fonte: CM Caldas da Rainha.

No caso do **1º CEB**, o concelho de Caldas da Rainha apresentava uma capacidade total de 2.600, distribuídos por 100 salas. A taxa de ocupação no ano letivo de 2021/22 foi de 62,2% (Quadro 41).

Com um maior número de salas e capacidade instalada, destaca-se o **AE D. João II** (41 salas e uma capacidade para 1066). No entanto, a frequência era inferior, resultando numa taxa de ocupação de 66,6%. Neste agrupamento, destacam-se algumas escolas com uma taxa de ocupação superior a 80%, designadamente: Escola Básica da Encosta do Sol (90,4%), Escola Básica de Avenal (85,1%), Escola Básica de Chão da Parada (84,6%), Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo (82,2%). Por outro lado, a Escola Básica de Reguengo da Parada (26,9%) e a Escola Básica de Salir de Matos (37%) apresentavam taxas de ocupação muito baixas.

O **AE Raúl Proença** apresentava a taxa de ocupação mais elevada do concelho neste nível de ensino (70,9%), sobressaindo a Escola Básica de Santo Onofre (87%) e a Escola Básica do Bairro dos Arneiros (84,1%).

Por fim, o **AE Rafael Bordalo Pinheiro** apresentava a mais baixa taxa de ocupação do concelho (40,5%), revelando a existência de cinco escolas com menos de 40% de ocupação. Neste agrupamento, era a Escola Básica de A-dos-Francos que detinha a maior taxa de ocupação (61,5%).

QUADRO 41 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino com 1º CEB da rede pública, no ano letivo 2021/22.

Agrupamento de escolas	Estabelecimento de ensino	Número de salas	Capacidade	Número de alunos	Taxa de ocupação 2021-2022 (%)	
					com 20 alunos/sala	com 25 alunos/sala
D. João II	Escola Básica do Coto	2	48	31	77,5	64,6
	Escola Básica do Campo	2	48	38	95,0	79,2
	Escola Básica de Chão da Parada	2	48	44	110,0	91,7
	Escola Básica de Salir de Matos	8	192	77	48,1	40,1
	Escola Básica da Encosta do Sol	4	96	94	117,5	97,9
	Escola Básica da Lagoa Parceira	1	18	16	80,0	88,9
	Escola Básica de Avenal	8	192	177	110,6	92,2
	Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo	8	192	171	106,9	89,1
	Escola Básica de Reguengo da Parada	2	48	14	35,0	29,2
	Escola Básica de Salir do Porto	2	48	21	52,5	43,8
	Escola Básica da Tornada	2	48	27	67,5	56,3
subtotal		41	978	710	86,6	72,6
Rafael Bordalo Pinheiro	Escola Básica do Carvalho Benfeito	2	52	20	50,0	38,5
	Escola Básica de Relvas	2	52	20	50,0	38,5
	Escola Básica de A-dos-Francos	3	78	48	80,0	61,5
	Escola Básica de Alvorninha	8	208	54	33,8	26,0
	Escola Básica de Casais da Serra	2	52	21	52,5	40,4
	Escola Básica de São Gregório	2	52	22	55,0	42,3
	Escola Básica de Santa Catarina	4	104	57	71,3	54,8
subtotal		23	598	242	52,6	40,5
Raúl Proença	Escola Básica da Foz do Arelho	2	52	25	62,5	48,1
	Escola Básica do Nadadouro	2	52	32	80,0	61,5
	Escola Básica do Bairro da Ponte	8	208	125	78,1	60,1
	Escola Básica do Bairro dos Arneiros	8	208	175	109,4	84,1
	Escola Básica n.º 1 de Santo Onofre	8	208	126	78,8	60,6
	Escola Básica de Santo Onofre	8	208	181	113,1	87,0
subtotal		36	936	664	92,2	70,9
Total		100	2512	1616	80,8	64,3

Fonte: CM Caldas da Rainha.

Tendo em consideração que as turmas do **2º e 3º CEB e do ensino secundário** são constituídas no máximo por 28 alunos, a capacidade máxima no concelho era de 5.544 alunos, em função das 198 salas existentes. No ano letivo de 2021/22 a taxa de ocupação foi de 75% no concelho (Quadro 42).

O **AE Raúl Proença** apresentava a maior taxa de ocupação global com cerca de 86,9%, destacando-se a Escola Básica de Santo Onofre (96,6%) e a Escola Secundária Raúl Proença (81,4%).

O **AE Rafael Bordalo Pinheiro** apresentava a menor taxa de ocupação (60,9%), com diferenças muito expressivas entre as duas escolas com estes níveis de ensino. A Escola Básica de Santa Catarina apresentava a menor taxa de ocupação do concelho (30,5%) e a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro apresentava a segunda menor taxa (70,8%).

Por último, ainda que apenas com oferta do 2º e 3º CEB, a **Escola Básica D. João II** apresentava uma taxa de ocupação de 80,6%, em função das 39 salas e de uma capacidade instalada de 1092 alunos.

QUADRO 42 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino com 2º e 3º CEB da rede pública, no ano letivo 2021/22.

Agrupamento de escolas	Estabelecimento de ensino	Número de salas	Capacidade	Número de alunos			Taxa de ocupação (%)	
				2º e 3º CEB	ES	Total	com 20 alunos/sala	com 28 alunos/sala
D. João II	Escola Básica D. João II	39	1092	880	–	880	112,8	80,6
Rafael Bordalo Pinheiro	Escola Básica de Santa Catarina	20	560	171	–	171	42,8	30,5
	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	61	1708	211	999	1210	99,2	70,8
subtotal		81	2268	382	999	1381	85,2	60,9
Raúl Proença	Escola Básica de Santo Onofre	28	784	757	–	757	135,2	96,6
	Escola Secundária Raúl Proença	50	1400	474	666	1140	114,0	81,4
subtotal		78	2184	1231	666	1897	121,6	86,9
Total		198	5544	2493	1665	4158	105,0	75,0

Fonte: CM Caldas da Rainha.

A análise da taxa de ocupação dos estabelecimentos da rede privada, tem em consideração uma capacidade máxima de 25 crianças nos jardins de infância e nos estabelecimentos com 1º CEB e de 28 alunos nos restantes níveis de ensino.

A rede privada solidária e a rede privada lucrativa que complementam a rede pública na oferta de educação pré-escolar, apresentam uma capacidade instalada para 660 crianças. No ano letivo de 2021/22 a taxa de ocupação global foi de 78%, variando entre os 29,3% e os 100% (em dois equipamentos).

No 1º CEB, a taxa de ocupação revelou-se inferior, variando entre 32% e 81,7%. No caso do 2º e 3º CEB, o único estabelecimento com estes níveis apresentou uma taxa de ocupação de 75%. Já no ensino secundário, o mesmo estabelecimento registou uma taxa de 52% (Quadro 43).

QUADRO 43 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos da rede privada¹⁰, no ano letivo 2021/22.

Estabelecimento de ensino	Nº de salas				Capacidade				Número de alunos				Taxa de ocupação (%)			
	EPE	1º CEB	2º e 3º CEB	ES	EPE	1º CEB	2º e 3º CEB	ES	EPE	1º CEB	2º e 3º CEB	ES	EPE	1º CEB	2º e 3º CEB	ES
Associação Social e Cultural Paradense	2				47				47				100			
KOALAS	3				75				22				29,3			
Centro Social e Paroquial Santa Catarina	2				50				36				72,0			
Nuclisol Jean Piaget	1				32				17				53,1			
Colégio O Brinquinho	3	4			66	100			42	32			63,6	32,0		
Colégio Rainha D. Leonor	3	7	8	3	75	175	200	75	75	143	150	39	100	81,7	75,0	52,0
Colégio o Picapau Amarelo	1				25				25				100			
ASESM - Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos	2				60				42				70,0			
Infancoop	4				80				78				97,5			
Colégio Nª Srª Fátima Centro Social Paroquial C.R.	3	2			75	50			69	19			92,0	38,0		
Jl Dr. Leonel Sotto Mayor (Santa Casa da Misericórdia)	3				75				62				82,7			
Total	27	13	8	3	660	325	200	75	515	194	150	39	78,0	59,7	75,0	52,0

Fonte: CM Caldas da Rainha.

5.2. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

O concelho de Caldas da Rainha apresenta uma oferta de ensino superior: a Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha (ESAD.CR)

A ESAD.CR é uma das cinco escolas integradas no Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria) e oferece cursos de licenciatura em Artes Plásticas, Design Industrial, Design de Produto em Cerâmica e Vidro, Design Gráfico e Multimédia, Design de Ambientes, Som e Imagem, Teatro e Programação e Produção Cultural. Esta oferta complementa-se com os cursos de mestrado em Artes Plásticas, Design do Produto, Gestão Cultural, Design Gráfico e Design para a Saúde e Bem-Estar. Assim como uma oferta de cursos TeSP nas áreas da prototipagem digital, produção gráfica, media digitais e audiovisuais e multimédia.

O edifício da Escola foi pensado e construído em torno dos espaços de atelier e oficinas, sendo um dos projetos mais singulares e completos do ensino artístico nacional. O seu campus organiza-se em torno de 4 edifícios espaçosos e bem equipados, localizados entre carvalhos e pinheiros. Os seus laboratórios e oficinais, bem equipados, permitem o acesso às mais variadas tecnologias, desde as tradicionais como Fotografia Analógica, Gravura, Cerâmica, Madeiras ou Metais, às mais atuais como Fotografia Digital, Impressão Digital, Prototipagem e Impressão 3D, Audiovisuais ou Multimédia (<https://www.ipleiria.pt/>).

¹⁰ Não foram enviados os dados relativos aos seguintes estabelecimentos da rede privada: Colégio Frei Cristóvão, Conservatório das Caldas da Rainha - Lugar da Música, Escola Técnica Empresarial do Oeste e Escola de Dança das Caldas da Rainha.

Síntese

- No ano letivo de 2021/22, o parque escolar das Caldas da Rainha era constituído por um total de 54 equipamentos educativos (39 da rede pública e 15 da rede privada solidária e privada lucrativa);
- Os 54 equipamentos apresentavam oferta educativa ao nível da educação pré-escolar (24 da rede pública e 11 da rede privada), 1º CEB (24 da rede pública e 4 da rede privada), 2º e 3º CEB (4 da rede pública e 2 da rede privada), ensino secundário (2 da rede pública e 2 da rede privada), ensino artístico (2 da rede privada) e, ainda, 1 equipamento afeto ao ensino superior;
- Em termos de distribuição territorial observa-se um maior número de equipamentos na faixa mais densamente ocupada, correspondendo à UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (14) e à UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro (14);
- A rede escolar pública do concelho de Caldas da Rainha encontrava-se organizada em 3 Agrupamentos de Escolas (AE) - D. João II, Rafael Bordalo Pinheiro e Raúl Proença;
- O maior número de equipamentos estava associado ao Agrupamento de Escolas D. João II (15), seguindo-se o Agrupamento de Escolas Raúl Proença (11), a par do AE Rafael Bordalo Pinheiro (11 escolas);
- No ano letivo de 2021/22 existiam 14 estabelecimentos de ensino de 1º CEB que apresentavam menos de 4 salas de aula e que, por essa razão, não garantiam uma sala e um professor por ano de escolaridade;
- A maioria dos equipamentos da rede pública apresentava um bom estado de conservação exterior e interior. No entanto, importa destacar um significativo número de equipamentos com degradações ligeiras no exterior (10) e no interior (12);
- Um número significativo de equipamentos da rede pública ainda apresentava barreiras arquitetónicas (14 equipamentos, correspondendo a 38,9%);
- A taxa de ocupação na educação pré-escolar da rede pública era de 66%, atingindo o valor mais elevado no AE Raúl Proença (77,7%). No 1º CEB, a taxa de ocupação a nível municipal era inferior (62,2%), destacando-se novamente o AE Raúl Proença com uma percentagem superior (70,9%). No caso do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário, a taxa de ocupação correspondia a 75%, com diferenças significativas entre os agrupamentos.

6| procura educativa atual e potencial



6.1. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS

A rede educativa diz respeito à configuração da organização territorial dos edifícios escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, da rede pública, privada, cooperativa e solidária, visando a sua adequação às orientações e objetivos de política educativa.

A necessidade da adequação, em permanência, da oferta educativa, nomeadamente a que decorre das alterações da procura, em termos qualitativos e quantitativos, e do estado físico dos edifícios, obriga a um processo anual de planeamento, avaliação e ajustamento da rede educativa. É neste contexto que se analisa a evolução da procura de educação e formação no concelho de Caldas da Rainha.

O concelho de Caldas da Rainha, considerando a totalidade da oferta educativa, apresentava no ano letivo de 2021/22 uma população escolar de 8.353 alunos, divididos entre as redes pública (6.571) e privada solidária e lucrativa e solidária (1.782). No que diz respeito à educação pré-escolar, é possível observar que a rede pública apresentava um total de 742 crianças, sendo que na rede privada esse valor é inferior, designadamente 487 crianças. Tal como seria exetável, no 1º CEB observava-se uma maior representatividade do número de alunos afetos à rede pública, com um total de 1616 alunos, sendo que na rede privada esse valor não ultrapassava os 240 alunos. Relativamente ao 2º e 3º CEB a situação é idêntica à registada no nível anterior, na medida em que os valores associados à rede pública eram extremamente significativos, designadamente 2493 alunos, enquanto a rede privada apresentava valores na ordem dos 381 alunos. Considerando o Ensino Secundário, dos 2394 alunos, a grande maioria frequentava a rede pública (1720), sendo que 674 alunos frequentavam a rede privada (Quadro 44).

Em termos globais, observava-se uma maior representatividade de alunos matriculados no 2º e 3º CEB (34,4%), seguindo-se o Ensino Secundário (28,7%), o 1º CEB (22,2%), e por fim, a Educação pré-escolar (14,7%).

Tendo em consideração a totalidade dos níveis do ensino existentes no concelho de Caldas da Rainha, verifica-se, no período compreendido entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022, uma diminuição de 3,5%, registando-se a passagem dos 8.660 aos 8.353 alunos (Figura 43).

A tendência de decréscimo é apenas visível na rede privada (-30,7%, com a passagem dos 2.571 aos 1.782 alunos), já que a rede pública teve um acréscimo neste período (de 6.089 para 6.571 alunos). Naturalmente, esta evolução está intimamente ligada à decisão da Tutela de cessação dos contratos de associação com estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, na qual se revêm reflexos evidentes na procura da rede pública municipal, em particular nos 2º e 3º CEB e no ensino secundário.

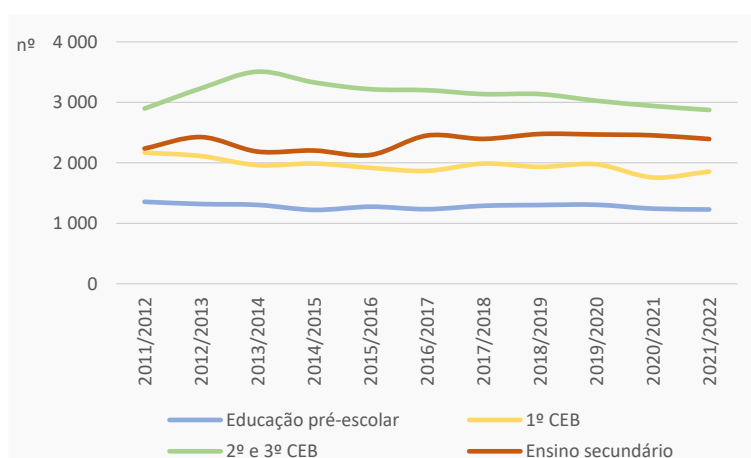
QUADRO 44 | Procura educativa por nível de ensino e natureza jurídica entre 2011/12 e 2021/22.

Nível de ensino	Rede	Ano letivo											Variação (%)	
		2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	11/12 - 21/22	20/21 - 21/22
Educação pré-escolar	pública	872	827	804	721	737	724	736	745	756	749	742	-14,9	-0,9
	privada	484	492	501	501	538	510	554	558	551	494	487	0,6	-1,4
	total	1 356	1 319	1 305	1 222	1 275	1 234	1 290	1 303	1 307	1 243	1 229	-9,4	-1,1
1º CEB	pública	1 939	1 859	1 724	1 732	1 638	1 601	1 718	1 679	1 712	1 525	1 616	-16,7	6,0
	privada	231	253	238	256	280	266	270	254	264	234	240	3,9	2,6
	total	2 170	2 112	1 962	1 988	1 918	1 867	1 988	1 933	1 976	1 759	1 856	-14,5	5,5
2º e 3º CEB	pública	1 664	1 992	2 321	2 206	2 134	2 403	2 602	2 693	2 674	2 580	2 493	49,8	-3,4
	privada	1 233	1 240	1 186	1 124	1 083	798	534	444	353	361	381	-69,1	5,5
	total	2 897	3 232	3 507	3 330	3 217	3 201	3 136	3 137	3 027	2 941	2 874	-0,8	-2,3
Ensino secundário	pública	1 614	1 695	1 413	1 472	1 479	1 852	1 754	1 843	1 810	1 788	1 720	6,6	-3,8
	privada	623	731	773	732	651	599	642	634	659	667	674	8,2	1,0
	total	2 237	2 426	2 186	2 204	2 130	2 451	2 396	2 477	2 469	2 455	2 394	7,0	-2,5
Total	pública	6 089	6 373	6 262	6 131	5 988	6 580	6 810	6 960	6 952	6 642	6 571	7,9	-1,1
	privada	2 571	2 716	2 698	2 613	2 552	2 173	2 000	1 890	1 827	1 756	1 782	-30,7	1,5
	total	8 660	9 089	8 960	8 744	8 540	8 753	8 810	8 850	8 779	8 398	8 353	-3,5	-0,5

Fonte: CM Caldas da Rainha e DGEEC (população escolar rede privada entre 2011/12 e 2016/17).

Considerando os dois últimos anos letivos em análise, observou-se um acréscimo de 0,9% no total de alunos matriculados (de 8.398 para 8.353 alunos). Neste último ano em análise, a rede privada registou um acréscimo de 1,5%, enquanto a rede pública registou uma diminuição de 1,1% (correspondendo a -71 alunos)

Numa leitura por nível de ensino entre 2020/21 e 2021/22, é de sublinhar o acréscimo de 5,5% no 1º CEB, sendo este acréscimo especialmente visível na rede pública (de 1.525 para 1.616 alunos).



Fonte: CM Caldas da Rainha e DGEEC (população escolar rede privada entre 2011/12 e 2016/17).

FIGURA 43 | Evolução da população escolar por nível de ensino entre 2011/12 e 2021/22.

Passando da escala de análise do concelho para a unidade geográfica da freguesia, de notar, como seria expectável, a grande coincidência entre as freguesias que apresentam um maior número de equipamentos educativos e as que registam um número de alunos superior. Salientam-se assim, a UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro e a UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório, com 3.989 e 3.077 alunos, respetivamente. Com valores intermédios são de referir a freguesia A dos Francos, Santa Catarina e a UF Tornada e Salir do Porto nas quais se registavam 312, 305 e 284 alunos, enquanto os valores mais reduzidos são observados nas freguesias de Foz do Arelho, Landal, Carvalho Benfeito e Nadadouro, com efetivos escolares que não ultrapassam os 60 alunos. Nas restantes unidades territoriais os valores da população escolar oscilam entre os 138 alunos registados na freguesia de Salir de Matos e os 94 alunos matriculados na freguesia de Alvorninha (Quadro 45).

Dos 8.353 alunos matriculados, cerca de 78,7% integravam a rede pública (6.571 alunos). Neste particular destaca-se a UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório, com 2889 alunos, seguindo-se a UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro, com 2768 alunos. No global estas freguesias concentram 86,1% dos matriculados na rede pública.

QUADRO 45 | Procura educativa por nível, natureza jurídica e freguesia no ano letivo 2021/2022.

Freguesia	Educação pré-escolar				1º CEB				2º e 3º CEB			Ensino secundário				Total
	pública	solidária	lucrativa	subtotal	pública	solidária	lucrativa	subtotal	pública	lucrativa	subtotal	pública	solidária	lucrativa	subtotal	
A dos Francos	33	0	0	33	48	0	0	48	0	231	231	0	0	0	0	312
Alvorninha	40	0	0	40	54	0	0	54	0	0	0	0	0	0	0	94
Carvalho Benfeito	13	0	0	13	20	0	0	20	0	0	0	0	0	0	0	33
Foz do Arelho	7	0	0	7	25	0	0	25	0	0	0	0	0	0	0	32
Landal	10	0	0	10	21	0	0	21	0	0	0	0	0	0	0	31
Nadadouro	26	0	0	26	32	0	0	32	0	0	0	0	0	0	0	58
Salir de Matos	19	42	0	61	77	0	0	77	0	0	0	0	0	0	0	138
Santa Catarina	21	36	0	57	77	0	0	77	171	0	171	0	0	0	0	305
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	288	69	22	379	511	97	0	608	1 091	0	1 091	999	0	0	999	3 077
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	209	154	100	463	607	0	143	750	1 231	150	1 381	721	302	372	1 395	3 989
UF Tornada e Salir do Porto	76	64	0	140	144	0	0	144	0	0	0	0	0	0	0	284
Vidais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	742	365	122	1 229	1 616	97	143	1 856	2 493	381	2 874	1 720	302	372	2 394	8 353

Fonte: CM Caldas da Rainha.

No que concerne aos agrupamentos de escolas, os quantitativos escolares mais elevados estão concentrados no AE Raúl Proença, com 2833 alunos. Já os AE's D. João II e Rafael Bordalo Pinheiro apresentam uma população escolar inferior a 2000 alunos, designadamente 1928 e 1755 alunos. No que respeita aos equipamentos não agrupados verifica-se que a Escola de

Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha) integra uma população escolar de 55 alunos que frequentam os cursos profissionais¹¹(Quadro 46).

QUADRO 46 | Procura educativa pública por nível, modalidades de ensino e agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas	Educação pré-escolar	1º CEB	2º e 3º CEB	Ensino secundário			Total
				Cursos científico-humanísticos	Cursos profissionais	Subtotal	
D. João II	338	710	880	0	0	0	1 928
Rafael Bordalo Pinheiro	132	242	382	656	343	999	1 755
Raúl Proença	272	664	1 231	587	79	666	2 833
Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha)	0	0	0	0	55	55	55
Total	742	1 616	2 493	1 243	477	1 720	6 571

Fonte: CM Caldas da Rainha.

Em termos de distribuição da frequência escolar por nível de ensino nos agrupamentos de escolas, será de referir que na educação pré-escolar os maiores quantitativos escolares encontram-se associados ao AE D. João II (338), enquanto o menor valor é registado no AE Rafael Bordalo Pinheiro, com 132 crianças. No 1º CEB os quantitativos escolares mais significativos são registados nos AE's D. João II e Raúl Proença, com 710 e 664 alunos, respetivamente, enquanto no AE Rafael Bordalo Pinheiro foram registados 242 alunos. No caso do 2º e 3º CEB, a situação é idêntica com os AE's Raúl Proença e D. João II a registarem quantitativos escolares de 1231 e 880 alunos, respetivamente, enquanto o AE Rafael Bordalo Pinheiro apresentava uma população escolar de 382 alunos. No ensino secundário, e tal como referido anteriormente, o AE D. João II não apresenta equipamentos afetos a este nível de ensino, pelo que o valor mais expressivo era observado no AE Rafael Bordalo Pinheiro, com 999 alunos, enquanto o AE Raúl Proença apresentava uma população escolar de 666 alunos.

6.1.1. Educação pré-escolar

A educação pré-escolar é reconhecida como a “primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário” (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro).

¹¹ Há a acrescentar que 46 alunos estavam inscritos em cursos de nível pós-secundário.

Destinada às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, a educação pré-escolar é ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar.

Com a publicação da Lei n.º 65/2015, de 3 de julho consagra-se a universalização da educação pré-escolar para crianças a partir dos 4 anos de idade, sendo que a garantia de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas em regime de gratuitidade da componente educativa compete ao Estado.

Como já foi referido, na atualidade existem 35 estabelecimentos com oferta de Educação pré-escolar, dos quais 24 integram a rede pública, 7 a rede privada solidária e 4 a rede privada lucrativa.

No ano letivo de 2021/22 estavam inscritas 1229 crianças na educação pré-escolar no concelho de Caldas da Rainha, sendo que 742 frequentavam a rede pública (60,4%) e 487 frequentavam a rede privada (39,6%).

No que diz respeito à rede pública, 45,6% das crianças estavam matriculadas no AE D. João II (338 crianças), seguindo-se o AE Raúl Proença (36,7%, correspondendo a 272 crianças), e por último, o AE Rafael Bordalo Pinheiro (17,8%, correspondendo a 132 crianças).

Na leitura por estabelecimento de ensino da rede pública, sobressai a Escola Básica de Avenal (88 crianças), a Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo (69 crianças), Escola Básica do Bairro dos Arneiros (84 crianças) e Escola Básica Nº1 de Santo Onofre (70 crianças). Já na rede privada, os maiores quantitativos estavam associados à Infancoop (92 crianças), ao Colégio Rainha D. Leonor (75 crianças) e ao Centro Social Paroquial Caldas da Rainha (69 crianças).

A evolução dos efetivos escolares na educação pré-escolar foi marcada por um ligeiro decréscimo no período compreendido entre os anos letivos 2017/2018 e 2021/2022, com a passagem das 1.290 às 1.229 crianças, o que traduz uma redução de -4,7% (Quadro 47 e Figura 44).

Esta evolução foi desigual entre as redes pública e privada, já que a rede privada teve uma diminuição de 12,1% (-67 crianças), enquanto a rede pública assistiu a um aumento dos seus efetivos escolares (de 736 para 742 crianças) neste período.

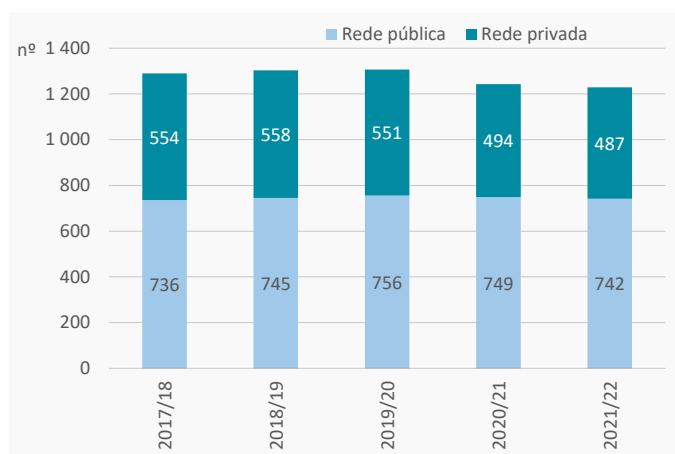
No que diz respeito à oscilação do número de crianças nos dois últimos anos letivos (2020/2021 e 2021/2022) é possível observar uma ligeira redução da população escolar na educação pré-escolar da rede pública municipal, passando de 749 a 742 crianças (-0,9%) (Figura 45).

QUADRO 47 | Evolução do número de crianças inscritas na Educação pré-escolar, por estabelecimento, entre 2017/18 a 2021/22.¹²

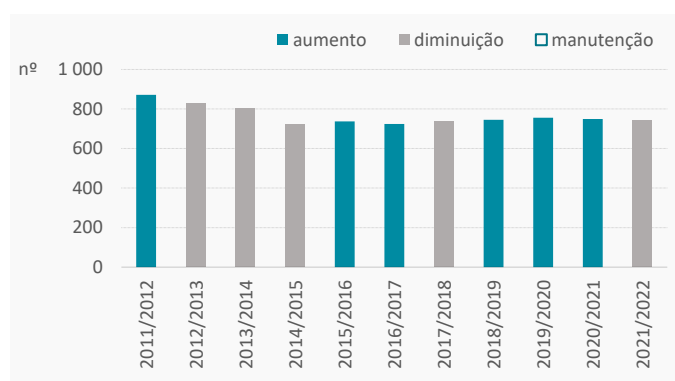
Agrupamento/Rede	Estabelecimento de ensino	2017 /18	2018 /19	2019 /20	2020 /21	2021 /22	variação 2017/18 - 2021/22	
							nº	%
AE D. João II	Jardim de Infância do Campo	34	28	29	29	29	-5	-14,7
	Jardim de Infância do Casal Celão	9	13	12	14	11	2	22,2
	Jardim de Infância do Coto	25	27	34	36	40	15	60,0
	Escola Básica de Avenal	90	89	91	80	88	-2	-2,2
	Escola Básica da Encosta do Sol	0	0	0	26	20	-	-
	Escola Básica da Lagoa Parceira	15	20	13	15	15	0	0,0
	Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo	76	75	74	64	69	-7	-9,2
	Escola Básica de Reguengo da Parada	17	19	14	15	14	-3	-17,6
	Escola Básica de Salir de Matos	21	21	19	22	19	-2	-9,5
	Escola Básica de Salir do Porto	8	11	14	16	13	5	62,5
AE Rafael Bordalo Pinheiro	Escola Básica da Tornada	12	20	21	17	20	8	66,7
	Jardim de Infância Carvalhal Benfeito	18	15	18	15	13	-5	-27,8
	Jardim de Infância Santa Catarina	18	19	23	24	21	3	16,7
	Jardim de Infância de Santa Susana	4	5	12	9	8	4	100,0
	Escola Básica de A-dos-Francos	20	21	17	22	25	5	25,0
	Escola Básica de Alvorninha	35	42	50	46	40	5	14,3
	Escola Básica de Casais da Serra	13	15	14	10	10	-3	-23,1
	Escola Básica de São Gregório	19	20	21	21	15	-4	-21,1
	Escola Básica de Santa Catarina	9	0	0	0	0	-	-
	Jl Carreiros	4	0	0	0	0	-	-
AE Raúl Proença	Jardim de Infância do Bairro das Morenas	40	48	45	47	44	4	10,0
	Jardim de Infância da Foz do Arelho	23	18	16	15	7	-16	-69,6
	Jardim de Infância do Nadadouro	19	22	22	23	26	7	36,8
	Jardim de Infância São Cristóvão	51	44	48	38	41	-10	-19,6
	Escola Básica do Bairro dos Arneiros	84	83	80	82	84	0	0,0
	Escola Básica Nº1 de Santo Onofre	72	70	69	63	70	-2	-2,8
Total Rede Pública		736	745	756	749	742	6	0,8
Rede Privada	ASESM - Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos	52	51	47	46	42	-10	-19,2
	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	41	42	41	44	36	-5	-12,2
	Koalas	35	43	32	21	22	-13	-37,1
	Centro Social Paroquial Caldas da Rainha	72	72	72	57	69	-3	-4,2
	Dr. Leonel Sotto Mayor (Santa Casa da Misericórdia)	75	75	75	75	62	-13	-17,3
	Infancoop	92	92	92	92	92	0	0,0
	Colégio Rainha D. Leonor	44	48	58	71	75	31	70,5
	Colégio Pícapau Amarelo	25	25	25	25	25	0	0,0
	Associação Social e Cultural Paradense	47	47	47	47	47	0	0,0
	Nuclisol Jean Piaget	23	17	17	16	17	-6	-26,1
	Colégio "O Brinquinho"	48	46	45	0	0	-	-
Total Rede Privada		554	558	551	494	487	-67	-12,1
Total		1290	1303	1307	1243	1229	-61	-4,7

Fonte: CM Caldas da Rainha.

¹² O Colégio "o Brinquinho" não forneceu os dados relativos aos anos letivos de 2020/21 e 2021/22.



Fonte: CM Caldas da Rainha.

FIGURA 44 | Evolução do número de crianças na educação pré-escolar, por tipo de rede, no município.

Fonte: CM Caldas da Rainha.

FIGURA 45 | Evolução do número de crianças na educação pré-escolar da rede pública no município.

Analisando a evolução dos quantitativos escolares da rede pública entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022 verifica-se que as freguesias com os valores mais elevados em termos de oscilação negativa foram Foz do Arelho (-68,2%), Salir de Matos (-56,8%) e Landal (-54,5%).

Já na comparação entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022, mantêm-se as oscilações negativas mais elevadas nas freguesias supracitadas, à exceção de Landal. Inversamente, a freguesia de A dos Francos, Nanadouro, UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório e UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro apresentam uma variação positiva no período compreendido neste último ano letivo (Quadro 48 e Figuras 46 e 47).

QUADRO 48 | Evolução e variação do número de crianças na educação pré-escolar da rede pública, por freguesia.

Freguesia	Ano letivo											Variação (%)	
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	11/12 - 21/22	20/21 - 21/22
A dos Francos	51	51	56	54	50	39	24	26	29	31	33	-35,3	6,5
Alvorninha	53	52	55	41	40	39	35	42	50	46	40	-24,5	-13,0
Carvalhal Benfeito	24	26	24	19	22	17	18	15	18	15	13	-45,8	-13,3
Foz do Arelho	22	19	18	15	18	24	23	18	16	15	7	-68,2	-53,3
Landal	22	19	14	11	14	12	13	15	14	10	10	-54,5	0,0
Nadadouro	40	41	34	33	27	19	19	22	22	23	26	-35,0	13,0
Salir de Matos	44	36	37	36	38	24	21	21	19	22	19	-56,8	-13,6
Santa Catarina	41	28	28	25	30	33	27	19	23	24	24	-41,5	0,0
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	260	241	258	213	210	243	276	275	281	280	288	10,8	2,9
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	213	211	207	204	212	198	205	214	206	206	209	-1,9	1,5
UF Tornada e Salir do Porto	102	103	73	70	76	76	71	78	78	77	76	-25,5	-1,3
Vidaís	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	872	827	804	721	737	724	732	745	756	749	745	-14,6	-0,5

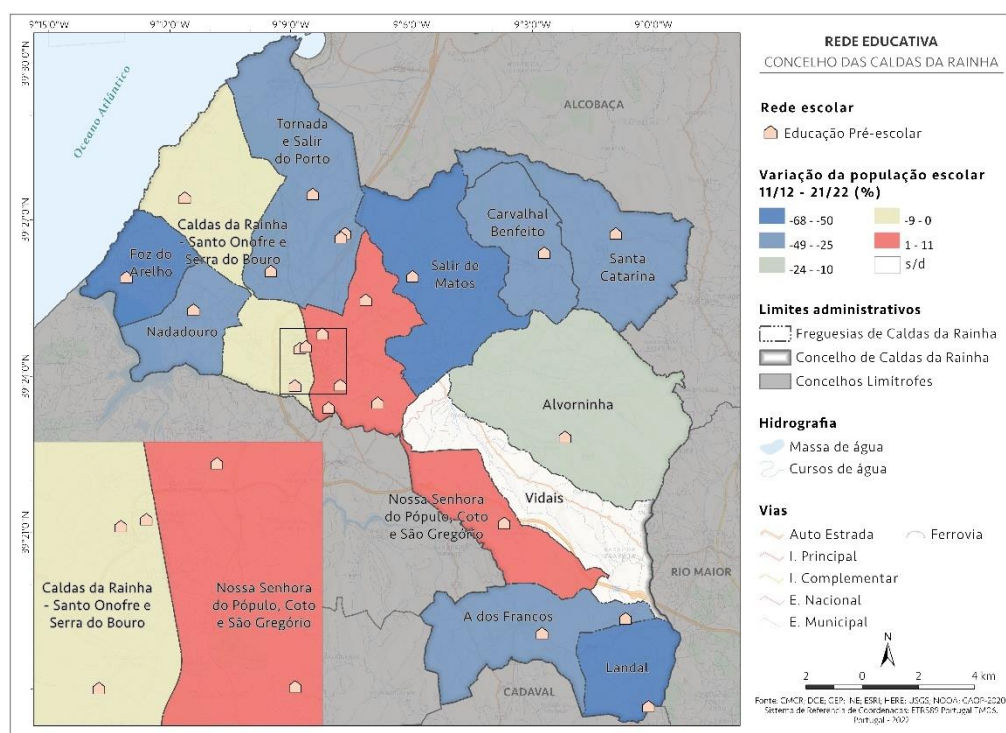


FIGURA 46 | Variação do número de crianças na educação pré-escolar da rede pública por freguesia entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022.

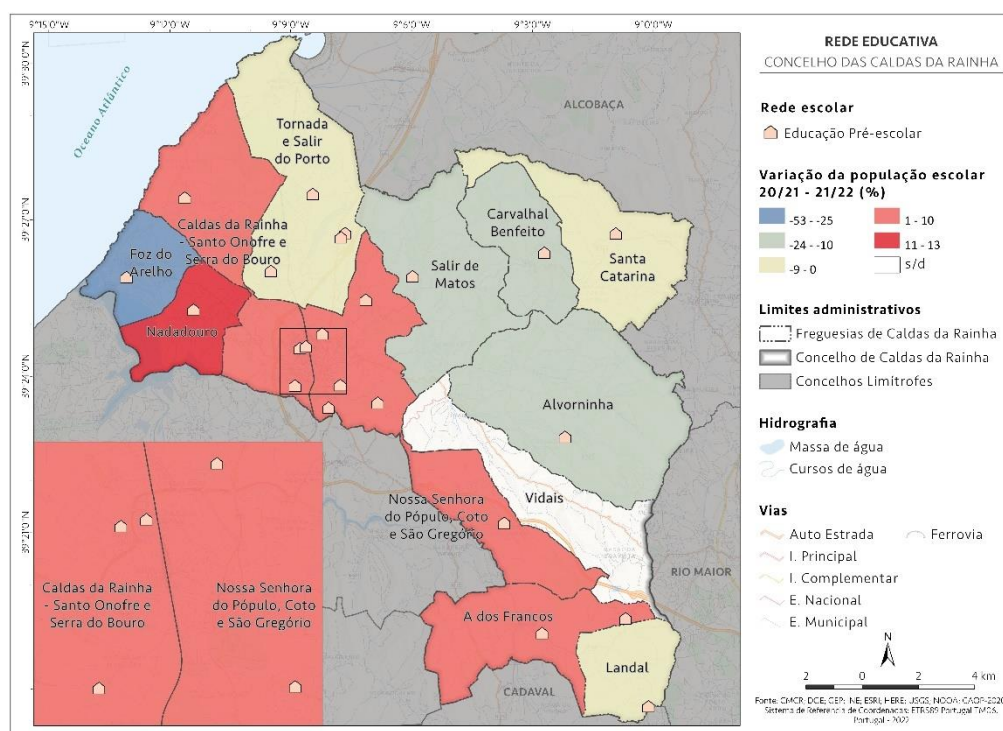


FIGURA 47 | Variação do número de crianças na educação pré-escolar da rede pública por freguesia entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022.

Numa outra perspetiva, e considerando a análise individual de cada agrupamento de escolas (Quadro 49 e Figuras 48, 49 e 50), verifica-se que no período compreendido entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022, todos os agrupamentos de escolas registaram uma evolução negativa, sendo esta mais expressiva no AE Rafael Bordalo Pinheiro (-31,6%), com a passagem das 193 às 132 crianças). O AE Raúl Proença registou também uma diminuição relevante (de 308 para 272 crianças), e por fim, o AE D. João II teve uma diminuição de 33 crianças, passando das 371 para as 338 crianças inscritas.

QUADRO 49 | Evolução e variação do número de crianças na educação pré-escolar por agrupamento de escolas.

Agrupamento de escolas	Ano letivo											Variação (%)	
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	10/11 - 21/22	20/21 - 21/22
D. João II	371	354	322	277	292	301	307	323	321	334	338	-8,9	1,2
Rafael Bordalo Pinheiro	193	166	191	160	165	160	140	137	155	147	132	-31,6	-10,2
Raúl Proença	308	307	291	284	280	263	289	285	280	268	272	-11,7	1,5
Total	872	827	804	721	737	724	736	745	756	749	742	-14,9	-0,9

Fonte: CM Caldas da Rainha.

A análise dos efetivos escolares entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022 permite observar que o AE Raúl Proença e o AE D. João II registaram oscilações positivas, correspondendo a mais 4 crianças inscritas em cada agrupamento. Já o AE Rafael Bordalo Pinheiro registou uma diminuição de 15 crianças inscritas (-10,2%).

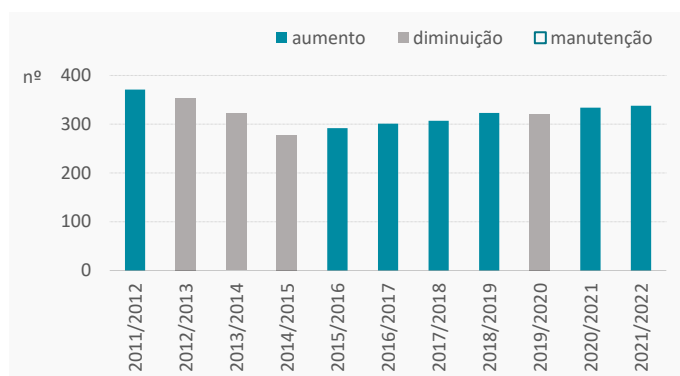


FIGURA 48 | Evolução do número de crianças na educação pré-escolar no agrupamento de escolas D. João II.

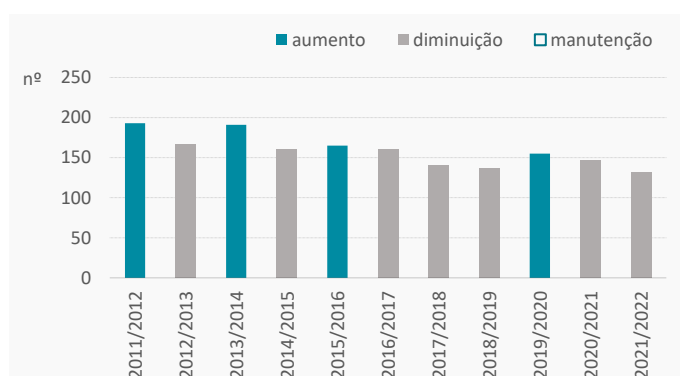


FIGURA 49 | Evolução do número de crianças na educação pré-escolar no agrupamento de escolas Rafael Bordalo Pinheiro.

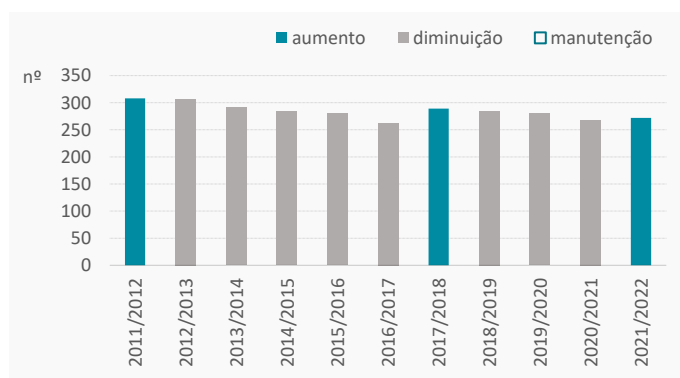


FIGURA 50 | Evolução do número de crianças na educação pré-escolar no agrupamento de escolas Raúl Proença.

Rede de creches

Apesar da Educação pré-escolar se destinar apenas a crianças a partir dos 3 anos, não abrangendo as crianças dos 0 aos 3 anos, entende-se que a integração desta faixa etária em creches é um direito, como refere a Recomendação do Concelho Nacional de Educação (Recomendação n.º 3/2011). Neste sentido, apesar da resposta social de creche não integrar a rede educativa, optou-se pela sua análise numa perspetiva de complementaridade com os restantes níveis de ensino, particularmente no que diz respeito à educação pré-escolar.

A rede de creches do concelho de Caldas da Rainha é constituída por um total de 10 equipamentos, sendo que 6 integram a rede privada solidária¹³ e 4 integram a rede privada lucrativa¹⁴.

A evolução da frequência nesta resposta social sublinha o acréscimo verificado entre 2017/18 e 2021/22, com a passagem das 389 para as 407 crianças, ou seja, um aumento de 4,6% (Quadro 50).

No ano letivo de 2021/22 frequentavam 407 crianças nestes equipamentos, com uma taxa de ocupação superior a 100%, revelando insuficiências desta resposta social no concelho. A maior parte dos equipamentos apresentavam uma taxa de ocupação de 100%, sendo de destacar 2 casos com valores acima da capacidade máxima. O Centro Social Paroquial de Santa Catarina era o único com uma taxa de ocupação inferior (70,2%) (Quadro 51).

QUADRO 50 | Evolução do número de crianças na rede de creches, por equipamento.

Freguesia	Equipamento	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
		nº de crianças				
Santa Catarina	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	-	-	-	-	40
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha	50	50	50	50	50
	Nuclisol Jean Piajet	35	35	35	35	35
	Koalas	33	33	33	33	33
	Centro de Apoio Social da Freguesia de São Gregório	34	38	35	37	39
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	Infancoop - Creche e Pré-escolar "Girassol"	92	92	92	92	92
	Fonte Santa/Centro Social da Serra do Bouro	37	37	37	37	37
	Colégio o Picapau Amarelo	27	27	27	27	27
UF Tornada e Salir do Porto	Associação Social e Cultural Paradense	36	36	36	36	36
Vidais	Colégio "O Brinquinho"	45	42	46	39	58
Total		389	390	391	386	407

Fonte: CM Caldas da Rainha.

¹³ Centro Social Paroquial de Santa Catarina, Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha, Nuclisol Jean Piajet, Infancoop - Creche e Pré-escolar "Girassol", Fonte Santa/Centro Social da Serra do Bouro e Associação Social e Cultural Paradense.

¹⁴ Koalas, Centro de Apoio Social da Freguesia de São Gregório, Colégio o Picapau Amarelo e Colégio "O Brinquinho".

QUADRO 51 | Capacidade, frequência e taxa de ocupação da resposta social de creche.

Freguesia	Equipamento	Capacidade	Frequência	Taxa de ocupação (%)
Santa Catarina	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	57	40	70,2
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha	50	50	100
	Nuclisol Jean Piajet	35	35	100
	Koalas	33	33	100
	Centro de Apoio Social da Freguesia de São Gregório	39	39	100
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	Infancoop - Creche e Pré-escolar "Girassol"	92	92	100
	Fonte Santa/Centro Social da Serra do Bouro	37	37	100
	Colégio o Picapau Amarelo	27	27	100
UF Tornada e Salir do Porto	Associação Social e Cultural Paradense	34	36	105,9
Vidais	Colégio "O Brinquinho"	52	58	111,5
Total		399	407	102,0

Fonte: CM Caldas da Rainha.

6.1.2. 1º CEB

O 1º ciclo do ensino básico é constituído por quatro anos de escolaridade, sendo que as idades dos alunos estão compreendidas entre os 6 anos e os 10 anos, aproximadamente.

No ano letivo 2021/2022 a oferta educativa ao nível do 1º CEB no concelho de Caldas da Rainha era assegurada por 24 estabelecimentos de ensino da rede pública e por 4 da rede privada.

A oferta da rede pública encontrava-se distribuída pelo AE D. João II (11 estabelecimentos), AE Rafael Bordalo Pinheiro (7 estabelecimentos) e AE Raul Proença (6 estabelecimentos). À exceção da freguesia de Vidais, todas as restantes apresentavam oferta educativa para este nível de ensino.

No ano letivo 2021/22, estavam matriculados no 1º CEB um total de 1856 alunos, sendo que 1616 integravam a rede pública (87,1%) e 240 integravam a rede privada (12,9%) (Quadro 52 e Figura 51).

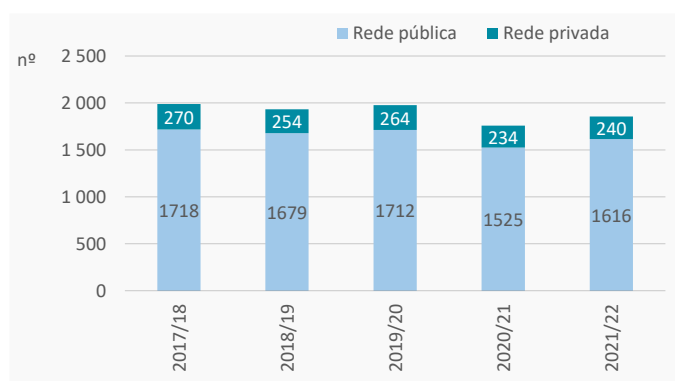
Em termos de evolução do número de alunos matriculados no 1º CEB, a evolução entre 2017/18 e 2021/22 sublinha uma tendência de decréscimo (-132 alunos, correspondendo a -6,6%). Esta tendência foi partilhada tanto pela rede pública (-102 alunos, correspondendo a -5,9%), como pela rede privada (-30 alunos, correspondendo a -11,1%).

QUADRO 52 | Evolução do número de alunos matriculados no 1º CEB, por estabelecimento, entre 2017/18 a 2021/22¹⁵.

Agrupamento / Rede	Estabelecimento de ensino	2017 /18	2018 /19	2019 /20	2020 /21	2021 /22	variação 2017/18 - 2021/22	
							nº	%
AE D. João II	Escola Básica de Avenal	200	197	199	188	177	-23	-11,5
	Escola Básica do Campo	27	38	34	37	38	11	40,7
	Escola Básica de Chão da Parada	32	34	37	44	44	12	37,5
	Escola Básica do Coto	22	27	27	29	31	9	40,9
	Escola Básica da Encosta do Sol	77	72	97	99	94	-	-
	Escola Básica da Lagoa Parceira	7	7	7	14	16	9	128,6
	Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo	187	185	187	191	171	-16	-8,6
	Escola Básica de Reguengo da Parada	17	16	20	21	14	-3	-17,6
	Escola Básica de Salir de Matos	85	89	91	87	77	-8	-9,4
	Escola Básica de Salir do Porto	24	25	21	16	21	-3	-12,5
AE Rafael Bordalo Pinheiro	Escola Básica da Tornada	22	24	27	25	27	5	22,7
	Escola Básica de A-dos-Francos	54	51	49	43	48	-6	-11,1
	Escola Básica de Alvorninha	70	65	59	57	54	-16	-22,9
	Escola Básica do Carvalhal Benfeito	35	32	27	20	20	-15	-42,9
	Escola Básica de Casais da Serra	30	24	27	23	21	-9	-30,0
	Escola Básica de Relvas	24	20	20	20	20	-4	-16,7
	Escola Básica de São Gregório	22	14	14	19	22	0	0,0
	Escola Básica de Santa Catarina	55	59	62	65	57	2	3,6
AE Raúl Proença	Jardim de Infância de Santa Susana*	18	12	9	8	0	-18	-100,0
	Escola Básica do Bairro da Ponte	207	179	175	93	125	-	-
	Escola Básica do Bairro dos Arneiros	186	175	178	144	175	-	-
	Escola Básica da Foz do Arelho	22	15	14	16	25	3	13,6
	Escola Básica Nº1 de Santo Onofre	139	123	127	100	126	-13	-9,4
	Escola Básica do Nadadouro	25	22	27	27	32	7	28,0
Total Rede Pública		1718	1679	1712	1525	1616	-102	-5,9
Rede Privada	Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha	66	50	57	37	19	-47	-71,2
	Infancoop - Creche e Pré-escolar "Girassol"	78	75	75	77	78	0	0,0
	Colégio Rainha D. Leonor	92	96	103	120	143	51	55,4
	Colégio "O Brinquinho"	34	33	29	-	-	-	-
Total Rede Privada		270	254	264	234	240	-30	-11,1
Total		1988	1933	1976	1759	1856	-132	-6,6

* Dizia respeito à Escola Básica de Santa Susana. No ano letivo de 2021/22 deixou de ter oferta de 1º CEB, passando a designar-se por Jardim de Infância de Santa Susana

Fonte: CM Caldas da Rainha.



Fonte: CM Caldas da Rainha.

FIGURA 51 | Evolução do número de alunos no 1º CEB, por tipo de rede, no município.

¹⁵ O Colégio "o Brinquinho" não forneceu os dados relativos aos anos letivos de 2020/21 e 2021/22.

Considerando um horizonte temporal mais lato, a evolução de alunos matriculados na rede pública, fez-se com acréscimos e decréscimos. Relativamente ao 1º CEB verifica-se uma tendência idêntica ao observado na educação pré-escolar com uma variação negativa dos efetivos escolares no período compreendido entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022, com a passagem dos 1.939 aos 1.616 alunos, o que representa um decréscimo de -16,7% (Figura 52). Atendendo ao último ano em análise, o número de alunos sofreu um incremento entre 2020/21 e 2021/22, com a passagem dos 1525 aos 1516, o que traduz um aumento de 6%¹⁶.

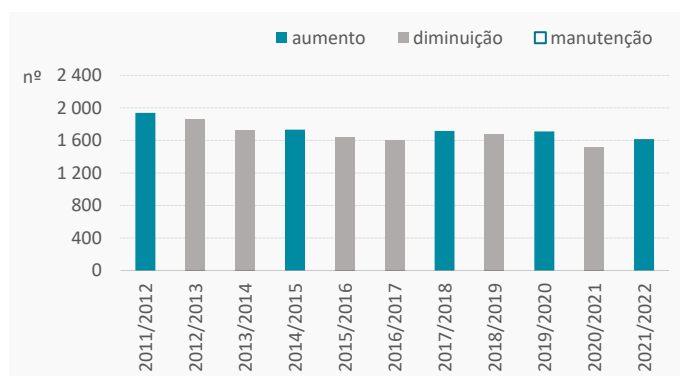


FIGURA 52 | Evolução do número de alunos no 1º CEB da rede pública no município.

A distribuição dos efetivos escolares por freguesia e respetiva análise da variação revela que no período compreendido entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022 as freguesias que apresentaram as variações negativas mais significativas foram: Alvorninha (-45,5%), Carvalhal Benfeito (-44,4%), Santa Catarina (-37,9%) e UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (-29,5%) (Quadro 53 e Figuras 53 e 54).

Entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022, apenas foram visíveis decréscimos em 6 das 11 freguesias com 1º CEB. De sublinhar que a UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro, bem como as freguesias de Foz do Arelho e Nadadouro registaram uma variação francamente positiva, com mais 131, 9 e 5 alunos, respetivamente.

¹⁶ De referir que o ano letivo de 2020/21 estava ainda marcado pela Pandemia do Covid 19, pelo que os valores poderão estar um pouco abaixo do verificado na realidade.

QUADRO 53 | Evolução e variação do número de alunos no 1º CEB da rede pública, por freguesia.

Freguesia	Ano letivo											Variação (%)	
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	11/12 - 21/22	20/21 - 21/22
A dos Francos	35	33	30	52	67	48	72	63	58	51	48	37,1	-5,9
Alvorninha	99	97	75	89	75	70	70	65	59	57	54	-45,5	-5,3
Carvalho Benfeito	36	35	32	40	38	39	35	32	27	20	20	-44,4	0,0
Foz do Arelho	28	20	23	29	17	14	22	15	14	16	25	-10,7	56,3
Landal	23	22	22	30	28	33	30	24	27	23	21	-8,7	-8,7
Nadadouro	27	28	33	30	26	27	25	22	27	27	32	18,5	18,5
Salir de Matos	83	103	103	91	84	75	85	89	91	87	77	-7,2	-11,5
Santa Catarina	124	126	121	113	97	91	79	79	82	85	77	-37,9	-9,4
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	725	659	602	551	499	490	515	502	531	540	511	-29,5	-5,4
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	627	586	542	572	566	598	663	651	657	476	607	-3,2	27,5
UF Tornada e Salir do Porto	132	150	141	135	141	116	122	137	139	143	144	9,1	0,7
Vidais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
Total	1 939	1 859	1 724	1 732	1 638	1 601	1 718	1 679	1 712	1 525	1 616	-16,7	6,0

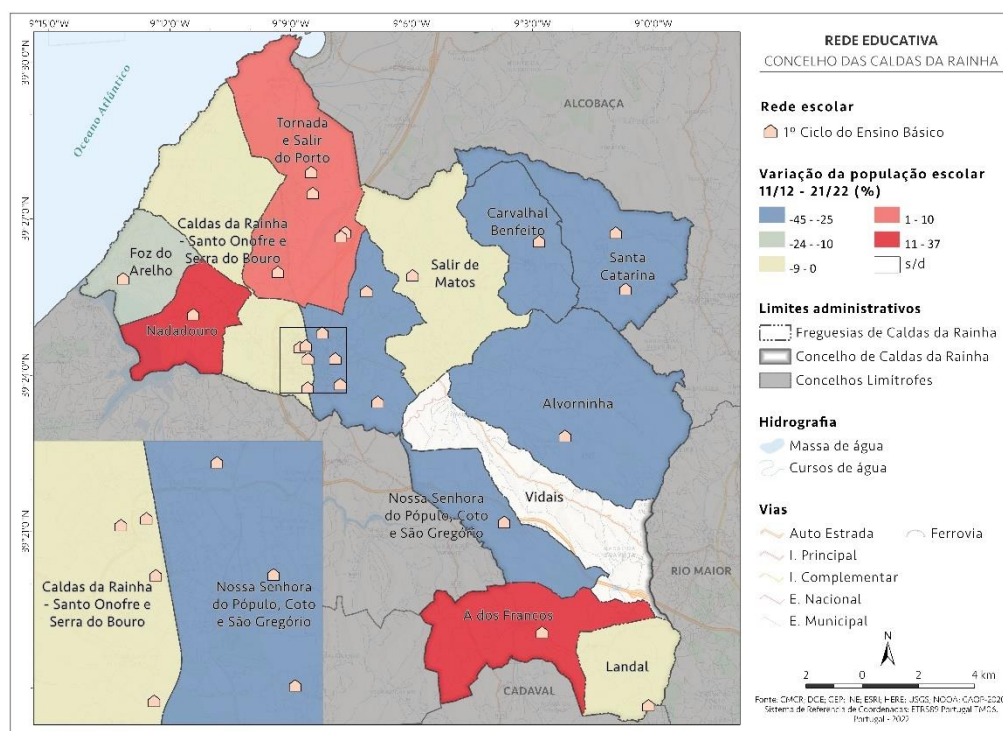


FIGURA 53 | Variação do número de alunos no 1º CEB da rede pública por freguesia entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022.

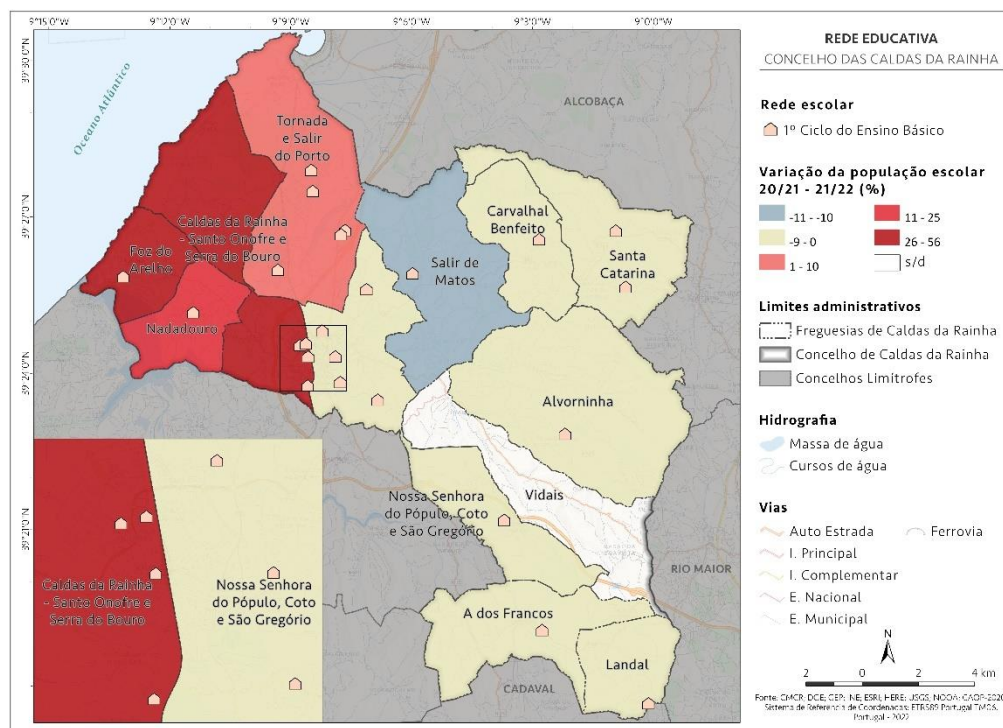


FIGURA 54 | Variação do número de alunos no 1º CEB da rede pública por freguesia entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022.

Relativamente à análise da evolução dos quantitativos escolares por agrupamento e respetiva variação é possível observar que no que diz respeito ao período compreendido entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022, todos os agrupamentos registaram uma evolução negativa, sendo que o AE Rafael Bordalo Pinheiro teve uma perda de 107 alunos, correspondendo a -30,7%. De igual modo, o AE D. João II registou um decréscimo assinalável (-143 alunos), com a passagem dos 853 para os 710 alunos. Por último, o AE Raúl Proença perdeu, em termos relativos, menos alunos (-9,9%, correspondendo a -73 matriculados) (Quadro 54 e Figuras 55, 56 e 57).

A análise dos efetivos escolares entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022 permite observar que a dinâmica da população escolar nos agrupamentos D. João II e Rafael Bordalo Pinheiro foi negativa, com valores na ordem dos -5,5% e -5,1%, enquanto o AE Raúl Proença regista uma variação positiva dos efetivos escolares, com a passagem dos 519 aos 664 alunos (27,9%).

QUADRO 54 | Evolução e variação do número de alunos no 1º CEB por agrupamento de escolas.

Agrupamento de escolas	Ano letivo											Variação (%)	
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	10/11 - 21/22	20/21 - 21/22
D. João II	853	837	771	726	682	643	700	714	747	751	710	-16,8	-5,5
Rafael Bordalo Pinheiro	349	342	322	352	330	305	308	277	267	255	242	-30,7	-5,1
Raúl Proença	737	680	631	654	626	653	710	688	698	519	664	-9,9	27,9
Total	1 939	1 859	1 724	1 732	1 638	1 601	1 718	1 679	1 712	1 525	1 616	-16,7	6,0

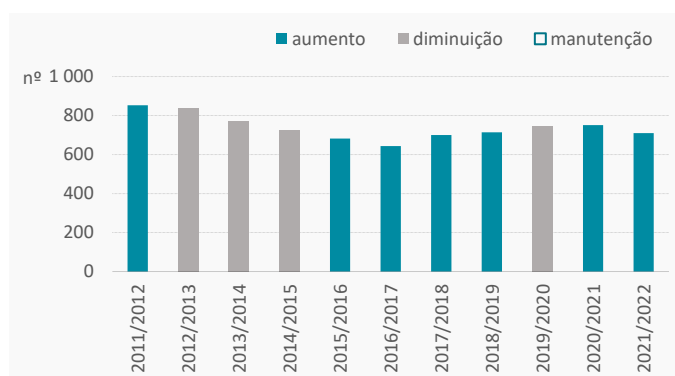


FIGURA 55 | Evolução do número de alunos no 1º CEB no agrupamento de escolas D. João II.

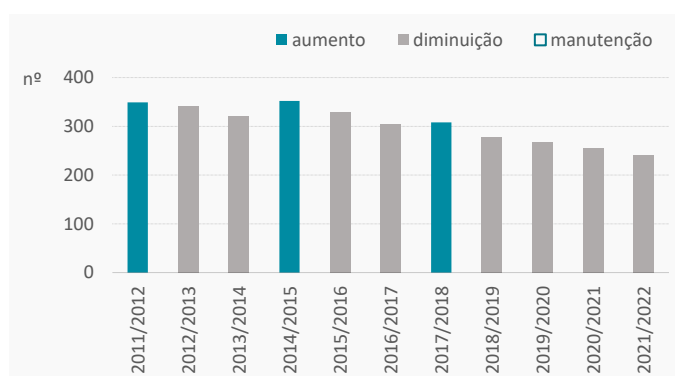


FIGURA 56 | Evolução do número de alunos no 1º CEB no agrupamento de escolas Rafael Bordalo Pinheiro.

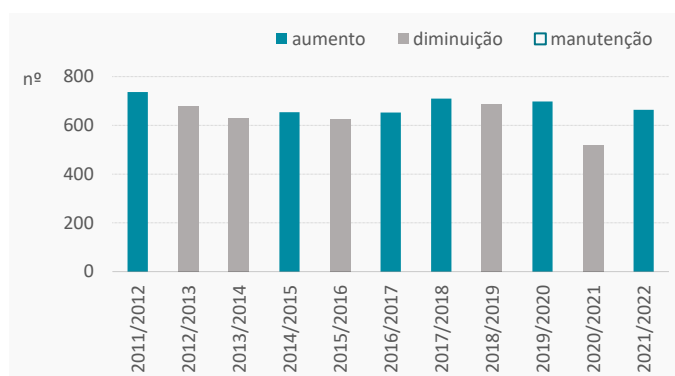


FIGURA 57 | Evolução do número de alunos no 1º CEB no agrupamento de escolas Raúl Proença.

Numa análise mais pormenorizada do 1º CEB no ano letivo 2021/2022, de destacar a existência no município das Caldas da Rainha de 6 estabelecimentos de ensino com menos de 21 alunos, designadamente as Escola Básica de Reguengo da Parada (14), Escola Básica da Lagoa Parreira (16), Escola Básica do Carvalho Benfeito (20), Escola Básica de Relvas (20), Escola Básica de Casais da Serra (21) e Escola Básica de Salir do Porto (21),

Para além destas escolas, existiam ainda 3 escolas que se encontravam bastante próximas desse limiar, nomeadamente a Escola Básica de São Gregório (22) e a Escola Básica da Foz do Arelho (25).

Por outro lado, existe ainda um conjunto de equipamentos que também se situam abaixo do limiar de 50 alunos, oscilando entre os 27 alunos matriculados na Escola Básica da Tornada e os 48 alunos matriculados na Escola Básica de A dos Francos (Quadro 55 e Figura 58).

Quando comparado o número de alunos com o número de salas de aula por estabelecimento de ensino de 1º CEB, no ano letivo 2021/2022 observa-se uma total coincidência entre as escolas que apresentam menos de 50 alunos e as com menos de 4 salas de aula.

QUADRO 55 | Estabelecimentos de ensino do 1º CEB da rede pública com menos de 50 alunos no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas	Freguesia	Estabelecimento de ensino	Número de alunos (2021/22)	Número de salas (2021/22)
D. João II	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Escola Básica da Lagoa Parreira	16	1
		Escola Básica do Coto	31	2
	UF Tornada e Salir do Porto	Escola Básica de Reguengo da Parada	14	2
		Escola Básica da Tornada	27	2
		Escola Básica de Chão da Parada	44	2
		Escola Básica de Salir do Porto	21	2
		Escola Básica do Campo	38	2
		Subtotal	191	13
Rafael Bordalo Pinheiro	A-dos-Francos	Escola Básica de A-dos-Francos	48	3
	Carvalho Benfeito	Escola Básica do Carvalho Benfeito	20	2
	Landal	Escola Básica de Casais da Serra	21	2
	Santa Catarina	Escola Básica de Relvas	20	2
	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Escola Básica de São Gregório	22	2
	Subtotal	131	11	
Raúl Proença	Foz do Arelho	Escola Básica da Foz do Arelho	25	2
	Nadadouro	Escola Básica do Nadadouro	32	2
	Subtotal	57	4	
Total			379	28

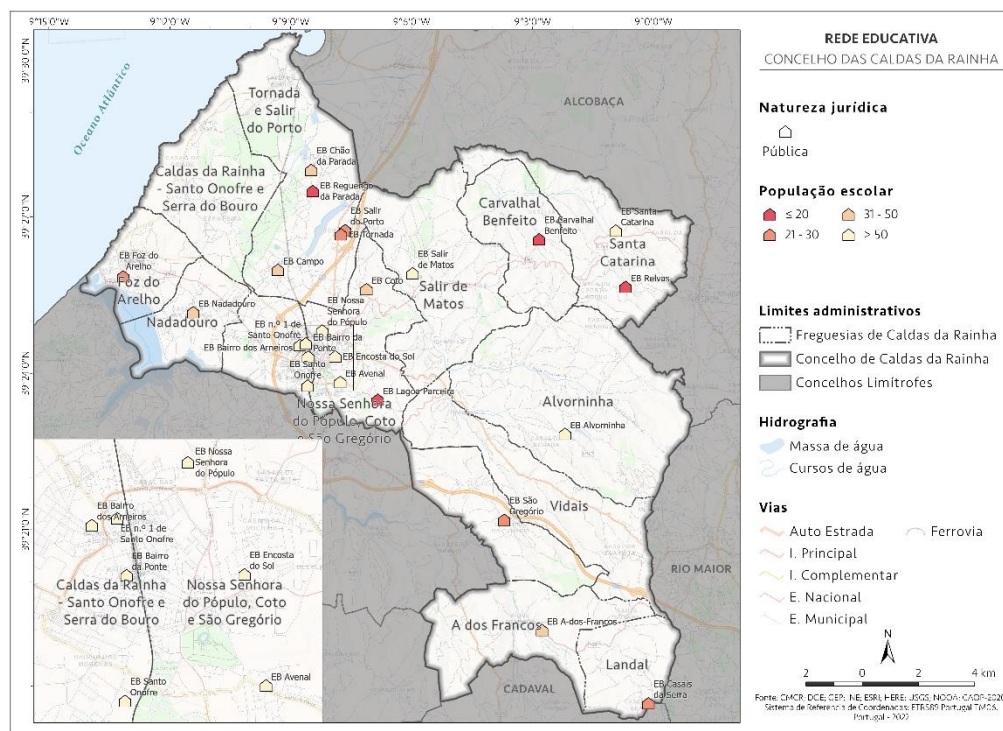


FIGURA 58 | Estabelecimentos de ensino do 1º CEB com menos de 50 alunos no ano letivo 2021/2022.

6.1.3. 2º e 3º CEB

O 2º e 3º ciclo do ensino básico é constituído por cinco anos de escolaridade, designadamente o 2º ciclo, com 2 anos de escolaridade (5º e 6º ano), e o 3º ciclo, com 3 anos de escolaridade (7º, 8º e 9º ano).

No ano letivo 2021/2022 a oferta educativa ao nível de 2º e 3º CEB no concelho de Caldas da Rainha era assegurada por cinco estabelecimentos de ensino da rede pública e por 2 da rede privada.

Relativamente à rede pública o 2º e 3º era lecionado na Escola Básica D. João II, na Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, na Escola Básica de Santa Catarina, na Escola Básica de Santo Onofre e na Escola Secundária Raúl Proença. Da rede privada faziam parte os seguintes estabelecimentos: Colégio Frei Cristóvão e Colégio Rainha D. Leonor.

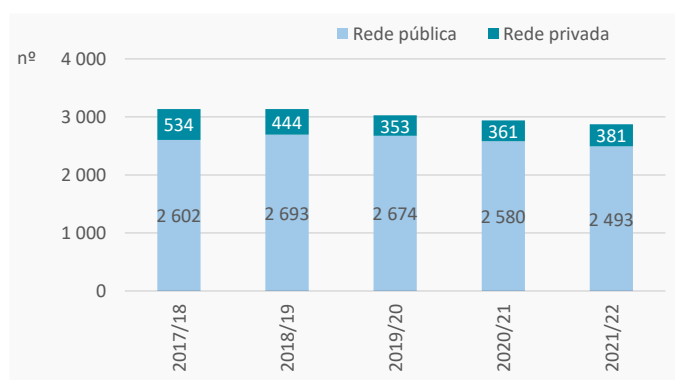
No ano letivo 2021/22, estavam matriculados no 2º e 3º CEB um total de 2.874 alunos, sendo que 2.493 integravam a rede pública (86,7%) e 381 integravam a rede privada (13,3%) (Quadro 56 e Figura 59).

Em termos de evolução do número de alunos matriculados no 2º e 3º CEB, a evolução entre 2017/18 e 2021/22 sublinha uma tendência de decréscimo (-262 alunos, correspondendo a -8,4%). No caso da rede pública, o decréscimo foi de -4,2%, correspondendo a -109 alunos. Já na rede privada, o decréscimo foi manifestamente superior (-153 alunos, correspondendo a -28,7%).

QUADRO 56 | Evolução do número de alunos matriculados no 2º e 3º CEB, por estabelecimento, entre 2017/18 a 2021/22¹⁷.

Agrupamento/ Rede	Estabelecimento de ensino	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	variação 2017/18 - 2021/22	
							nº	%
AE D. João II	Escola Básica D. João II	1 061	1 054	1 022	965	880	-181	-17,1
AE Rafael Bordalo Pinheiro	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	220	258	223	199	211	-9	-4,1
	Escola Básica de Santa Catarina	218	209	202	178	171	-47	-21,6
AE Raúl Proença	Escola Básica de Santo Onofre	513	594	700	746	757	244	47,6
	Escola Secundária Raúl Proença	590	578	527	492	474	-116	-19,7
Total Rede Pública		2 602	2 693	2 674	2 580	2 493	-109	-4,2
Rede Privada	Colégio Frei Cristóvão	305	280	236	234	231	-74	-24,3
	Colégio Rainha D. Leonor	229	164	117	127	150	-79	-34,5
Total Rede Privada		534	444	353	361	381	-153	-28,7
Total		3 136	3 137	3 027	2 941	2 874	-262	-8,4

Fonte: CM Caldas da Rainha.



Fonte: CM Caldas da Rainha.

FIGURA 59 | Evolução do número de alunos no 2º e 3º CEB, por tipo de rede, no município.

Considerando um horizonte temporal mais longo, a evolução de alunos matriculados na rede pública foi marcada por períodos de acréscimo e decréscimo. Em termos globais, entre 2011/12 e 2021/22, a variação foi positiva (+49,8%), com a passagem dos 1.664 aos 2.493. Este acréscimo muito expressivo está relacionado com a quebra de vários contratos de associação que o Ministério da Educação estabelecia com alguns colégios das Caldas da Rainha (Figura 60). Atendendo ao último ano em análise, o número de alunos sofreu um ligeiro decréscimo entre 2020/21 e 2021/22, com a passagem dos 2580 aos 2493 alunos (-3,4%).

¹⁷ Os alunos inscritos no Conservatório das Caldas da Rainha - Lugar da Música no 2º e 3º CEB estão contabilizados nas Escolas Agrupadas e Não Agrupadas do Município das Caldas da Rainha, designadamente: Agrupamento de Escolas D. João II, Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro, Agrupamento de Escolas Raúl Proença e Colégio Rainha D. Leonor.

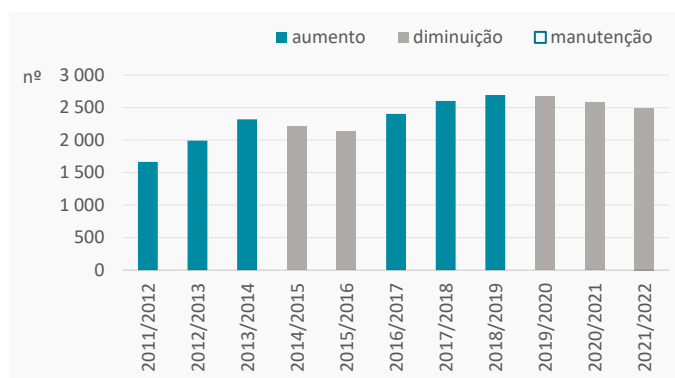


FIGURA 60 | Evolução do número de alunos no 2º e 3º CEB da rede pública no município.

Pormenorizando a análise é possível observar que este nível de ensino apenas se encontra representado na freguesia de Santa Catarina, na UF Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo e na UF Caldas das Rainhas – Santo Onofre e Serra do Bouro, as quais não têm correspondência direta aos agrupamentos. Assim sendo, no período compreendido entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022 é possível observar que todos os agrupamentos apresentaram um incremento dos seus efetivos escolares. O maior crescimento está associado ao AE Raúl Proença, com a passagem dos 488 para os 1231 alunos, correspondendo a 152,3%. Os restantes agrupamentos registaram acréscimos na ordem dos 7% (Quadro 57 e Figuras 61, 62 e 63). Relativamente à oscilação da população escolar entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022 é possível observar que apenas o AE Rafael Bordalo Pinheiro registou um aumento de alunos (de 377 para 382 matriculados). No caso do AE Raúl Proença o decréscimo foi de apenas 7 alunos e no AE D. João II o decréscimo foi mais relevante (-8,8%, correspondendo a -85 alunos).

QUADRO 57 | Evolução e variação do número de alunos no 2º e 3º CEB da rede pública por agrupamento de escolas.

Agrupamento de escolas	Ano letivo											Variação (%)	
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	11/12 - 21/22	20/21 - 21/22
D. João II	819	838	937	938	937	1044	1061	1054	1022	965	880	7,4	-8,8
Rafael Bordalo Pinheiro	357	346	536	410	393	402	438	467	425	377	382	7,0	1,3
Raúl Proença	488	808	848	858	804	957	1103	1172	1227	1238	1231	152,3	-0,6
Total	1 664	1 992	2 321	2 206	2 134	2 403	2 602	2 693	2 674	2 580	2 493	49,8	-3,4

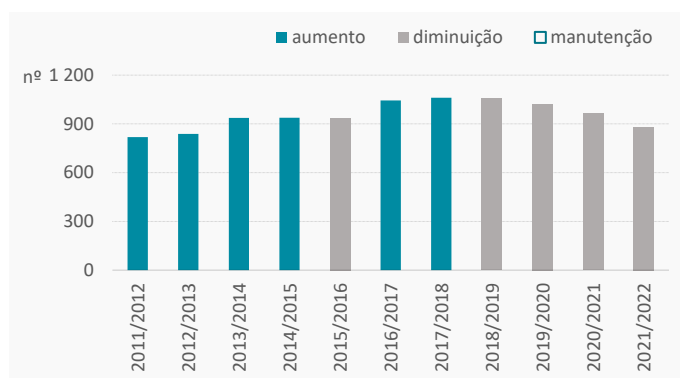


FIGURA 61 | Evolução do número de alunos no 2º e 3º CEB no agrupamento de escolas D. João II.

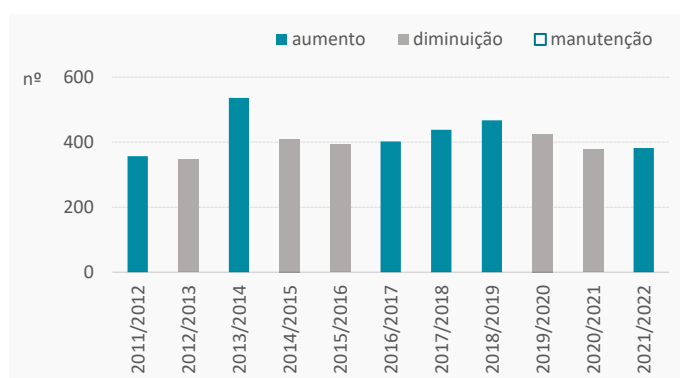


FIGURA 62 | Evolução do número de alunos no 2º e 3º CEB no agrupamento de escolas Rafael Bordalo Pinheiro.

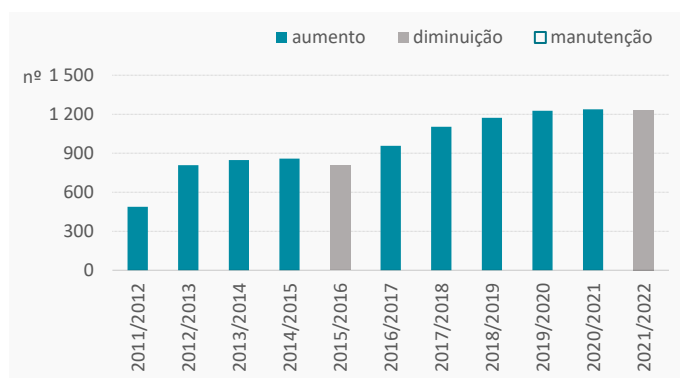


FIGURA 63 | Evolução do número de alunos no 2º e 3º CEB no agrupamento de escolas Raúl Proença.

6.1.4. Ensino Secundário

O ensino secundário é constituído por três anos de escolaridade, designadamente o 10º, 11º e 12º ano. O ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos (Lei n.º 46/86).

A oferta de ensino secundário no concelho de Caldas da Rainha encontra-se assegurada por três escolas da rede pública - Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, Escola Secundária Raúl Proença e Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha) e por três escolas da rede privada - Colégio Rainha D. Leonor, Escola Técnica Empresarial do Oeste, Conservatório das Caldas da Rainha - Lugar da Música e Escola Vocacional de Dança das Caldas da Rainha.

No ano letivo 2021/22, frequentavam 2.394 alunos no ensino secundário, distribuídos pela rede pública (1.720 alunos, correspondendo a 71,8%) e pela rede privada (674 alunos, correspondendo a 28,2%) (Quadro 58).

Dos 1.720 alunos matriculados na rede pública, 999 frequentavam a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro (58,1%) e 666 estavam matriculados na Escola Secundária Raúl Proença (38,7%). Os restantes 55 alunos estavam inscritos na Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha) (3,2%).

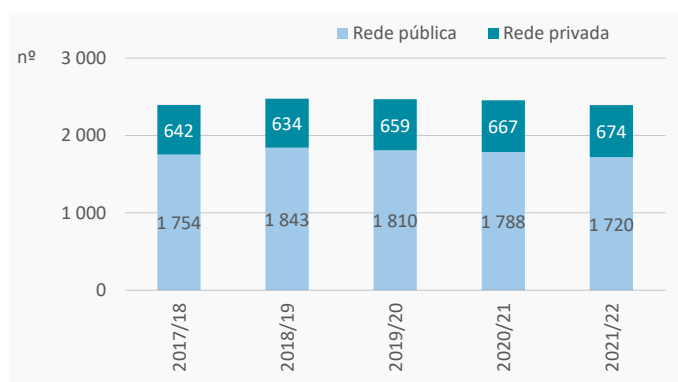
A evolução da população escolar afeta ao ensino secundário do concelho de Caldas da Rainha é marcada por uma certa estabilização entre os anos letivos 2017/2018 e 2021/2021, com a passagem dos 2.396 aos 2.394 alunos (Figura 64). Particularizando, a rede pública registou neste período uma diminuição de 34 alunos, enquanto a rede privada registou um acréscimo de 32 alunos.

Em relação à análise dos últimos dois anos letivos, verifica-se que os quantitativos escolares afetos ao ensino secundário registaram um decréscimo considerando as duas redes (-61 alunos). Relativamente à rede pública, o decréscimo foi de 68 alunos, sendo que a rede privada teve um incremento de 7 alunos.

QUADRO 58 | Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário, por estabelecimento, entre 2017/18 a 2021/22.

Agrupamento/Rede	Estabelecimento de ensino	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	variação 2017/18 - 2021/22	
							nº	%
AE Rafael Bordalo Pinheiro	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	934	1 115	1 101	1 082	999	65	7
AE Raúl Proença	Escola Secundária Raúl Proença	709	649	649	656	666	-43	-6
Não agrupada	Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha)	111	79	60	50	55	-56	-50
Total Rede Pública		1 754	1 843	1 810	1 788	1 720	-34	-2
Rede Privada	Colégio Rainha D. Leonor	160	147	195	232	241	81	51
	Escola Técnica Empresarial do Oeste	351	351	337	309	302	-49	-14
	Conservatório das Caldas da Rainha - Lugar da Música	8	6	0	6	3	-5	-63
	Escola Vocacional de Dança das Caldas da Rainha	123	130	127	120	128	5	4
Total Rede Privada		642	634	659	667	674	32	5
Total		2 396	2 477	2 469	2 455	2 394	-2	0

Fonte: CM Caldas da Rainha.



Fonte: CM Caldas da Rainha.

FIGURA 64 | Evolução do número de alunos no Ensino Secundário, por tipo de rede, no município.

No que diz respeito à evolução da população escolar afeta ao ensino secundário por agrupamento de escolas no período compreendido entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022 (Quadro 59 e Figuras 65 e 66), é possível observar contextos de evolução opostos, na medida em que o AE Rafael Bordalo Pinheiro registou um acréscimo dos efetivos escolares, com a passagem dos 735 aos 999 alunos (35,9%), enquanto em idêntico período a evolução da população escolar do AE Raúl Proença é marcada por um ligeiro decréscimo, com a passagem dos 679 aos 666 alunos (-1,9%). Relativamente à oscilação da população escolar entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022 verificou-se uma diminuição de 7,7% no AE Rafael Bordalo Pinheiro (-83 alunos) e um aumento de 1,5% no AE Raúl Proença (+10 alunos).

Relativamente à Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha), embora o último ano tenha registado um aumento de 10% (5 alunos), a análise num horizonte temporal mais longo sublinha a forte perda de alunos este estabelecimento, com a passagem dos 200 alunos em 2011/12 para os 55 em 2021/22¹⁸.

QUADRO 59 | Evolução e variação do número de alunos no ensino secundário por agrupamento de escolas.

Agrupamento de escolas	Ano letivo											Variação (%)	
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022	11/12 - 21/22	20/21 - 21/22
Rafael Bordalo Pinheiro	735	738	745	813	820	910	934	1 115	1 101	1 082	999	35,9	-7,7
Raúl Proença	679	692	668	659	659	692	709	649	649	656	666	-1,9	1,5
Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha)	200	265	—	—	—	250	111	79	60	50	55	-72,5	10,0
Total	1 614	1 695	1 413	1 472	1 479	1 852	1 754	1 843	1 810	1 788	1 720	6,6	-3,8

Fonte: CM Caldas da Rainha.

¹⁸ De salientar que a Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha) não disponibilizou dados referentes aos anos letivos 2013/2014, 2014/2015 e 2015/2016.

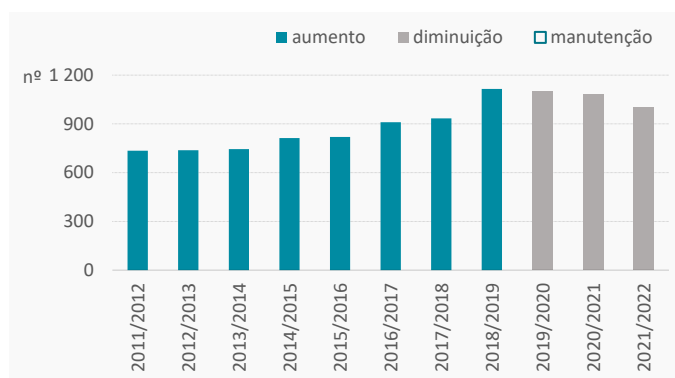


FIGURA 65 | Evolução do número de alunos no ensino secundário no agrupamento de escolas Rafael Bordalo Pinheiro.

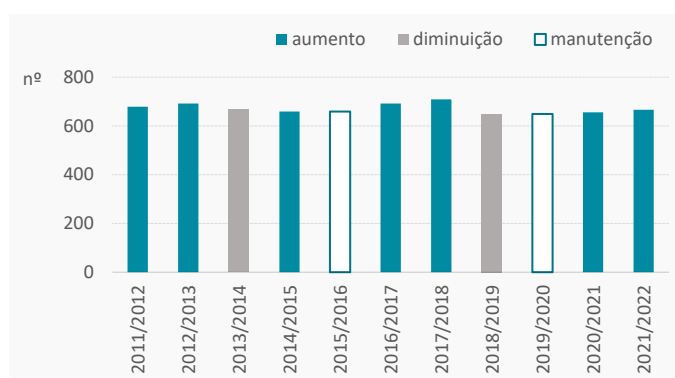


FIGURA 66 | Evolução do número de alunos no ensino secundário no agrupamento de escolas Raúl Proença.

De referir que o ensino secundário na rede pública apresentava 1243 alunos matriculados nos cursos científico-humanísticos e 761 alunos nos cursos profissionais. De referir que dos três agrupamentos de escolas existentes, apenas dois apresentam oferta a este nível, a que acresce a Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha). Deste modo, cerca de 72,3% frequentavam os cursos científico-humanísticos e 27,8% frequentavam os cursos profissionais.

Relativamente aos cursos científico-humanísticos, estes estão presentes no AE Rafael Bordalo Pinheiro e no AE Raúl Proença, com 656 e 587 alunos (Quadro 60). Quanto aos cursos disponibilizados pelos diferentes estabelecimentos de ensino, é possível observar que, na globalidade, o número de alunos mais expressivo integra os cursos de ciências e tecnologias (533 alunos) e de línguas e humanidades (341), enquanto o menor número de jovens integra os cursos de ciências socioeconómicas (217 alunos) e de artes visuais (152 alunos). Uma análise diferenciada por agrupamento revela uma distribuição semelhante de inscritos nos cursos de ciências e tecnologias (268 na Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro e 265 alunos na Escola Secundária Raúl Proença). O maior desequilíbrio é visível apenas nos cursos de ciências socioeconómicas (138 na ES Rafael Bordalo Pinheiro e 79 alunos na ES Raúl Proença).

Já no que se refere aos cursos profissionais, salientam-se os 343 alunos matriculados no AE Rafael Bordalo Pinheiro, os 79 no AE Raúl Proença e os 55 alunos matriculados na Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha).

Na análise por estabelecimento, a ES Rafael Bordalo Pinheiro apresentava um leque mais diversificado na oferta – 11 cursos profissionais (Quadro 61). As maiores frequências estavam associadas aos cursos de Técnico de Mecatrónica Automóvel (77 alunos), Técnico de Desporto (50), Técnico de Turismo (42), Técnico de Audiovisuais (41), Técnico de Apoio à Gestão Desportiva (29), Técnico de Ação Educativa (28). Os restantes cursos apresentavam menos de 20 alunos matriculados. No AE Raúl Proença a totalidade dos alunos encontrava-se matriculada no curso de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (79).¹⁹

QUADRO 60 | População escolar nos cursos científico-humanísticos por agrupamento de escolas e estabelecimento de ensino no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento	Estabelecimento de ensino	Curso científico-humanístico	10º ano	11º ano	12º ano	Total
Rafael Bordalo Pinheiro	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	Artes visuais	28	40	20	88
		Ciências e tecnologias	84	99	85	268
		Ciências socioeconómicas	55	29	54	138
		Línguas e humanidades	56	49	57	162
Subtotal			223	217	216	656
Raúl Proença	Escola Secundária Raúl Proença	Artes visuais	28	14	22	64
		Ciências e tecnologias	102	82	81	265
		Ciências socioeconómicas	24	25	30	79
		Línguas e humanidades	65	63	51	179
Subtotal			219	184	184	587
Total			442	401	400	1 243

QUADRO 61 | População escolar nos cursos profissionais por agrupamento de escolas e estabelecimento de ensino no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento	Estabelecimento de ensino	Curso Profissional	10º ano	11º ano	12º ano	Total
Rafael Bordalo Pinheiro	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	Técnico Programador de Informática	14	0	0	14
		Técnico de Informática - Sistemas	14	0	0	14
		Técnico de Ação Educativa	14	14	0	28
		Técnico de Audiovisuais	14	14	13	41
		Técnico de Desporto	27	23	0	50
		Técnico de Electrotecnia	13	0	0	13
		Técnico de Mecatrónica Automóvel	28	25	24	77
		Técnico de Turismo	14	14	14	42
		Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	0	11	10	21
		Técnico de Apoio à Infância	0	0	14	14
		Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	0	0	29	29
Subtotal			138	101	104	343
Raúl Proença	Escola Secundária Raúl Proença	Técnico Gestão Prog. Sistemas Informáticos	31	24	24	79
Subtotal			31	24	24	79
Total			169	125	128	422

¹⁹ Não foi disponibilizada a distribuição da população escolar por curso na Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha).

6.1.4. Ensino Superior

A oferta de ensino superior concelho de Caldas da Rainha existe na Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha (ESAD.CR), sendo esta uma das cinco escolas integradas no Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria).

A evolução do número de alunos evidencia uma tendência de acréscimo ao longo do período em análise. Em 2021/22 a ESAD.CR contava com 1648 alunos inscritos, sendo mais 342 face a 2011/12, o que se traduziu por um crescimento de 26,2% (Figura 67).

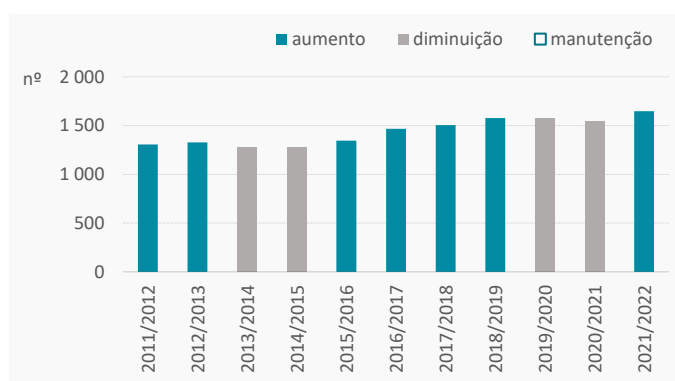


FIGURA 67 | Evolução do número de alunos no ensino superior no município.

6.2. MOBILIDADE DA POPULAÇÃO ESCOLAR

Em relação à análise da mobilidade da população escolar nos diferentes níveis de ensino é possível observar que dos 6.516 alunos que frequentavam os AE's, a esmagadora maioria residia nas diferentes freguesias que integram o concelho de Caldas da Rainha (89,2%, correspondendo a 5.810 alunos). Os restantes 706 alunos eram residentes em outros concelhos (10,8%) (Quadro 62). No caso da educação pré-escolar verifica-se que das 742 crianças, 710 crianças residiam nas freguesias das Caldas da Rainha, enquanto 32 eram provenientes de outros concelhos. Já no que diz respeito ao 1º CEB é possível observar que dos 1.616 alunos, 1.516 eram residentes no concelho e 100 residiam noutros concelhos.

Relativamente ao 2º e 3º CEB, cerca de 222 provinham de outros concelhos, sendo que 2.271 eram residentes nas Caldas da Rainha. Por fim, no ensino secundário a percentagem de alunos provenientes de outros concelhos era mais expressiva, comparativamente aos outros níveis de ensino (21,1%, correspondendo a 352 alunos).

QUADRO 62 | Mobilidade da população escolar por nível de ensino no ano letivo 2021/2022.

Proveniência dos alunos	Educação Pré-escolar	1º CEB	2º e 3º CEB	Ensino Secundário	Total
	nº de alunos				
A dos Francos	24	45	20	36	125
Alvorninha	36	52	71	66	225
Carvalhal Benfeito	15	23	48	28	114
Foz do Arelho	14	34	39	25	112
Landal	22	20	1	12	55
Nadadouro	27	37	86	51	201
Salir de Matos	21	60	100	43	224
Santa Catarina	21	58	96	58	233
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	255	633	965	593	2446
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	207	433	700	288	1628
UF Tornada e Salir do Porto	59	110	126	93	388
Vidais	9	11	19	20	59
subtotal Caldas da Rainha	710	1516	2271	1313	5810
outros municípios	32	100	222	352	706
Total	742	1616	2493	1665	6516

6.2.1. Educação pré-escolar

Das 338 crianças que integravam o agrupamento de escolas D. João II, 327 crianças residiam no concelho, sendo que apenas 11 crianças residiam em municípios vizinhos (Quadro 63). Destacam-se as crianças que residiam na área de influência dos equipamentos, designadamente na UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (180 crianças), na UF Tornada e Salir do Porto (56 crianças) e na UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro (46 crianças).

No agrupamento de escolas Rafael Bordalo Pinheiro a situação é idêntica, na medida em que a maioria das crianças residia no concelho, designadamente 125 crianças, sendo que apenas 7 residiam em outros concelhos. Neste agrupamento destacam-se as crianças que residiam na freguesia de Alvorninha (8), Landal (22), Santa Catarina (21) e A dos Francos (21).

Por último, no AE Raúl Proença, das 272 crianças inscritas, 258 residiam no concelho, sendo que apenas 14 residiam noutros territórios. Fazendo parte da área de influência deste equipamento, destaca-se a UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (62 crianças) e a UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro (158 crianças)

Esta análise demonstra que, apesar de existir um elevado número de crianças que reside na freguesia onde se encontram localizados os diferentes equipamentos afetos a educação pré-escolar, existe uma certa capacidade de atração em relação a crianças residentes em outras freguesias ou mesmo outros territórios municipais, facto provavelmente associado às deslocções de pais ou encarregados de educação para o seu local de trabalho (Figuras 68 a 73).

QUADRO 63 | Mobilidade da população escolar na educação pré-escolar por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.

Proveniência das crianças	AE D. João II	AE Rafael Bordalo Pinheiro	AE Raúl Proença	Total
	nº de crianças			
A dos Francos	1	21	2	24
Alvorninha	8	28	0	36
Carvalhal Benfeito	1	13	1	15
Foz do Arelho	2	0	12	14
Landal	0	22	0	22
Nadadouro	7	0	20	27
Salir de Matos	21	0	0	21
Santa Catarina	0	21	0	21
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	180	13	62	255
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	46	3	158	207
UF Tornada e Salir do Porto	56	0	3	59
Vidaís	5	4	0	9
total área de influência	308	118	252	-
total outras freguesias	19	7	6	-
total Caldas da Rainha	327	125	258	710
total outros municípios	11	7	14	32
Total	338	132	272	742

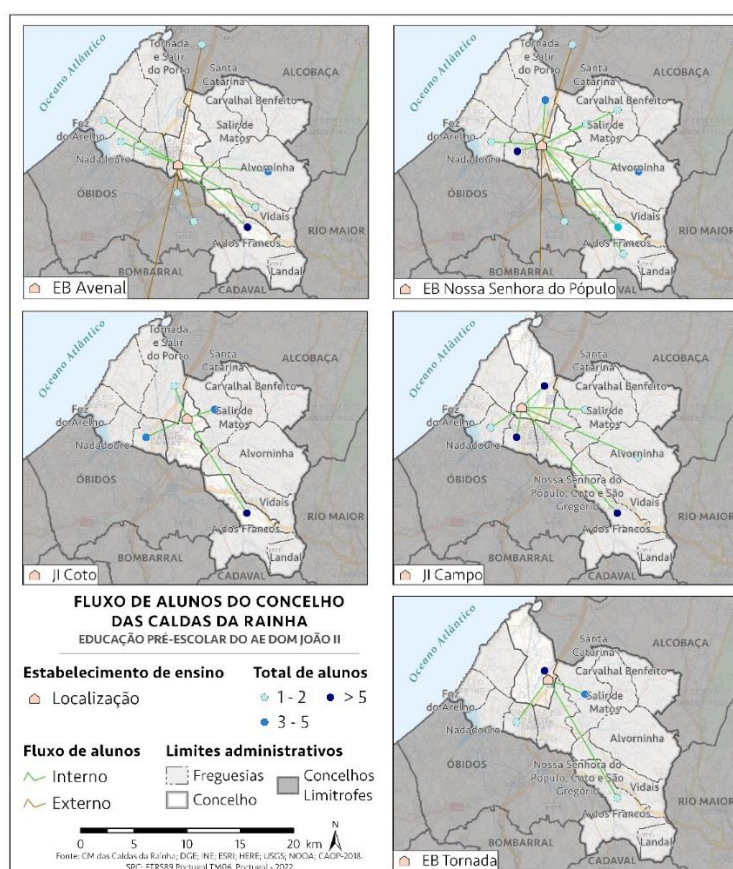


FIGURA 68 | Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE D. João II.

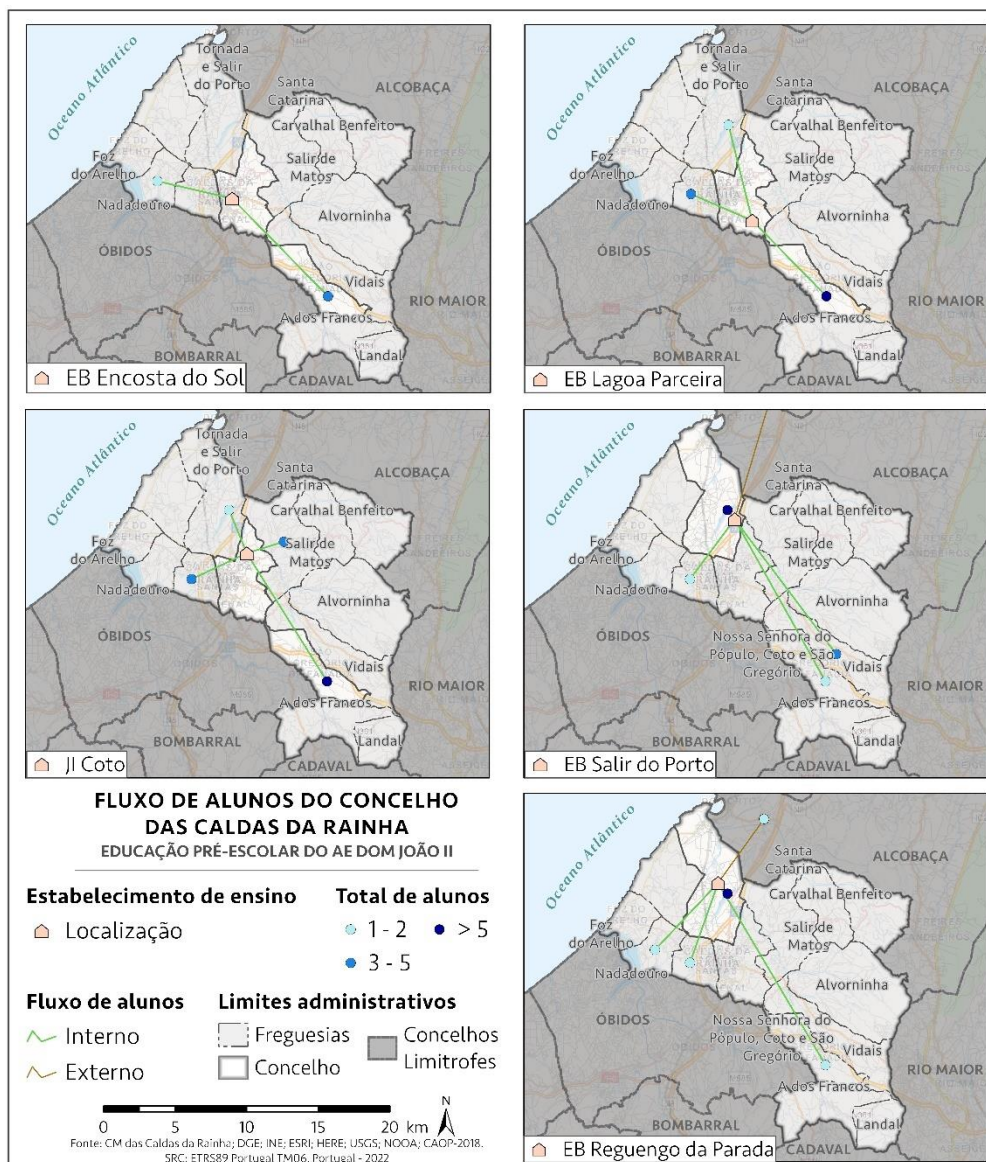


FIGURA 69 | Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE D. João II.

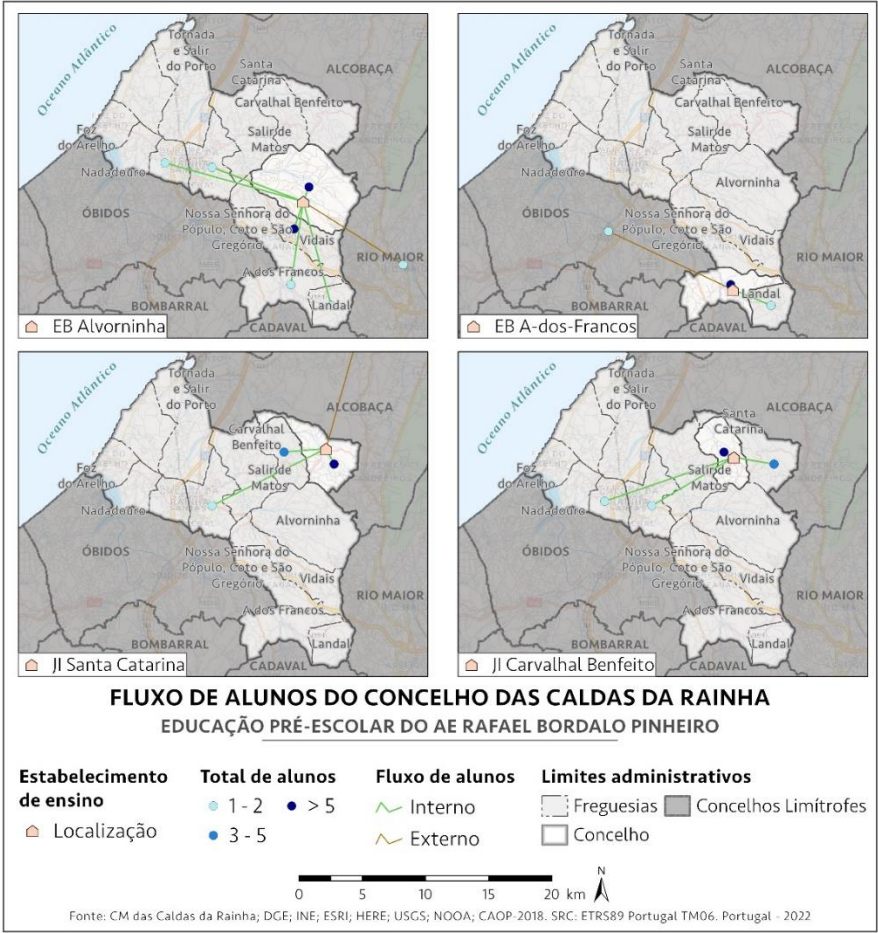


FIGURA 70 | Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE Rafael Bordalo Pinheiro.

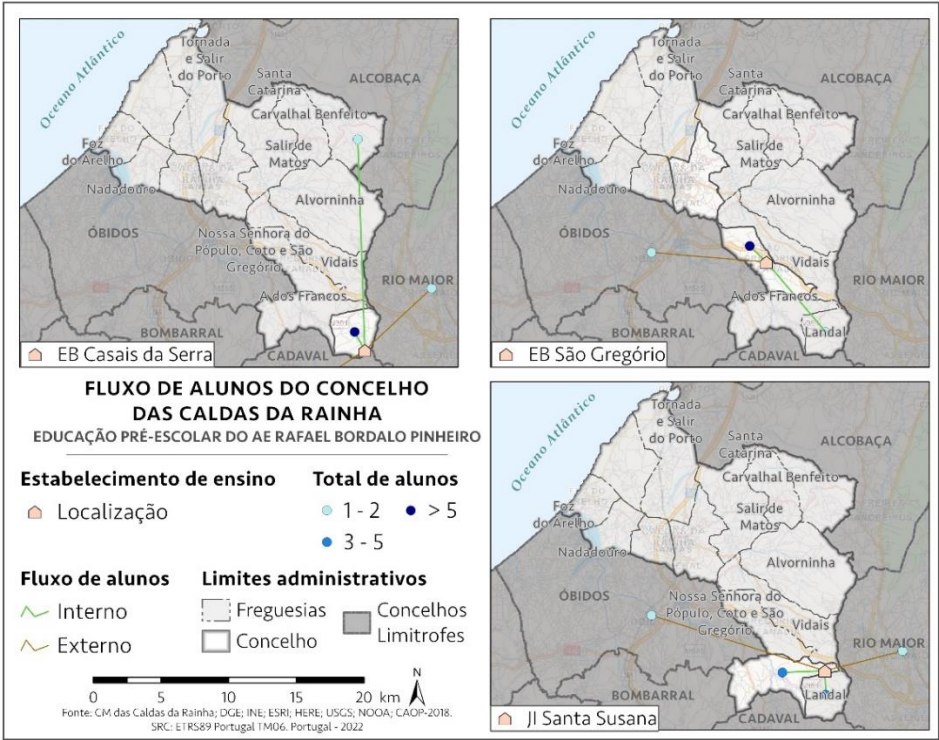


FIGURA 71 | Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE Rafael Bordalo Pinheiro.

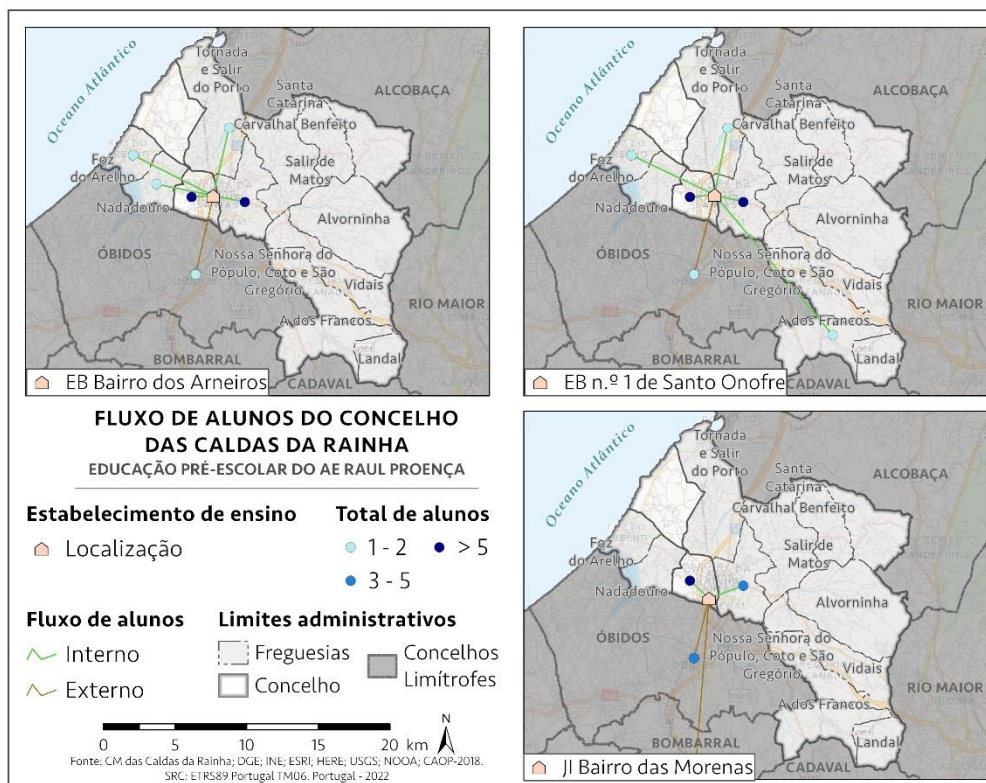


FIGURA 72 | Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE Raúl Proença.

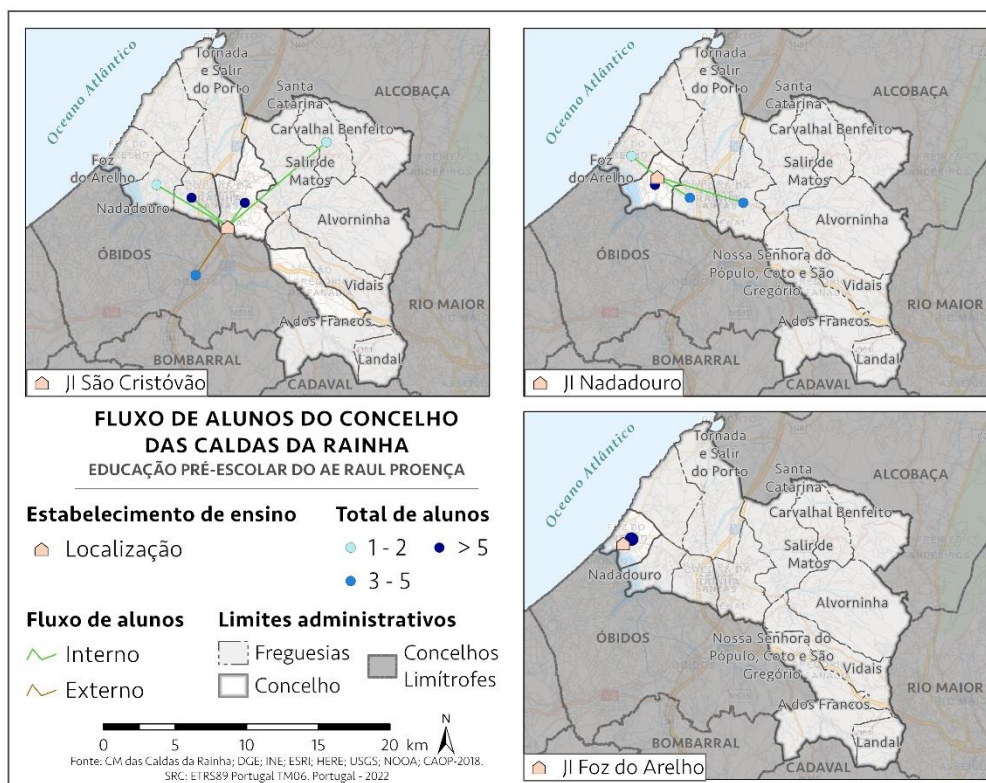


FIGURA 73 | Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE Raúl Proença.

6.2.2. 1º CEB

Relativamente ao 1º CEB, é possível observar que dos 710 alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino que integram o AE D. João II, a maioria, designadamente 670 alunos, residiam no concelho, com maior destaque para as freguesias que integram a área de influência: UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (419 alunos), UF Tornada e Salir do Porto (96 alunos) e UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro (76 alunos). De referir, ainda, a proveniência de 40 alunos de outros municípios, sendo o AE que recebe mais alunos de outros concelhos neste nível de ensino (Quadro 64 e Figuras 74 a 79).

O AE Rafael Bordalo Pinheiro apresentava um total de 242 alunos neste nível de ensino, destacando-se os residentes em Santa Catarina (58), A dos Francos (44), Alvorninha (42) e UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (23).

No AE Raúl Proença, a grande maioria dos alunos residia na UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro (356) e na UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (191). Neste caso era também possível observar a existência de 37 alunos provenientes de municípios vizinhos.

QUADRO 64 | Mobilidade da população escolar no 1º CEB por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.

Proveniência dos alunos	AE D. João II	AE Rafael Bordalo Pinheiro	AE Raúl Proença	Total
	nº de alunos			
A dos Francos	0	44	1	45
Alvorninha	4	42	6	52
Carvalhal Benfeito	1	22	0	23
Foz do Arelho	12	0	22	34
Landal	0	20	0	20
Nadadouro	8	0	29	37
Salir de Matos	51	1	8	60
Santa Catarina	0	58	0	58
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	419	23	191	633
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	76	1	356	433
UF Tornada e Salir do Porto	96	0	14	110
Vidais	3	8	0	11
total área de influência	645	209	598	-
total outras freguesias	25	10	29	-
total Caldas da Rainha	670	219	627	1516
total outros municípios	40	23	37	100
Total	710	242	664	1616

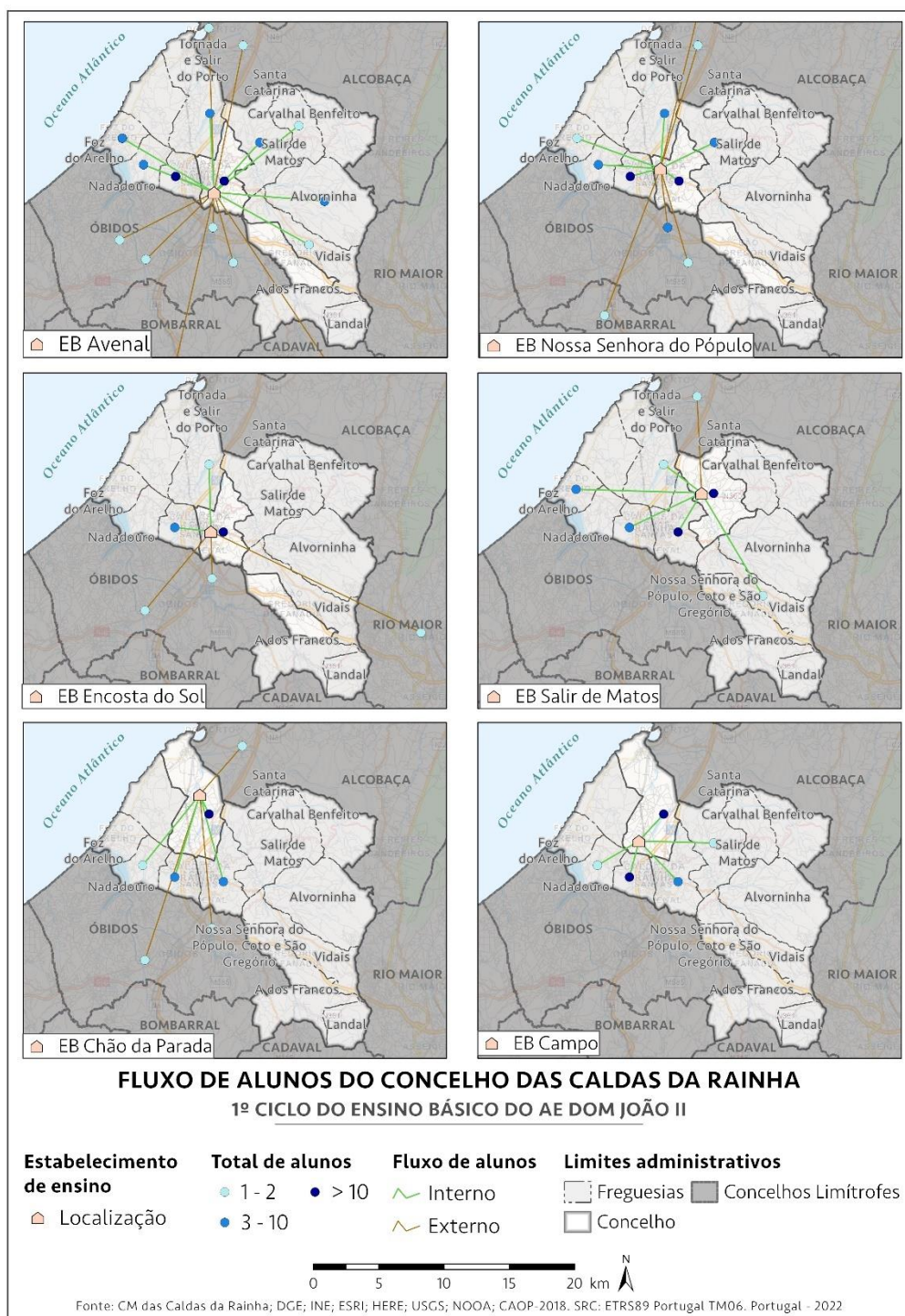


FIGURA 74 | Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE D. João II.

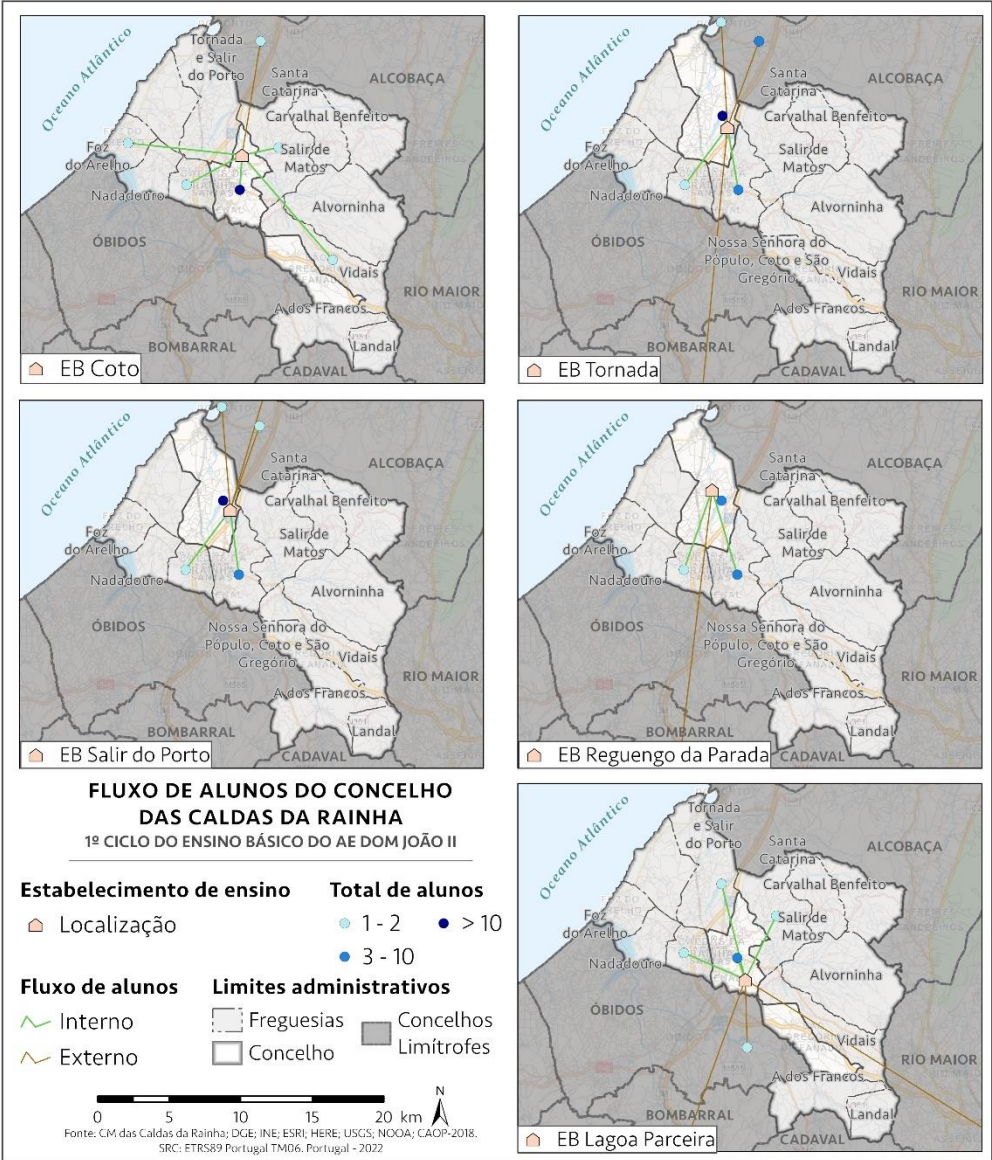


FIGURA 75 | Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE D. João II.

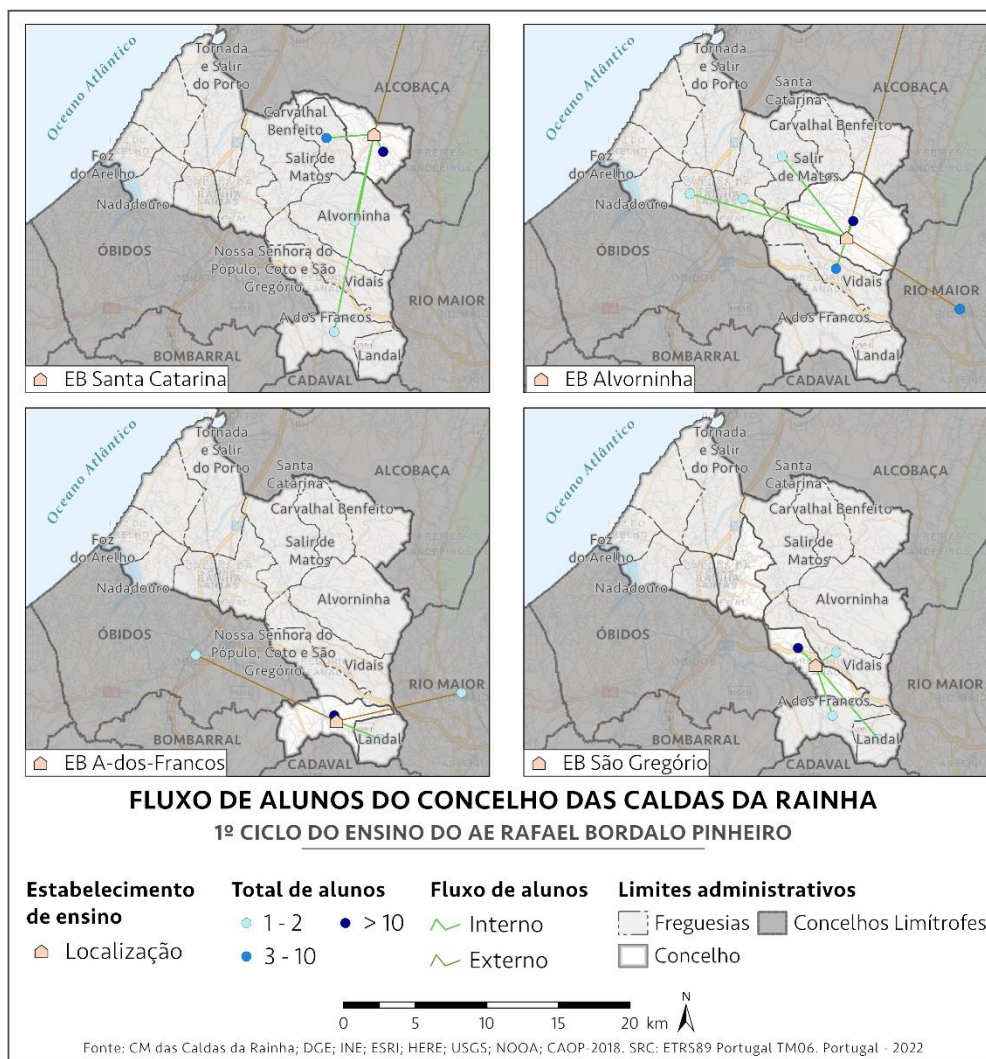


FIGURA 76 | Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE Rafael Bordalo Pinheiro.

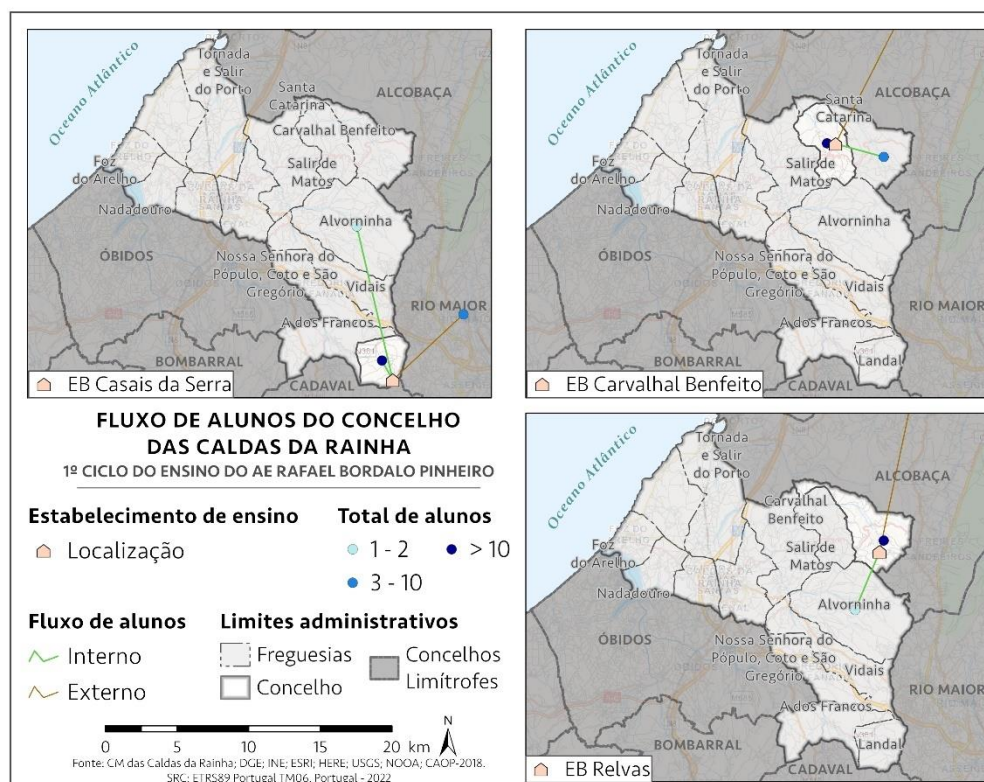


FIGURA 77 | Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE Rafael Bordalo Pinheiro.

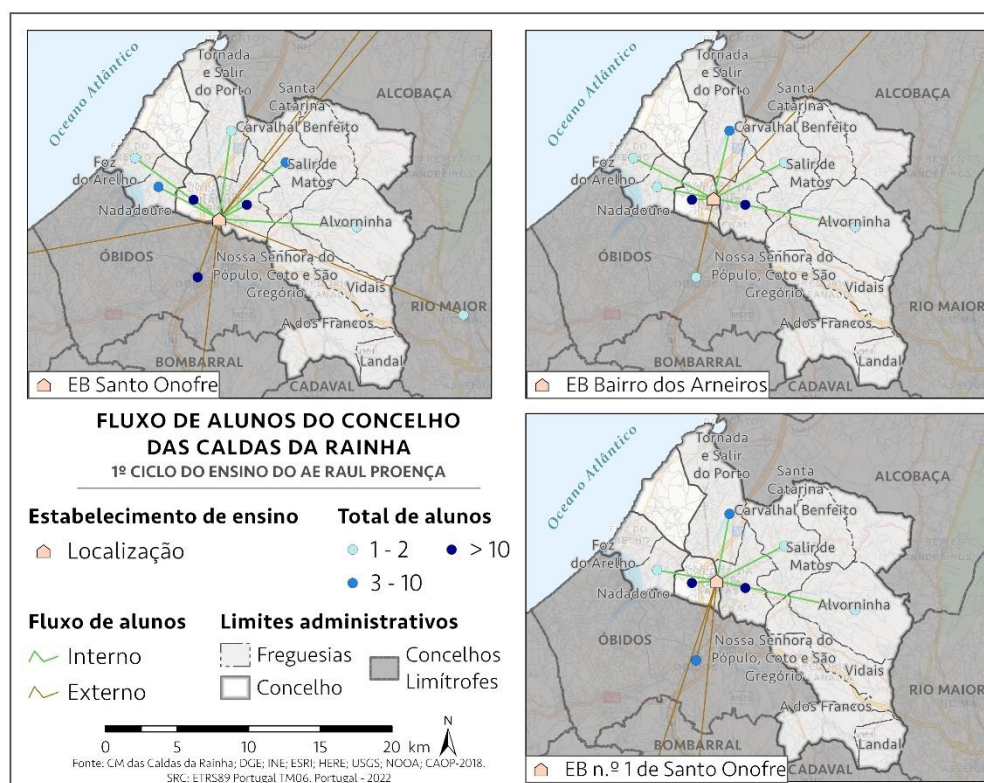


FIGURA 78 | Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE Raúl Proença.

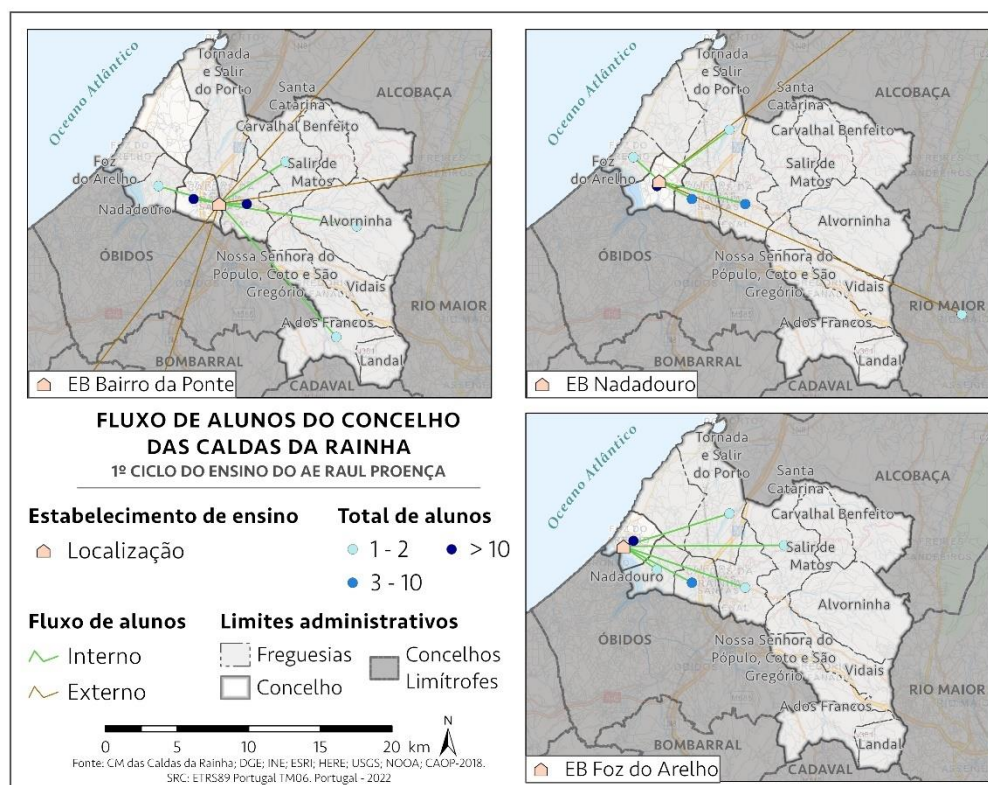


FIGURA 79 | Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE Raúl Proença.

6.2.3. 2º e 3º CEB

Já no que diz respeito aos 2º e 3º CEB verifica-se que, de forma maioritária, os alunos são provenientes das freguesias que integram a área de influência dos estabelecimentos de ensino localizados em cada um dos agrupamentos do concelho de Caldas da Rainha (Quadro 65 e Figuras 80 a 82). No AE D. João II é possível observar que 87,6% dos alunos residem nas freguesias que integram a área de influência do agrupamento (771), enquanto os restantes alunos se encontram distribuídos por outras freguesias do município (61) ou são provenientes de outros territórios municipais (48). Já no que se refere ao AE Rafael Bordalo Pinheiro, 74% dos alunos residem na área de influência do agrupamento (283), verificando-se um valor significativo de alunos residentes em outras freguesias do município (45) ou em outros territórios municipais (54). No AE Raúl Proença mantém-se a primazia dos alunos que residem na área de influência do agrupamento (89,5%), sendo de referir que, neste caso, o número de alunos provenientes de outros territórios municipais (222) supera o número de alunos residentes nas restantes freguesias do município (40).

QUADRO 65 | Mobilidade da população escolar no 2º e 3º CEB por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.

Tabela 1 - Proveniência da população escolar no 2.º CEB por agrupamento de escolas no ano lectivo 2017/2018				
Proveniência dos alunos	AE D. João II	AE Rafael Bordalo Pinheiro	AE Raúl Proença	Total
n.º de alunos				
A dos Francos	2	13	5	20
Alvorninha	31	27	13	71
Carvalhal Benfeito	4	38	6	48
Foz do Arelho	6	1	32	39
Landal	0	1	0	1
Nadadouro	16	8	62	86
Salir de Matos	70	8	22	100
Santa Catarina	2	90	4	96
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	485	114	366	965
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	123	20	557	700
UF Tornada e Salir do Porto	80	7	39	126
Vidais	13	1	5	19
total área de influência	771	283	1017	-
total outras freguesias	61	45	94	-
total Caldas da Rainha	832	328	1111	2271
total outros municípios	48	54	120	222
Total	880	382	1231	2493

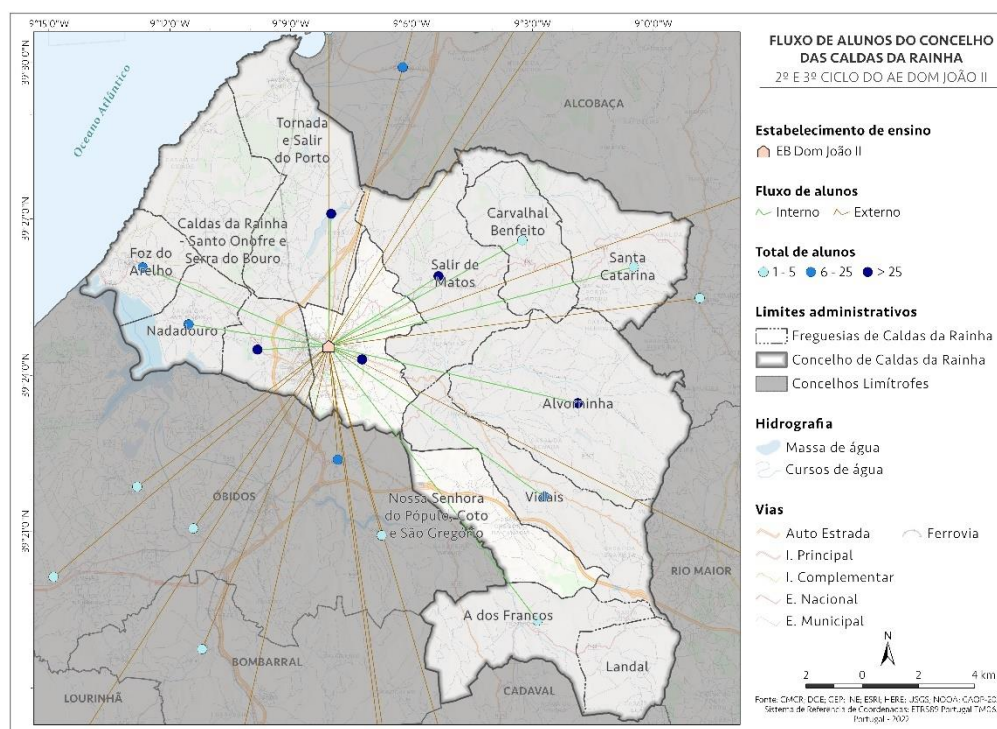


FIGURA 80 | Proveniência dos alunos matriculados no 2º e 3º CEB na Escola Básica D. João II.

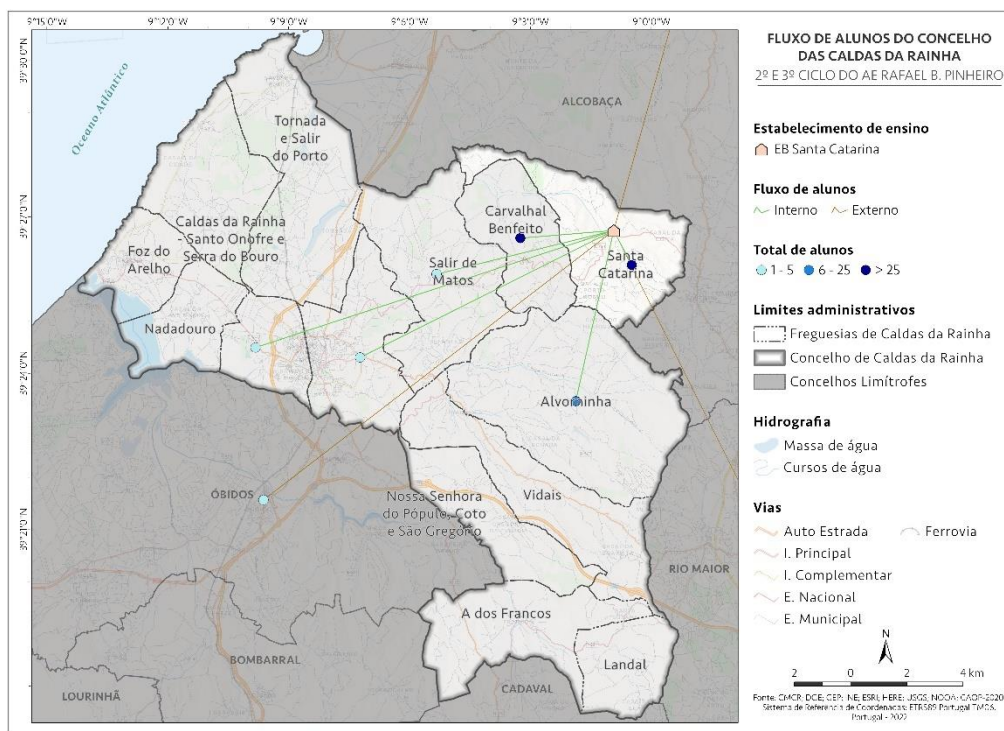


FIGURA 81 | Proveniência dos alunos matriculados no 2º e 3º CEB nas escolas do AE Rafael Bordalo Pinheiro.

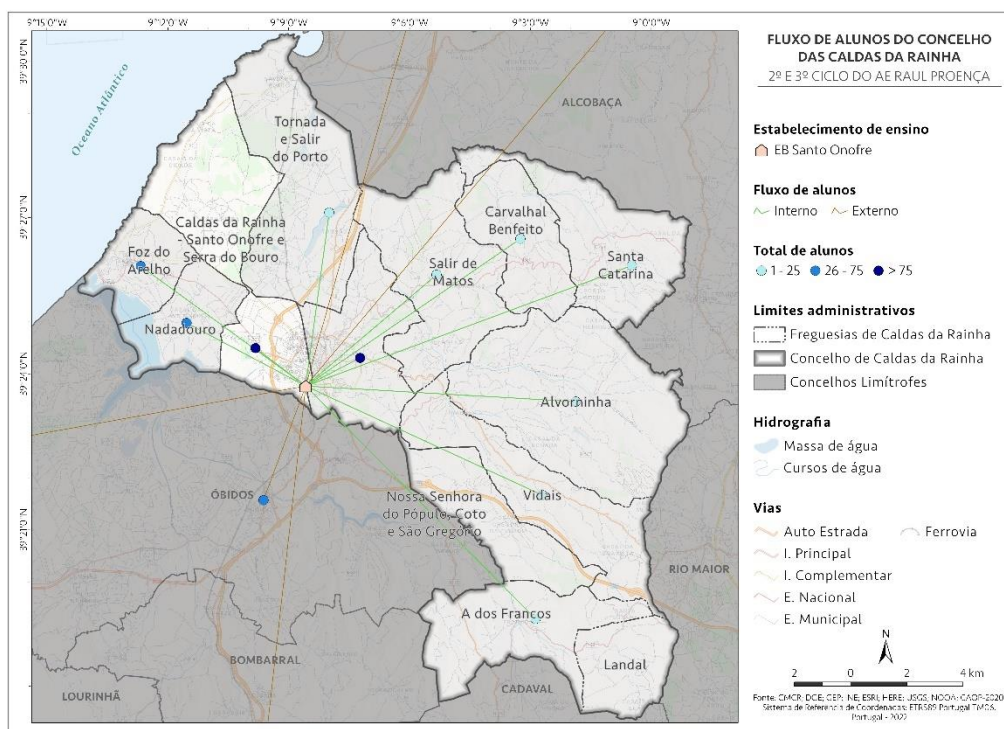


FIGURA 82 | Proveniência dos alunos matriculados no 2º e 3º CEB nas escolas do AE Raúl Proença.

6.2.4. Ensino secundário

Relativamente à mobilidade da população escolar afeta ao ensino secundário é possível observar que em ambos os agrupamentos, e tal como seria expetável, o número de alunos que reside no município das Caldas da Rainha é mais elevado face ao número de alunos provenientes de outros territórios municipais, com 782 alunos no AE Rafael Bordalo Pinheiro e 531 alunos no AE Raúl Proença (Quadro 66 e Figuras 83 e 84). Todavia será de referir que uma análise dos valores percentuais face ao total de alunos matriculados nos respetivos agrupamentos revela que AE Rafael Bordalo Pinheiro o número de alunos proveniente de outros municípios (21,7% - correspondendo a 217 alunos), é mais elevado em relação ao AE Raúl Proença, no qual 20,3% dos alunos residem em municípios vizinhos (135).

QUADRO 66 | Mobilidade da população escolar no ensino secundário por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.

Proveniência dos alunos	AE Rafael Bordalo Pinheiro	AE Raúl Proença	Total
	nº de alunos		
A dos Francos	33	3	36
Alvorninha	52	14	66
Carvalhal Benfeito	26	2	28
Foz do Arelho	10	15	25
Landal	9	3	12
Nadadouro	16	35	51
Salir de Matos	31	12	43
Santa Catarina	57	1	58
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	401	192	593
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	73	215	288
UF Tornada e Salir do Porto	63	30	93
Vidaís	11	9	20
total Caldas da Rainha	782	531	1313
total outros municípios	217	135	352
Total	999	666	1665

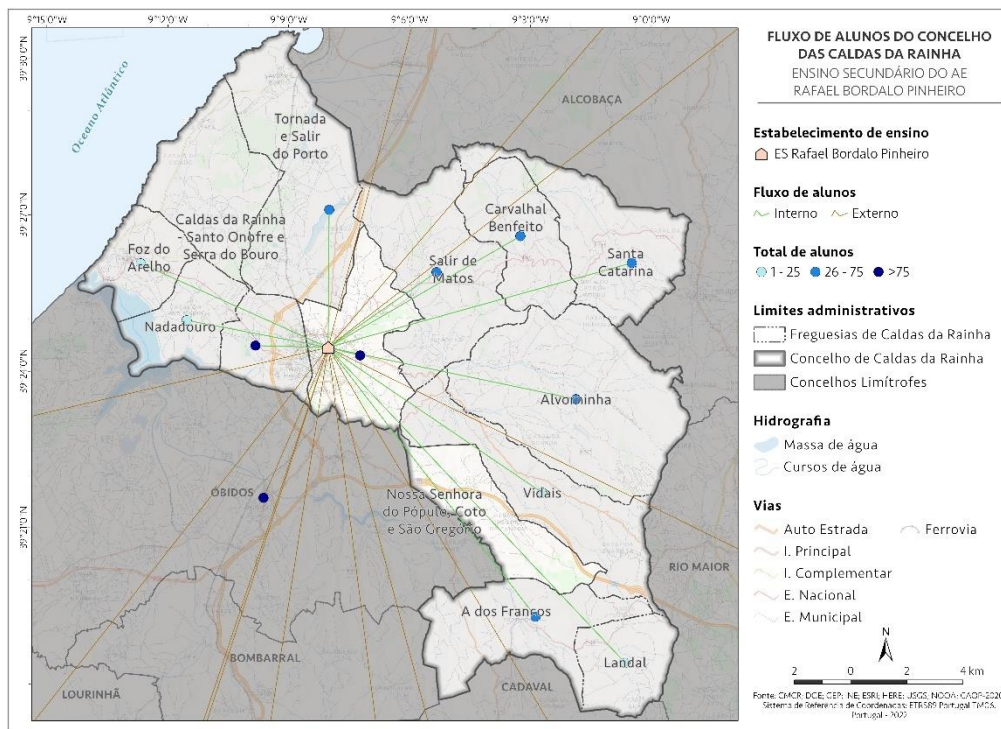


FIGURA 83 | Proveniência dos alunos matriculados no Ensino Secundário na Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro.

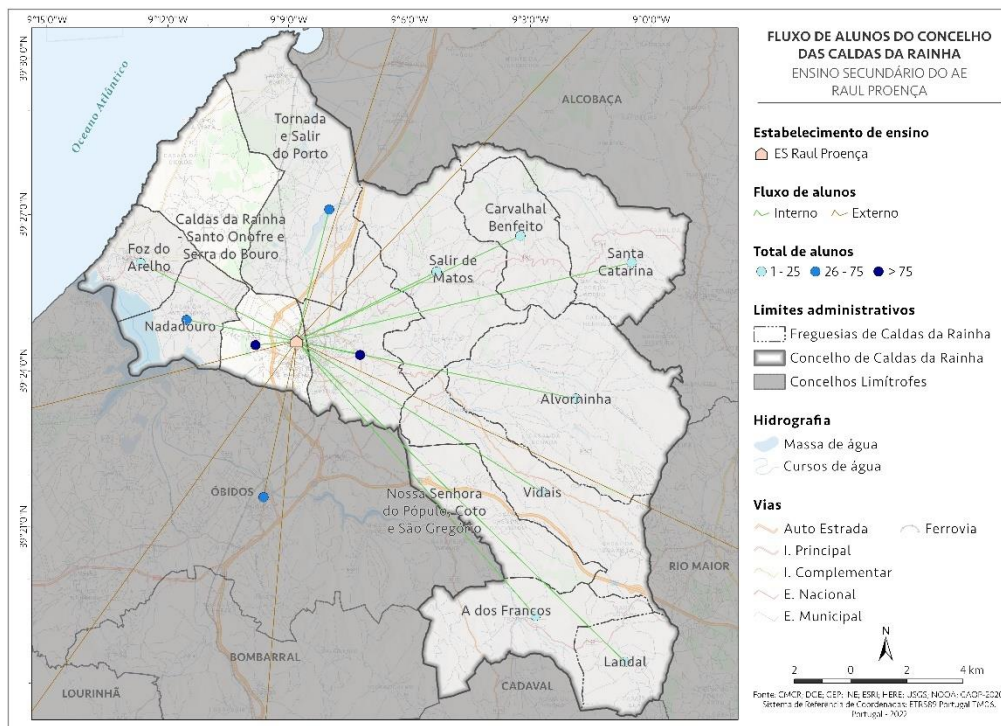


FIGURA 84 | Proveniência dos alunos matriculados no Ensino Secundário na Escola Secundária Raúl Proença.

6.3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

Sendo direcionados para os adultos, existem percursos de formação e qualificação, que, ao longo da vida, permitem obter uma certificação escolar de nível básico (4.º, 6.º ou 9.º ano) ou de nível secundário (12.º ano) e/ou uma certificação profissional. Estas modalidades permitem elevar os níveis de escolaridade e qualificação da população e combater as situações de abandono e insucesso escolar.

As Modalidades em termos de oferta formativa podem ser as seguintes: Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), Formações Modulares (FM), Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), Vias de Conclusão do Nível Secundário de Educação e Cursos de Especialização Tecnológica (CET).

Os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) são um percurso flexível de formação, de duração variável, especificamente dirigido a adultos, e tem como principal objetivo proporcionar aos jovens e adultos um serviço de informação, orientação e encaminhamento para uma oferta formativa com vista à obtenção de uma qualificação escolar e/ou profissional, que lhes permita a obtenção de um nível básico ou do nível secundário de educação (Portaria n.º 86/2022)

No ano letivo de 2021/22 existiam dois estabelecimentos de ensino que ministravam cursos de educação e formação de adultos (EFA), correspondendo a 29 alunos no AE D. João II (3º CEB) e 96 alunos no AE Rafael Bordalo Pinheiro (Ensino Secundário), totalizando 125 alunos inscritos nesta modalidade (Quadro 67). A evolução entre 2017/18 e 2021/22 dá conta de um incremento de 9 alunos, todos a frequentar o AE Rafael Bordalo Pinheiro.

QUADRO 67 | Número de alunos nos cursos EFA por agrupamento de escolas, entre 2017/18 a 2021/22.

Agrupamento	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	variação 2017/18 - 2021/22	
						nº	%
D. João II	29	40	26	25	29	0	0,0
Rafael Bordalo Pinheiro	87	120	74	86	96	9	10,3
Total	116	160	100	111	125	9	7,8

No concelho de Caldas da Rainha existem dois Centros Qualifica - AE Rafael Bordalo Pinheiro e CENCAL - Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica²⁰.

Os Centros Qualifica são estruturas centrais do Sistema Nacional de Qualificações, vocacionados para a informação, o aconselhamento e o encaminhamento para ofertas de educação e formação de adultos, com idade igual ou superior a 18 anos que procurem uma qualificação.

²⁰ Está reconhecido para realizar RVCC profissional e de dupla certificação (escolar e profissional em simultâneo).

O reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) destina-se a adultos com idade igual ou superior a 18 anos, sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho e prioritariamente, sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário, sendo particularmente indicada para adultos com percursos de qualificação incompletos. Os adultos com idade até aos 23 anos, inclusive, devem ser detentores de, pelo menos, três anos de experiência profissional.

No ano letivo de 2021/22 estavam inscritos 462 adultos, 682 estavam em processo de reconhecimento e 20 concluíram a certificação no AE Rafael Bordalo Pinheiro. O maior número de processos estava associado ao nível secundário (452 inscritos, 527 em reconhecimento e 18 certificadas) (Quadro 68). Relativamente à certificação de nível secundário profissional, uma grande maioria diz respeito aos técnicos de proteção civil (56 em reconhecimento e 10 certificadas) e aos técnicos de ação educativa (23 em reconhecimento) (Figura 85).

QUADRO 68 | Número de adultos em RVCC no AE Rafael Bordalo Pinheiro, no ano letivo 2021/22²¹.

RVCC	Nível Básico		Nível Secundário	
	Escolar	Profissional	Escolar	Profissional
Inscritas	7	3	113	339
Reconhecimento	155	0	431	96
Certificadas	2	0	3	15

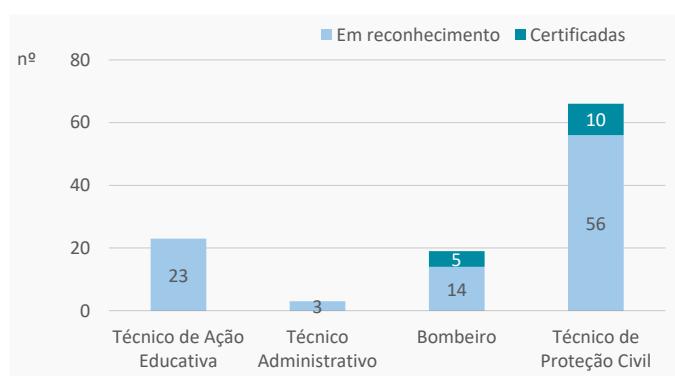


FIGURA 85 | Número de adultos em reconhecimento e certificadas em RVCC no AE Rafael Bordalo Pinheiro.

²¹ Existem dois tipos de RVCC: escolar e profissional. O RVCC Escolar visa a melhoria dos níveis de certificação escolar dos adultos que não possuam o nível básico ou secundário de escolaridade. A certificação obtida através deste sistema é igual à atribuída nas outras vias e permite o prosseguimento de estudos. O RVCC Profissional destina-se aos adultos que não possuem qualificação na sua área profissional e possibilita reconhecer, validar e certificar os conhecimentos e as competências profissionais resultantes da experiência adquirida em diferentes contextos ao longo da vida. A certificação obtida através deste sistema permite não só a valorização pessoal, social e profissional, mas também o prosseguimento para percursos de formação de nível subsequente.

6.4. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR

A realização de projeções da população escolar afigura-se de especial importância, tornando possível a previsão das necessidades associadas ao ensino, nomeadamente, as infraestruturas de apoio, salas de aula e recursos humanos (docentes e não docentes).

A dimensão da procura educativa é determinada por um quadro demográfico marcado pela diminuição dos segmentos populacionais mais jovens. Esta tendência configura o cenário de evolução mais expectável atendendo, desde logo, às projeções demográficas realizadas para o concelho, bem como ao que decorre no panorama nacional.

O planeamento da rede educativa, pensado para o médio e longo prazos, visa a reorganização da rede educativa e procura responder à procura futura da população escolar do concelho de Caldas da Rainha. A oferta deste tipo de equipamentos deve estar alinhada com as necessidades expectáveis da procura, permitindo ajustar as políticas públicas de educação e adequar os investimentos a realizar na rede. Os critérios considerados no redimensionamento da rede escolar compreendem o número, localização e distribuição dos equipamentos, bem como, a capacidade instalada para acolher crianças e jovens.

As projeções foram realizadas para as crianças e jovens em idade de frequência nos diferentes níveis de ensino: 3 a 5 anos na Educação pré-escolar, 6 a 9 anos no 1º CEB, 10 a 11 anos no 2º CEB, 12 a 14 anos no 3º CEB e 15 a 17 anos no ensino secundário, num horizonte temporal variável (de 3 anos no caso do Pré-escolar aos 15 anos no caso do Ensino Secundário). A escala territorial analisada corresponde ao concelho de Caldas da Rainha, analisando-se o comportamento ao nível das diferentes freguesias que o integram.

Para o cálculo destas projeções escolares são considerados apenas os nascimentos ocorridos em cada unidade geográfica, assentando no princípio de que quem nasceu num determinado território vai frequentar, anos mais tarde, o pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário nesse mesmo território.

Neste contexto, parte-se do pressuposto que as crianças nascidas nos anos de 2019, 2018 e 2017 terão no ano letivo 2022/2023, 3, 4 e 5 anos, e por esse motivo, estarão a frequentar o ensino pré-escolar (Quadro 69). De igual forma, as crianças nascidas nos anos de 2016, 2015, 2014 e 2013, terão respetivamente, 6, 7, 8 e 9 anos, e estarão a frequentar o 1º CEB. Já as crianças nascidas entre 2012 e 2011 estarão a frequentar o 2º CEB, as nascidas entre 2010 e 2008 estarão a frequentar o 3º CEB e, por fim, as nascidas entre 2007 e 2005 estarão a frequentar o ensino secundário.

QUADRO 69 | Projeção e variação da população escolar por nível de ensino²².

Níveis de ensino	2022/2023	2027/2028	Variação	
	nº	nº	nº	%
Educação pré-escolar*	1060	1047	-13	-1,2
1º CEB	1484	1397	-87	-5,9
2º CEB	869	734	-135	-15,5
3º CEB	1402	1096	-306	-21,8
Ensino secundário	1529	1333	-196	-12,8
Total	6344	5607	-737	-11,6

Fonte: INE., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

Importa salientar que os valores são apenas os expectáveis, uma vez que para uma análise mais próxima da realidade, há que ter em consideração todo um conjunto de fatores determinantes na manutenção ou não das crianças e jovens no sistema de ensino: taxas de conclusão/transição, taxas de retenção e taxas de abandono escolar. Para além de outros fatores, como a entrada e saída de alunos para outros estabelecimentos de ensino fora da área de residência.

De referir, ainda, que estes valores devem ser equacionados na educação pré-escolar e no 1º CEB com os estabelecimentos de ensino de proximidade – numa relação com a unidade geográfica de freguesia -, enquanto no 2º e 3º CEB estes valores devem ser pensados em função dos territórios educativos do agrupamento de escolas (a análise dos fluxos escolares deve funcionar como validação destes números). No caso do ensino secundário, a análise deve espelhar a visão global do território municipal, uma vez que a frequência reflete outras questões de índole educativa que ultrapassam, largamente, a simples análise territorial.

Tendo em consideração apenas os nascimentos registados no concelho, sublinha-se a evolução global, que tenderá a ser negativa, uma vez que se espera uma diminuição de 737 crianças e jovens em idade de frequência entre 2022/23 e 2027/28 (-11,6%).

Entre os anos letivos 2022/2023 e 2024/2025 prevê-se uma redução de 13 crianças com idade de frequentar o pré-escolar (-1,2%). Para o 1º CEB, prevê-se um decréscimo de 87 crianças (-5,9%) entre os anos letivos de 2022/2023 e 2027/2028, refletindo a diminuição de nascimentos verificados a partir de 2016. Por outro lado, aponta-se para o 2º e 3º CEB uma diminuição de 441 jovens neste período (-19,4%) e -196 jovens em idade de frequência do Ensino Secundário (-12,8%).

Feita esta análise global para o concelho, interessa agora fazer um estudo mais fino ao nível de ensino, descendo à escala da freguesia. Note-se, no entanto, que o intervalo da projeção é diferente para os vários níveis de ensino, aumentando à medida que se avança nos níveis de ensino (2024/2025 na educação pré-escolar, 2027/2028 no 1º CEB, 2031/2032 nos 2º e 3º CEB e 2036/2037 no ensino secundário).

²² Na educação pré-escolar apenas é possível efetuar a projeção até ao ano letivo 2024/2025.

6.4.1. Educação pré-escolar

Com base nos nascimentos registados em período correspondente à frequência é possível efetuar uma estimativa da população escolar potencial para a educação pré-escolar entre os anos letivos 2022/2023 e 2024/2025 (Quadro 70). Os valores deixam antever uma diminuição do número de crianças disponíveis para integrar este nível de educação, estimando-se a passagem das 1060 às 1047 crianças, o que representa um decréscimo de -1,2%.

Em termos absolutos, perspetivam-se maiores decréscimos na UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro (-21 crianças) e na freguesia de A dos Francos (-10 crianças). Cerca de 5 freguesias - Carvalhal Benfeito, Foz do Arelho, Santa Catarina, UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório e UF Tornada e Salir do Porto poderão ter acréscimos no número de crianças com estas idades.

QUADRO 70 | Projeção do número de crianças com idade de frequência da educação pré-escolar (3-5 anos).

Freguesia	2022/2023	2023/2024	2024/2025	Variação 2022/23 - 2024/25	
	nº	nº	nº	nº	%
A dos Francos	31	26	21	-10	-32,3
Alvorninha	47	50	38	-9	-19,1
Carvalhal Benfeito	10	16	17	7	70,0
Foz do Arelho	20	23	27	7	35,0
Landal	18	12	17	-1	-5,6
Nadadouro	38	40	36	-2	-5,3
Salir de Matos	46	43	39	-7	-15,2
Santa Catarina	41	45	48	7	17,1
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	421	442	436	15	3,6
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	293	281	272	-21	-7,2
UF Tornada e Salir do Porto	81	77	83	2	2,5
Vidaís	14	15	13	-1	-7,1
Total	1060	1070	1047	-13	-1,2

Fonte: INE., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

6.42. 1º CEB

No 1º CEB, no período compreendido entre os anos letivos 2022/2023 e 2027/2028 estima-se um decréscimo de 5,9%, com a passagem das 1484 às 1397 crianças em idade de frequência, correspondendo a um decréscimo previsto de 87 alunos. É possível observar que para todas as freguesias a tendência poderá ser de decréscimo, à exceção das freguesias de Nadadouro, Salir de Matos e UF Tornada e Salir do Porto (Quadro 71).

QUADRO 71 | Projeção do número de alunos com idade de frequência do 1º CEB (6 - 9 anos).

Freguesia	2022/2023	2023/2024	2024/2025	2025/2026	2026/2027	2027/2028	Variação 2022/23 - 2027/28	
	nº						nº	%
A dos Francos	43	41	45	40	34	34	-9	-20,9
Alvorninha	68	61	67	65	62	58	-10	-14,7
Carvalhal Benfeito	32	29	25	22	20	20	-12	-37,5
Foz do Arelho	33	30	29	30	30	31	-2	-6,1
Landal	26	28	25	24	21	21	-5	-19,2
Nadadouro	38	38	38	44	53	48	10	26,3
Salir de Matos	53	55	63	66	57	57	4	7,5
Santa Catarina	62	64	58	57	59	62	0	0,0
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	588	575	574	586	573	578	-10	-1,7
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	420	401	388	387	382	364	-56	-13,3
UF Tornada e Salir do Porto	100	104	108	104	107	107	7	7,0
Vidais	21	22	21	23	18	17	-4	-19,0
Total	1484	1448	1441	1448	1416	1397	-87	-5,9

Fonte: INE., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

6.4.3. 2º e 3º CEB

Globalmente, no 2º e 3º CEB estima-se um decréscimo de 528 alunos considerando um horizonte temporal mais longo, entre os anos letivos 2022/2023 e 2031/2032, resultado da passagem dos 2271 aos 1743 alunos, correspondendo a um valor percentual de -23,2% (Quadro 72).

QUADRO 72 | Projeção do número de alunos com idade de frequência do 2º e 3º CEB (10 - 14 anos).

Freguesia	2022/2023	2023/2024	2024/2025	2025/2026	2026/2027	2027/2028	2028/2029	2029/2030	2030/2031	2031/2032	Variação 2022/23 - 2031/32	
	nº										nº	%
A dos Francos	92	82	78	78	61	51	54	55	43	42	-50	-54,3
Alvorninha	99	93	89	87	87	80	81	82	80	70	-29	-29,3
Carvalhal Benfeito	40	39	34	29	36	36	32	28	32	24	-16	-40,0
Foz do Arelho	55	48	45	43	39	40	34	38	40	38	-17	-30,9
Landal	41	34	36	33	33	35	32	30	27	30	-11	-26,8
Nadadouro	73	64	64	51	48	51	50	51	59	61	-12	-16,4
Salir de Matos	109	98	93	80	75	67	73	77	77	71	-38	-34,9
Santa Catarina	99	87	89	86	90	76	78	71	75	76	-23	-23,2
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	814	786	798	754	773	719	717	722	738	709	-105	-12,9
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	655	636	579	558	520	521	493	488	476	465	-190	-29,0
UF Tornada e Salir do Porto	167	156	143	147	147	130	128	135	130	137	-30	-18,0
Vidais	27	24	24	19	25	24	26	28	27	20	-7	-25,9
Total	2271	2147	2072	1965	1934	1830	1798	1805	1804	1743	-528	-23,2

Fonte: INE., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

Efetivamente, a consideração deste horizonte temporal mais longo deixa antever que a tendência de decréscimo tenderá a ser mais expressiva, em virtude da diminuição dos nascimentos verificado fundamentalmente a partir de 2012, e que naturalmente se poderá refletir nesta situação.

6.4.4. Ensino secundário

Por fim, e considerando o período entre os anos letivos de 2022/23 e 2036/37, estima-se que a população em idade de frequentar o ensino secundário passe de 1529 para 1047, correspondendo a um decréscimo de 482 jovens (-31,5%) (Quadro 73).

Todas as freguesias poderão ter decréscimos de alunos com estas idades, sublinhando-se que em alguns casos poderão ultrapassar os 40%.

QUADRO 73 | Projeção do número de alunos com idade de frequência do Ensino Secundário (15 - 17 anos).

Freguesia	2022/2023	2023/2024	2024/2025	2025/2026	2026/2027	2027/2028	2028/2029	2029/2030	2030/2031	2031/2032	2032/2033	2033/2034	2034/2035	2035/2036	2036/2037	Variação 2022/23 - 2036/37	
	nº															nº	%
A dos Francos	33	45	45	48	54	59	54	37	34	33	32	30	31	26	21	-12	-36,4
Alvorninha	64	65	58	62	55	56	56	52	50	49	47	50	47	50	38	-26	-40,6
Carvalhal Benfeito	27	23	28	31	28	20	16	18	20	25	22	19	10	16	17	-10	-37,0
Foz do Arelho	35	37	33	35	32	30	30	21	23	23	25	21	20	23	27	-8	-22,9
Landal	30	35	30	28	20	22	20	21	20	19	21	19	18	12	17	-13	-43,3
Nadadouro	58	58	57	54	41	39	32	35	32	25	26	31	38	40	36	-22	-37,9
Salir de Matos	85	79	61	62	64	71	59	44	33	41	45	52	46	43	39	-46	-54,1
Santa Catarina	88	78	71	59	47	57	52	60	46	50	44	44	41	45	48	-40	-45,5
UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	526	529	473	483	457	511	475	472	423	444	432	438	421	442	436	-90	-17,1
UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	427	405	431	423	416	354	352	325	326	300	296	287	293	281	272	-155	-36,3
UF Tornada e Salir do Porto	132	122	117	97	83	97	96	93	77	74	84	77	81	77	83	-49	-37,1
Vidais	24	21	17	20	18	17	9	11	12	19	17	16	14	15	13	-11	-45,8
Total	1529	1497	1421	1402	1315	1333	1251	1189	1096	1102	1091	1084	1060	1070	1047	-482	-31,5

Fonte: INE., Estatísticas demográficas e cálculos próprios.

Os cenários apresentados, sobretudo para os próximos dez anos, dão indicações de um futuro preocupante em termos de diminuição da população escolar, colocando imensos desafios em matéria de oferta e procura de equipamentos educativos, adequação das redes educativas e necessidades de docentes e não docentes.

Síntese

- O concelho de Caldas da Rainha apresentava no ano letivo de 2021/22 uma população escolar de 8.353 alunos, divididos entre as redes pública (6.571) e privada solidária e lucrativa e solidária (1.782);
- Entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022 ocorreu uma diminuição de 3,5% da população escolar;
- A tendência de decréscimo foi apenas visível na rede privada (-30,7%, com a passagem dos 2.571 aos 1.782 alunos), já que a rede pública teve um acréscimo neste período (de 6.089 para 6.571 alunos);
- No ano letivo de 2021/22 estavam inscritas 1.229 crianças na educação pré-escolar, sendo que 742 frequentavam a rede pública (60,4%) e 487 frequentavam a rede privada (39,6%). Entre 2017/2018 e 2021/2022, observou-se uma diminuição de 4,7% de crianças inscritas;
- No 1º CEB estavam matriculados 1.856 alunos, sendo que 1.616 integravam a rede pública (87,1%) e 240 integravam a rede privada (12,9%). A evolução entre 2017/18 e 2021/22 sublinha uma tendência de decréscimo (-132 alunos, correspondendo a -6,6%). Esta tendência foi partilhada tanto pela rede pública (-102 alunos, correspondendo a -5,9%), como pela rede privada (-30 alunos, correspondendo a -11,1%);
- No 2º e 3º CEB estavam matriculados um total de 2.874 alunos, sendo que 2.493 integravam a rede pública (86,7%) e 381 integravam a rede privada. A evolução entre 2017/18 e 2021/22 sublinha uma tendência de decréscimo (-262 alunos, correspondendo a -8,4%). No caso da rede pública, o decréscimo foi de -4,2%, correspondendo a -109 alunos. Já na rede privada, o decréscimo foi manifestamente superior (-153 alunos, correspondendo a -28,7%).
- No ensino secundário frequentavam 2.394 alunos, distribuídos pela rede pública (1.720 alunos, correspondendo a 71,8%) e pela rede privada (674 alunos, correspondendo a 28,2%). A evolução da população escolar afeta ao ensino secundário do concelho de Caldas da Rainha é marcada por uma certa estabilização entre os anos letivos 2017/2018 e 2021/2021, com a passagem dos 2.396 aos 2.394 alunos. Particularizando, a rede pública registou neste período uma diminuição de 34 alunos, enquanto a rede privada registou um acréscimo de 32 alunos.
- As projeções realizadas, tendo em consideração apenas os nascimentos registados no concelho, evidenciam uma tendência de diminuição no número de alunos entre 2022/23 e 2027/28 (-737, correspondendo a -11,6%).
- Entre os anos letivos 2022/2023 e 2024/2025 prevê-se uma redução de 13 crianças com idade de frequentar o pré-escolar (-1,2%). Para o 1º CEB, prevê-se um decréscimo de 87 crianças (-5,9%) entre os anos letivos de 2022/2023 e 2027/2028, refletindo a diminuição de nascimentos verificados a partir de 2016. Por outro lado, aponta-se para o 2º e 3º CEB uma diminuição de 441 jovens neste período (-19,4%) e -196 jovens em idade de frequência do Ensino Secundário (-12,8%).
- Considerando horizontes temporais mais longos, a tendência de decréscimo no 2º e 3º CEB e no Ensino Secundário poderá ser muito mais expressiva.
- As políticas a definir e as decisões a tomar devem ser perspetivadas tendo em atenção o contexto da análise realizada e as tendências detetadas.

71

educação inclusiva



A educação inclusiva afigura-se uma importante missão dos sistemas educativos mundiais, tornando-se essencial assumir um efetivo compromisso que assegure o direito de cada aluno a respostas que vão ao encontro das suas características, no âmbito de um projeto educativo comum e plural, garantindo a participação e o sentido de pertença em plenas condições de equidade e, por conseguinte, o fomento de maiores níveis de coesão social.

O Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho desperta para uma mudança de paradigma em termos de princípios e valores de uma educação inclusiva, possibilitando maior abrangência de respostas educativas para todos os alunos, por intermédio do desenho universal para a aprendizagem e da abordagem multinível de acesso ao currículo. A escola deverá, assim, reconhecer e valorizar a diversidade das suas crianças e jovens, explorando novas formas de atuar, adequando o processo de ensino-aprendizagem às características dos alunos e mobilizando os meios necessários para que todos aprendam e participem nas dinâmicas da comunidade educativa.

Neste novo paradigma procura-se garantir, sobretudo, que o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* seja atingido por todos, ainda que mediante trajetórias distintas, facilitadoras da pretendida igualdade de sucesso educativo. Tendo por base uma abordagem holística, integrada e contínua do percurso escolar de cada aluno, assente numa educação de qualidade ao longo da escolaridade obrigatória, redefinem-se as responsabilidades das equipas multidisciplinares na orientação do processo de identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, no acompanhamento e na monitorização da eficácia da aplicação dessas mesmas medidas, apelando à cooperação de todos os agentes envolvidos.

O modelo multinível preconizado pelo Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho encontra-se organizado em três níveis de intervenção, de acordo com as necessidades manifestadas pelos alunos: medidas universais; medidas seletivas; e medidas adicionais. As medidas universais dirigem-se a todos os alunos em contexto turma, sendo cumulativas com as medidas seletivas ou adicionais. Por esta razão, cumpre-nos clarificar que, no presente documento, estas medidas não serão objeto de análise, pois, em concordância com os princípios preconizados pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, este nível de medidas orienta-se, de modo generalizado, à totalidade dos alunos, não dependendo da identificação de necessidades específicas de intervenção. De ressaltar que o número de alunos nas análises que se seguem poderá ultrapassar o número total de alunos referenciados no presente diagnóstico, de acordo com os dados remetidos pelos estabelecimentos, uma vez que a cada aluno poderão ser aplicadas distintas medidas em simultâneo. Neste capítulo procuraremos, assim, caracterizar os alunos do município das Caldas da Rainha no âmbito da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão e respetivas dinâmicas que os envolvem, mediante a sistematização de alguns dos indicadores mais relevantes inerentes à educação inclusiva do território.

7.1. REDE PÚBLICA

7.1.1. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

Numa análise às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão aplicadas aos alunos da rede educativa pública das Caldas da Rainha, constata-se, como seria expectável, que as medidas com maior número de alunos dizem respeito às seletivas, enquanto medidas direcionadas a alunos em situação de risco acrescido de insucesso escolar, cujas necessidades de suporte à aprendizagem não foram supridas pela aplicação de medidas universais. Neste nível de medidas é possível observar uma distribuição aproximada entre os três Agrupamentos de Escolas (AE), nomeadamente, 123 alunos do AE D. João II, 121 do AE Rafael Bordalo Pinheiro e 118 alunos do AE Raul Proença, o que perfaz um total de 362 alunos (Quadro 74).

O número de alunos abrangido pelas medidas adicionais apresenta valores tendencialmente mais baixos, verificando-se, uma vez mais, valores análogos entre os AE em análise. Embora menos expressivo, o número total de alunos (63) não deixa de ser crítico, dado tratar-se de uma medida de carácter mais frequente e intensivo, orientada para a supressão de dificuldades acentuadas ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem e que, naturalmente, exigem outro tipo de acompanhamento e recursos.

Quadro 74 | Distribuição dos alunos pelas Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (rede pública).

Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão	Nº alunos			Total
	AE Rafael Bordalo Pinheiro	AE D. João II	AE Raul Proença	
Medidas Seletivas	121	123	118	362
Medidas Adicionais	20	19	24	63

No que concerne às medidas de carácter seletivo, observa-se, numa visão global, que as adaptações ao processo de avaliação (349 alunos), o apoio psicopedagógico (305 alunos), a antecipação e reforço das aprendizagens (253 alunos) e as adaptações curriculares não significativas (211 alunos) constituem as medidas mais relevantes, integrando o maior número de alunos dos distintos Agrupamentos de Escolas. Para além de valores de menor significância ao nível da frequência do apoio tutorial (22 alunos), constata-se, ainda, a inexistência de alunos abrangidos pela via dos percursos curriculares diferenciados (Quadro 75).

Quadro 75 | Medidas seletivas (rede pública).

Medidas Seletivas	Nº alunos			Total
	AE Rafael Bordalo Pinheiro	AE D. João II	AE Raul Proença	
Percursos curriculares diferenciados	-	-	-	0
Adaptações curriculares não significativas	70	81	60	211
Apoio psicopedagógico	82	123	100	305
Antecipação e reforço das aprendizagens	90	67	96	253
Apoio tutorial	8	9	5	22
Adaptações ao processo de avaliação	121	110	118	349

Relativamente às medidas adicionais, a parcela mais expressiva de alunos conflui para as adaptações ao processo de avaliação (57 alunos), o desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social (56 alunos) e as adaptações curriculares significativas (43 alunos). Ainda que menos expressivos, destacam-se também o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e o Plano Individual de Transição (PIT), com 25 e 14 alunos, respetivamente. Apenas um aluno, do AE Rafael Bordalo Pinheiro, se encontra a frequentar o ano de escolaridade por disciplinas (Quadro 76).

Quadro 76 | Medidas adicionais (rede pública).

Medidas Adicionais	Nº alunos			Total
	AE Rafael Bordalo Pinheiro	AE D. João II	AE Raul Proença	
Frequência do ano de escolaridade por disciplinas	1	-	-	1
Adaptações curriculares significativas	19	13	11	43
Plano Individual de Transição	6	4	4	14
Desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado	-	8	17	25
Desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social	18	17	21	56
Adaptações ao processo de avaliação	20	13	24	57

7.1.2. Recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem

Os estabelecimentos de ensino, nas responsabilidades que vêm assumindo, devem mobilizar um conjunto de recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, designadamente, recursos organizacionais específicos e outros existentes na comunidade, no sentido de potenciar respostas ajustadas às idiossincrasias dos contextos e às necessidades dos alunos ao longo do seu percurso escolar.

Na rede pública das Caldas da Rainha é notória a preponderância da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI), ao abranger um total de 417 alunos²³ distribuídos pelos

²³ Note-se que a expressão de alguns valores apresentados, por vezes superiores à referência dos alunos abrangidos pelas medidas seletivas e adicionais, anuncia a integração de alunos abrangidos pelas medidas universais, cuja aplicação varia de acordo com as necessidades emergentes ao longo do processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

três Agrupamentos de Escolas (Quadro 77). Na verdade, estamos perante um recurso de extrema importância, na medida em que esta equipa, de composição diversificada, suporta a sua intervenção numa visão alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo. De seguida, o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA), enquanto estrutura agregadora dos recursos humanos e materiais, saberes e competências da escola, revela igualmente uma grande expressão ao integrar 320 alunos. Números mais reduzidos, mas ainda assim significativos, encontram-se no Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) e nas Escolas de referência para a intervenção precoce na infância, com 131 e 105 alunos, respetivamente. O Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial engloba 17 alunos. Apenas 8 alunos se encontram integrados numa Escola de Referência para a educação bilingue (AE Rafael Bordalo Pinheiro) e um aluno numa Escola de Referência no domínio da visão (AE Raul Proença).

Quadro 77 | Distribuição dos alunos pelos recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e inclusão (rede pública).

Recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e inclusão	Nº alunos			Total
	AE Rafael Bordalo Pinheiro	AE D. João II	AE Raul Proença	
Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva	156	123	138	417
Centro de apoio à aprendizagem	156	123	41	320
Escolas de referência no domínio da visão	-	-	1	1
Escolas de referência para a educação bilingue	8	-	-	8
Escolas de referência para a intervenção precoce na infância	-	105	-	105
Centro de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial	2	10	5	17
CRI (Centro de Recursos para a Inclusão)	35	45	51	131

7.1.3. Mobilização de planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão

No sentido de uma resposta adequada às necessidades e desafios emergentes está previsto um conjunto de planos e instrumentos com vista à melhoria do processo de aprendizagem, como são exemplo o Relatório Técnico-Pedagógico (RTP), o Programa Educativo Individual (PEI), Plano de Saúde Individual (PSI) e o Plano Individual de Transição (PIT). Entre estes instrumentos, aquele que abrange um maior número de alunos diz respeito ao RTP, um documento orientador que sustenta a tomada de decisões em relação à aplicação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Assim, numa distribuição análoga encontram-se 362 alunos. Segue-se o PEI (44 alunos), enquanto documento essencial à operacionalização das adaptações curriculares significativas, e o PIT (14 alunos), um instrumento dinâmico que complementa o PEI três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória, numa lógica de preparação da vida pós-escolar dos alunos que frequentam a escolaridade com adaptações curriculares significativas. O PSI aplica-se a apenas dois alunos, ambos inseridos no AE D. João II (Quadro 78).

Quadro 78 | Alunos integrados nos planos e programas de apoio ao processo de aprendizagem (rede pública).

Planos de Apoio ao Processo de Aprendizagem	Nº alunos			Total
	AE Rafael Bordalo Pinheiro	AE D. João II	AE Raul Proença	
Relatório Técnico-Pedagógico (RTP)	121	123	118	362
Programa Educativo Individual (PEI)	20	13	11	44
Plano de Saúde Individual (PSI)	-	2	-	2
Plano Individual de Transição (PIT)	6	4	4	14

7.2. REDE SOLIDÁRIA E PARTICULAR

7.2.1. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

À semelhança do observado na rede pública, embora com valores menos expressivos, dada a natureza e dimensão da rede, as medidas seletivas são as mais representativas, alcançando, entre os distintos estabelecimentos particulares e solidários²⁴, um total de 103 alunos. De igual forma, é notória a tendência de decréscimo ao nível das medidas adicionais, as quais abrangem apenas 12 alunos (Quadro 79).

Quadro 79 | Distribuição dos alunos pelas Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (rede solidária e particular).

Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão	Nº alunos					Total
	Colégio Rainha D. Leonor	Colégio Frei Cristóvão	Conservatório das Caldas da Rainha - Lugar da Música	Escola Técnica Empresarial do Oeste	Infancoop - Creche e Pré-escolar "Girassol"	
Medidas Seletivas	42	34	4	20	3	103
Medidas Adicionais	10	1	-	1	-	12

No que se refere ao caso específico das medidas seletivas, constata-se que o apoio psicopedagógico e as adaptações ao processo de avaliação constituem as vias com valores mais elevados de aplicabilidade, integrando 78 e 73 alunos, respetivamente. Posteriormente, evidencia-se a antecipação e reforço das aprendizagens (29 alunos), as adaptações curriculares não significativas (29 alunos) e o apoio tutorial (19 alunos). Uma vez mais, tal como verificado na rede pública, não existem alunos integrados na medida dos percursos curriculares diferenciados (Quadro 80).

²⁴ Os seguintes equipamentos não referenciaram qualquer aluno abrangido pelas medidas seletivas e adicionais: Koalas, Colégio "O Brinquinho", Nuclisol Jean Piaget, Jardim de Infância do Centro Social Paroquial de Santa Catarina, Jardim de Infância Dr. Leonel Sotto Mayor (Santa Casa da Misericórdia), Associação Social e Cultural Paradense e Colégio o Picapau Amarelo.

Quadro 80 | Medidas seletivas (rede solidária e particular).

Medidas Seletivas	Nº alunos					Total
	Colégio Rainha D. Leonor	Colégio Frei Cristóvão	Conservatório das Caldas da Rainha - Lugar da Música	Escola Técnica Empresarial do Oeste	Infancoop - Creche e Pré-escolar "Girassol"	
Percursos curriculares diferenciados	-	-	-	-	-	0
Adaptações curriculares não significativas	1	21	-	-	3	25
Apoio psicopedagógico	42	27	-	7	2	78
Antecipação e reforço das aprendizagens	4	21	4	-	-	29
Apoio tutorial	-	1	4	14	-	19
Adaptações ao processo de avaliação	42	28	-	-	3	73

Relativamente às medidas adicionais, em virtude das suas especificidades, regista-se um significativo decréscimo de alunos compreendidos, refletindo-se, naturalmente, na diminuição do número dos próprios equipamentos (apenas 3 equipamentos). As adaptações curriculares significativas e as adaptações ao processo de avaliação apresentam-se como as mais significativas, com 12 e 11 alunos, respetivamente (Quadro 81). Números menos expressivos encontram-se no Plano Individual de Transição (7 alunos) e no desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social (5 alunos), ambos concentrados no Colégio Rainha D. Leonor. Note-se, ainda, a inexistência de alunos integrados nas respostas de frequência do ano de escolaridade por disciplinas e de desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado.

Quadro 81 | Medidas adicionais (rede solidária e particular).

Medidas Adicionais	Nº alunos			Total
	Colégio Rainha D. Leonor	Colégio Frei Cristóvão	Escola Técnica Empresarial do Oeste	
Frequência do ano de escolaridade por disciplinas	-	-	-	0
Adaptações curriculares significativas	10	1	1	12
Plano Individual de Transição	7	-	-	7
Desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado	-	-	-	0
Desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social	5	-	-	5
Adaptações ao processo de avaliação	10	1	-	11

7.2.2. Recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem

Do conjunto diversificado de recursos organizacionais de apoio à aprendizagem disponíveis, apenas três se adequam à realidade da rede privada e solidária das Caldas da Rainha. A EMAEI ressalta como a medida mais preponderante, ao abarcar um total de 90 alunos, distribuídos por 3 equipamentos distintos (Quadro 82). Seguidamente, destaca-se também o CAA com 70 alunos, distribuídos por 4 equipamentos. A escola de referência para a intervenção precoce na infância

constitui um recurso ao serviço de apenas um equipamento, designadamente, o JI Dr. Manuel Sotto Mayor, com 3 alunos referenciados.

Quadro 82 | Distribuição dos alunos pelos recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e inclusão (rede solidária e particular).

Recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e inclusão	Nº alunos					Total
	Colégio Rainha D. Leonor	Colégio Frei Cristóvão	Conservatório das Caldas da Rainha - Lugar da Música	Escola Técnica Empresarial do Oeste	JI Dr. Leonel Sotto Mayor	
Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva	42	27	-	21	-	90
Centro de apoio à aprendizagem	42	3	4	21	-	70
Escolas de referência no domínio da visão	-	-	-	-	-	0
Escolas de referência para a educação bilingue	-	-	-	-	-	0
Escolas de referência para a intervenção precoce na infância	-	-	-	-	3	3
Centro de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial	-	-	-	-	-	0
CRI (Centro de Recursos para a Inclusão)	-	-	-	-	-	0

7.2.3. Mobilização de planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão

Considerando o conjunto de instrumentos, planos e programas de apoio ao processo de aprendizagem existentes, uma vez mais, à semelhança do observado na rede pública concelhia, o RTP representa o instrumento com maior alcance, sendo aplicado a 113 alunos, distribuídos por 6 equipamentos (Quadro 83). Valores com menor representatividade são perçíveis ao nível do PEI (15 alunos) e do PIT (8 alunos).

Quadro 83 | Alunos integrados nos planos e programas de apoio ao processo de aprendizagem (rede solidária e particular).

Planos de Apoio ao Processo de Aprendizagem	Nº alunos							Total
	Colégio Rainha D. Leonor	Colégio Frei Cristóvão	Conservatório das Caldas da Rainha - Lugar da Música	Escola Técnica Empresarial do Oeste	JI Dr. Leonel Sotto Mayor	Infancoop - Creche e Pré-escolar "Girassol"	Koalas	
Relatório Técnico-Pedagógico (RTP)	47	35	4	21	-	5	1	113
Programa Educativo Individual (PEI)	10	1	-	1	3	-	-	15
Plano de Saúde Individual (PSI)	-	-	-	-	-	-	-	0
Plano Individual de Transição (PIT)	7	-	-	1	-	-	-	8

Apesar do caminho trilhado ao longo dos últimos anos, nos domínios da investigação e legislação, em torno da inclusão, persistem, ainda, obstáculos preocupantes que carecem de uma atenção e reflexão diferenciada. Neste sentido, afigura-se essencial que os decisores com

responsabilidade educativa a nível macro, meso e micro mantenham o questionamento em torno das possíveis vias facilitadoras de uma real transformação das práticas educativas, percecionado a diversidade não como uma barreira, mas sim, como uma efetiva oportunidade para proporcionar aprendizagens significativas e o desenvolvimento pleno dos alunos. Importante será dizer que a estabilização dos princípios da educação inclusiva requer um empenho continuado e conjunto entre todos os agentes educativos – professores, alunos, pais e encarregados de educação, instituições locais e restante comunidade educativa, rumo a uma verdadeira mudança de paradigma.

Síntese

Rede Pública:

- Foram identificados 362 alunos a beneficiar de medidas seletivas, nomeadamente: adaptações ao processo de avaliação (349 alunos), apoio psicopedagógico (305 alunos), antecipação e reforço das aprendizagens (253 alunos), adaptações curriculares não significativas (211 alunos) e frequência do apoio tutorial (22 alunos);
- 63 alunos encontram-se abrangidos pelas medidas adicionais, tais como: adaptações ao processo de avaliação (57 alunos), desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social (56 alunos), adaptações curriculares significativas (43 alunos), desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado (25 alunos) e PIT (14 alunos);
- Em termos de recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem verifica-se que: 417 alunos beneficiam do apoio da EMAEI, 320 alunos encontram-se integrados no CAA, 131 alunos são apoiados pelo CRI, 105 alunos estão inseridos em Escolas de referência para a intervenção precoce na infância, 17 alunos frequentam o CRTIC, 8 alunos encontram-se integrados numa Escola de Referência para a Educação Bilingue e apenas um aluno frequenta uma Escola de Referência no Domínio da Visão;
- No que diz respeito aos planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão constata-se que: 362 alunos dispõem de RTP, 44 alunos beneficiam do PEI, 14 alunos desenvolvem um PIT e apenas 2 alunos se encontram abrangidos pelo PSI;

Rede Privada e Solidária:

- Existem 103 alunos integrados nas medidas seletivas, designadamente: apoio psicopedagógico (78 alunos), adaptações ao processo de avaliação (73 alunos), antecipação e reforço das aprendizagens (29 alunos), adaptações curriculares não significativas (29 alunos) e apoio tutorial (19 alunos);
- Constatou-se que 12 alunos se encontram abrangidos pelas medidas adicionais, a saber: adaptações curriculares significativas (12 alunos), adaptações ao processo de avaliação (11 alunos), PIT (7 alunos) e desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social (5 alunos);
- No que concerne aos recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem observa-se que a EMAEI constitui a medida mais significativa (90 alunos), destacando-se também o CAA (70 alunos). A escola de referência para a intervenção precoce na infância é frequentada por apenas 3 alunos;
- Por fim, no âmbito dos planos e programas de apoio à aprendizagem e à inclusão constata-se que 113 alunos se encontram abrangidos pelo RTP, 15 alunos desenvolvem PEI e 8 alunos apresentam um PIT.

8| sucesso educativo



Amplamente reconhecida como um pilar crucial na vida dos cidadãos, a escola representa um espaço social de máximo significado, não só pelos conteúdos de caráter formal transmitidos, mas também pelo nível mais tácito de aprendizagens que proporciona aos alunos (competências pessoais/transversais), sendo a conjugação de ambas as dimensões, determinante para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, adolescentes e jovens e, consequentemente, para a construção de processos de transição bem-sucedidos entre a escola e a vida adulta.

Ainda que, nas últimas décadas, Portugal tenha vindo a apresentar significativas melhorias na qualificação do capital humano, como resultado do alargamento da escolaridade obrigatória e da democratização do acesso ao ensino superior, a verdade é que se mantém um considerável atraso educativo, sobretudo, quando comparado com outras realidades europeias. Do ponto de vista da coesão social, considerando a persistência de baixos níveis de qualificação da população e uma elevada taxa de insucesso escolar, tal conjuntura revela-se verdadeiramente preocupante.

Indubitavelmente, o sucesso escolar dos alunos constitui uma das variáveis socioeducacionais mais estudadas no campo da educação, revestindo-se de grande complexidade social e política, não só por se associar a componentes alusivas às políticas sociais de um determinado país e, mais especificamente, às políticas de âmbito educativo, mas também por abarcar um vasto conjunto de quadros estruturantes, como as características socioculturais das famílias, a esfera institucional escolar, a direção, os professores e os alunos, os currículos, os recursos, o clima, as opções pedagógicas e, ainda, as características, atitudes e comportamentos dos alunos, a nível individual e coletivo (Lamb, Markussen, Teese, Sandberg & Polesel, 2011).

A análise do sucesso e do insucesso escolar ganha uma dimensão de grande relevo quando é integrada na componente territorial. A perceção da estrutura socioeconómica em que assenta a organização educativa e os espaços quotidianos dos alunos podem contribuir para o estabelecimento de relações entre os percursos escolares e o capital cultural. Assim, neste trabalho, serão analisados alguns dos principais indicadores do sucesso escolar, enquanto base para o conhecimento e reflexão em torno da conceção de futuras linhas de ação, nomeadamente, taxas de retenção e de desistência, taxas de abandono escolar, taxas de abandono escolar precoce, taxas de escolarização e resultados escolares (avaliação interna e externa).

Considerando a magnitude e importância da missão da escola, torna-se essencial consolidar mecanismos e ações estratégicas (a partir do conhecimento da realidade) que garantam a estabilização de percursos escolares que envolvam todas as crianças, adolescentes e jovens, em ofertas de educação formal, assegurando a aquisição das aprendizagens previstas em cada ciclo de escolaridade e as experiências educativas essenciais à construção do perfil de saída desejado²⁵, aos níveis nacional e local, bem como à elaboração e implementação dos seus

²⁵ Conforme o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho: documento de referência para a organização de todo o sistema educativo que contribui para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular (definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos a utilizar na prática letiva).

projetos educativos, de formação e de vida, em resultado de opções bem informadas e da maximização dos talentos individuais e das oportunidades disponíveis e a construir.

Efetivamente, a promoção do sucesso educativo e o combate ao insucesso escolar têm sido traçados como objetivos basilares nos programas europeus e nacionais de desenvolvimento territorial, corporizando um trilha de complexos desafios, particularmente, através da cooperação e envolvimento de todos os atores sociais com impacto na comunidade educativa, em especial, nas estruturas e entidades locais, na confluência de iniciativas promotoras de boas práticas e de responsabilização na promoção do sucesso escolar.

8.1. ESCOLARIZAÇÃO, RETENÇÃO E DESISTÊNCIA

No sentido de perceber as dinâmicas relacionadas com as mobilidades e abandono escolar analisam-se as taxas brutas de escolarização, isto é, a relação entre os alunos matriculados e os alunos em idade de frequentar um dado nível de ensino e ainda as taxas de retenção e desistência.

A taxa bruta de pré-escolarização era de 100,6% nas Caldas da Rainha no ano letivo de 2020/2021, demonstrando que um número significativo de crianças entre os 3 e os 5 anos estariam a frequentar a Educação pré-escolar nas Caldas da Rainha (Quadro 84).

A taxa bruta de escolarização do ensino básico, ou seja, a relação entre o número de alunos matriculados no 1º, 2º e 3º CEB e a população residente em idade de frequentar esses níveis de ensino era de 116% no concelho de Caldas da Rainha. Os valores superiores a 100% podem ser explicados pela entrada de alunos para frequentar nos estabelecimentos de ensino deste território. De igual modo, observa-se uma taxa de escolarização do ensino secundário de 153,8% no concelho, o que também se relaciona com a elevada atratividade deste território, na captação de alunos de outros concelhos.

No que diz respeito à taxa de retenção e desistência no ensino básico, isto é, a percentagem de alunos matriculados no 1º, 2º e 3º CEB que reprovaram ou desistiram, no concelho de Caldas da Rainha, era de 3,6%, sendo esta superior à média nacional (3,1%), e da região Centro (2,5%). De salientar, ainda, que o nível de ensino com taxa de retenção ou desistência mais elevada é o 3ºCEB com 5,1%, com valores claramente superiores às unidades territoriais de referência.

Por último, a taxa de retenção e desistência no ensino secundário era de 9,7%, sendo superior à média nacional (8,3%) e à média da região Centro (7,2%). Apenas está ligeiramente abaixo dos valores para o Oeste (10%).

Contrariando a tendência a nível nacional, observa-se, nas Caldas da Rainha, uma taxa de retenção e desistência superior nos cursos científico-humanísticos (11,8%), comparativamente aos cursos tecnológicos/profissionais (7,1%).

QUADRO 84 | Taxas de escolarização, de retenção, desistência, no ano letivo 2020-2021.

Indicador		Portugal	Região Centro	Oeste	Caldas da Rainha
Taxa bruta de pré-escolarização (%)		95,2	101,5	99,1	100,6
Taxa bruta de escolarização (%)	Ensino básico	107,8	108,4	107,9	116,0
	Ensino secundário	123,4	123,9	111,6	153,8
Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)	Total	3,1	2,5	3,6	3,6
	1º CEB	2,1	1,8	2,7	2,7
	2º CEB	3,3	2,4	3,2	2,4
	3º CEB	4,3	3,4	4,8	5,1
Taxa de retenção e desistência no ensino secundário (%)	Total	8,3	7,2	10,0	9,7
	Cursos gerais/científico-humanísticos	8,0	6,9	9,8	11,8
	Cursos tecnológicos/profissionais	8,8	7,6	10,2	7,1

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Numa análise à evolução da taxa bruta de pré-escolarização²⁶ nas Caldas da Rainha, observa-se uma tendência de aumento entre os anos em análise, registando-se o valor mais elevado em 2019/20 (106,2%), diminuindo no ano letivo seguinte, para 100,6%. Por outro lado, a taxa real de pré-escolarização, ou seja, a proporção entre o número de crianças inscritas, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente nesse mesmo grupo etário (3-5 anos), tem sido sempre inferior a 100%, o que mostra que algumas crianças residentes nas Caldas da Rainha frequentam estabelecimentos noutros concelhos (Quadro 85).

QUADRO 85 | Taxas de retenção e desistência e taxas de escolarização entre os anos letivos de 2011/2012 e 2021/2022.

Indicador	Ano letivo									
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Escolarização										
Taxa bruta de pré-escolarização	96,6	98,7	96,9	96,5	98,7	98,5	98,5	105,5	106,2	100,6
Taxa real de pré-escolarização	93,1	93,2	92,6	93,1	95,0	92,1	93,2	97,5	98,6	94,9
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico	130,5	125,0	120,9	121,7	120,3	118,2	116,4	114,7	115,2	116,0
Taxa bruta de escolarização - Ensino secundário	152,6	143,6	141,3	155,2	148,9	161,4	171,3	182,9	163,4	153,8
Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência										
Ensino básico	10,9	13,2	11,0	8,3	7,6	6,2	5,8	3,7	2,8	3,6
1º CEB	4,3	5,2	4,6	4,2	4,8	3,7	3,9	2,9	2,4	2,7
2º CEB	11,3	14,0	11,0	7,1	6,1	4,3	5,4	3,0	1,7	2,4
3º CEB	18,1	21,0	17,3	13,4	11,3	9,7	8,0	5,0	3,9	5,1
Ensino secundário	19,6	21,2	20,9	17,7	14,0	12,9	14,5	13,0	9,8	9,7

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

²⁶ Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo (Alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade / População residente em idade normal de frequência desse ciclo) * 100.

Relativamente ao ensino básico, é notória a tendência para o decréscimo nestes valores ao longo dos anos, registando uma diminuição de -14,5pp. Ainda assim, em todos os anos, torna-se notória a frequência de crianças que residem noutros territórios.

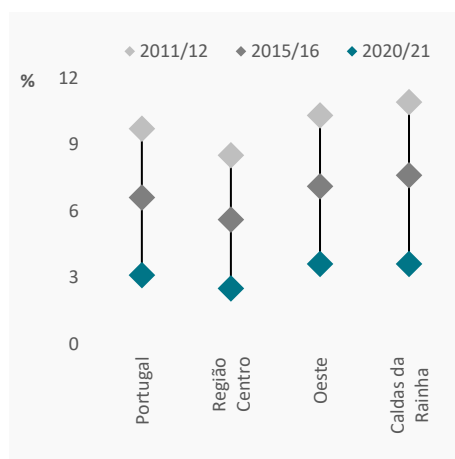
No que diz respeito ao nível do ensino secundário a tendência de acréscimo foi visível até 2018/19 (182,9%), assistindo-se a um decréscimo para 153,8% em 2020/21. Os valores superiores a 100% indicam a presença de alunos com idades diferentes das habituais para frequentar cada ciclo de ensino, o que poderá associar-se a situações de repetência, mas também situações de procura dos estabelecimentos educativos nas Caldas da Rainha por parte de crianças e jovens residentes noutros concelhos.

No que concerne à evolução da taxa de retenção e desistência²⁷ no ensino básico, é evidente a tendência para o decréscimo (passagem de 10,9% em 2011/2012 para 3,6% em 2020/2021), o que revela ser bastante favorável para os alunos, pois significa que é cada vez menor a percentagem de alunos, neste nível de ensino, que fica retido ou abandona as atividades letivas. É importante referir, que o 2º CEB apresenta uma taxa de retenção e desistência de 2,4%. Já o 1º CEB e 3º CEB apresentam valores mais elevados, 2,7% e 5,1%, respetivamente.

No que diz respeito ao ensino secundário, de um modo geral, a taxa de retenção e desistência diminuiu desde 2011/2012 até 2020/2021 (-9,9 pp). No entanto, é notório, ao longo dos anos em análise, algumas oscilações, nomeadamente um ligeiro acréscimo até ao ano de 2012/2013 (com a passagem de 19,6% para 21,2%), seguidamente de um decréscimo contínuo desde 2013/2014 até à atualidade.

Por último, numa análise mais comparativa, é notório que o município das Caldas da Rainha apresenta valores da taxa de retenção e desistência no ensino básico (3,6%) mais elevados do que a média nacional (3,1%) em 2020/21 (Figura 86). O mesmo acontece na taxa de retenção e desistência no ensino secundário, pois Caldas da Rainha (9,7%) apresenta uma percentagem superior à média nacional (8,3%) (Figura 87).

²⁷ Entende-se por retenção a situação que ocorre em consequência do aproveitamento sem êxito do aluno pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra. Quanto ao conceito de desistência, este refere-se à situação que ocorre em consequência do abandono temporário de aluno ou formando da frequência das atividades letivas de um curso, de um período de formação ou de uma ou mais disciplinas no decurso de um ano letivo e inclui abandono, a anulação da matrícula e a exclusão por excesso de faltas (DGEEC, 2017). A taxa de retenção e desistência corresponde à relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte, e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo. Fórmula de cálculo: (Alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade x+1/ Alunos matriculados no ano x)*100.



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

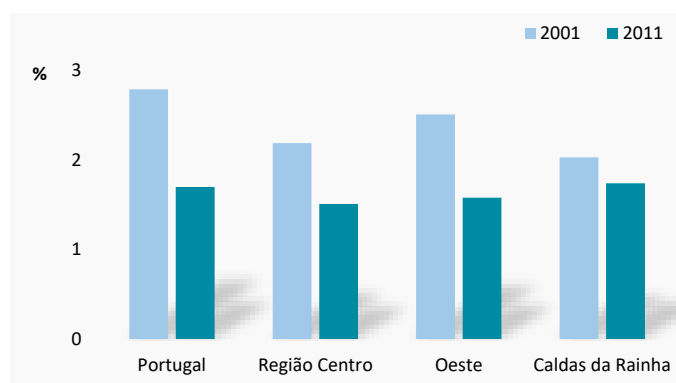
FIGURA 86 | Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico entre 2011/12 e 2020/21.



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

FIGURA 87 | Taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário entre 2011/12 e 2020/21.

Outro que exprime os avanços em termos de educação escolar é a taxa de abandono escolar. Entre 2001 e 2011 observou-se um decréscimo significativo na taxa de abandono escolar nas Caldas da Rainha (de 2% para 1,7%). Com especial atenção, para o ano mais recente, a taxa de abandono escolar era superior à média registada, tanto na região Centro (1,5%) como no Oeste (1,6%) (Figura 88).



Fonte: INE.

FIGURA 88 | Taxa de abandono escolar, em 2001 e 2011.

8.2. RESULTADOS ESCOLARES

8.2.1. Exames nacionais

O sucesso educativo pode ser também aferido através dos resultados dos exames nacionais²⁸. Estes exames, pela homogeneidade dos critérios de avaliação e pela igualdade nos

²⁸ Os resultados dos exames nacionais devem ser interpretados da seguinte forma:

- Os valores apresentados constituem a média dos exames, nas duas fases, obtida pelos alunos dos estabelecimentos de ensino;

conteúdos questionados na prova escrita a todos os alunos do mesmo ano de escolaridade de todos os estabelecimentos de ensino, podem constituir-se como elementos determinantes na diferenciação das escolas de sucesso e insucesso escolar.

Relativamente aos exames de 9º ano no concelho de Caldas da Rainha, verificou-se que ao longo dos últimos anos letivos os melhores resultados estavam associados à disciplina de Português. Os anos de 2018 e 2019 foram os anos em que se registaram melhores resultados em todas as escolas do concelho. De sublinhar que, para o ano de 2019, o Colégio Rainha D. Leonor registou a melhor média. De entre as escolas da rede pública, os melhores resultados estavam associados à Escola Secundária Raúl Proença (64,5%) e à Escola Básica D. João II (61,1%), refletindo também os maiores valores nas classificações internas (Quadro 86).

Relativamente à média dos exames nacionais na disciplina de matemática, a evolução foi pautada por acréscimos e decréscimos. Entre 2018 e 2019 todas as escolas registaram um acréscimo nos resultados, sendo de destacar os resultados mais favoráveis no Colégio Frei São Cristóvão (77,8%) e na Escola Secundária Raúl Proença (65,7%).

QUADRO 86 | Resultados dos exames nacionais e das médias internas, pelos alunos de 9º ano, entre 2015 e 2019.

Estabelecimento de ensino	2015		2016		2017		2018		2019	
	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME
Português - 9º ano de escolaridade										
Escola Básica D. João II	3,2	61,5	3,3	60,2	3,4	56,4	3,4	66,6	3,4	61,1
Escola Básica de Santa Catarina	3,1	59,3	3,4	56,2	2,9	49,0	3,2	64,7	3,4	56,5
Escola Básica de Santo Onofre	2,9	54,9	3,2	50,7	3,2	56,0	3,2	63,4	3,1	53,6
Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	3,2	55,7	3,0	51,1	3,0	44,4	3,2	57,4	3,3	57,8
Escola Secundária Raúl Proença	3,3	67,6	3,5	61,5	3,4	62,5	3,4	70,0	3,6	64,5
Colégio Frei São Cristóvão	3,1	66,2	3,2	63,1	3,2	60,0	3,3	72,0	3,1	62,0
Colégio Rainha D. Leonor	3,1	63,8	3,0	58,0	3,1	64,2	3,4	66,8	3,7	71,2
Matemática - 9º ano de escolaridade										
Escola Básica D. João II	3,1	57,8	2,8	48,5	2,7	38,7	3,0	44,0	3,1	52,5
Escola Básica de Santa Catarina	3,1	47,6	3,1	50,8	3,1	43,0	3,1	36,1	3,1	52,1
Escola Básica de Santo Onofre	2,9	32,1	2,6	38,6	2,7	39,4	2,7	38,9	2,3	41,0
Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	2,3	27,6	2,4	24,5	2,8	29,0	2,9	24,9	2,9	52,4
Escola Secundária Raúl Proença	3,3	61,8	3,2	58,7	3,1	61,8	3,3	59,1	3,3	65,7
Colégio Frei São Cristóvão	3,1	62,1	3,0	47,4	3,1	55,7	2,8	48,1	3,9	77,8
Colégio Rainha D. Leonor	3,0	59,4	2,6	57,2	2,7	60,2	3,3	45,4	3,0	56,0

Fonte: <https://www.matematica.pt/util/ranking-escolas.php>.

MI – Média Interna; ME – Média de exame.

As médias obtidas pelos alunos do 12º ano de escolaridade sublinham uma certa discrepância entre as médias interna e de exame. Na disciplina de Português foi notório o acréscimo entre 2015 e 2019. Para o ano mais recente, o Colégio Rainha D. Leonor obteve classificações mais elevadas, tanto na média interna (15), como na média de exame (12,9%).

- As médias de exame para o 9º ano de escolaridade variam entre 1 e 100 pontos;

- As médias de exame para o 12º ano de escolaridade variam entre 1 e 20 pontos.

Entre as escolas da rede pública, a Escola Secundária de Raúl Proença apresentou uma média de exame mais elevada (12,8), comparativamente à Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro (11,8).

Relativamente aos resultados na disciplina de Matemática, os valores são semelhantes, tendo em consideração o ano mais recente. A Escola Secundária de Raúl Proença apresentou uma média de exame superior (13,1), comparativamente às restantes escolas, ainda que os valores da média interna tenham sido inferiores (Quadro 87).

QUADRO 87 | Resultados dos exames nacionais e das médias internas, pelos alunos de 12º ano, entre 2015 e 2019.

Estabelecimento de ensino	2015		2016		2017		2018		2019	
	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME	MI	ME
Português - 12º ano de escolaridade										
Escola Secundária de Raúl Proença	13,9	11,9	13,9	11,2	14,1	11,4	13,7	11,4	13,4	12,8
Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	12,3	8,5	12,8	10,7	13,0	12,0	12,7	10,8	12,7	11,8
Colégio Rainha D. Leonor	11,5	11,9	12,2	13,1	13,1	13,1	13,0	11,4	15,0	12,9
Matemática - 12º ano de escolaridade										
Escola Secundária de Raúl Proença	13,5	14,6	13,2	12,9	13,3	13,9	13,6	13,1	13,5	13,1
Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	12,5	12,3	12,5	11,0	13,0	13,4	13,3	12,9	12,9	11,4
Colégio Rainha D. Leonor	13,1	12,7	14,1	13,0	14,4	12,6	14,4	10,5	16,0	12,8

Fonte: <https://www.matematica.pt/util/ranking-escolas.php>.

MI – Média Interna; ME – Média de exame

8.2.2. Provas de aferição

As provas de aferição são de aplicação universal e de realização obrigatória por todos os alunos do ensino básico, nos 2.º, 5.º e 8.º anos de escolaridade.

Servem para aferir o grau de aquisição de conhecimento dos alunos portugueses, permitindo que os professores, os alunos e as famílias saibam os progressos que cada aluno está a conceber, permitindo assim ficar a saber o que já aprendeu e também o aquilo que poderá melhorar, e com base nisso, avaliar as escolas e colmatar as fragilidades detetadas. Estas provas são realizadas a meio de cada um dos ciclos, de forma, a que haja tempo para auxiliar os alunos nas áreas em que podem melhorar. Importa referir que estas avaliações não têm qualquer influência na classificação final.

No 2º ano, as provas realizam-se às disciplinas de Português, Matemática, Estudo do Meio, Educação Física e Educação Artística. Os alunos do 5º e do 8ºano são avaliados anualmente, mas as disciplinas são variáveis.

Os resultados seguintes refletem o desempenho dos alunos no momento de realização de cada prova, sendo necessário ter em conta as circunstâncias pessoais e contextuais específicas desses momentos. As provas revelam-se cruciais pois os resultados globais a nível nacional permitem ter uma perspetiva à cerca das áreas em que os alunos se mostram mais à vontade ou, pelo contrário, apresentam evidentes fragilidades.

8.2.2.1. 2º ano

Na análise ao desempenho das crianças do 2º ano, nos três agrupamentos de escolas das Caldas da Rainha, no ano letivo 2018/2019, observou-se que os resultados com melhor aproveitamento dos alunos foi nas disciplinas de “Expressões artísticas” - Raciocinar/Criar (83,6%) e “Estudo do Meio” - Conhecer/Reproduzir. Denota-se que nas disciplinas de português e matemática, os resultados dos AE ficaram em linhas gerais abaixo dos resultados regionais e nacionais (Quadro 88).

Na disciplina de “Estudo do Meio”, observou-se que o AE Rafael Bordalo Pinheiro apresentou resultados menos favoráveis na generalidade dos domínios, comparativamente aos restantes agrupamentos.

No que se refere à disciplina de Expressões artísticas, denota-se que os valores dos AE estão abaixo dos valores nacionais. Por fim, na disciplina de “Expressões físico-motoras” verificou-se resultados superiores aos nacionais, no AE D. João II e no AE Raúl Proença.

QUADRO 88 | Resultados das provas de aferição de 2º ano, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento de escolas	Português			Matemática			Estudo do Meio			Expressões artísticas			Expressões físico-motoras		
	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar
AE D. João II	68,6	52,2	37,6	62,2	57,4	40,0	69,7	49,1	47,3	67,2	71,2	70,0	81,0	86,6	67,7
AE Rafael Bordalo Pinheiro	66,4	46,3	31,6	47,2	48,8	37,5	60,0	37,4	35,1	52,7	66,9	62,4	33,4	52,7	43,9
AE Raúl Proença	64,9	47,3	31,7	56,4	57,6	37,6	61,2	37,1	39,6	68,2	64,9	69,5	71,2	83,6	67,0
Oeste	68,0	51,0	36,2	59,9	57,8	37,9	67,9	44,7	41,8	64,1	67,3	69,0	66,3	72,7	63,2
Nacional	69,0	53,2	36,9	62,2	60,2	39,2	67,2	47,1	44,3	70,6	73,6	77,9	70,4	72,0	64,1

8.2.2.2. 5º ano

Nas provas de aferição do 5º ano, do ano letivo de 2018/2019 verificou-se, que no AE D. João II, a disciplina que se destacou foi “Educação Física” com resultados relativamente elevados, superiores aos valores nacionais, ao passo que os outros AE registaram valores manifestamente inferiores.

De salientar que as disciplinas com piores resultados foram Matemática e Ciências Naturais, acompanhando o observado tanto na região Oeste como a nível nacional (Quadro 89).

QUADRO 89 | Resultados das provas de aferição de 5º ano, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento de escolas	História e Geografia de Portugal			Matemática e Ciências Naturais			Educação Física		
	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar
AE D. João II	51,9	58,1	49,6	17,1	25,0	40,0	73,1	69,6	82,9
AE Rafael Bordalo Pinheiro	45,0	51,9	37,0	15,8	23,5	39,1	49,4	57,6	69,0
AE Raúl Proença	51,9	59,5	48,3	16,6	27,3	39,2	54,3	44,2	31,5
Oeste	51,0	54,8	45,0	16,9	25,3	38,8	62,1	48,5	57,6
Nacional	52,0	55,2	45,2	18,0	27,4	39,5	64,1	49,9	59,0

8.2.2.2. 8º ano

No que diz respeito aos resultados das provas de aferição realizadas pelos alunos do 8º ano de escolaridade, no ano letivo 2018/2019, verificou-se que o desempenho dos alunos do município foi ligeiramente superior na disciplina de “Português”. Ainda assim, apenas o AE Raúl Proença apresentou resultados superiores à média regional e nacional.

Na disciplina de “História” os resultados do AE D. João e do AE Rafael Bordalo Pinheiro mostraram-se muito inferiores aos obtidos pelo AE Raúl Proença.

Constata-se ainda que a disciplina de Geografia foi a que revelou maiores fragilidades em todos os domínios e em todos os agrupamentos de escolas das Caldas da Rainha (Quadro 90).

QUADRO 90 | Resultados das provas de aferição de 8º ano, no ano letivo 2018/2019.

Agrupamento de escolas	Português			Geografia			História		
	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar	Conhecer/Reproduzir	Aplicar/Interpretar	Raciocinar/Criar
AE D. João II	58,0	65,6	33,7	40,1	39,5	33,4	48,5	22,4	29,3
AE Rafael Bordalo Pinheiro	51,3	61,2	33,1	37,0	34,8	31,2	45,9	19,8	25,1
AE Raúl Proença	64,7	72,3	40,1	54,2	41,8	38,8	57,2	28,4	36,4
Oeste	58,2	67,4	36,2	44,2	38,3	34,0	50,3	23,3	28,1
Nacional	59,8	67,7	38,4	45,3	37,4	36,0	49,9	24,3	29,7

8.3. INDICADORES DE EMPREGABILIDADE

Segundo a OCDE, na sua publicação “Education at a Glance 2020”, os cursos profissionais têm mais saídas profissionais do que as licenciaturas. O alto grau de empregabilidade justifica-se com a forte ligação ao mercado de trabalho.

O concelho de Caldas da Rainha apresenta uma relação de alunos matriculados no ensino profissional pouco favorável, na medida em que cerca de 27,8%²⁹ dos alunos do Ensino Secundário no ano letivo de 2021/2022 estavam inscritos em cursos profissionais.

Atendendo aos indicadores de empregabilidade³⁰ da Escola Básica e Secundária das Caldas da Rainha e considerando o ciclo (2018-2021), é possível observar uma taxa de empregabilidade de 50,4% e uma taxa de prosseguimento de estudos de 55,4%. Ou seja, dos 121 diplomados, 61 entraram no mercado de trabalho e 67 prosseguiram estudos (de nível pós-secundário ou superior). De entre os cursos frequentados, o curso de Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores e o de Técnico de Audio-Visuais foram os que atingiram uma maior taxa de empregabilidade (75% e 72,7%), o que se relaciona com a sua vertente mais prática e orientada para o mercado de trabalho (Quadro 91). Os restantes cursos um número muito significativo de alunos em prosseguimento de estudos.

Relativamente à Escola Secundária Raúl Proença, os valores obtidos dão conta de um progressivo aumento na taxa de conclusão dos cursos (de 52,2% em 2017 para 94,4% em 2021). A colocação no mercado de trabalho tem sofrido oscilações ao longo dos anos, tendo se verificado o valor mais alto no ano de 2020 (72,7%), seguindo-se uma queda abrupta para 29,4% em 2021. Em sentido, inverso, a taxa de prosseguimento de estudos passou de 23,3% em 2020 para 70,6% em 2021, o que mostra que os alunos apostaram numa melhoria das suas qualificações, enveredando pelos cursos de nível pós-secundário ou superior (Quadro 92).

QUADRO 91 | Indicadores de empregabilidade da Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro (ciclo 2018-2021).

Curso	Diplomados		Total no mercado de trabalho		Em prosseguimento de estudos	
	nº	%	nº	%	nº	%
Técnico de Apoio à Infância	13	81,3	5	38,5	7	53,8
Técnico de Audio-Visuais	17	63,0	16	72,7	7	31,8
Técnico-Comercial	9	56,3	4	36,4	5	45,5
Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	8	57,1	6	75,0	3	37,5
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	25	89,3	12	46,2	14	53,8
Técnico de Mecatrónica Automóvel	24	80,0	12	50,0	11	45,8
Téc. de Gestão e Programação e de Sistemas Informáticos	16	64,0	5	22,7	11	50,0
Técnico de Turismo	9	69,2	1	7,7	9	69,2
Total	121	71,6	61	50,4	67	55,4

Fonte: AE Rafael Bordalo Pinheiro.

²⁹ Valor ainda aquém das metas europeias, que apontam os 50% como o valor desejável de alunos do ensino secundário a frequentar cursos profissionais.

³⁰ Apenas respondeu a esta solicitação de dados o AE. Rafael Bordalo Pinheiro e o AE Raúl Proença.

QUADRO 92 | Indicadores de empregabilidade da Escola Secundária Raúl Proença entre 2017 e 2021.

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021
	%				
Taxa de conclusão dos cursos	52,2	83,3	64,7	95,7	94,4
Taxa de colocação no mercado de trabalho	50,0	30,0	36,4	72,7	29,4
Taxa de prosseguimento de estudos	50,0	65,0	54,5	23,3	70,6

Fonte: AE Raúl Proença.

Síntese

- A taxa bruta de escolarização do ensino básico, ou seja, a relação entre o número de alunos matriculados no 1º, 2º e 3º CEB e a população residente em idade de frequentar esses níveis de ensino era de 116% no concelho de Caldas da Rainha. Esta situação deve-se à deslocação de um significativo número de alunos de outros concelhos para frequentar estes níveis de ensino nas Caldas da Rainha;
- No que diz respeito à taxa de retenção e desistência no ensino básico, esta é superior no 3º CEB (5,1%), comparativamente ao 1º CEB (2,7%) e 2º CEB (2,4%). À exceção do 2º CEB, tratam-se de valores superiores aos observados no País;
- No ensino secundário a taxa de retenção era de 9,7%, sendo superior nos cursos gerais/científico-humanísticos (11,8%), comparativamente aos cursos tecnológicos/profissionais (7,1%);
- Os resultados dos exames nacionais sublinham uma tendência para a melhoria na generalidade das escolas entre 2018 e 2019. As escolas da rede privada sobressaem ao apresentar os melhores resultados escolares. Na rede pública, os melhores resultados estavam associados à Escola Secundária Raúl Proença;
- Os indicadores relacionados com a empregabilidade demonstram que é cada vez mais expressivo o número de alunos que optam por prosseguir estudos, apostando na melhoria das suas qualificações.

9|

domínios educativos complementares



9.1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

A ação social escolar é concretizada através da aplicação de critérios de discriminação positiva, que têm como objetivo a compensação social e educativa de alunos economicamente mais carenciados. Os serviços de ação social escolar traduzem-se num conjunto diversificado de ações, como a comparticipação nas refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar.

A atribuição dos apoios aos alunos visa contribuir para o direito efetivo de todas as crianças à educação e ensino, assim como a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares, conforme disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

A ação social escolar no município das Caldas da Rainha abrangia um total de 1.938 alunos da rede pública, correspondendo a uma taxa de cobertura de 29,7% face ao total dos alunos matriculados, sendo que 1.053 alunos se encontram abrangidos pelo escalão A e 885 pelo escalão B (Quadro 93).

Em termos de distribuição dos alunos subsidiados por nível de ensino verifica-se que o 1º CEB apresentava um maior número de alunos beneficiários (669 alunos, correspondendo a 41,4% do total de matriculados neste nível). Seguiu-se, em número absoluto, os matriculados no 2º e 3º CEB (661, correspondendo a 26,5%) e no ensino secundário (331 alunos, correspondendo a 19,9%). Com um menor número de beneficiários, mais ainda assim com uma proporção muito elevada face aos inscritos, existiam 277 crianças na educação pré-escolar abrangidas pela ação social escolar (37,3%).

QUADRO 93 | Número de alunos abrangidos pela ação social escolar, por nível de ensino, no ano letivo 2021/22³¹.

Nível de ensino	Ação Social Escolar			Proporção de alunos apoiados
	Escalão A	Escalão B	Total	
Educação pré-escolar	143	134	277	37,3
1º CEB	377	292	669	41,4
2º e 3º CEB	384	277	661	26,5
Ensino secundário	149	182	331	19,9
Total	1053	885	1938	29,7

Relativamente à distribuição dos alunos subsidiados por agrupamento, o AE Raúl Proença concentrava um maior número de alunos apoiados (743), seguindo-se o AE D. João II (641) e por fim, o AE Rafael Bordalo Pinheiro (554).

A análise da taxa de cobertura, ou seja, a proporção de alunos apoiados, revela cenários distinto, sendo que o valor mais elevado estava associado ao AE D. João II (33,2%) e ao AE Rafael

³¹ Os dados trabalhados no ponto ação social escolar e transporte escolar são referentes apenas à rede escolar pública, com exceção da Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha) e da Escola Superior de Artes e Design.

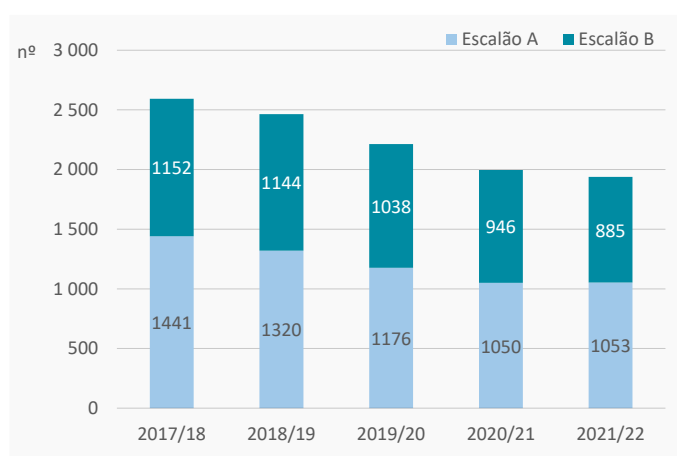
Bordalo Pinheiro (31,2%). A menor proporção de alunos beneficiários estava associada ao AE Raúl Proença (26,2%) (Quadro 94).

QUADRO 94 | Alunos apoiados pela ação social escolar, por nível de ensino e agrupamento de escolas, no ano letivo de 2021/22.

Agrupamento de escolas	Nível de ensino	Ação Social Escolar			Proporção de alunos apoiados
		Escalão A	Escalão B	Total	
D. João II	Educação pré-escolar	57	54	111	32,8
	1º CEB	120	119	239	33,7
	2º e 3º CEB	176	115	291	33,1
	Subtotal	353	288	641	33,2
Rafael Bordalo Pinheiro	Educação pré-escolar	27	29	56	42,4
	1º CEB	66	53	119	49,2
	2º e 3º CEB	74	57	131	34,3
	Ensino secundário	108	140	248	24,8
	Subtotal	275	279	554	31,6
Raul Proença	Educação pré-escolar	59	51	110	40,4
	1º CEB	191	120	311	46,8
	2º e 3º CEB	134	105	239	19,4
	Ensino secundário	41	42	83	12,5
	Subtotal	425	318	743	26,2
Total		1053	885	1938	29,7

Fonte: CM Caldas da Rainha.

A análise da evolução ao longo dos últimos cinco anos letivos deixa transparecer o decréscimo no número total de alunos abrangidos pela ação social escolar. De facto, entre 2017/18 e 2021/22 foram menos 25,3% os alunos abrangidos, com a passagem dos 2593 para os 1938 alunos (Figura 89). O escalão A foi o que apresentou maior decréscimo (-26,9%, correspondendo a -388 alunos abrangidos), seguindo-se o escalão B (-23,2%, correspondendo a -267 alunos).



Fonte: CM Caldas da Rainha.

FIGURA 89 | Evolução dos alunos abrangidos pela ação social escolar, entre 2017/18 e 2021/22.

9.2. TRANSPORTE ESCOLAR

A organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares são da competência dos municípios da área de residência dos alunos, nos termos definidos no plano de transportes respetivo, cabendo-lhes especificamente:

- Organizar o processo de acesso ao transporte escolar para cada aluno;
- Requisitar às entidades concessionárias dos serviços de transporte coletivo os bilhetes de assinatura (passe escolar) para os alunos abrangidos;
- Pagar as faturas emitidas mensalmente pelas entidades concessionárias dos serviços de transporte coletivo;
- Contratar, gerir e pagar os circuitos especiais.

O transporte escolar é um instrumento fundamental para garantir igualdade de oportunidades de acesso a uma educação de qualidade por parte de toda a comunidade escolar, sendo objetivo do município das Caldas da Rainha apoiar o acesso de todos à educação, em consonância com o enquadramento legal em vigor.

Relativamente ao transporte escolar verificou-se que no concelho de Caldas da Rainha existia um total de 939 alunos transportados no ano letivo de 2021/22, os quais se encontravam distribuídos pela educação pré-escolar (82 crianças), 1º CEB, com 293 crianças transportadas e pelo 2º e 3º CEB onde se registava o maior número de alunos transportados, designadamente 523 alunos. Por fim, a frequentar o ensino secundário eram transportados 41 jovens (Quadro 95). Uma análise por agrupamento destaca o número de alunos do AE Rafael Bordalo Pinheiro (390) e no AE D. João II (343) enquanto no AE Raúl Proença eram apenas 98 os alunos com pedido de transporte escolar. Uma nota adicional para os 107 alunos transportados para a rede privada, designadamente para o Colégio Frei Cristóvão.

QUADRO 95 | Número de alunos transportados no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas/ Escolas	Nº de alunos transportados				
	Educação pré- escolar	1º CEB	2º e 3º CEB	Ensino secundário	Total
D. João II	14	160	169	0	343
Rafael Bordalo Pinheiro	68	131	159	32	390
Raúl Proença	0	2	88	8	98
Colégio Frei Cristóvão	0	0	107	0	107
Escola Hotelaria Turismo do Oeste	0	0	0	1	1
Total	82	293	523	41	939

Fonte: CM Caldas da Rainha.

9.3. ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA

As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades.

No ano letivo 2021/2022 um total de 441 crianças integravam as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos diferentes equipamentos de educação pré-escolar do concelho de Caldas da Rainha, correspondendo a uma taxa de cobertura face ao total de crianças inscritas de 59,4% (Quadro 96). O maior número de crianças tinha 5 anos (166), seguindo-se as de 4 anos (126), as de 3 anos (80) e por fim, as de 6 anos (69).

O AE Raúl Proença apresentava a taxa de cobertura mais significativa designadamente 60,3%, correspondendo a 164 crianças em AAAF face ao total de 272 crianças inscritas neste agrupamento. Seguidamente destaca-se o valor do AE D. João II que, com uma taxa de cobertura de 59,8%, correspondendo a 202 crianças em AAAF. O valor mais reduzido estava associado ao AE Rafael Bordalo Pinheiro, na medida em que do total de 132 crianças inscritas apenas 75 se encontram em AAAF, correspondendo a uma taxa de cobertura de 56,8%³².

QUADRO 96 | Número de crianças nas AAAF por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas/ Escolas	Número de crianças - AAAF					Taxa de cobertura (%)
	3 Anos	4 Anos	5 Anos	6 Anos	Total	
D. João II	38	56	72	36	202	59,8
Rafael Bordalo Pinheiro	14	20	32	9	75	56,8
Raúl Proença	28	50	62	24	164	60,3
Total	80	126	166	69	441	59,4

Fonte: CM Caldas da Rainha.

9.4. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico são atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação.

No ano letivo 2021/22 estavam 1.548 alunos inscritos nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) direcionadas ao 1º CEB, correspondendo a uma taxa de cobertura muito próxima dos 100%. O AE Rafael Bordalo Pinheiro e o AE D. João II apresentavam uma taxa de cobertura de 98,8% e 97,7%, respetivamente. Já no AE Raúl de Proença, a taxa de cobertura era de 92,6%, correspondendo a uma frequência de 615 alunos (Quadro 97).

³² Os dados trabalhados no ponto atividades complementares de ação educativa são referentes apenas à rede escolar pública, com exceção da Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha) e da Escola Superior de Artes e Design.

No 2º e 3º CEB as atividades extracurriculares eram frequentadas por 981 alunos, correspondendo a 39,4% do total de matriculados. O AE Raúl Proença apresentava uma proporção de inscritos superior (52% dos matriculados), seguindo-se o AE Rafael Bordalo Pinheiro (48,4%) e, por fim, o AE D. João II (17,7%).

QUADRO 97 | Número de alunos nas AEC por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas	Atividades de Enriquecimento Curricular e Atividades Extracurriculares			
	1º CEB		2º e 3º CEB	
	nº	Taxa de cobertura (%)	nº	Taxa de cobertura (%)
D. João II	694	97,7	156	17,7
Rafael Bordalo Pinheiro	239	98,8	185	48,4
Raúl Proença	615	92,6	640	52,0
Total	1548	95,8	981	39,4

Fonte: CM Caldas da Rainha.

9.5. DESPORTO ESCOLAR

No ano letivo de 2021/22 existiam cerca de 889 alunos a integrar o desporto escolar nos 2º e 3º CEB e ensino secundário nos estabelecimentos de ensino do concelho de Caldas da Rainha. Em termos absolutos, o AE Raúl Proença apresentava um maior número de inscritos (359), seguindo-se o AE Rafael Bordalo Pinheiro (332) e o AE D. João II (198). Estes 889 alunos encontravam-se distribuídos por 16 modalidades desportivas, destacando-se o badminton (177), o voleibol (149), o futsal (121), o xadrez (64) e o andebol (50). As restantes modalidades registavam uma frequência inferior a 50 praticantes (Quadro 98).

QUADRO 98 | Número de alunos no desporto escolar do 2º e 3º CEB e ensino secundário por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.

Modalidades	Agrupamento de escolas			Total
	D. João II	Rafael Bordalo Pinheiro	Raúl Proença	
Andebol	26	24		50
Xadrez		34	30	64
Voleibol		55	94	149
Ténis de Mesa	22			22
Patinagem			36	36
Natação			37	37
Multiatividades de Ar Livre		27		27
Ginástica	20			20
Futsal	65	21	35	121
DE Rodas	18	21		39
Canoagem			12	12
Boccia		28	29	57
Basquetebol	27			27
Badminton	20	71	86	177
Atletismo		26		26
Atividades Rítmicas Expressivas		25		25
Total	198	332	359	889

Fonte: CM Caldas da Rainha.

9.6. RECURSOS HUMANOS

9.6.1. Pessoal docente

A evolução do pessoal docente no concelho de Caldas da Rainha, considerando um largo horizonte temporal (2011/12 - 2020-21) dá conta de um decréscimo de docentes apenas na rede privada³³ (-52,2%). Já a rede pública registou um incremento de 3,3%, correspondendo a um aumento de 24 docentes (Quadro 99).

Considerando a rede pública, os acréscimos foram especialmente evidentes nos docentes de educação especial (37,5%) e nos Formadores das escolas profissionais (35,7%). O 3º CEB e ensino secundário também registaram um incremento de 11,1%, assim como a educação pré-escolar (8,9%). Por outro lado, registou-se uma diminuição de docentes do 1º CEB (-4,9%) e do 2º CEB (-29,1%) no mesmo período.

QUADRO 99 | Evolução do número de docentes, por tipologia de rede e nível de ensino, entre 2011/12 e 2020/21.

Rede	Nível de ensino	Ano letivo										var. 11/12 - 20/21	
		2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	nº	%
Pública	Educação pré-escolar	56	52	52	54	53	56	53	50	54	61	5	8,9
	1º CEB	142	142	141	128	124	125	137	124	130	135	- 7	-4,9
	2º CEB	127	96	94	88	77	89	93	85	89	90	- 37	-29,1
	3º CEB e Secundário	342	330	311	316	323	341	363	378	377	380	38	11,1
	Educação especial	40	32	31	38	39	42	43	42	53	55	15	37,5
	Formadores (escolas profissionais)	28	30	20	23	24	33	25	30	36	38	10	35,7
	subtotal	735	682	649	647	640	686	714	709	739	759	24	3,3
Privada	Educação pré-escolar	27	27	28	28	30	29	27	25	31	29	2	7,4
	1º CEB	15	16	18	20	20	17	19	17	17	16	1	6,7
	2º CEB	55	56	61	61	36	18	16	11	12	12	- 43	-78,2
	3º CEB e Secundário	112	129	136	144	107	48	37	39	35	36	- 76	-67,9
	Educação especial	2	2	3	4	4	-	-	-	-	-	-	-
	Formadores (escolas profissionais)	61	121	54	48	48	46	45	47	49	37	- 24	-39,3
	subtotal	272	351	300	305	245	158	144	139	144	130	- 142	-52,2
Total		1 007	1 033	949	952	885	844	858	848	883	889	- 118	-11,7

Fonte: DGEEC - Estatísticas da Educação 2020-21.

³³ Este decréscimo está relacionado com a diminuição dos contratos de associação entre o Ministério da Educação e alguns colégios das Caldas da Rainha.

Considerando os dados para o ano de 2021/22, o número de docentes na rede pública³⁴ ronda os 661, distribuídos pelo AE Raúl Proença (263 docentes), AE Rafael Bordalo Pinheiro (223) e AE D. João II (175) (Quadro 100).

QUADRO 100 | Pessoal docente por agrupamento de escolas, entre 2017/18 e 2021/22 no ano letivo 2021/2022.

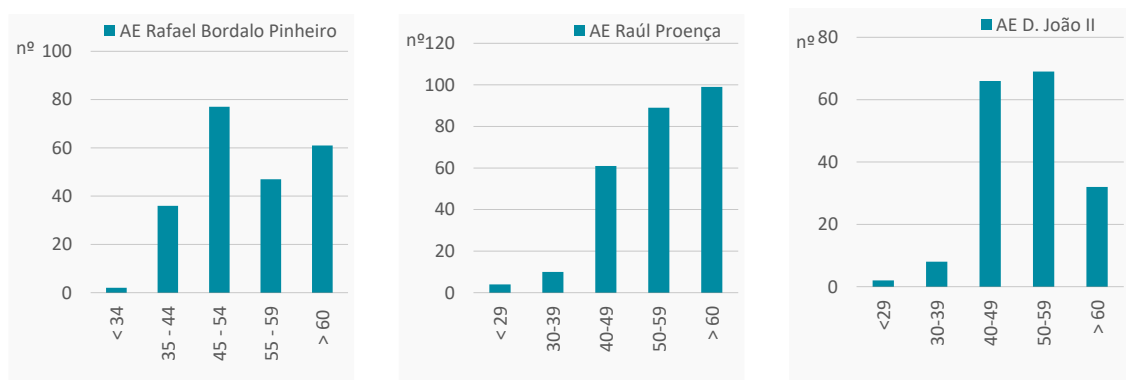
Agrupamento de escolas	Ano letivo				
	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
D. João II	205	159	177	259	175
Rafael Bordalo Pinheiro	279	241	238	237	223
Raúl Proença	241	245	245	255	263
Total	725	645	660	751	661

Fonte: CM Caldas da Rainha.

No que diz respeito aos docentes por grandes faixas etárias (Figura 82), é possível verificar que os docentes com mais de 50 ou 55 anos representavam 59% da totalidade de docentes, sendo de destacar que cerca de 29% tinham mais de 60 anos, o que aponta para um envelhecimento muito significativo da classe docente neste território, aspeto que coloca inúmeros desafios a responder no curto prazo.

O AE Raúl Proença e o AE Rafael Bordalo Pinheiro era, os que apresentam um maior nível de envelhecimento do corpo docente, com 99 e 61 docentes com mais de 60 anos, o que representava 37,6% e 27,4% dos docentes nestes agrupamentos.

Face ao exposto, as faixas etárias com menor percentagem de docentes são as mais jovens. De facto, apenas 2 tinham menos de 34 anos no AE Rafael Bordalo Pinheiro, e apenas 10 tinham menos de 39 anos no AE D. João II. Situação semelhante é vivenciada pelo AE Raúl Proença, com apenas 14 docentes com menos de 39 anos (Figura 90).

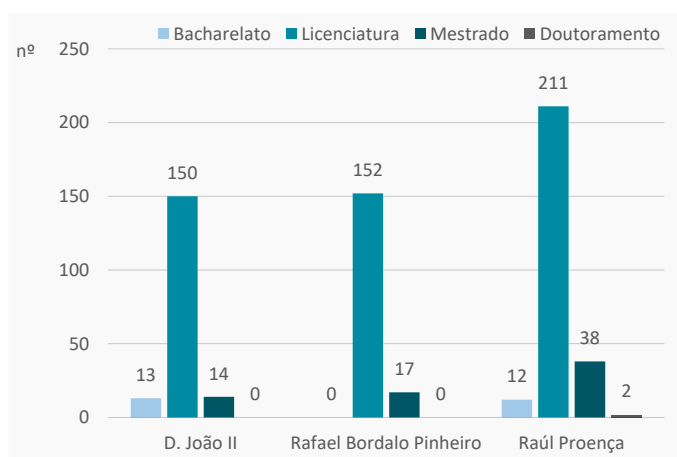


Fonte: CM Caldas da Rainha.

FIGURA 90 | Distribuição dos docentes por faixa etária e agrupamento de escolas, no ano letivo 2021/22.

³⁴ Os dados trabalhados no ponto recursos humanos são referentes apenas à rede escolar pública, com exceção da Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha).

Considerando as habilitações do pessoal docente, a grande maioria era detentora de licenciatura (84,2%), sendo que 11,3% tinham mestrado, 4,1% tinham bacharelato e apenas 0,3% tinham doutoramento (Figura 91). A análise por agrupamento de escolas sublinha as habilitações mais elevadas no AE Raúl Proença, em que 15,2% dos docentes tinham habilitações superiores à licenciatura.

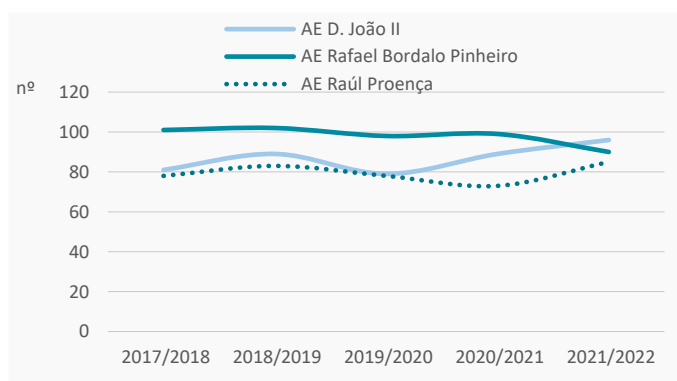


Fonte: CM Caldas da Rainha.

FIGURA 91 | Habilitações do pessoal docente, no ano letivo 2021/22.

9.6.2. Pessoal não docente

Em função dos dados fornecidos pelos agrupamentos de escolas, torna-se possível observar que no ano letivo de 2021/22, os 3 agrupamentos de escolas apresentam um total de 271 não docentes (Figura 92). O AE D. João II apresentava um maior efetivo (96), seguindo-se o AE Rafael Bordalo Pinheiro (90) e por último, o AE Raúl Proença (85). A evolução entre 2017/18 sublinha um aumento de 4,2% dos não docentes no concelho, correspondendo a um acréscimo de 11 indivíduos). No entanto a tendência de crescimento foi apenas visível no AE D. João II (+18,5%) e no AE Raúl Proença (+9%), sendo que AE Rafael Bordalo Pinheiro apresentou um decréscimo de 10,9% neste período.



Fonte: CM Caldas da Rainha.

FIGURA 92 | Evolução do pessoal docente, por agrupamento de escolas, entre 2017/18 e 2021/22.

Síntese

- A ação social escolar abrangia um total de 1.938 alunos da rede pública, correspondendo a uma taxa de cobertura de 29,7% face ao total dos alunos matriculados, observando-se uma tendência para o decréscimo de alunos subsidiados ao longo dos últimos anos letivos;
- Relativamente ao transporte escolar verificou-se que no concelho de Caldas da Rainha existia um total de 939 alunos transportados no ano letivo de 2021/22;
- Cerca de 441 crianças integravam as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos diferentes equipamentos de educação pré-escolar, correspondendo a uma taxa de cobertura de 59,4%;
- Nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) direcionadas ao 1º CEB estavam inscritos 1.548 alunos, correspondendo a uma taxa de cobertura muito próxima dos 100%;
- Nas atividades do desporto escolar estavam inscritos cerca de 889 alunos;
- O número de docentes na rede pública rondava os 661 no ano letivo de 2021/22, distribuídos pelo AE Raúl Proença (263 docentes), AE Rafael Bordalo Pinheiro (223) e AE D. João II (175);
- Aponta-se para o envelhecimento da classe docente no concelho, uma vez que os docentes com mais de 50 ou 55 anos representavam 59% da totalidade de docentes, sendo de destacar que cerca de 29% tinham mais de 60 anos.

10|

síntese do diagnóstico estratégico



10.1. SÍNTESE ESTRATÉGICA

Neste ponto pretende-se apresentar uma síntese das principais conclusões do diagnóstico realizado, considerando as dimensões fundamentais: Contexto Demográfico, Contexto Socioeconómico, Contexto Educativo e Sistema de Ensino (Quadro 101).

QUADRO 101 | Síntese do diagnóstico estratégico.

Síntese	
Contexto demográfico	• Decréscimo populacional na última década (2011-2021) de -1,6%, correspondendo a -812 habitantes; • Taxa de crescimento anual negativa; • Tendência geral para a diminuição no número de nascimentos, associada a taxas de fecundidade e de natalidade mais reduzidas; • Taxa de natalidade inferior à taxa de mortalidade, traduzindo uma taxa de crescimento natural negativa de -7,7‰ em 2021; • Elevada atratividade deste concelho, devido aos fluxos migratórios registados, sobretudo em 2019 e 2020, • Duplo envelhecimento demográfico acentuado traduzido pelo decréscimo do peso dos jovens e pelo crescimento do peso dos idosos. Em 2021 existiam 212 idosos para cada 100 jovens (a nível nacional eram 182); • Aumento da pressão sobre a população em idade ativa.
Contexto socioeconómico	• Baixa qualificação escolar da população residente (em 2021, 46,6% não tem mais do que o 3º ciclo do ensino básico); • Cerca de 16,5% da população residente tem o ensino superior (valor superior ao observado no Oeste: 13,7%, mas inferior ao País: 17,4%); • Aumento muito relevante nos valores do valor acrescentado bruto nas empresas entre 2009 e 2020 (20,1%); • A população com atividade económica encontra-se maioritariamente no setor terciário (73,2%), seguido do setor secundário (23%) e por último o setor primário (3,8%), no ano de 2011; • Cerca de 74,3% da população empregada tem habilitações inferiores ao Ensino Secundário; • Desemprego jovem (cerca de 31,9% dos inscritos no Centro de Emprego em 2021 têm menos de 34 anos); • Elevado Poder de compra per capita: 98,1 (PT=100).
Contexto educativo	• Taxa bruta de pré-escolarização de 100,6% no ano letivo 2020/21; • Taxa bruta de escolarização no ensino básico de 116% e no ensino secundário de 153,8%, em 2020/21; • Taxa de retenção e desistência no ensino básico de 3,6% em 2020/21; • Taxa de retenção e desistência no ensino secundário de 9,7% (11,8% nos cursos gerais e 7,1% nos cursos profissionais) em 2020/21; • Evolução positiva em termos de diminuição nos valores das taxas de retenção e desistência no ensino básico e no ensino secundário.
Sistema de ensino	• Elevada concentração de crianças da educação pré-escolar na rede privada (solidária e lucrativa), correspondendo a 39,6% do total de crianças a frequentar a educação pré-escolar nas Caldas da Rainha; • Não obstante a perda de alunos nos últimos anos, a rede privada apresenta uma grande importância no concelho (21,3% das crianças e jovens matriculados em 2021/22): • Taxa de ocupação na Educação pré-escolar da rede pública: 66%. A nível dos AEs, sobressai o AE Raúl Proença (77,7%), seguindo-se o AE D. João II (67,6%) e o AE Rafael Bordalo Pinheiro (48%); • Taxa de ocupação global no 1º CEB da rede pública: 62,2%, destacando-se o AE Raúl Proença (70,9%), seguindo-se o AE D. João II (66,6%) e o AE Rafael Bordalo Pinheiro (40,5%); • Taxa de ocupação no 2º e 3º CEB e Ensino Secundário da rede pública: 75%. No AE Raúl Proença a taxa de ocupação era de 86,9%, seguindo-se o AE D. João II (80,6%) e o AE Rafael Bordalo Pinheiro (60,9%); • Decréscimo do número de alunos em todos os níveis de ensino nos últimos 10 anos, à exceção do Secundário; • As projeções demográficas indiciam uma tendência de decréscimo de crianças e jovens em idade de frequentar todos os níveis de ensino presentes no território

10.2. MATRIZ SWOT

No seguimento das análises desenvolvidas anteriormente, torna-se imperativo efetuar uma análise SWOT relativa às principais evidências que caracterizam o sistema educativo municipal (Quadro 102).

QUADRO 102 | Matriz SWOT - Rede educativa.

MATRIZ SWOT - Rede Educativa	
Pontos fortes	Pontos fracos
• Evolução positiva das taxas de retenção e desistência no ensino básico e no ensino secundário; • Aumento da taxa de pré-escolarização; • Existência de equipamentos escolares que abrangem todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao Secundário; • Existência de uma rede privada (solidária e lucrativa) que complementa a rede pública; • Diversidade nas Atividades de Animação e Apoio à Família e nas Atividades Extracurriculares; • Progressivo aumento na taxa de conclusão dos cursos profissionais e aumento na taxa de prosseguimento de estudos, o que mostra que os alunos têm vindo a apostar na melhoria das suas qualificações..	• Diminuição da população escolar ao longo dos últimos 10 anos (-3,5% entre 2011/12 e 2021/22); • Decréscimo do número de alunos em todos os níveis de ensino, à exceção do secundário; • Cerca de 14 estabelecimentos apresentam menos de 4 salas de aula e que, por essa razão, não garantem uma sala e um professor por ano de escolaridade; • Significativo número de equipamentos em estado de degradação (16 equipamentos no espaço exterior e 18 no interior). Dois equipamentos em mau estado exterior e 1 em mau estado no interior. • Significativo número de equipamentos com barreiras arquitetónicas (interiores e exteriores), provocando grandes constrangimentos à mobilidade dos alunos com determinadas necessidades de saúde.
Oportunidades	Ameaças
• Descentralização e transferência de competências em matéria de educação para a Câmara Municipal; • Leque diversificado de projetos municipais dinamizados pela Autarquia; • Existência de uma escola profissional: Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha); • Existência de uma instituição de ensino superior: Escola Superior de Artes e Design; • Existência de dois Centros Qualifica no concelho, com importância demonstrada na elevação das qualificações da população residente;	• Perspetiva de uma redução significativa dos efetivos escolares (-11,6%, correspondendo a -737 crianças e jovens em idade de frequência entre 2022/23 e 2027/28); • As projeções da população escolar apontam para um decréscimo em todos os níveis de ensino entre 2022/23 e 2027/28 (-1,2% na educação pré-escolar, -5,9% no 1º CEB; -19,4% no 2º e 3º CEB e -12,8% no Ensino Secundário); • Tendência para o envelhecimento da classe docente e dificuldade em atrair professores para determinadas disciplinas de ensino.

10.3. POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL

Nas últimas décadas e em consonância com a progressiva descentralização de competências, as autarquias têm vindo a aumentar as responsabilidades em matéria educativa e a ultrapassá-las, considerando as realidades e as necessidades dos territórios.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da educação desenvolveu-se através de sucessivos quadros legais que ampliaram progressivamente o âmbito de intervenção das autarquias. A recente alteração legislativa no que respeita à transferência para os municípios de competências em matéria de educação, aprovada pelo Decreto-Lei n.º

21/2019, de 30 de janeiro, veio alargar as responsabilidades de gestão das autarquias em termos de investimento, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares a todo o ensino básico e ensino secundário e ainda em termos pedagógicos, que antes estavam essencialmente a cargo da Administração Central e Regional.

Este novo quadro de competências vem concretizar um novo modelo de gestão do sistema educativo que tem como pressupostos fundamentais a integridade do serviço público de educação, a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento da oferta educativa e formativa e afetação dos recursos públicos. Ainda neste contexto, importa referir que este quadro legal reforça as áreas que foram descentralizadas conferindo, de igual modo, novas competências, as quais foram compiladas num único diploma legal nas vertentes do planeamento, investimento e gestão no domínio da educação. Por outro lado, e no resultado da sua implementação, as competências das autarquias são alargadas ao ensino básico e secundário, de onde se destacam as competências em matéria de:

- Gestão dos procedimentos de atribuição de apoios de aplicação universal e de aplicação diferenciada;
- Atribuição de apoios no âmbito da ação social escolar e de fornecimento de refeições (2º e 3º CEB e ensino secundário);
- Recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente de todos os níveis e ciclos de ensino;
- Organização da vigilância e segurança dos equipamentos educativos (edificados e espaços exteriores incluídos no seu perímetro).

Mais do que uma simples atualização do diagnóstico, a Carta Educativa do Município das Caldas da Rainha pretende ser verdadeiramente um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Município, que plasme os conteúdos do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro.

Por tudo isto impõe-se um processo de reorganização do parque escolar que o torne consentâneo não só com a realidade atual, mas fundamentalmente com a prevista pelo menos para a próxima década, mas também que não ignore as diferentes características físicas e dinâmicas humanas observadas nas diversas freguesias que integram o território municipal.

10.3.1. Carta Educativa

Regulada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, como instrumento de planeamento estratégico da educação, do ensino, da formação e da cultura num determinado território, a Carta Educativa das Caldas da Rainha foi aprovada em 2005, e onde foram sistematizadas a evolução da rede e da oferta educativa municipal, assim como as propostas de reordenamento da rede educativa.

A oferta educativa no momento de elaboração da Carta Educativa anterior era composta por 27 Jardins de infância públicos, 9 Jardins de infância privados, 54 escolas com 1º ciclo públicas,

1 escola de 1º ciclo privada, 5 escolas básicas de 2º e 3º ciclos públicas, 2 escolas de ensino secundário, 1 escola de ensino secundário privado, 3 estabelecimentos de educação a lecionarem aprendizagem recorrente, 1 estabelecimento de ensino especial, 3 estabelecimentos de ensino profissional, 4 centros de formação profissional, 1 equipamento de ensino superior público e 1 de ensino superior privado.

A proposta em termos de reorganização passava pela necessidade de “construir mais cinco equipamentos de educação, por forma a colmatar totalmente as necessidades educativas”.

No entanto, e como se observou, desde a aprovação da carta educativa, foram encerradas 27 escolas (18 no território do AE Rafael Bordalo Pinheiro, 8 no território do AE D. João II e 1 no território do AE Raúl Proença).

10.3.2. Projetos municipais na Educação

O levantamento de todos os projetos/atividades/medidas de âmbito municipal no domínio da educação afigura-se um exercício essencial para conhecer o grau de envolvimento que a autarquia tem neste sector. Paralelamente, a sistematização das ações constitui referências fundamentais a ser consideradas na estratégia educativa do município (Quadro 103)

QUADRO 103 | Projetos, medidas e ações municipais no âmbito da Educação e promoção do sucesso escolar.

Projetos / Medidas / Ações	Área de atuação
Alista-te por um dia Divulgação das atividades e missões das Forças Armadas junto das camadas mais jovens da população nacional, na Escola de Sargentos do Exército. A atividade "ALISTA-TE POR UM DIA" é destinada a alunos do 4º ano do 1º Ciclo.	Educação e Cultura
Dia da Árvore Atividades lúdico-pedagógicas desenvolvidas com as Escolas do concelho em articulação com o Gabinete Florestal da Câmara Municipal.	Educação e Cultura
Dia da Criança Iniciativa da Câmara Municipal que convida as crianças das Escolas do concelho a participar em diversas atividades lúdicas.	Educação e Cultura
Dia Mundial da Proteção Civil Ações de sensibilização e informação pública no âmbito dos riscos naturais e tecnológicos promovendo a temática de que todos somos agentes da proteção civil.	Educação e Cultura
Escola Amiga da Criança Trata-se de uma iniciativa conjunta da CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais), da LeYa e do psicólogo Eduardo Sá, que visa distinguir escolas que concebem e concretizam ideias extraordinárias, contribuindo para um desenvolvimento mais feliz da criança no espaço escolar e essencialmente partilhar essas boas práticas, que servem para que os alunos se sintam motivados, não apenas nos estudos, mas também no dever e exercício da cidadania.	Educação e Cultura
Heróis da Fruta O Município das Caldas da Rainha divulga e apoia a participação das Escolas no programa nacional de combate à má nutrição infantil, Heróis da Fruta® - Associação Portuguesa Contra a Obesidade Infantil, bem como participa nas atividades destinadas ao público em geral.	Educação e Cultura

Inspira o Teu Professor

A Campanha Inspira o teu Professor é uma iniciativa desenvolvida pelas Mentres Empreendedoras, decorrente da necessidade identificada através do contacto direto com os professores e a comunidade escolar no âmbito da implementação de outros projetos. O Inspira o teu Professor pretende contribuir para a valorização da missão social dos Professores. O estudo de PISA mostra que professores mais motivados estão a associados a escolas com desempenhos acima do resultado expectável, dado o seu contexto socioeconómico.

Educação e Cultura

Plano Nacional das Artes

Desenvolvido pelas áreas governativas da Cultura e da Educação, o Plano Nacional das Artes (PNA) tem como objetivo tornar as artes mais acessíveis aos cidadãos, em particular às crianças e aos jovens, através da comunidade educativa, promovendo a participação, fruição e criação cultural, numa lógica de inclusão e aprendizagem ao longo da vida. Pretende incentivar o compromisso cultural das comunidades e organizações e desenvolver redes de colaboração e parcerias com entidades públicas e privadas, designadamente, trabalhando em articulação com os planos, programas e redes pré-existentes.

Educação e Cultura

Rede de Bibliotecas Escolares

O Município apresenta uma Rede de Bibliotecas Escolares que, através de iniciativas diversas, desenvolve competências de leitura dos alunos, nomeadamente recorrendo às novas tecnologias, com a disponibilização de livros digitais. O acesso a esta rede permite ainda estimular a imaginação e a criatividade das crianças e dos jovens, promover o conhecimento sobre a herança cultural bem como facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática.

Educação e Cultura

Semana da Mobilidade

O Município das Caldas da Rainha associa-se à Semana Europeia da Mobilidade com o objetivo de fomentar sinergias entre pessoas e lugares, consciencializar para as questões da mobilidade sustentável e promoção de boas práticas que favoreçam uma mobilidade mais ativa.

Educação e Cultura

Fórum Educação

Promoção do debate e reflexão sobre os temas relacionados com a Educação.

Educação e Cultura

Semana de Sensibilização para o prosseguimento de Estudos

O Município das Caldas da Rainha promove a apresentação da oferta formativa aos alunos que se encontram a frequentar os 9º e 12º anos, com a dinamização dos painéis "9º ano e agora?" e "12º ano é agora!". Os alunos poderão assim refletir sobre os seus interesses, as suas expectativas face ao futuro e as alternativas existentes para prosseguir estudos.

Educação

Empreendedorismo nas Escolas

Iniciativa promovida pela AIRO (Associação Empresarial da Região Oeste) e Câmara Municipal das Caldas da Rainha, com o objetivo de promover o empreendedorismo em estabelecimentos de ensino, do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, nas Caldas da Rainha.

Educação

Centros Tecnológicos Especializados

A criação dos Centros Tecnológicos Especializados (CTE) está alinhada com os objetivos definidos no âmbito da Estratégia Portugal 2030 e expressa uma aposta decidida em infraestruturas e equipamentos de elevada qualidade, melhorando a capacidade técnica e pedagógica dos espaços educativos e formativos e robustecendo quer a qualidade da oferta formação, quer a capacidade de respostas educativas e formativas, por forma a promover a igualdade de oportunidades e uma maior equidade no acesso aos recursos disponíveis, contribuindo para a redução das desigualdades socioeconómicas e geográficas. Assim, o Município das Caldas da Rainha estabeleceu parcerias com as entidades que apresentaram candidaturas ao projecto, de forma a viabilizar a concretização das mesmas.

Formação Profissional

Eco-Escolas

Colaboração com o Projeto Eco-Escolas, desenvolvido pela ABAE, apoiando as atividades propostas, participando na divulgação e promovendo o envolvimento dos alunos em vários projetos de sensibilização ambiental, nomeadamente no projeto "O Mar Começa Aqui", no qual o Município se responsabiliza por toda a logística inerente à sua concretização.

Educação Ambiental

Eco-Valor

O Município das Caldas da Rainha estabelece anualmente parceria com a Valorsul no concurso Separa e Ganha, que premeia a Escola ou Instituição que separa a maior quantidade lixo reciclável, de forma a sensibilizar e educar a comunidade escolar, os seus familiares e a comunidade envolvente para a correta utilização dos Ecopontos.

Educação
Ambiental**Peixes Nativos**

No âmbito do Projeto Peixes Nativos é proporcionado aos alunos das escolas de 1º Ciclo a monitorização das espécies ameaçadas de peixes de água doce autóctones, bem como a participação em diversas ações de sensibilização ambiental. Desta forma pretende-se promover a curiosidade científica, estimular o espírito crítico e a aplicação do raciocínio lógico-dedutivo, bem como despertar interesse pela conservação do meio natural e reconhecer o impacto das atividades humanas promovendo a mudança de atitudes para minimização dos impactos negativos.

Educação
Ambiental**Reciclar é a Nossa Praia**

A Novo Verde, entidade gestora de resíduos de embalagens, em parceria com a Sailors for the Sea Portugal (SFSP) lançam um desafio sob o mote “Reciclar é a Nossa Praia, International Coastal Cleanup Day” com o objetivo de consciencializar os portugueses de como o seu comportamento impacta os mares e oceanos, convidando à recolha de resíduos nas praias e zonas costeiras. O Município das Caldas da Rainha divulga e promove esta iniciativa junto dos alunos das escolas do concelho.

Educação
Ambiental**Visitas à Valorsul**

A Valorsul realiza visitas guiadas às instalações para grupos escolares, onde é possível conhecer os diferentes processos de valorização e tratamento de resíduos. As visitas são realizadas no âmbito do Programa de Educação Ambiental Ecovalor, em parceria com o município.

Educação
Ambiental**Visitas Paúl Tornada**

Pelas suas características e localização, o Paul de Tornada constitui um local privilegiado para a prática de Educação Ambiental e sensibilização para a conservação das zonas húmidas. O GEOTA e a Associação PATO, dinamizam neste local o Centro Ecológico e Educativo do Paul de Tornada, realizando atividades de Educação Ambiental, destinadas quer a alunos e professores, quer à população em geral. Nesta conformidade o Município das Caldas da Rainha celebrou um protocolo de apoio às atividades de Educação Ambiental no Centro Ecológico Educativo do Paúl de Tornada - Prof. João Evangelista, destinadas aos alunos de educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho.

Educação
Ambiental**Literacia Alimentar e Nutricional**

Desenvolvimento de estratégias de intervenção no aumento de literacia alimentar e nutricional e na capacitação dos alunos para a escolha alimentar adequada para a promoção da sua saúde, envolvendo os alunos de todos os níveis de ensino dos Agrupamentos de Escolas do Município. O projecto prevê ainda a promoção de ações de formação na área da alimentação, nutrição e sustentabilidade alimentar e ambiental na comunidade educativa, bem como a promoção e divulgação de programas e iniciativas na área da educação alimentar e nutricional, segurança alimentar e sustentabilidade.

Educação Inclusiva

Programa @prender+CR: Yoga, Badminton, Atividade Física e Desportiva, Terapia da Fala, Ocupacional, Psicologia e Nutrição

Programa Educativo “@prender Mais” é um projecto da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, de combate ao insucesso escolar, que consiste em desenvolver a prática de um estilo de vida mais saudável, sensibilizando tanto os alunos como a comunidade escolar.

Educação Inclusiva

10.3.3. A Educação no Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal (PDM) das Caldas da Rainha atualmente em vigor foi aprovado pela Assembleia Municipal das Caldas da Rainha e publicado no Diário da República nº 138, de 18 de julho de 2002, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2002.

Atualmente, decorre o processo de revisão do PDM, cujo resultado será um Plano designado de 2ª geração, que se distingue dos anteriores, designadamente, pela implementação de uma

gestão mais estratégica, assente na programação da ocupação, na introdução da definição da Estrutura Ecológica bem como da Avaliação Ambiental Estratégica, esta última, determinante no apoio à decisão.

No PDM em vigor, ficaram expressas, no respetivo Regulamento, um conjunto de orientações gerais e objetivos a perseguir, designadamente:

- a) Desenvolvimento equilibrado e planeado dos aglomerados urbanos;
- b) Desenvolvimento das potencialidades turísticas do concelho;
- c) Proteção e conservação da natureza e dos recursos naturais;
- d) Valorização do património edificado e arqueológico;
- e) Desenvolvimento e promoção da atividade e produção agrícola.

Do exposto é possível depreender que, apesar de a Carta Educativa se orientar, fundamentalmente, numa ótica de reconfiguração ou reordenamento da rede escolar, é indissociável do território a que se reporta e das dinâmicas que aí se desenvolvem, pelo que é de grande relevância o seu enquadramento ao nível da estratégia e modelo de planeamento do Município preconizados no respetivo PDM.

O processo de revisão da Carta Educativa das Caldas da Rainha decorre em simultâneo com a revisão do PDM, pelo que, necessária e desejavelmente, o Município sustentará a programação de ambos os instrumentos à luz da política urbana e da estratégia de desenvolvimento que pretende ver implementada no território.

11| proposta de reorganização da rede escolar



Os últimos anos têm sido férteis em alterações no sistema educativo português e a indispensabilidade de dar resposta a algumas das exigências decorrentes tem vindo a traduzir-se numa transformação muito significativa do parque escolar, o que originou, em muitos municípios, o encerramento de estabelecimentos de educação e ensino e a requalificação e/ou construção de novos equipamentos educativos, com especial incidência no 1º CEB e pré-escolar. No município das Caldas da Rainha, tendo já passado mais de uma década após a elaboração da carta educativa de 1ª geração, impõe-se, naturalmente, um processo de reorganização da rede escolar que considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas e no sistema educativo e que colmate as insuficiências encontradas, de modo a tornar o parque escolar consentâneo não só com a realidade atual, mas, fundamentalmente, com a prevista a médio/longo prazo.

Neste território municipal das Caldas da Rainha a redução da população escolar observada nos últimos anos letivos e as projeções para as próximas duas décadas, que apontam para o agravamento desta tendência (embora se observe presentemente um crescimento da população escolar nos diferentes níveis de ensino, decorrente da forte imigração que se tem observado no nosso país em geral, e no caso das Caldas da Rainha, em particular³⁵), determinam uma abordagem atenta quanto às propostas de reorganização da rede escolar a realizar, as quais deverão assentar na reorganização dos estabelecimentos de educação e ensino existentes - ampliação, requalificação e reconversão -, ou mesmo com um possível encerramento (sempre que as dinâmicas demográficas o exijam), e não na construção de novos equipamentos educativos. Pretende-se assim uma rentabilização dos espaços existentes, no quadro de uma racionalidade que se deseja dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão têm efeitos duradouros e crescentemente elevados.

Mas a necessidade de definir critérios municipais a seguir para a reorganização da rede escolar está também relacionada com a mudança no paradigma do planeamento educativo que se tem vindo a efetivar e que é evidente para todos aqueles que se têm debruçado sobre esta questão no nosso país. Se, no período após 2003 (Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro), com a obrigatoriedade de realização da carta educativa, e, em particular, no período após 2005, na sequência do anúncio de financiamento comunitário, a reorganização da rede escolar apresentava um carácter fortemente centralizado, em função das normas ditadas pela tutela, no presente momento a filosofia da reorganização da rede escolar pode (e deve) assumir novos contornos, com o peso crescente dos municípios na escolha de um caminho próprio para a educação no seu território. Na realidade, a carta educativa criou condições para que os municípios se pudessem afirmar, pela primeira vez, como autores e participantes na reorganização da sua rede escolar, habilitando-os a encontrar soluções educativas locais, mas a verdade é que acabou por acontecer num quadro de forte regulação estatal, até porque o

³⁵ As questões associadas à imigração devem ser assumidas com grande atenção e com ponderação uma vez que estas refletem as dinâmicas económicas do país (e/ou regiões), podendo esta alterar-se muito rapidamente. Quando se observa este crescimento dos últimos anos, deve ser sempre feita a reflexão do aconteceu antes e depois da crise das Dívidas Soberanas". Neste contexto, quando se pondera a construção ou ampliação de um equipamento escolar, esta deve sempre ser equacionada esta equação.

financiamento dos novos centros educativos dependia de aprovação do ME, pelo que se pode afirmar que existiu uma descentralização “controlada”.

Foi neste contexto que foram (re)definidos pelos responsáveis políticos e técnicos do concelho de Caldas da Rainha um conjunto de critérios municipais gerais e específicos orientadores do planeamento educativo, que manifestamente apresentam uma natureza algo distinta dos publicados nacionalmente, ainda que a reorganização da rede escolar dê cumprimento legal ao Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e às normas de planeamento educativo divulgadas posteriormente pelo ME.

Critérios gerais

- Cumprir a política educativa nacional, numa clara articulação entre as orientações do ME e as necessidades educativas locais;
- Potenciar as condições para garantir a liberdade de escolha da escola/projeto educativo para pais e/ou encarregados de educação ou, quando maiores, para alunos.

Critérios específicos

- Reorganizar, sempre que possível, os estabelecimentos de educação e ensino de reduzida dimensão (menos de 4 salas no 1.º CEB), integrando a população escolar em escolas de maior dimensão procurando oferecer, à totalidade dos alunos do município, condições físicas e pedagógicas superiores e uma igualdade de oportunidade a esses mesmo alunos;
- Procurar garantir, sempre que as condições físicas – edifícios e mobilidades – que seja possível a existência de uma sala e um docente por ano de escolaridade, indo ao encontro do que é desejável para uma educação do século XXI, e isto mesmo no caso de não se observar a existência de escolas com 4 salas;
- Estabilizar as trajetórias escolares, salvaguardando a razoabilidade nas deslocações das crianças na tripla vertente, conforto/segurança, distância a percorrer e duração do percurso, para evitar que os alunos percorram, diariamente, grandes distâncias e percam um tempo excessivo em viagens;
- Procurar diminuir o isolamento, possibilitando a socialização entre alunos e uma maior interação entre alunos e professores;
- Gerar dimensão crítica que assegure a formação de cidadãos conscientes, interventivos, criativos e inovadores e a criação de uma comunidade mais aberta e informada, através de todos os meios ao seu alcance e com a colaboração dos pais e/ou encarregados de educação e da comunidade;
- Rentabilizar os recursos humanos e materiais disponíveis, procurando articulações e complementaridades;
- Qualificar o parque escolar, procurando a melhoria das condições de vivência escolar e a qualificação das aprendizagens;

- Permitir a cobertura da totalidade da população a escolarizar nos diferentes níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, nas suas diferentes modalidades;
- Integrar os diferentes níveis de ensino, procurando que os alunos complementem a escolaridade básica no mesmo agrupamento de escolas ou nas escolas responsáveis pela respetiva sequencialidade;
- Reduzir as assimetrias existentes no território municipal, minimizando uma possível diferenciação negativa entre as zonas com carácter periférico e as zonas urbanas;
- Contribuir para o processo de planeamento e ordenamento do território.

De salientar, ainda, que no caso de um possível encerramento dos estabelecimentos de educação e ensino de reduzida dimensão deverá ser defendida uma lógica de “proximidade” (e qualidade) nos estabelecimentos de educação pré-escolar, na tentativa de manter o maior número possível em funcionamento, enquanto que se deve procurar a “qualidade” nos estabelecimentos de 1.º CEB, embora os encerramentos, neste caso, apenas se possam justificar pela evolução dos resultados demográficos e sempre numa lógica de melhoria das condições de ensino dos alunos.

Além destes critérios municipais gerais e específicos orientadores do planeamento educativo, a definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do concelho de Caldas da Rainha obedeceu ainda, naturalmente, aos parâmetros reguladores emanados pelo ME que têm vindo a ser seguidos no nosso país nos últimos anos e que têm como objetivo central a criação de condições de igualdade de acesso a um ensino de qualidade para todos os alunos.

De acordo com o artigo 15.º do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o ordenamento da rede escolar deve, considerando o disposto nos artigos 37.º a 41.º da LBSE, estruturar-se em função dos seguintes **princípios gerais**:

- Consideração da educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica;
- Sequencialidade entre os diferentes ciclos do ensino básico, de acordo com o definido na Lei de Bases do Sistema Educativo, como elemento propiciador do cumprimento, com sucesso, do percurso da escolaridade obrigatória, e como reconhecimento de que este percurso se deve efetuar, de preferência, numa única escola ou agrupamento de escolas;
- Expressão territorial da rede educativa, entendida como a distribuição dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino, de acordo com a divisão administrativa do País, tendo em atenção fatores resultantes das características geográficas do território, da densidade e da idade da população a escolarizar, do nível de educação e ensino em questão e da necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas.

Com base nestes princípios gerais, o mesmo diploma legal define no seu artigo 16.º que o ordenamento da rede escolar deve contribuir para os seguintes objetivos:

- Garantia do direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Superação das situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;
- Garantia de uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
- Garantia da qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
- Desenvolvimento de formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes, especialmente através da conclusão do processo de agrupamento de escolas e de autonomia da sua gestão;
- Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, por forma que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos dessa mesma área.

Para atingir estes objetivos, o referido diploma legal estabelece, no seu artigo 17.º, que o **ordenamento da rede escolar** deve respeitar, entre outros, os seguintes **parâmetros técnicos**:

- Tipologia de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino públicos, em cada momento definidos e caracterizados;
- Modalidades de agregação entre os estabelecimentos de educação pré-escolar e os dos diferentes ciclos do ensino básico, no sentido do aprofundamento do processo de constituição de agrupamentos de escolas;
- Caracterização dos edifícios e de outras infraestruturas educativas, bem como do mobiliário e demais equipamentos, em função do tipo de escola, do número de alunos, das exigências pedagógicas e dos padrões de qualidade e de funcionamento definidos;
- Dimensão padrão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, por forma a estabelecer os limiares mínimo e máximo das crianças e alunos utentes de cada jardim-de-infância, escola do ensino básico, escola do ensino secundário e agrupamento de escolas, tendo em atenção as idades de quem os frequenta e a especificidade dos diferentes níveis de educação e de ensino ministrados em cada um;
- Dimensão padrão e características dos quadros de pessoal, docente e não docente, de cada estabelecimento de educação pré-escolar e de ensino ou agrupamento de escolas, tendo em atenção a especificidade das ofertas educativas.

Temos, assim, duas perspetivas de análise: uma claramente local, que reflete de um modo inequívoco as questões de índole territorial do concelho de Caldas da Rainha e que não ignora as diferentes características físicas e dinâmicas humanas observadas nas diferentes freguesias que integram o seu território municipal, com o peso do carácter periférico ou da alta densidade populacional a ganhar contornos decisivos em alguns territórios, e uma outra que pretende

adotar as linhas uniformizadoras que o ME tem procurado para a rede escolar nacional, definidas de modo muito centralista - *top-down*.

Além destes conceitos base, a definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município considerou, ainda, as questões básicas ao nível do ordenamento e planeamento do território, como a morfologia, os declives, a rede hidrográfica, a rede viária, a rede de transportes públicos, as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, a rede de estabelecimentos de educação e ensino e respetivas ofertas educativas, as projeções da população escolar, as áreas de influência, os fluxos e a distância-tempo dos percursos dos alunos casa-escola. Ainda que a análise das condicionantes naturais assuma frequentemente um papel determinante, uma vez que são responsáveis por algumas fronteiras e alguns dos estrangulamentos existentes, o que no caso particular do território municipal das Caldas da Rainha, estas variáveis exercem uma interferência pouco significativa. Por sua vez, a dinâmica demográfica mantém o papel de destaque, tendo sido fundamental fazer a avaliação dos quantitativos e das características da população e do povoamento no tempo presente, mas sobretudo determinar os seus quantitativos e as suas características futuras, com o objetivo de definir cenários para as diversas atividades públicas e privadas.

Naturalmente, a definição e apresentação de uma proposta de reorganização da rede escolar para o município das Caldas da Rainha só se tornou possível após o diagnóstico do sistema educativo municipal, o qual incluiu o conhecimento da evolução recente da oferta e procura educativa e a realização das estimativas relativas às necessidades da oferta e procura educativa previstas para os próximos anos letivos, bem como a identificação das debilidades e potencialidades do sistema educativo municipal.

11.1. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

De acordo com os princípios orientadores e com a população escolar prevista para os próximos anos, onde se constata que a um setor ocidental do território municipal com número significativo de nascimentos (exceção feita às freguesias de Foz do Arelho e Nadadouro) se opõe um setor oriental de baixo número de nascimentos a proposta de reorganização da rede escolar pública do concelho de Caldas da Rainha deverá assentar nos seguintes pressupostos:

- **uma educação pré-escolar**, em que se observe a manutenção dos jardins de infância enquanto o número de crianças inscritas assumir uma dimensão capaz de assegurar o seu funcionamento com qualidade pedagógica, sendo indicados os equipamentos educativos de acolhimento, para quando a frequência diminuir para números inferiores aos que são pedagogicamente recomendados. Aliás, todo o processo de disponibilização de espaços para a frequência universal das crianças de 3, 4 e 5 anos que tem vindo a ser defendido e implementado pelo poder central, deverá, no caso do território municipal, ser equacionado e monitorizado no quadro das projeções da natalidade, de modo a que não se possa vir a observar a curto prazo, uma oferta superior à procura.

- **no caso do 1º CEB**, e tendo em consideração que o limite mínimo para o funcionamento de um estabelecimento de ensino de 1º CEB (de acordo com o definido pela Tutela) deverá ser o de 21 alunos, a proposta de reorganização da rede escolar pública do concelho de Caldas da Rainha deve, porém, observar um reduzido número de encerramentos. A proposta passa, e sempre que os equipamentos educativos não cumpram os requisitos necessários para garantir a premissa de uma sala e um professor por ano de escolaridade, pela associação (emparelhamento) de estabelecimentos de modo a que os alunos apresentem condições idênticas de acesso ao ensino, princípio em que deve assentar a criação de condições materiais adequadas às atuais exigências pedagógicas, à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar. Nesta situação podem encontrar-se as escolas que apresentam menos de 4 salas de aula ou que registam uma população escolar que não permita a constituição de turmas independentes em cada ano de escolaridade. Tendo em consideração a questão das mobilidades que a solução obriga, deve ser equacionada a manutenção de muitas escolas mas, como indicado, numa situação de complementaridade entre estabelecimentos de proximidade, com dois anos a funcionar num estabelecimento e os outros dois no outro estabelecimento. Assim, é assumido que observar-se-á a proposta de manutenção em funcionamento de estabelecimentos de ensino nestas circunstâncias sempre que a sua localização ou outras características específicas o justifiquem, devendo para o efeito serem elaborados e implementados projetos educativos próprios (com a participação dos encarregados de educação bem como dos atores locais). Não obstante, considerando que, caso não se observe nenhuma situação inesperada capaz de inverter a tendência de decréscimo da população escolar prevista (p. e. crescimento observado em função da imigração recente), o encerramento destes equipamentos educativos a médio/longo prazo, por imposição legal (e por imperativos de uma necessidade assumida pelo município de uma educação de qualidade), será expectável, pelo que devem ser desde já indicados os estabelecimentos de ensino de acolhimento, para quando a frequência diminuir para números inferiores ao pedagogicamente recomendado e para que os estabelecimentos de ensino de acolhimento se encontrem preparados para tal eventualidade, aliás como se vai observar em ponto ulterior.
- **no caso dos 2º e 3º CEB e ensino secundário**, a proposta de reorganização da rede escolar pública do concelho de Caldas da Rainha considera a manutenção de todos os estabelecimentos de ensino. Neste quadro de análise, não pode ser descurada a existência de dois equipamentos da rede particular que introduzem diferenças significativas nas dinâmicas naturais da população escolar e cuja a alteração do número de turmas contratualizadas que se tem vindo a observar na última década, tem levado à integração dos alunos nos estabelecimentos de ensino da rede pública. Esta situação poderá ter levado, em muitos casos, a colocar pressão no próprio funcionamento dos equipamentos da rede pública que, em muitos casos, já se encontram próximos da sobrelotação, julgando-se que esta situação deve vir a ser devidamente monitorizada muito em função da tendência generalizada de decréscimo dos efetivos escolares nestes níveis de ensino. Porém, neste ponto deve ser de imediato referido a proposta que se

equaciona para a Escola Básica de Santa Catarina, uma vez que este setor nordeste do território municipal exige a ponderação de este estabelecimento (que no presente momento exige um esforço significativo de reabilitação dos espaços, passar a funcionar como Escola Básica Integrada, incorporando a totalidade dos alunos deste setor, tanto dos 2º e 3º ciclos, mas também do 1º CEB e Educação pré-escolar, levando aqui ao encerramento das escolas de 1º ciclo com duas salas deste território de menor densidade, oferecendo assim uma melhoria das condições físicas e pedagógicas a todas as crianças e alunos.

11.1.1. Agrupamento de Escolas D. João II

No Agrupamento de Escolas D. João II verificava-se, no ano letivo 2021/2022, que a educação pré-escolar era frequentada por um total de 338 crianças. Considerando que a totalidade dos equipamentos apresenta capacidade para 488 crianças, a taxa de ocupação associada a este nível de ensino era de 69,3%. Neste contexto, destacam-se os 6 equipamentos que disponibilizam apenas 1 sala de atividade, designadamente Jardim de Infância do Casal Celão, Escola Básica da Encosta do Sol, Escola Básica da Lagoa Parceira, Escola Básica de Reguengo da Parada, Escola Básica de Salir do Porto e Escola Básica da Tornada, embora as taxas de ocupação oscilem entre o valor mínimo registado no Jardim de Infância do Casal Celão (44% - 11 crianças) e o valor máximo registado na Escola Básica da Encosta do Sol (80% - 20 crianças).

Em sentido oposto, alguns estabelecimentos de pré-escolar apresentam um maior número de espaços de atividades, embora seja de referir que as taxas de ocupação se apresentem bastante díspares, resultado do seu posicionamento no território do município – urbano versus rural. Assim, estabelecimentos como a Escola Básica de Salir de Matos (3 salas), a Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo (3 salas) e a Escola Básica de Avenal (4 salas) vão oscilar entre os 25,3% registados na primeira - 19 crianças - e os 92% observados na segunda - 69 crianças. Numa posição intermédia, com 2 salas de atividade surgem o Jardim de Infância do Campo e Jardim de Infância do Coto, cujas taxas de ocupação são de 58% - 29 crianças - e 80% - 40 crianças -, respetivamente.

Já no que respeita ao 1º CEB verifica-se que este agrupamento apresenta uma capacidade global para 978 alunos, sendo frequentado por 710 alunos, representando uma taxa de ocupação de 72,6%. Salienta-se, neste caso, o facto de existir 1 equipamento que apresenta apenas 1 sala de aula (Escola Básica da Lagoa Parceira) e, ainda, seis estabelecimentos com 2 salas de aula, designadamente Escola Básica do Coto, Escola Básica do Campo, Escola Básica de Chão da Parada, Escola Básica de Reguengo da Parada, Escola Básica de Salir do Porto e Escola Básica da Tornada. Já no que se refere à taxa de utilização destacam-se os reduzidos valores registados na Escola Básica de Salir de Matos (40,1%), que com um total de 8 salas de aula, reflete um claro sobredimensionamento deste equipamento, isto associado a momentos anteriores de planeamento de rede escolar.

A Escola Básica de Salir do Porto e a Escola Básica da Tornada apresentam também uma baixa taxa de ocupação (43,8% e 56,6%). Em sentido inverso, as taxas de utilização mais elevadas são observadas na Escola Básica da Encosta do Sol (97,9%), Escola Básica de Avenal (92,2%) e Escola Básica de Chão da Parada (91,7%), situação associadas, como foi referido, à dicotomia urbano-rural (Quadro 104).

Neste sentido, considerando a projeção da população em idade escolar e tendo como referência os valores estimados para 2027/2028, estima-se uma tendência generalizada de decréscimo (-5,9%, correspondendo a -87 crianças em idade de frequência), embora deva ser lembrado o momento atual de chegada de crianças ao território por força de uma imigração associada ao contexto económico que presentemente se observa.

A proposta de reorganização para a educação pré-escolar passa, essencialmente, pela manutenção de todos os equipamentos afetos a este nível de educação e ensino, enquanto a população escolar assegure e justifique a sua continuidade. Já no caso do 1º CEB, a proposta passa pelo encerramento do 1º CEB na Escola Básica da Lagoa Parceira, uma vez que a mesma não assegura as condições requeridas para um ensino de qualidade. Os alunos do 1º CEB desta escola deverão integrar a Escola Básica de Avenal. No edifício da EB Lagoa Parceira deverá vir a observar-se a possibilidade, e após uma significativa requalificação e remodelação do edifício com a sua transformação em creche.

Para a EB Coto, EB Campo, EB Salir de Matos EB Salir do Porto e EB Tornada, é proposta a sua manutenção a curto prazo, isto enquanto os efetivos escolares justifiquem o seu funcionamento, pelo que a população escolar afeta a estes equipamentos deverá ser alvo de uma atenta monitorização em sede de Conselho Municipal de Educação nos próximos anos letivos, no sentido de aferir se a sua continuidade se encontra justificada. Porém, pode observar-se uma situação alternativa, e que é aquela que parece ser a mais aconselhada, e poderá passar pela manutenção dos equipamentos que possuam apenas 2 salas, isto em escolas próximas, com os 1º e 2º anos a funcionar num equipamento, e os 3º e 4º anos de escolaridade a funcionar em outro estabelecimento de ensino, sendo essa uma opção viável e que já se encontra em funcionamento na EB Chão da Parada (44 alunos) e EB Reguengo da Parada (14 alunos), na medida em que a distância entre ambas é de cerca de 1 km.

QUADRO 104 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º CEB no Agrupamento de Escolas D. João II no ano letivo 2021/2022 e propostas de reorganização.

Agrupament o de escolas	Tipol ogia	Freguesia	Estabelecimento de ensino	Número de salas		Capacidade		Número de alunos		Taxa de ocupação (%)		Propostas de reorganização	
				EPE	1º CEB	EPE	1º CEB	EPE	1º CEB	EPE	1º CEB	EPE	1º CEB
D. João II	JI	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Jardim de Infância do Campo	2	0	50	0	29	–	58,0	–	manutenção	–
			Jardim de Infância do Casal Celão	1	0	25	0	11	–	44,0	–	manutenção	–
		UF Tornada e Salir do Porto	Jardim de Infância do Coto	2	0	50	0	40	–	80,0	–	manutenção	–
	EB1	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Escola Básica do Coto	0	2	0	48	–	31	–	64,6	–	manutenção com monitorização
			Escola Básica do Campo	0	2	0	48	–	38	–	79,2	–	manutenção com monitorização
		UF Tornada e Salir do Porto	Escola Básica de Chão da Parada	0	2	0	48	–	44	–	91,7	–	manutenção com reorganização (2 anos de escolaridade na EB Chão da Parada e os outros 2 anos na EB Reguengo da Parada)
	EB1/JI	Salir de Matos	Escola Básica de Salir de Matos	3	8	75	192	19	77	25,3	40,1	manutenção	manutenção com monitorização
			Escola Básica da Encosta do Sol	1	4	25	96	20	94	80,0	97,9	–	manutenção
		UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Escola Básica da Lagoa Parceira	1	1	25	18	15	16	60,0	88,9	manutenção	encerramento do 1º CEB. Possibilidade de transformação em salas de creche em função da procura.
			Escola Básica de Avenal	4	8	88	192	88	177	100,0	92,2	manutenção	manutenção com reorganização (integração dos alunos provenientes da EB Lagoa Parceira)
			Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo	3	8	75	192	69	171	92,0	89,1	manutenção	manutenção
		UF Tornada e Salir do Porto	Escola Básica de Reguengo da Parada	1	2	25	48	14	14	56,0	29,2	manutenção	manutenção com reorganização (2 anos de escolaridade na EB Chão da Parada e os outros 2 anos na EB Reguengo da Parada)
			Escola Básica de Salir do Porto	1	2	25	48	13	21	52,0	43,8	manutenção	manutenção com monitorização
			Escola Básica da Tornada	1	2	25	48	20	27	80,0	56,3	manutenção	manutenção com monitorização
Total			20	41	488	978	338	710	69,3	72,6			

No Agrupamento de Escolas, apenas a Escola Básica D. João II se apresenta como o único equipamento que assegura o 2º e 3º CEB, devendo ser referido que não se observa qualquer estabelecimento em que seja lecionado o ensino secundário, pelo que o estabelecimento sede apresenta uma capacidade global para 1092 alunos para estes dois níveis de ensino (Quadro 105). Considerando que no ano letivo 2021/2022 a frequência associada a este nível de ensino foi de 880 alunos, registando-se assim, com a sua tipologia de 39 salas, uma taxa de ocupação de cerca de 80,6%. Neste sentido, a reorganização da rede escolar deve assumir a manutenção deste equipamento, ainda que se encontre prevista uma redução dos efetivos escolares a médio/longo prazo, reforçada pela saída de alguns alunos para os equipamentos da rede particular (designadamente o Colégio Frei São Cristóvão e o Colégio Rainha Dona Leonor³⁶), cuja capacidade de atração tem influenciado de forma bastante significativa os quantitativos escolares associados a este agrupamento. Caso se verifique uma diminuição e/ou extinção do número de turmas com contrato de associação neste setor do território pode acontecer que a EB D. João II possa vir a apresentar algumas dificuldades na capacidade de acolher a totalidade dos alunos já que, a sua taxa de ocupação era em 2021/22, de 80,6%³⁷.

QUADRO 105 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas D. João II no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas	Freguesia	Tipologia	Estabelecimento de ensino	Salas	Capacidade	Número de alunos			Taxa de ocupação (%)	Propostas de reorganização
						2º e 3º CEB	ES	Total		
D. João II	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	EB2,3	Escola Básica D. João II	39	1092	880	–	880	80,6	Manutenção

11.1.2. Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro

O território onde se encontram instalados os estabelecimentos associados ao Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro, tanto os de pré-escolar como do 1º ciclo, localizam-se no sector do território municipal onde se observam menos nascimentos, facto que deve levar a uma análise mais pormenorizada em termos de reorganização da rede escolar. Neste sentido, constata-se que na educação pré-escolar a taxa de ocupação era de apenas 48%, facto que resulta da existência de uma capacidade instalada para 275 crianças, e uma frequência associada apenas de 132 crianças. Por outro lado, e individualizando esta análise, é possível constatar que a maioria dos equipamentos de educação pré-escolar apresenta apenas 1 sala de atividade, sendo os casos do Jardim de Infância de Santa Susana, Jardim de Infância de Santa Catarina, Escola Básica de A-dos-Francos, Escola Básica de Casais da Serra, Escola Básica de São Gregório

³⁶ Um estudo referente ao ano letivo 2010/2011 permitiu aferir que um número bastante significativo de alunos provenientes da área de influência Agrupamento de Escolas D. João II integravam o Colégio Frei São Cristóvão - 240 alunos - e o Colégio Rainha Dona Leonor - 80 alunos (Cordeiro, A. M. Rochette – coord. - "Reorganização da Rede do Ensino Particular e Cooperativo com Contrato de Associação, 2011, FLUC/GEPE).

³⁷ Esta situação obriga a uma efetiva monitorização caso existam alterações à oferta de turmas com contrato de associação nos próximos anos.

e Escola Básica de Santa Catarina. A análise destes mesmos equipamentos sugere uma realidade bastante heterógena em termos de taxa de ocupação, registando-se valores bastante elevados na Escola Básica de A-dos-Francos (100% - 25 crianças) e no Jardim de Infância de Santa Catarina (84% - 21 crianças). Em sentido inverso, as taxas de ocupação mais reduzidas são observadas no e Jardim de Infância de Santa Susana (32% - 8 crianças) e Escola Básica de Casais da Serra (40% - 10 crianças). Com 2 salas de atividade destaca-se o Jardim de Infância do Carvalhal Benfeito, que com apenas 13 crianças, o que representa uma taxa de ocupação de 26% (Quadro 106).

Relativamente ao 1º CEB verifica-se que este agrupamento regista uma capacidade para 598 alunos, sendo que a população escolar é de apenas 242 alunos, valor que representa uma taxa de ocupação total de 40,5%. Neste contexto, no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro não existe qualquer equipamento com apenas 1 sala de aula, sendo que, com exceção da Escola Básica de Alvorninha (8 salas), Escola Básica de Santa Catarina (4 salas) e Escola Básica de A-dos-Francos (3 salas), todos os restantes equipamentos disponibilizam 2 espaços letivos. As taxas de ocupação mais significativas são registadas na Escola Básica de A-dos-Francos (61,5% - 48 alunos) e na Escola Básica de Santa Catarina (54,8% - 57 alunos), enquanto as mais reduzidas são observadas na Escola Básica de Alvorninha, na Escola Básica de Relvas e na Escola Básica do Carvalhal Benfeito, designadamente 26% (54 alunos), 38,5% (20 alunos) e 38,5% (20 alunos).

A proposta de reorganização da rede, e no que diz respeito à educação pré-escolar do Agrupamento de Escola Rafael Bordalo Pinheiro passa, essencialmente, pela manutenção de todos os equipamentos afetos a este nível de educação e ensino, enquanto a população escolar assegure e justifique a sua continuidade. Relativamente ao 1º CEB, a proposta considera a possibilidade de encerramento de um equipamento, designadamente, a Escola Básica de Relvas, cuja baixa taxa de ocupação (38,5%). Os alunos passariam a integrar a EB Santa Catarina, a qual dista cerca de 2 km da EB Relvas.

A médio prazo, uma possível solução, um pouco mais condicente com o que se defende para a qualidade de ensino das crianças dos 6 aos 10 anos (e que poderá vir a observar-se a médio prazo), poderá passar pela criação de apenas dois polos para o 1ºCEB, designadamente na EB Alvorninha e na EB Santa Catarina, cuja capacidade conjunta para este nível de ensino é de 260 alunos, valor que neste momento seria suficiente para acolher a totalidade das crianças afeta ao 1º CEB do agrupamento, opção que sai reforçada pela estimativa de decréscimo generalizado dos efetivos escolares do 1º CEB no território municipal. Aliás, a necessidade de reabilitação física da EB Santa Catarina, levou ao equacionar, já no imediato, da solução deste estabelecimento funcionar como polo escolar de todo o setor nordeste do território. Neste contexto os alunos da EB Relvas e EB Carvalhal Benfeito passariam a frequentar a EB Santa Catarina, passando este a usufruir de todas as condições que uma escola deve oferecer – biblioteca; refeitório; espaços para a prática física-motora, entre outros espaços.

Já nos restantes estabelecimentos de ensino a proposta de reorganização considera que a opção mais adequada será a sua manutenção enquanto os efetivos escolares assegurem o seu funcionamento, pelo que a evolução da frequência associada deve ser devidamente monitorizada a curto prazo no sentido de reavaliar a sua manutenção nos próximos anos letivos.

QUADRO 106 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º CEB no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas	Tipologia	Freguesia	Estabelecimento de ensino	Número de salas		Capacidade		Número de alunos		Taxa de ocupação (%)		Propostas de reorganização	
				EPE	1º CEB	EPE	1º CEB	EPE	1º CEB	EPE	1º CEB	EPE	1º CEB
Rafael Bordalo Pinheiro	JI	A dos Francos	Jardim de Infância de Santa Susana	1	0	25	0	8	–	32,0	–		
		Carvalho Benfeito	Jardim de Infância do Carvalho Benfeito	2	0	50	0	13	–	26,0	–	manutenção	–
		Santa Catarina	Jardim de Infância de Santa Catarina	1	0	25	0	21	–	84,0	–	manutenção	–
	EB1	Carvalho Benfeito	Escola Básica do Carvalho Benfeito	0	2	0	52	–	20	–	38,5	–	manutenção com monitorização
		Santa Catarina	Escola Básica de Relvas	0	2	0	52	–	20	–	38,5	–	possibilidade de encerramento. Os alunos deverão integrar a EB Santa Catarina. Possibilidade de transformação em creche.
	EB1/JI	A dos Francos	Escola Básica de A-dos-Francos	1	3	25	78	25	48	100,0	61,5	manutenção	manutenção
		Alvorninha	Escola Básica de Alvorninha	3	8	75	208	40	54	53,3	26,0	manutenção	manutenção
		Landal	Escola Básica de Casais da Serra	1	2	25	52	10	21	40,0	40,4	manutenção	manutenção com monitorização
		UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Escola Básica de São Gregório	1	2	25	52	15	22	60,0	42,3	manutenção	manutenção com monitorização
	EBI/JI	Santa Catarina	Escola Básica de Santa Catarina	1	4	25	104	–	57	–	54,8	manutenção	manutenção e reorganização: criação de salas de creche; integração dos alunos provenientes da EB Relvas.
Total				11	23	275	598	132	242	48,0	40,5		

No que diz respeito ao 2º e 3º CEB e ensino secundário do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro é possível observar dois cenários distintos, na medida em que a Escola Básica de Santa Catarina apresenta um valor bastante reduzido em termos de taxa de ocupação – 30,5% -, enquanto a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, que integra também o ensino secundário, apresenta uma taxa de 70,8% (Quadro 107).

Neste caso, também não devem ser menosprezadas as alterações que a existência de equipamentos que integram a rede particular podem introduzir alterações significativas nas dinâmicas da população escolar, já que o seu encerramento e consequente integração dos alunos nos equipamentos da rede pública podem conduzir à sua sobrelotação. Neste sentido, a evolução dos alunos que integram o 2º e 3º CEB e ensino secundário, bem como as suas dinâmicas, devem ser devidamente monitorizadas a curto prazo, para que a reorganização do parque escolar do concelho de Caldas da Rainha reflita essas mesmas dinâmicas.

QUADRO 107 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas	Freguesia	Tipologia	Estabelecimento de ensino	Salas	Capacidade	Número de alunos			Taxa de ocupação (%)	Propostas de reorganização
						2º e 3º CEB	ES	Total		
Rafael Bordalo Pinheiro	Santa Catarina	EBI/JI	Escola Básica de Santa Catarina	20	560	171	-	171	30,5	Manutenção
	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	ES/3	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	61	1708	211	999	1210	70,8	Manutenção
Total				81	2268	382	999	1381	60,9	

11.1.3. Agrupamento de Escolas Raúl Proença

A rede escolar associada ao pré-escolar do Agrupamento de Escolas Raúl Proença registava em 2021/22 uma frequência de 272 crianças. Considerando a existência de uma capacidade instalada para 350 crianças, a taxa de ocupação deste nível de ensino era 77,7%, sendo a mais elevada dos 3 agrupamentos do território municipal. Neste contexto, apenas o Jardim de Infância da Foz do Arelho apresenta 1 sala de atividade, sendo que este equipamento apresenta uma taxa de ocupação de 28% (apenas 7 crianças). Já o Jardim de Infância do Nadadouro (26), Jardim de Infância São Cristóvão (41) e Jardim de Infância do Bairro das Morenas (44) disponibilizam 2 salas de atividade e taxas de ocupação de 52%, 82% e 88%, respetivamente. Com taxas de ocupação igualmente elevadas destacam-se a Escola Básica n.º 1 de Santo Onofre (93,3% - 70 alunos) e Escola Básica do Bairro dos Arneiros (84% - 84 alunos), sendo que estes equipamentos apresentam 3 e 4 salas, respetivamente.

Já no que se refere ao 1º CEB a taxa de ocupação global era de 70,9%, na medida em que este nível de ensino apresenta uma capacidade para 936 alunos e era frequentado por 664

alunos. Relativamente aos espaços letivos, aqui será de referir que a Escola Básica da Foz do Arelho (48,1% - 25 alunos) e a Escola Básica do Nadadouro (61,5% - 32 alunos) apresentavam neste ano letivo apenas 2 salas de atividade cada. Em sentido oposto, as escolas localizadas no espaço urbano - Escola Básica do Bairro da Ponte, Escola Básica do Bairro dos Arneiros, Escola Básica n.º 1 de Santo Onofre e Escola Básica de Santo Onofre -, com 8 espaços letivos apresentam taxas de ocupação bastante significativas. Destacam-se os 87% da Escola Básica de Santo Onofre e os 84,1% na Escola Básica do Bairro dos Arneiros. As restantes duas escolas, embora com 8 salas, parecem encontrar-se em certa medida subaproveitadas, na medida em que apresentam taxas de ocupação em torno dos 60%, pelo que a integração de muitos alunos imigrantes que têm vindo a procurar os estabelecimentos de ensino do setor urbano poderá passar por estes últimos (Quadro 108).

As propostas de reorganização para este agrupamento equacionam a manutenção de toda a oferta ao nível da educação pré-escolar. Relativamente ao 1º CEB e, na tentativa de manter os equipamentos com 2 salas, e assegurar uma melhor qualidade de ensino, propõe-se, para a EB Foz do Arelho e EB Nadadouro, o regime de 1º e 2º anos a funcionar num equipamento, e os 3º e 4º anos de escolaridade a funcionar no outro estabelecimento de ensino.

Para os restantes estabelecimentos de ensino as propostas de reorganização apontam para a sua manutenção a curto/médio prazo.

QUADRO 108 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º CEB no Agrupamento de Escolas Raúl Proença no ano letivo 2021/2022.

Agrupamento de escolas	Tipologia	Freguesia	Estabelecimento de ensino	Número de salas		Capacidade		Número de alunos		Taxa de ocupação (%)		Propostas de reorganização	
				EPE	1º CEB	EPE	1º CEB	EPE	1º CEB	EPE	1º CEB	EPE	1º CEB
Raúl Proença	JI	Foz do Arelho	Jardim de Infância da Foz do Arelho	1	0	25	0	7	–	28,0	–	manutenção	–
		Nadadouro	Jardim de Infância do Nadadouro	2	0	50	0	26	–	52,0	–	manutenção	–
		UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Jardim de Infância São Cristóvão	2	0	50	0	41	–	82,0	–	manutenção	–
		UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	Jardim de Infância do Bairro das Morenas	2	0	50	0	44	–	88,0	–	manutenção	–
	EB1	Foz do Arelho	Escola Básica da Foz do Arelho	0	2	0	52	–	25	–	48,1	–	manutenção com reorganização (2 anos de escolaridade na EB Foz do Arelho e os outros 2 anos na EB Nadadouro).
		Nadadouro	Escola Básica do Nadadouro	0	2	0	52	–	32	–	61,5	–	manutenção com reorganização (2 anos de escolaridade na EB Foz do Arelho e os outros 2 anos na EB Nadadouro). Em função da procura, possibilidade de ampliação da EB Nadadouro.
		UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	Escola Básica do Bairro da Ponte	0	8	0	208	–	125	–	60,1	–	manutenção
	EB1/JI	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	Escola Básica do Bairro dos Arneiros	4	8	100	208	84	175	84,0	84,1	manutenção	manutenção
			Escola Básica n.º 1 de Santo Onofre	3	8	75	208	70	126	93,3	60,6	manutenção	manutenção
	EBI	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	Escola Básica de Santo Onofre	0	8	0	208	–	181	–	87,0	–	manutenção
Total				14	36	350	936	272	664	77,7	70,9		

O parque escolar afeto ao 2º e 3º CEB e ensino secundário do Agrupamento de Escolas Raúl Proença é constituído por dois equipamentos, sendo que a Escola Básica de Santo Onofre apenas ministra o 2º e 3º CEB e apresenta uma taxa de ocupação de 96,6%, enquanto a Escola Secundária Raúl Proença, que ministra ambos os níveis de escolaridade, apresenta uma taxa de ocupação de 81,4%. Neste sentido, a proposta de reorganização do parque escolar deverá ter em consideração a redução dos efetivos escolares para ambos os níveis ao longo dos próximos anos letivos, embora seja de manter a atual rede (Quadro 109).

QUADRO 109 | Taxa de ocupação dos estabelecimentos do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro no ano letivo 2021/2022.

Escolas Raúl Proença - Fim de ano letivo 2021/2022										
Agrupamento de escolas	Freguesia	Tipologia	Estabelecimento de ensino	Salas	Capacidade	Número de alunos			Taxa de ocupação (%)	Propostas de reorganização
						2º e 3º CEB	ES	Total		
Raúl Proença	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	EBI	Escola Básica de Santo Onofre	28	784	757	-	757	96,6	Manutenção
		ES/3	Escola Secundária Raúl Proença	50	1400	474	666	1140	81,4	Manutenção
Total				78	2184	1231	666	1897	86,9	

11.2. INVESTIMENTO NA REDE ESCOLAR

No quadro seguinte apresenta-se a sistematização dos investimentos previstos para a rede escolar do concelho de Caldas da Rainha para os próximos anos letivos (Quadro 110).

A Carta Educativa prevê um conjunto de intervenções de requalificação nos estabelecimentos da rede pública, algumas das quais já em execução. Desde 2020 a 2027 prevê-se um investimento superior a 17 milhões de euros. Os valores apresentados resultam de estimativas globais, pelo que deverão ser revistos aquando do desenvolvimento dos projetos detalhados.

Por fim, o ponto 11.2.1. integra as fichas de projetos/ações a desenvolver para a concretização das propostas de requalificação da rede escolar do concelho.

QUADRO 110 | Investimento da rede escolar do concelho de Caldas da Rainha.

Código escola	Equipamento	Intervenção/Descrição	Ano previsto para a conclusão	Valor total previsto
250624	Escola Básica da Encosta do Sol	Melhorar as acessibilidades, reorganização de espaços, melhoria do conforto térmico e acústico e correção de patologias	em fase final de concretização	1 510 000,00 €
287027	Escola Básica de A-dos-Francos	A intervenção tem como objetivo fundamental a reabilitação e refuncionalização do edifício original, bem como a ampliação do conjunto, considerando a adequação da infraestrutura existente aos critérios funcionais, legais e de conforto contemporâneos.	2023	1 850 000,00
244983	Escola Básica de Avenal	Aumentar conforto térmico e acústico e eficiência energética. Criação um novo edifício para as funções de refeitório.	2023	1 350 000,00 €
252347	Escola Básica do Bairro da Ponte	Preservação, qualidade e coerência arquitetónica do conjunto edificado, estado de conservação das construções, adequação de sistemas construtivos, níveis de conforto, integração de ensino pré-escolar, incorporação de serviços de confeção e refeição, integração urbana e paisagística.	2024	1 500 000,00 €
402667	Escola Secundária Raúl Proença	Envolve exterior ao nível da melhoria das condições térmicas, caixilharia e verificação da cobertura e patologias. Reformulação das instalações sanitárias adequadas à acessibilidade e mobilidade condicionada. Melhoria dos sistemas de climatização e qualidade do ar.	2025	6 000 000,00 €
210729	Escola Básica do Campo	Intervenção ao nível do refeitório e instalações sanitárias. Arranjos exteriores e drenagem. Criação de espaços de arrumação.	2024	50 000,00 €
272590	Escola Básica de Salir do Porto	Remodelação da cobertura incluindo isolamento, impermeabilização e nova telha. Criação de novas salas (2). Melhoria do sistema de telecomunicações.	2024	240 000,00 €
340807	Escola Básica D. João II	Manutenção, conservação, pavimentos e arranjos exteriores.	2026	2 000 000,00 €
223980	Escola Básica da Foz do Arelho	Conservação e manutenção, designadamente correção de patologias e pintura.	2024	50 000,00 €
330152	Escola Básica de Santa Catarina	Conservação e manutenção, correção de patologias, melhoramento da envolvente (paredes e caixilharia), substituição de tetos falsos. Adaptação das instalações sanitárias tendo em conta as acessibilidades e acesso de pessoas de mobilidade condicionada.	2025	1 200 000,00 €
330139	Escola Básica de Santo Onofre	Conservação e manutenção, correção de patologias, melhoramento da envolvente (paredes e caixilharia), substituição de tetos falsos. Adaptação das instalações sanitárias tendo em conta as acessibilidades e acesso de pessoas de mobilidade condicionada.	2026	750 000,00 €
272589	Escola Básica de Salir de Matos	Conservação e manutenção, correção de patologias, incluindo as claraboias em policarbonato.	2027	300 000,00 €
217890	Escola Básica do Coto	Conservação e manutenção, designadamente correção de patologias e pintura.	2023	50 000,00 €
295425	Escola Básica de Alvorninha	Conservação e manutenção, correção de patologias, incluindo as claraboias em policarbonato.	2027	300 000,00 €
235581	Escola Básica do Nadadouro	Conservação e manutenção, designadamente correção de patologias e pintura.	2024	25 000,00 €
237838	Escola Básica de Chão da Parada	Conservação e manutenção, designadamente correção de patologias e pintura.	2024	10 000,00 €
614142	Jardim de Infância da Foz do Arelho	Aumento do conforto térmico e acústico. Intervenção nas instalações sanitárias.	2023	70 000,00 €
270908	Escola Básica de São Gregório	Conservação e manutenção, designadamente correção de patologias e pintura.	2026	20 000,00 €
294457	Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo	Conservação e manutenção, correção de patologias, incluindo as claraboias em policarbonato.	2027	300 000,00 €
Total				17 575 000,00 €

Fonte: CM Caldas da Rainha.

11.2.1. Fichas dos Projetos programados

Na sequência das propostas de atuação, apresentam-se as fichas de caracterização das ações/projetos atendendo ao horizonte temporal 2020-2027.

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica da Encosta do Sol	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF N.ª Sra. Pópulo, Coto e S. Gregório
Níveis de ensino abrangidos	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Melhorar as acessibilidades, reorganização de espaços, melhoria do conforto térmico e acústico e correção de patologias	
Descrição do Projeto	
A presente obra tem como objetivo a realização de obras que contemplam a criação de novos acessos diretos do bloco A para a plataforma do campo de jogos, reorganização de alguns espaços interiores, instalação de uma cozinha, e a substituição generalizada de revestimentos interiores e caixilharias e aplicação de isolamento térmico nas fachadas e coberturas dos blocos A e B. A intervenção no bloco C centra-se na correção de patologias de infiltrações pela cobertura e redução de consumos elétricos. O espaço exterior será requalificado com novos pavimentos, infraestruturas de abastecimento e drenagem de águas, iluminação e enquadramento paisagístico	
Nível de prioridade	Alta
Calendarização	Obra terminada no ano 2020
Financiamento	1 510 000,00 €
Custo aproximado	1 510 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica de A-dos-Francos	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	A-dos-Francos
Níveis de ensino abrangidos	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
A intervenção tem como objetivo fundamental a reabilitação e refuncionalização do edifício original, bem como a ampliação do conjunto, considerando a adequação da infraestrutura existente aos critérios funcionais, legais e de conforto contemporâneos.	
Descrição do Projeto	
O complexo escolar terá a capacidade de 4 salas de aula (1º ciclo) e 2 salas de atividades (jardim infantil). Trata-se de uma intervenção num conjunto edificado existente, no qual se pretende preservar o edifício original e demolir as construções anexas para viabilizar a implantação do novo programa.	
Nível de prioridade	Alta
Calendarização	Obra concluída até janeiro 2023
Financiamento	1 850 000,00 €
Custo aproximado	1 850 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica de Avenal	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF N.º Sra. Pópulo, Coto e S. Gregório
Níveis de ensino abrangidos	1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Aumentar conforto térmico e acústico e eficiência energética. Criação um novo edifício para as funções de refeitório.	
Descrição do Projeto	
O projeto de reabilitação visa o apontar de soluções que assegurem o conforto térmico e acústico adequados às funções de cada espaço, o aquecimento de águas por aproveitamento da energia solar. A intervenção visa manter a estética atual das edificações, com intervenções necessárias que trarão algumas alterações aos alçados, sem que com isso se perca a linguagem arquitetónica característica das edificações existentes. Será criado um novo edifício para as funções de refeitório, que se caracteriza pela adoção de linhas estéticas das edificações existentes, com uma interpretação mais contemporânea que o identifica enquanto novo.	
Nível de prioridade	Alta
Calendarização	Obra concluída até janeiro 2023
Financiamento	1 350 000,00 €
Custo aproximado	1 350 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica do Bairro da Ponte	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF Sto. Onofre e Serra do Bouro
Níveis de ensino abrangidos	1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Preservação, qualidade e coerência arquitectónica do conjunto edificado, estado de conservação das construções, adequação de sistemas construtivos, níveis de conforto, integração de ensino pré-escolar, incorporação de serviços de confeção e refeição, integração urbana e paisagística.	
Descrição do Projeto	
Verifica-se a necessidade de reformulação de alguns dos espaços, bem como a ampliação do edifício de serviços para dar resposta às novas necessidades de funções sociais e letivas. Necessidade da requalificação geral dos espaços exteriores, reordenamento interior e a adequação generalizada de caixilharias interiores e exteriores, revestimentos de superfícies de paredes, tetos e pavimentos nas construções a recuperar; remodelação integral de infra-estruturas elétricas, telecomunicações, águas e esgotos. Do ponto de vista do conforto térmico-acústico e das condições de segurança contra incêndios, são necessárias intervenções no sentido de se cumprir a respetiva legislação.	
Nível de prioridade	Alta
Calendarização	2024
Custo aproximado	1 500 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Secundária Raúl Proença	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF Sto. Onofre e Serra do Bouro
Níveis de ensino abrangidos	3º Ciclo e Ensino Secundário
Objetivos do Projeto	
Envolve exterior ao nível da melhoria das condições térmicas, caixilharia e verificação da cobertura e patologias. Reformulação das instalações sanitárias adequadas à acessibilidade e mobilidade condicionada. Melhoria dos sistemas de climatização e qualidade do ar.	
Nível de prioridade	Alta
Calendarização	2025
Custo aproximado	6 000 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica do Campo	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF de Tornada e Salir do Porto
Níveis de ensino abrangidos	1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Intervenção ao nível do refeitório e instalações sanitárias. Arranjos exteriores e drenagem. Criação de espaços de arrumação.	
Nível de prioridade	Alta
Calendarização	2024
Custo aproximado	50 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica de Salir do Porto	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF de Tornada e Salir do Porto
Níveis de ensino abrangidos	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Remodelação da cobertura incluindo isolamento, impermeabilização e nova telha. Criação de novas salas (2). Melhoria do sistema de telecomunicações.	
Nível de prioridade	Alta
Calendarização	2024
Custo aproximado	240 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica D. João II	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF N.ª Sra. Pópulo, Coto e S. Gregório
Níveis de ensino abrangidos	2º e 3º Ciclo
Objetivos do Projeto	
Manutenção, conservação, pavimentos e arranjos exteriores	
Nível de prioridade	Alta
Calendarização	2026
Custo aproximado	2 000 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica da Foz do Arelho	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	Foz do Arelho
Níveis de ensino abrangidos	1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Conservação e manutenção, designadamente correção de patologias e pintura.	
Nível de prioridade	Alta
Calendarização	2024
Custo aproximado	50 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica de Santa Catarina	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	Santa Catarina
Níveis de ensino abrangidos	1º, 2º e 3º Ciclo
Objetivos do Projeto	
Conservação e manutenção, correção de patologias, melhoramento da envolvente (paredes e caixilharia), substituição de tetos falsos. Adaptação das instalações sanitárias tendo em conta as acessibilidades e acesso de pessoas de mobilidade condicionada.	
Nível de prioridade	Média
Calendarização	2025
Custo aproximado	1 200 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica de Santo Onofre	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF Sto. Onofre e Serra do Bouro
Níveis de ensino abrangidos	1º, 2º e 3º Ciclo
Objetivos do Projeto	
Conservação e manutenção, correção de patologias, melhoramento da envolvente (paredes e caixilharia), substituição de tetos falsos. Adaptação das instalações sanitárias tendo em conta as acessibilidades e acesso de pessoas de mobilidade condicionada.	
Nível de prioridade	Média
Calendarização	2026
Custo aproximado	750 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica de Salir de Matos	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	Salir de Matos
Níveis de ensino abrangidos	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Conservação e manutenção, correção de patologias, incluindo as claraboias em policarbonato.	
Nível de prioridade	Média
Calendarização	2027
Custo aproximado	300 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica do Coto	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF N.ª Sra. Pópulo, Coto e S. Gregório
Níveis de ensino abrangidos	1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Conservação e manutenção, designadamente correção de patologias e pintura.	
Nível de prioridade	Média
Calendarização	2023
Custo aproximado	50 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica de Alvorninha	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	Alvorninha
Níveis de ensino abrangidos	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Conservação e manutenção, correção de patologias, incluindo as claraboias em policarbonato.	
Nível de prioridade	Média
Calendarização	2027
Custo aproximado	300 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica do Nadadouro	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	Nadadouro
Níveis de ensino abrangidos	1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Conservação e manutenção, designadamente correção de patologias e pintura.	
Nível de prioridade	Média
Calendarização	2024
Custo aproximado	25 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica de Chão da Parada	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF de Tornada e Salir do Porto
Níveis de ensino abrangidos	1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Conservação e manutenção, designadamente correção de patologias e pintura.	
Nível de prioridade	Média
Calendarização	2024
Custo aproximado	10 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Jardim de Infância da Foz do Arelho	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	Foz do Arelho
Níveis de ensino abrangidos	Ensino Pré-escolar
Objetivos do Projeto	
Aumento do conforto térmico e acústico. Intervenção nas instalações sanitárias.	
Nível de prioridade	Média
Calendarização	2023
Custo aproximado	70 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica de São Gregório	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF N.º Sra. Pópulo, Coto e S. Gregório
Níveis de ensino abrangidos	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Conservação e manutenção, designadamente correção de patologias e pintura.	
Nível de prioridade	Média
Calendarização	2026
Custo aproximado	20 000,00 €

Designação do Projeto/Ação	
Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo	
Elementos gerais do Projeto	
Localização	UF N.º Sra. Pópulo, Coto e S. Gregório
Níveis de ensino abrangidos	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Objetivos do Projeto	
Conservação e manutenção, correção de patologias, incluindo as claraboias em policarbonato.	
Nível de prioridade	Média
Calendarização	2027
Custo aproximado	300 000,00 €

11.3. MONITORIZAÇÃO

A implementação de um processo de monitorização apresenta-se como crucial, permitindo um correto acompanhamento e controlo da execução das ténues propostas de reorganização, possibilitando a identificação de eventuais desvios face às propostas de reorganização da rede educativa efetuadas num primeiro momento.

A Carta Educativa ao assumir-se como um instrumento de planeamento estratégico, com um determinado horizonte temporal, assenta em um conjunto de pressupostos de que ressalta o princípio da flexibilidade. Este princípio pressupõe a necessidade de reajustamentos e readaptações face às alterações ocorridas, designadamente, o sistema educativo, a dinâmica urbanística, as dinâmicas sociodemográficas, os recursos financeiros, entre outros fatores.

Por outro lado, refletindo o processo de ordenamento da rede educativa nacional e local e sendo, per si, um instrumento de ordenamento e planeamento com expressão territorial, a Carta Educativa não deve ser dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, relevando a necessidade e a obrigatoriedade das suas orientações serem integradas com o Plano Diretor Municipal (PDM).

Neste contexto, o artigo 31.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, o programa nacional da política de ordenamento do território visa e define, como um dos seus objetivos, a articulação de políticas setoriais com incidência na organização do território.

A Carta Educativa constitui-se como um dos instrumentos fundamentais de planeamento, nomeadamente no que respeita ao enquadramento do dimensionamento do sistema educativo do município, por forma a adequar a rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico, integrando o plano diretor municipal, conforme estipulado no n.º 7, do artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual.

Neste sentido, a implementação da Carta Educativa, enquanto documento prospetivo, deve integrar como etapa metodológica a função de monitorização de forma a minimizar as incertezas associadas a todo e qualquer processo de planeamento. A sua plena concretização permite reajustamentos no momento em que se detetarem desvios nas propostas formuladas numa primeira instância, permitindo a apresentação de soluções atempadas, mais adequadas e que garantam a sustentação e pertinência das propostas.

Embora deva ser considerada uma etapa metodológica das cartas educativas, já que é um processo que permite um maior ajustamento da rede educativa à realidade municipal, conferindo-lhe, assim uma maior eficiência das propostas definidas, poucos municípios a integram, ou dito de modo mais claro, poucos a concretizaram.

Parece ser claro que a monitorização de uma carta educativa deve contemplar três etapas:

- Atualização de dados, após a definição de mecanismos que possibilitem, não só a sua recolha, mas, também, a organização e respetiva difusão pelos diferentes atores do processo educativo;
- Definição de um plano de ação no qual devem estar clarificados os objetivos a atingir, as fases de execução, os recursos envolvidos e as entidades a mobilizar no decurso do processo de monitorização;
- Avaliação de resultados, cujo objetivo será a apreciação, com carácter regular e periódico, do cumprimento dos objetivos definidos no plano de ação e respetiva calendarização, sugerindo-se uma avaliação anual, realizada após o início de cada ano letivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas educativas municipais de 2ª geração têm-se desenvolvido num contexto muito distinto relativamente às que foram realizadas há cerca de uma década. Naquelas, a observação dos normativos estabelecidos centralmente (e que funcionavam como peças decisivas na sua homologação pelas designadas, à data, Direções Regionais de Educação, e pelo próprio Ministério da Educação) orientaram a esmagadora maioria das reorganizações de rede escolar. As presentes cartas educativas apresentam, no essencial, lógicas municipais e locais, muito na sequência da visão que as equipas políticas e técnicas das autarquias adquiriram em mais de uma década de experiência. Esta visão sai ainda reforçada pela capacidade de interação com os restantes atores educativos e população, em particular sempre que seja necessário um diálogo e negociação sobre possíveis encerramentos ou reorganizações funcionais dos equipamentos educativos.

As projeções demográficas realizadas (gerais e escolares) para a próxima década vêm confirmar o cenário de perda de crianças e jovens nos próximos anos.

Embora a Carta Educativa funcione em termos legais para um horizonte temporal de dez anos, este não poderá ser assumido como um documento “fechado”, devendo ser entendido como um documento flexível, atento às transformações do território, às dinâmicas demográficas e socioeconómicas, às novas reorientações do sistema educativo bem como ao novo contexto de responsabilidades e transferência de competências para o município.

Neste contexto, a Carta Educativa de Caldas da Rainha deve contemplar um processo de avaliação e monitorização, sempre com a mobilização dos diferentes atores do sistema educativo local, desde logo o Conselho Municipal de Educação, as Direções dos Agrupamentos e das Escolas Profissionais, a Autarquia e a DGEstE. Todos estes atores deverão estar envolvidos no processo de monitorização, essencial para a procura de respostas úteis e adequadas às necessidades que poderão surgir.

BIBLIOGRAFIA

- Bandeira, M. L. (2004). *Demografia - Objecto, teorias e métodos*. Lisboa: Escolar Editora.
- Bandeira, M. L. (dir.) (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Bourdieu, P. & Passeron, J. (1975). *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- Conselho Nacional de Educação. (2018). *Parecer. Regime jurídico da educação inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário*.
- Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Ferreira, A. G. (2011/12). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentado. *Cadernos de Geografia*, 30-31, 305-315.
- Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Paredes, L. (2013). A territorialização da educação e a importância do ambiente na construção de um Projeto Educativo Local. Atas da 10.ª Conferência Nacional do Ambiente, Universidade de Aveiro.
- Cordeiro, A. M. Rochette & Martins, H. A. (2013). A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança. *Cadernos de Geografia*, 32, 339-356.
- Cordeiro, A. M. Rochette (2014). O lugar dos municípios no planeamento e gestão da rede escolar em Portugal. In M. L. Rodrigues (coord.). 40 Anos de Políticas de Educação em Portugal: A Construção do Sistema Democrático de Ensino (pp. 421-444). Coimbra: Almedina.
- Cordeiro, A. M. Rochette, Martins, H. A. & Ferreira, A. G. (2014). As cartas educativas municipais e o reordenamento da rede escolar no Centro de Portugal: das condições demográficas às decisões políticas. *Revista Ensaio*, 22(84), 581-607.
- DGE (2018). *Para uma educação inclusiva – Manual de apoio à prática*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- EU/AWG (2014). *The 2015 Ageing Report Underlying Assumptions and Projection Methodologies*. Bruxelas, European Commission.
- Haub, C. (1987). *Understanding population projections*. Washington: Population Reference Bureau.
- Hinde, A. (1998). *Demographic Methods*, Arnold, London
- Hyndman, R. J., Booth, H., & Yasmeen, F. (2013). Coherent mortality forecasting: the product-ratio method with functional time series models. *Demography*, 50(1), 261-283.

- Magalhães, Maria da Graça e João Peixoto (2006). “As projecções demográficas a médio e longo prazo”, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº 6, MSST/DEPP, pp. 13-24.
- Mendes, M. F., Caleiro, A., Lagarto, S., Ribeiro, F. (2013). An application of statistical methods of indirect estimation and projection of internal migration flows within the Portuguese mainland». In J. Lita da Silva, F. Caeiro, I. Natário, and C.A. Braumann (eds), *Advances in regression, survival analysis, extreme values, Markov processes and other statistical applications*. Springer.
- Nazareth, J. M. (2004). *Demografia - A Ciência da População*. Lisboa, Editorial Presença.
- Organização das Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Ministério Público.
- OECD (2012). *Better Skills, Better Jobs, Better Lives: A Strategic Approach to Skills Policies*, OECD Publishing. Acedido em <http://dx.doi.org/10.1787/9789264177338-en>.
- OECD (2020). *Education at a Glance 2020. OECD Indicators*, OECD Publishing. Acedido em https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2020_69096873-en
- Preston, S. H., Heuveline, P., Guillot, M. (2001). *Demography: Measuring and modelling population processes*. Blackwell Publishing.
- Reis, V. (2012). O envolvimento da família na educação de crianças com necessidades educativas especiais. *Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em Domínio Cognitivo Motor*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.
- Rodrigues, D. (2007). *Investigação em educação inclusiva*. Lisboa: FEEL.
- Rodrigues, D. (2014). Os desafios da equidade e da inclusão na formação de professores. In F. Armstrong & D. Rodrigues (Eds.). *A inclusão nas escolas*, 75-101. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rodrigues, D. (2018). Dimensões éticas da educação inclusiva. In M. C. Neves & D. Justino (Coord.). *Ética aplicada: Educação*, 159-177. Lisboa: Edições 70.
- Rodrigues, Luís M. C. (2012). *População, Prospectiva e Gestão de Recursos Hídricos. Uma Metodologia de Informação Geográfica para o Apoio à Decisão*. Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Rosa, M. (1996). Envelhecimento demográfico: proposta de reflexão sobre o curso dos factos. *Análise Social*, vol. xxxi (139), 1183-1198.
- Santos, L., Cordeiro, A. M. Rochette & Alcoforado, L. (2014). O novo paradigma do planeamento da rede educativa: do planeamento pela oferta ao planeamento pela procura. In A. M. Rochette Cordeiro, L. Alcoforado & A. G. Ferreira (coords.). *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável* (pp. 57-67). Coimbra: DG-FLUC.
- Santos, L., Barros, C., Gama, R. & Cordeiro, A. M. R. (2016). Projeções da população em idade escolar e planeamento de equipamentos educativos. In Mendes, M. F., Malheiros, J., Clemente, S., Baptista, M. I., Pintassilgo, S., Ribeiro, F., Tomé, L. P. & Câmara, S. B. (orgs.). *Atas do V Congresso Português de Demografia* (pp. 185-200). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Schmertmann C. (2003). A system of model fertility schedules with graphically intuitive parameters. *Demographic Research*, 9:81-110.
- Torres, Adelino (1996). *Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos*. Gradiva. Lisboa.

- Travitzki, R. (2017). Qualidade com Equidade Escolar: Obstáculos e Desafios na Educação Brasileira. *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 15(4), 27-49.
- UNESCO (2005). *Orientações para a inclusão: Garantindo o acesso à educação para todos*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (2015). *Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all*. UNESCO.
- UNESCO (2019). *Manual para garantir inclusão e equidade na educação*. Brasília: UNESCO.
- Valente Rosa, M.; Chitas, P. (2010). *Portugal em Números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Wilson, T., and P. Rees (2005), "Recent Developments in population projection methodology: a review", *Population, Space and Place*, 11, 337-360.

Legislação

- Lei n.º 46/86 de 14 de outubro - enquadra o sistema educativo português e contempla as estruturas administrativas do Sistema Educativo de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, interligando toda a comunidade educativa mediante adequados graus de participação de todos os intervenientes.
- Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar - Consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar na sequência dos princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo. Reforça a participação municipal na criação e manutenção da rede pública de jardins-de-infância.
- Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro - Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais
- Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro - Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.
- Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril - aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, determinando a composição do Conselho Geral operacionalizado através da participação dos indivíduos da comunidade educativa e local.
- Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março (na sua redação em vigor) - Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, definindo no Capítulo IV as diferentes modalidades de ação social escolar, bem como o enquadramento legal da sua aplicação.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho - Define os critérios de reordenamento da rede escolar.
- Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro - Define os procedimentos de criação, alteração e extinção de agrupamentos de escolas e de estabelecimentos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário da rede pública do Ministério da Educação.
- Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro - Estabelece o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, estabelecendo a sua composição, competências e regras de funcionamento.
- Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril - Estabelece os princípios e critérios de orientação para a constituição de agrupamentos de escolas e agregações.

Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – Regime jurídico da reorganização administrativa do território

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho (na sua redação em vigor) – Define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino público, nos quais funcionem a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).

Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa.

Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto - Regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos Centros Qualifica.

Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho - Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro (na sua redação em vigor) - Define os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho - Estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro - Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro - Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.

Endereços na internet

<http://www.ine.pt>

<http://www.pordata.pt>

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 Caraterização global das dinâmicas demográficas no contexto regional e nacional.	36
QUADRO 2 Tipologia das freguesias, área e densidade populacional.	37
QUADRO 3 Evolução da população residente e variação populacional, de 1950 a 2021.	38
QUADRO 4 População residente e variação, de 2001 a 2021.	39
QUADRO 5 Nados-vivos, de 2001 a 2021.	41
QUADRO 6 Óbitos, de 2001 a 2021.	43
QUADRO 7 Dinâmica natural, de 2001 a 2021.	44
QUADRO 8 Dinâmica natural, em 2021.	45
QUADRO 9 Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária, em 2011 e 2021.	47
QUADRO 10 Índice de dependência (jovens, idosos e total) em 2011 e 2021.	48
QUADRO 11 Cenários das projeções demográficas -2021-2041 principais indicadores.	52
QUADRO 12 Projeções da população residente por freguesia entre 2021 e 2041.	54
QUADRO 13 Projeções da população residente por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.	55
QUADRO 14 Nados-vivos por freguesia entre 2021 e 2041.	56
QUADRO 15 População residente e variação populacional por escalão etário entre 2021 e 2041 nas Caldas da Rainha (cenário central).	57
QUADRO 16 Índice de envelhecimento por freguesia entre 2021 e 2041.	60
QUADRO 17 Índice de dependência total, entre 2021 e 2041.	61
QUADRO 18 Caraterização global das famílias no contexto regional e nacional.	66
QUADRO 19 Caraterização global das condições de vida no contexto regional e nacional.	68
QUADRO 20 Caraterização global das condições de vida no contexto regional e nacional.	69
QUADRO 21 Caraterização global dos indicadores de saúde no contexto regional e nacional.	70

QUADRO 22 População residente com 15 ou mais anos segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.....	71
QUADRO 23 Dinâmica económica no contexto regional e nacional.....	73
QUADRO 24 Empresas e pessoal ao serviço no concelho de Caldas da Rainha em 2020.....	74
QUADRO 25 População empregada, por grupo etário, em 2021.....	75
QUADRO 26 População empregada segundo o setor de atividade económica, em 2021.....	75
QUADRO 27 População empregada segundo os níveis de qualificação e profissões, em 2021.....	77
QUADRO 28 Equipamentos educativos da rede pública no ano letivo 2021/2022.....	84
QUADRO 29 Equipamentos educativos da rede privada solidária e privada lucrativa no ano letivo 2021/2022.....	85
QUADRO 30 Oferta educativa pública por tipologia e freguesia no ano letivo 2021/2022.....	85
QUADRO 31 Oferta educativa privada solidária e privada lucrativa por tipologia e freguesia no ano letivo 2021/2022.....	85
QUADRO 32 Oferta educativa por nível de ensino, natureza jurídica e freguesia no ano letivo 2021/2022.....	86
QUADRO 33 Oferta educativa pública por tipologia e agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.....	90
QUADRO 34 Oferta educativa pública por tipologia e agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.....	91
QUADRO 35 Estabelecimentos de ensino encerramos após aprovação da Carta Educativa (2005).....	92
QUADRO 36 Número de salas de atividade/aula por nível de ensino e estabelecimento de ensino da rede pública no ano letivo 2021/2022.....	93
QUADRO 37 Estabelecimentos de ensino do 1º CEB da rede pública com menos de 4 salas no ano letivo 2021/2022.....	94
QUADRO 38 Estado de conservação exterior e interior dos edifícios escolares por estabelecimento de ensino da rede pública no ano letivo 2021/2022.....	96
QUADRO 39 Barreiras arquitetónicas exteriores e interiores nos estabelecimentos de ensino da rede pública no ano letivo 2021/2022.....	97
QUADRO 40 Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino com educação pré-escolar da rede pública, no ano letivo 2021/22.....	99
QUADRO 41 Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino com 1º CEB da rede pública, no ano letivo 2021/22.....	100
QUADRO 42 Taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino com 2º e 3º CEB da rede pública, no ano letivo 2021/22.....	101
QUADRO 43 Taxa de ocupação dos estabelecimentos da rede privada, no ano letivo 2021/22.....	102
QUADRO 44 Procura educativa por nível de ensino e natureza jurídica entre 2011/12 e 2021/22.....	108
QUADRO 45 Procura educativa por nível, natureza jurídica e freguesia no ano letivo 2021/2022.....	109
QUADRO 46 Procura educativa pública por nível, modalidades de ensino e agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.....	110
QUADRO 47 Evolução do número de crianças inscritas na Educação pré-escolar, por estabelecimento, entre 2017/18 a 2021/22.....	112

QUADRO 48 Evolução e variação do número de crianças na educação pré-escolar da rede pública, por freguesia.....	114
QUADRO 49 Evolução e variação do número de crianças na educação pré-escolar por agrupamento de escolas.....	115
QUADRO 50 Evolução do número de crianças na rede de creches, por equipamento.....	117
QUADRO 51 Capacidade, frequência e taxa de ocupação da resposta social de creche.....	118
QUADRO 52 Evolução do número de alunos matriculados no 1º CEB, por estabelecimento, entre 2017/18 a 2021/22.....	119
QUADRO 53 Evolução e variação do número de alunos no 1º CEB da rede pública, por freguesia.....	121
QUADRO 54 Evolução e variação do número de alunos no 1º CEB por agrupamento de escolas.....	123
QUADRO 55 Estabelecimentos de ensino do 1º CEB da rede pública com menos de 50 alunos no ano letivo 2021/2022.....	124
QUADRO 56 Evolução do número de alunos matriculados no 2º e 3º CEB, por estabelecimento, entre 2017/18 a 2021/22.....	126
QUADRO 57 Evolução e variação do número de alunos no 2º e 3º CEB da rede pública por agrupamento de escolas.....	127
QUADRO 58 Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário, por estabelecimento, entre 2017/18 a 2021/22.....	129
QUADRO 59 Evolução e variação do número de alunos no ensino secundário por agrupamento de escolas.....	130
QUADRO 60 População escolar nos cursos científico-humanísticos por agrupamento de escolas e estabelecimento de ensino no ano letivo 2021/2022.....	132
QUADRO 61 População escolar nos cursos profissionais por agrupamento de escolas e estabelecimento de ensino no ano letivo 2021/2022.....	132
QUADRO 62 Mobilidade da população escolar por nível de ensino no ano letivo 2021/2022.....	134
QUADRO 63 Mobilidade da população escolar na educação pré-escolar por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.....	135
QUADRO 64 Mobilidade da população escolar no 1º CEB por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.....	139
QUADRO 65 Mobilidade da população escolar no 2º e 3º CEB por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.....	145
QUADRO 66 Mobilidade da população escolar no ensino secundário por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.....	147
QUADRO 67 Número de alunos nos cursos EFA por agrupamento de escolas, entre 2017/18 a 2021/22.....	149
QUADRO 68 Número de adultos em RVCC no AE Rafael Bordalo Pinheiro, no ano letivo 2021/22.....	150
QUADRO 69 Projeção e variação da população escolar por nível de ensino.....	152
QUADRO 70 Projeção do número de crianças com idade de frequência da educação pré-escolar (3-5 anos).....	153
QUADRO 71 Projeção do número de alunos com idade de frequência do 1º CEB (6 - 9 anos).....	154
QUADRO 72 Projeção do número de alunos com idade de frequência do 2º e 3º CEB (10 - 14 anos).....	154

QUADRO 73 Projeção do número de alunos com idade de frequência do Ensino Secundário (15 - 17 anos).	155
Quadro 74 Distribuição dos alunos pelas Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (rede pública).	160
Quadro 75 Medidas seletivas (rede pública).	161
Quadro 76 Medidas adicionais (rede pública).	161
Quadro 77 Distribuição dos alunos pelos recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e inclusão (rede pública).	162
Quadro 78 Alunos integrados nos planos e programas de apoio ao processo de aprendizagem (rede pública).	163
Quadro 79 Distribuição dos alunos pelas Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão (rede solidária e particular).	163
Quadro 80 Medidas seletivas (rede solidária e particular).	164
Quadro 81 Medidas adicionais (rede solidária e particular).	164
Quadro 82 Distribuição dos alunos pelos recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e inclusão (rede solidária e particular).	165
Quadro 83 Alunos integrados nos planos e programas de apoio ao processo de aprendizagem (rede solidária e particular).	165
QUADRO 84 Taxas de escolarização, de retenção, desistência, no ano letivo 2020-2021.	171
QUADRO 85 Taxas de retenção e desistência e taxas de escolarização entre os anos letivos de 2011/2012 e 2021/2022.	171
QUADRO 86 Resultados dos exames nacionais e das médias internas, pelos alunos de 9º ano, entre 2015 e 2019.	174
QUADRO 87 Resultados dos exames nacionais e das médias internas, pelos alunos de 12º ano, entre 2015 e 2019.	175
QUADRO 88 Resultados das provas de aferição de 2º ano, no ano letivo 2018/2019.	176
QUADRO 89 Resultados das provas de aferição de 5º ano, no ano letivo 2018/2019.	177
QUADRO 90 Resultados das provas de aferição de 8º ano, no ano letivo 2018/2019.	177
QUADRO 91 Indicadores de empregabilidade da Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro (ciclo 2018-2021).	178
QUADRO 92 Indicadores de empregabilidade da Escola Secundária Raúl Proença entre 2017 e 2021.	179
QUADRO 93 Número de alunos abrangidos pela ação social escolar, por nível de ensino, no ano letivo 2021/22.	183
QUADRO 94 Alunos apoiados pela ação social escolar, por nível de ensino e agrupamento de escolas, no ano letivo de 2021/22.	184
QUADRO 95 Número de alunos transportados no ano letivo 2021/2022.	185
QUADRO 96 Número de crianças nas AAAF por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.	186
QUADRO 97 Número de alunos nas AEC por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.	187
QUADRO 98 Número de alunos no desporto escolar do 2º e 3º CEB e ensino secundário por agrupamento de escolas no ano letivo 2021/2022.	187
QUADRO 99 Evolução do número de docentes, por tipologia de rede e nível de ensino, entre 201/12 e 2020/21.	188

QUADRO 100 Pessoal docente por agrupamento de escolas, entre 2017/18 e 2021/22 no ano letivo 2021/2022.....	189
QUADRO 101 Síntese do diagnóstico estratégico.....	195
QUADRO 102 Matriz SWOT - Rede educativa.....	196
QUADRO 103 Projetos, medidas e ações municipais no âmbito da Educação e promoção do sucesso escolar.....	198
QUADRO 104 Taxa de ocupação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º CEB no Agrupamento de Escolas D. João II no ano letivo 2021/2022 e propostas de reorganização.	213
QUADRO 105 Taxa de ocupação dos estabelecimentos do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas D. João II no ano letivo 2021/2022.	214
QUADRO 106 Taxa de ocupação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º CEB no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro no ano letivo 2021/2022.	216
QUADRO 107 Taxa de ocupação dos estabelecimentos do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro no ano letivo 2021/2022.	217
QUADRO 108 Taxa de ocupação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º CEB no Agrupamento de Escolas Raúl Proença no ano letivo 2021/2022.	219
QUADRO 109 Taxa de ocupação dos estabelecimentos do 2º e 3º CEB e Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro no ano letivo 2021/2022.	220
QUADRO 110 Investimento da rede escolar do concelho de Caldas da Rainha.	221

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 Enquadramento administrativo.....	25
FIGURA 2 Hipsometria do concelho de Caldas da Rainha.	27
FIGURA 3 Declives.	28
FIGURA 4 Uso do solo.....	29
FIGURA 5 Rede de acessibilidades.	31
FIGURA 6 Densidade populacional em 2021.	38
FIGURA 7 Evolução da população residente, de 1950 a 2021.....	38
FIGURA 8 Variação da população entre 2011 e 2021.....	40
FIGURA 9 População residente em 2021 e variação populacional entre 2011 e 2021.....	40
FIGURA 10 Nascimentos em 2021, e entre 2017 e 2021.	42
FIGURA 11 Evolução da taxa de fecundidade geral entre 2001 e 2021.	42
FIGURA 12 Evolução da taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural, de 2001 a 2021.	44
FIGURA 13 População residente, segundo os grandes grupos etários, de 1981 a 2021.....	46
FIGURA 14 Pirâmide etária da população residente entre 2001 e 2011.....	46
FIGURA 15 Pirâmide etária da população residente entre 2011 e 2021.....	46
FIGURA 16 Índice de envelhecimento em 2011 e 2021.	48

FIGURA 17 Provável evolução da população residente entre 2021 e 2041.....	53
FIGURA 18 Provável evolução dos nados-vivos entre 2021 e 2041.	56
FIGURA 19 Pirâmide etária da população residente entre 2021 e 2031 nas Caldas da Rainha (cenário central).....	58
FIGURA 20 Pirâmide etária da população residente entre 2021 e 2041 nas Caldas da Rainha (cenário central).....	58
FIGURA 21 Evolução da população jovem, ativa e idosa, entre 1950 e 2041.	58
FIGURA 22 População residente por escalão etário entre 2021 e 2041.	59
FIGURA 23 Provável evolução do índice de envelhecimento, entre 2021 e 2041.	59
FIGURA 24 Provável evolução do índice de dependência de jovens, idosos e total, entre 2021 e 2041.	61
FIGURA 25 Proporção de agregados domésticos unipessoais.	67
FIGURA 26 Proporção de agregados domésticos de pessoas com 65 ou mais anos de idade.	67
FIGURA 27 Proporção de núcleos familiares monoparentais, em 2011 e 2021.	67
FIGURA 28 População residente com 15 ou mais anos, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, em 2021.....	71
FIGURA 29 Taxa de analfabetismo, entre 2001 e 2021.....	72
FIGURA 30 Taxa de atividade, por sexo, em 2021.	74
FIGURA 31 População empregada segundo o nível de escolaridade, em 2021.....	76
FIGURA 32 Taxa de desemprego entre 2001 e 2021.....	78
FIGURA 33 Evolução do número de desempregados no concelho de Caldas da Rainha, entre 2010 e 2021.	78
FIGURA 34 População desempregada nas Caldas da Rainha, por grupo etário, em 2021.....	78
FIGURA 35 Oferta educativa, por natureza jurídica, no ano letivo 2021/2022.....	86
FIGURA 36 Rede educativa total no ano letivo 2021/2022.	87
FIGURA 37 Rede educativa da educação pré-escolar no ano letivo 2021/2022.....	88
FIGURA 38 Rede educativa do 1º CEB no ano letivo 2021/2022.....	89
FIGURA 39 Rede educativa do 2º e 3º CEB no ano letivo 2021/2022.	89
FIGURA 40 Rede educativa do ensino secundário, profissional e superior no ano letivo 2021/2022.....	90
FIGURA 41 Agrupamentos de escolas no ano letivo 2021/2022.....	91
FIGURA 42 Estabelecimentos de ensino do 1º CEB com menos de 4 salas no ano letivo 2021/2022.	95
FIGURA 43 Evolução da população escolar por nível de ensino entre 2011/12 e 2021/22.....	108
FIGURA 44 Evolução do número de crianças na educação pré-escolar, por tipo de rede, no município.	113
FIGURA 45 Evolução do número de crianças na educação pré-escolar da rede pública no município..	113
FIGURA 46 Variação do número de crianças na educação pré-escolar da rede pública por freguesia entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022.	114
FIGURA 47 Variação do número de crianças na educação pré-escolar da rede pública por freguesia entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022.	115

FIGURA 48 Evolução do número de crianças na educação pré-escolar no agrupamento de escolas D. João II.....	116
FIGURA 49 Evolução do número de crianças na educação pré-escolar no agrupamento de escolas Rafael Bordalo Pinheiro.	116
FIGURA 50 Evolução do número de crianças na educação pré-escolar no agrupamento de escolas Raúl Proença.	116
FIGURA 51 Evolução do número de alunos no 1º CEB, por tipo de rede, no município.	119
FIGURA 52 Evolução do número de alunos no 1º CEB da rede pública no município.	120
FIGURA 53 Variação do número de alunos no 1º CEB da rede pública por freguesia entre os anos letivos 2011/2012 e 2021/2022.	121
FIGURA 54 Variação do número de alunos no 1º CEB da rede pública por freguesia entre os anos letivos 2020/2021 e 2021/2022.	122
FIGURA 55 Evolução do número de alunos no 1º CEB no agrupamento de escolas D. João II.	123
FIGURA 56 Evolução do número de alunos no 1º CEB no agrupamento de escolas Rafael Bordalo Pinheiro.	123
FIGURA 57 Evolução do número de alunos no 1º CEB no agrupamento de escolas Raúl Proença.	123
FIGURA 58 Estabelecimentos de ensino do 1º CEB com menos de 50 alunos no ano letivo 2021/2022.	125
FIGURA 59 Evolução do número de alunos no 2º e 3º CEB, por tipo de rede, no município.	126
FIGURA 60 Evolução do número de alunos no 2º e 3º CEB da rede pública no município.....	127
FIGURA 61 Evolução do número de alunos no 2º e 3º CEB no agrupamento de escolas D. João II.	128
FIGURA 62 Evolução do número de alunos no 2º e 3º CEB no agrupamento de escolas Rafael Bordalo Pinheiro.	128
FIGURA 63 Evolução do número de alunos no 2º e 3º CEB no agrupamento de escolas Raúl Proença.	128
FIGURA 64 Evolução do número de alunos no Ensino Secundário, por tipo de rede, no município.	130
FIGURA 65 Evolução do número de alunos no ensino secundário no agrupamento de escolas Rafael Bordalo Pinheiro.	131
FIGURA 66 Evolução do número de alunos no ensino secundário no agrupamento de escolas Raúl Proença.	131
FIGURA 67 Evolução do número de alunos no ensino superior no município.....	133
FIGURA 68 Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE D. João II.	135
FIGURA 69 Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE D. João II.	136
FIGURA 70 Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE Rafael Bordalo Pinheiro.	137
FIGURA 71 Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE Rafael Bordalo Pinheiro.	137
FIGURA 72 Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE Raúl Proença.	138
FIGURA 73 Proveniência dos alunos matriculados na educação pré-escolar nas escolas do AE Raúl Proença.	138

FIGURA 74 Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE D. João II.	140
FIGURA 75 Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE D. João II.	141
FIGURA 76 Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE Rafael Bordalo Pinheiro.	142
FIGURA 77 Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE Rafael Bordalo Pinheiro.	143
FIGURA 78 Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE Raúl Proença.	143
FIGURA 79 Proveniência dos alunos matriculados no 1º CEB nas escolas do AE Raúl Proença.	144
FIGURA 80 Proveniência dos alunos matriculados no 2º e 3º CEB na Escola Básica D. João II.	145
FIGURA 81 Proveniência dos alunos matriculados no 2º e 3º CEB nas escolas do AE Rafael Bordalo Pinheiro.	146
FIGURA 82 Proveniência dos alunos matriculados no 2º e 3º CEB nas escolas do AE Raúl Proença.	146
FIGURA 83 Proveniência dos alunos matriculados no Ensino Secundário na Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro.	148
FIGURA 84 Proveniência dos alunos matriculados no Ensino Secundário na Escola Secundária Raúl Proença.	148
FIGURA 85 Número de adultos em reconhecimento e certificadas em RVCC no AE Rafael Bordalo Pinheiro.	150
FIGURA 86 Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico entre 2011/12 e 2020/21.	173
FIGURA 87 Taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário entre 2011/12 e 2020/21.	173
FIGURA 88 Taxa de abandono escolar, em 2001 e 2011.	173
FIGURA 89 Evolução dos alunos abrangidos pela ação social escolar, entre 2017/18 e 2021/2022.	184
FIGURA 90 Distribuição dos docentes por faixa etária e agrupamento de escolas, no ano letivo 2021/22.	189
FIGURA 91 Habilitações do pessoal docente, no ano letivo 2021/22.	190
FIGURA 92 Evolução do pessoal docente, por agrupamento de escolas, entre 2017/18 e 2021/22.	190

ANEXOS

ANEXO I - FICHAS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOÃO II

Escola Básica de Salir de Matos (Centro Escolar)	
	Tipologia
	JI/EB1
	Localização
	Rua da Mina, n.º 21, 2500-637 Salir de Matos
	Ano de construção
	Ano de Entrada Funcionamento - 2009
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 3113 NIP - Área Total Terreno: 4.860,00 m². Área de Implantação - 1.677,00 m². Área Bruta Construção - 2.793,00 m² (Inscrito Matriz 2013)
Estado de conservação do edifício	Bom/Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	Sim
Parque infantil	Sim
Campo de jogos	Sim
Instalações gimnodesportivas	Sim
Refeitório	Sim
Cozinha	Sim
Biblioteca	Sim
Intervenções recentes	
-	
Necessidades de intervenção	
É necessário efetuar obras de impermeabilização de coberturas e obras de conservação/beneficiação no edifício.	

Jardim de Infância do Coto	
	Tipologia
	Jl
	Localização
	Estrada da Lage, n.º 60, 2500-432 Coto
	Ano de construção
	Portaria n.º 997/98 de 17/11 - Início Funcionamento 1998/1999
	Dimensão (área de terreno m²)
	Não existem elementos para determinar
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	Sim
Parque infantil	Sim
Campo de jogos	Não
Instalações gimnodesportivas	Não
Refeitório	Sim (sala adaptada)
Cozinha	Não
Biblioteca	Não
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
É necessário efetuar obras de conservação/beneficiação no edifício.	

Escola Básica do Coto	
	Tipologia
	EB1
	Localização
	Rua Escola, 2500-432 Coto
	Ano de construção
	Ano de Construção 1961 - Ano Entrada Funcionamento 1962
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 6850 NIP - Área Total Terreno: 1.120,00 m². Área de Implantação - 224,00 m² (Inscrito Matriz 2022)
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	Sim
Parque infantil	Sim
Campo de jogos	Não
Instalações gimnodesportivas	Não
Refeitório	Sim (sala adaptada)
Cozinha	Não
Biblioteca	Não
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
É necessário efetuar obras de remodelação/beneficiação.	

Escola Básica Encosta do Sol	
	Tipologia
	Jl/EB1
	Localização
	Rua de Olivença, 2500-164 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Entrada Funcionamento - 1973. Obras de Requalificação em 2021.
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 6217 NIP - Área Total Terreno: 6.041,00 m². Área de Implantação - 1.743,51 m². Área Bruta de Construção - 2.762,56 m² (Inscrito Matriz 2015)
Estado de conservação do edifício	Muito Bom
Estado de conservação do mobiliário	Muito Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Muito Bom
Barreiras arquitetónicas	Sim e Adaptado
Parque infantil	Sim
Campo de jogos	Sim
Instalações gimnodesportivas	Sim (Pavilhão Anexo do SCC)
Refeitório	Sim
Cozinha	Sim
Biblioteca	Sim
Intervenções recentes	
Foram efetuadas obras de requalificação/alteração/beneficiação em 2021.	
Necessidades de intervenção	

Escola Básica de Avenal	
	Tipologia
	Jl/EB1
	Localização
	Rua Ilídio Amado 2500-217 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Entrada Funcionamento: 1973. Estão a ser concluídas obras de requalificação/alteração/remodelação/beneficiação.
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 5318 NIP - Área Total Terreno: 7.023,00 m². Área de Implantação - 1.241,80 m². Área Bruta de Construção - 1.610,01 m² (Inscrito Matriz 2005)
Estado de conservação do edifício	Muito Bom - Após Conclusão Obras
Estado de conservação do mobiliário	Muito Bom - Após Conclusão Obras
Estado de conservação do espaço exterior	Muito Bom - Após Conclusão Obras
Barreiras arquitetónicas	Sim/Adaptado - Após Conclusão Obras
Parque infantil	Sim
Campo de jogos	Sim - Após Conclusão Obras
Instalações gimnodesportivas	Não
Refeitório	Sim
Cozinha	Sim
Biblioteca	Sim
Intervenções recentes	
Conclusão prevista da obra dezembro de 2022	
Necessidades de intervenção	

Escola Básica da Lagoa Parreira	
	Tipologia
	JI/EB1
	Localização
	Rua Carreira do Gado, 2500-286 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Entrada Funcionamento: 1961.
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 6849 NIP - Área Total Terreno: 1.097,00 m². Área de Implantação - 227,00 m². Área Bruta de Construção - 227,00 m² (Inscrito Matriz 2022).
Estado de conservação do edifício	Razoável/Mau
Estado de conservação do mobiliário	Razoável/Mau
Estado de conservação do espaço exterior	Razoável/Mau
Barreiras arquitetónicas	Não
Parque infantil	Sim
Campo de jogos	Não
Instalações gimnodesportivas	Não
Refeitório	Sim (sala adaptada)
Cozinha	Não
Biblioteca	Não
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
É necessário efetuar obras de remodelação/beneficiação.	

Escola Básica de Nossa Senhora do Pópulo	
	Tipologia
	JI/EB1
	Localização
	Rua Abílio Vicente Flores 2500-241 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Inscrição na Matriz: 2013. Ano de entrada em Funcionamento: 2009.
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 6083 NIP - Área Total Terreno: 4.831,40 m². Área de Implantação - 1.831,00 m². Área Bruta de Construção - 2.948,00 m².
Estado de conservação do edifício	Bom/Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	Sim/Adaptado
Parque infantil	Sim
Campo de jogos	Sim
Instalações gimnodesportivas	Sim
Refeitório	Sim
Cozinha	Sim
Biblioteca	Sim
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
É necessário efetuar obras de impermeabilização de coberturas e obras de conservação/beneficiação no edifício.	

Jardim de Infância do Casal Celão	
	Tipologia
	Jl
	Localização
	Rua da Escola, Serra do Bouro, 2500-718 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Inscrição na Matriz: 2022. Ano de entrada em funcionamento: sem dados
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 3899 NIP - Área Total Terreno: 1.030,00 m². Área de Implantação - 165,00 m². Área Bruta de Construção - 165,00 m².
Estado de conservação do edifício	Razoável/Mau
Estado de conservação do mobiliário	Razoável/Mau
Estado de conservação do espaço exterior	Razoável
Barreiras arquitetónicas	Não
Parque infantil	Não
Campo de jogos	Não
Instalações gimnodesportivas	Não
Refeitório	Sim (sala adaptada)
Cozinha	Não
Biblioteca	Não
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
É necessário efetuar obras de alteração/conservação/beneficiação.	

Jardim de Infância do Campo	
	Tipologia
	Jl
	Localização
	Rua Jardim do Campo, 2500-303 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Data da Inauguração do Edifício - 16/09/2007.
	Dimensão (área de terreno m²)
	Não existem elementos
Estado de conservação do edifício	Bom/razoável
Estado de conservação do mobiliário	Bom/Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	Sim
Parque infantil	Sim
Campo de jogos	Não
Instalações gimnodesportivas	Não
Refeitório	Sim
Cozinha	Não
Biblioteca	Não
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	

Escola Básica do Campo	
	Tipologia
	EB1
	Localização
	Rua Henrique Gomes de Oliveira, 2500-303 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Inscrição na Matriz: 2022. Ano de entrada em Funcionamento: 1958
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício Estado de conservação do mobiliário Estado de conservação do espaço exterior Barreiras arquitetónicas Parque infantil Campo de jogos Instalações gimnodesportivas Refeitório Cozinha Biblioteca	Artigo Matricial: 3895 NIP - Área Total Terreno: 1.162,00 m². Área de Implantação - 225,00 m². Área Bruta de Construção - 225,00 m².
	Mau
	Mau
	Razoável/Mau
	Não
	Sim
	Não
	Não
	Sim (sala adaptada)
	Não
	Não
Intervenções recentes	
É necessário efetuar obras de requalificação/alteração/conservação/beneficiação.	
Necessidades de intervenção	

Escola Básica de Chão da Parada	
	Tipologia
	EB1
	Localização
	Largo da Escola, Chão da Parada, 2500-304 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Inscrição na Matriz: 2022. Ano de entrada em Funcionamento: 1951
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício Estado de conservação do mobiliário Estado de conservação do espaço exterior Barreiras arquitetónicas Parque infantil Campo de jogos Instalações gimnodesportivas Refeitório Cozinha Biblioteca	Artigo Matricial: 3897 NIP - Área Total Terreno: 1.141,00 m². Área de Implantação - 313,00 m². Área Bruta de Construção - 313,00 m².
	Bom
	Bom/Razoável
	Bom
	Não
	Não
	Não
	Não
	Não
	Não
	Não
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	

Escola Básica de Reguengo da Parada	
	Tipologia
	JI/EB1
	Localização
	Rua 1.ª de Dezembro, 2500-314 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Inscrição na Matriz: 2022. Ano de Construção: 1982. Ano de entrada em Funcionamento: 1983
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 3896 NIP - Área Total Terreno: 2.215,00 m². Área de Implantação - 405,00 m². Área Bruta de Construção - 405,00 m².
	Estado de conservação do edifício
	JI - Bom. 1.º CEB Razoável/Mau
	Estado de conservação do mobiliário
	JI - Bom. 1.º CEB Razoável/Mau
	Estado de conservação do espaço exterior
	Bom
	Barreiras arquitetónicas
	Não
	Parque infantil
	Sim
	Campo de jogos
	Não
	Instalações gimnodesportivas
	Não
	Refeitório
	Razoável (adaptado)
	Cozinha
	Razoável (adaptado)
	Biblioteca
	Não
Intervenções recentes	
Foram efetuadas obras de requalificação/conservação/beneficiação no JI.	
Necessidades de intervenção	
É necessário efetuar obras de requalificação/conservação/beneficiação no 1.º CEB.	

Escola Básica de Salir do Porto	
	Tipologia
	JI/EB1
	Localização
	Rua D. Fernando, Salir do Porto 2500-685 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Inscrição na Matriz: 2022. Ano de Construção: sem dados. Ano de entrada em Funcionamento: 1951.
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 3894 NIP - Área Total Terreno: 1.780,00 m². Área de Implantação - 315,00 m². Área Bruta de Construção - 315,00 m².
	Estado de conservação do edifício
	Razoável/Mau
	Estado de conservação do mobiliário
	Razoável/Mau
	Estado de conservação do espaço exterior
	Razoável/Mau
	Barreiras arquitetónicas
	Não
	Parque infantil
	Sim
	Campo de jogos
	Não
	Instalações gimnodesportivas
	Não
	Refeitório
	Não
	Cozinha
	Não
	Biblioteca
	Não
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
É necessário efetuar obras de requalificação/alteração/conservação/beneficiação.	

Escola Básica da Tornada	
	Tipologia
	JI/EB1
	Localização
	Rua da Escola, Tornada, 2500-315 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Inscrição na Matriz: 2016. Ano de Construção: sem dados. Ano de entrada em Funcionamento: 1978
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 3417 NIP - Área Total Terreno: 1.250,00 m². Área de Implantação - 527,82 m². Área Bruta de Construção - 471,47 m².
Estado de conservação do edifício	Muito Bom
Estado de conservação do mobiliário	Muito Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Muito Bom
Barreiras arquitetónicas	Sim
Parque infantil	Sim
Campo de jogos	Não
Instalações gimnodesportivas	Não
Refeitório	Sim
Cozinha	Não
Biblioteca	Não
Intervenções recentes	
Foram efetuadas obras de requalificação/alteração/beneficiação em 2016	
Necessidades de intervenção	

Escola Básica D. João II	
	Tipologia
	EB2,3
	Localização
	Rua Dr. Artur Figueiroa Rego, 2504-917 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	Ano de Inscrição na Matriz: 1985 (Art.º 6066) . Ano de Construção (Novo) 29/11/1979. Entrada em Funcionamento: 1984
	Dimensão (área de terreno m²)
	Artigo Matricial: 3478 NIP (Provém do Art.º 6066) - Área Total Terreno: 25.520,00 m². Área de Implantação - 5.196,10 m². Área Bruta de Construção - 5.196,10 m².
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Razoável/Mau
Estado de conservação do espaço exterior	Razoável/Mau
Barreiras arquitetónicas	Sim/Adaptadas
Parque infantil	Não
Campo de jogos	Sim
Instalações gimnodesportivas	Sim
Refeitório	Sim
Cozinha	Sim
Biblioteca	Sim
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
É necessário efetuar obras de conservação/beneficiação nos edifícios da EB D. João II. É necessário efetuar obras de requalificação/alteração nos espaços exteriores.	

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS RAFAEL BORDALO PINHEIRO

Jardim de Infância de Santa Catarina	
	Tipologia
	JI
	Localização
	Santa Catarina
	Ano de construção
	2001
Dimensão (área de terreno m²)	
Estado de conservação do edifício	Muito Bom
Estado de conservação do mobiliário	Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Pintura exterior	
Necessidades de intervenção	
Substituição de móveis da sala de atividades	

Jardim de Infância do Carvalho Benfeito	
	Tipologia
	JI
	Localização
	Carvalho Benfeito
	Ano de construção
	2000
Dimensão (área de terreno m²)	
Estado de conservação do edifício	Muito Bom
Estado de conservação do mobiliário	Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Colocação de um escorrega no parque infantil	
Necessidades de intervenção	
Reparação do pavimento do pátio; pintura interior	

Escola Básica de A-dos-Francos	
	Tipologia
	EB1/JI
	Localização
	A-dos-Francos
	Ano de construção
	1902
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	
Estado de conservação do mobiliário	
Estado de conservação do espaço exterior	
Barreiras arquitetónicas	
Parque infantil	
Campo de jogos	
Instalações gimnodesportivas	
Refeitório	
Cozinha	
Biblioteca	
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
Está a ser alvo de obras de requalificação	

Escola Básica de Alvorninha	
	Tipologia
	EB1/JI
	Localização
	Alvorninha
	Ano de construção
	2010
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Muito Bom
Estado de conservação do mobiliário	Muito Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Muito Bom
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S
Campo de jogos	S
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	S
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	

Escola Básica de Casais da Serra	
	Tipologia
	EB1/JI
	Localização
	Landal
	Ano de construção
	1959
Dimensão (área de terreno m²)	
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	S
Parque infantil	S
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
Modernização dos wc do edifício do 1º Ciclo	

Escola Básica de Santa Catarina	
	Tipologia
	EBI/JI
	Localização
	Santa Catarina
	Ano de construção
	2009
Dimensão (área de terreno m²)	
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	S
Parque infantil	S
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	

Escola Básica de São Gregório	
	Tipologia
	EB1/JI
	Localização
	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório
	Ano de construção
	1930. JI construído em 2001; EB requalificada em 2007
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Razoável
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S
Campo de jogos	S
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
Pintura interior; calafetar o refeitório; substituição de mobiliário	

Escola Básica de Relvas	
	Tipologia
	EB1
	Localização
	Santa Catarina
	Ano de construção
	1956
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	S
Parque infantil	S
Campo de jogos	S
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	N
Cozinha	N
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Estão a decorrer obras de melhoramento no exterior da escola	
Necessidades de intervenção	
Pintura exterior do edifício; modernização dos WC	

Escola Básica de Carvalho Benfeito	
	Tipologia
	EB1
	Localização
	Carvalho Benfeito
	Ano de construção
	1962
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Bom
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S
Campo de jogos	S
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	S
Intervenções recentes	
Requalificada em 2009	
Necessidades de intervenção	
Fechar o telheiro/alpendre	

Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	
	Tipologia
	ES/3
	Localização
	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório
	Ano de construção
	1964
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	bom
Estado de conservação do espaço exterior	bom
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	N
Campo de jogos	S
Instalações gimnodesportivas	S
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	S
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
Urgente	

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS RAÚL PROENÇA

Jardim de Infância da Foz do Arelho	
	Tipologia
	JI
	Localização
	Foz do Arelho
	Ano de construção
	1992 (Início funcionamento em 1981, em instalações pré-fabricadas)
Dimensão (área de terreno m²)	
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Razoável
Barreiras arquitetónicas	Adaptado
Parque infantil	S
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	N
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
O espaço exterior foi requalificado recentemente (está em fase de conclusão).	
Necessidades de intervenção	
Precisa de obras gerais de reabilitação.	

Jardim de Infância do Nadadouro	
	Tipologia
	JI
	Localização
	Nadadouro
	Ano de construção
	2001
Dimensão (área de terreno m²)	
Estado de conservação do edifício	Muito Bom
Estado de conservação do mobiliário	Muito Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Muito Bom
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	

Jardim de Infância de São Cristóvão	
	Tipologia
	Jl
	Localização
	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório
	Ano de construção
	2002
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Razoável
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	

Jardim de Infância do Bairro das Morenas	
	Tipologia
	Jl
	Localização
	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bourgo
	Ano de construção
	2004
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Muito Bom
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	

Escola Básica do Bairro dos Arneiros	
	Tipologia
	EB1/JI
	Localização
	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro
	Ano de construção
	1973
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	EB-Muito Bom/JI-Razoável
Estado de conservação do mobiliário	EB-Muito Bom/JI-Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	EB-Muito Bom/JI-Muito Bom
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S
Campo de jogos	S
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	S
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
O JI precisa de obras gerais de reabilitação.	

Escola Básica n.º 1 de Santo Onofre	
	Tipologia
	EB1/JI
	Localização
	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro
	Ano de construção
	2009
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Bom
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S
Campo de jogos	S
Instalações gimnodesportivas	S
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	S
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	

Escola Básica da Foz do Arelho	
	Tipologia
	EB1
	Localização
	Foz do Arelho
	Ano de construção
	1901
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Razoável
Barreiras arquitetónicas	S
Parque infantil	S
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	N
Cozinha	N
Biblioteca	S
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
A escola precisa de obras gerais de requalificação e modernização.	

Escola Básica do Nadadouro	
	Tipologia
	EB1
	Localização
	Nadadouro
	Ano de construção
	1912
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Bom
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Bom
Barreiras arquitetónicas	S
Parque infantil	S
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
A escola tem sido muito cuidada, mas é um edifício centenário com as suas limitações próprias.	

Escola Básica do Bairro da Ponte	
	Tipologia
	EB1
	Localização
	UF Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro
	Ano de construção
	1949
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Mau
Estado de conservação do mobiliário	Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Mau
Barreiras arquitetónicas	S
Parque infantil	N
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S (com muitas limitações)
Biblioteca	S
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
A escola precisa de uma requalificação urgente e profunda.	

Escola Básica de Santo Onofre	
	Tipologia
	EB1
	Localização
	Bairro das Morenas
	Ano de construção
	1993
	Dimensão (área de terreno m²)
Estado de conservação do edifício	Exterior-Mau/Interior Bom
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Mau
Barreiras arquitetónicas	N
Parque infantil	S/Mau estado
Campo de jogos	S
Instalações gimnodesportivas	S
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	S
Intervenções recentes	
Substituição das coberturas	
Necessidades de intervenção	
Pintura exterior do edifício, requalificação do parque infantil, substituição da caixilharia de alumínio e estores. Requalificação das casas de banho.	

Escola Secundária Raul Proença	
	Tipologia
	ES/3
	Localização
	Bairro dos Arneiros
	Ano de construção
	1982
Dimensão (área de terreno m²)	
Estado de conservação do edifício	Mau
Estado de conservação do mobiliário	Bom
Estado de conservação do espaço exterior	Mau
Barreiras arquitetónicas	S
Parque infantil	N
Campo de jogos	S
Instalações gimnodesportivas	S
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	S
Intervenções recentes	
Requalificação de dois campos de jogos.	
Necessidades de intervenção	
Requalificação geral e profunda de toda a escola. Com mais de 40 anos a escola já não tem as condições para responder às exigências atuais.	

ESCOLAS NÃO AGRUPADAS

Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (Pólo das Caldas da Rainha)	
	Tipologia
	EP
	Localização
	Praça da Universidade, ed. 2 2500-208 Caldas da Rainha
	Ano de construção
	ano de funcionamento 2008
Dimensão (área de terreno m²)	
Estado de conservação do edifício	Razoável
Estado de conservação do mobiliário	Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Razoável
Barreiras arquitetónicas	A
Parque infantil	N
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	N
Intervenções recentes	
Necessidades de intervenção	
Pinturas interiores e exteriores; reparação de telhados, proteções de espaços exteriores; portas e janelas; contentores de lixo com reciclagem nas imediações; renovação de mobiliários de WCs; iluminação dos espaços exteriores; substituição das luminárias interiores.	

Escola Superior de Artes e Design	
	Tipologia
	Sup
	Localização
	UF Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório
	Ano de construção
	EP1-1996, EP2 - 2002
	Dimensão (área de terreno m²)
	110.000
Estado de conservação do edifício	EP1-Razoável/ EP2- Mau
Estado de conservação do mobiliário	Razoável
Estado de conservação do espaço exterior	Razoável
Barreiras arquitetónicas	Em adaptação
Parque infantil	N
Campo de jogos	N
Instalações gimnodesportivas	N
Refeitório	S
Cozinha	S
Biblioteca	S
Intervenções recentes	
Intervenções de manutenção genéricas, pinturas, adaptação de espaços pedagógicos e de serviços, requalificação dos espaços exteriores, desmatção de áreas arborizadas, reparação de pavimentos exteriores.	
Necessidades de intervenção	
Impermeabilização de terraços e coberturas, reparação e pintura de paredes exteriores e interiores, substituição ou reparação de caixilharias, aquecimento, redes de saneamento e águas pluviais, adaptação de espaços a novas funções, atualização de redes informáticas, vigilância e controlos de acessos, reparação de pavimentos exteriores, requalificação de espaços interiores, nomeadamente auditórios, ao nível de equipamentos e infraestruturas técnicas, assim como do conforto e comportamento térmico e acústico. Substituição progressiva de equipamentos com vista à diminuição do consumo energético, assim como implementação de sistemas de autoprodução.	

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAINHA

